



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARLÚCIO DE SOUSA NASCIMENTO

“DENTRO DAS QUATRO LINHAS DA CONSTITUIÇÃO”
A retórica populista e sua influência nas instituições representativas
- Uma análise da movimentação partidária da extrema-direita no governo
de Jair Bolsonaro (2019/2022)

BRASÍLIA
2023

MARLÚCIO DE SOUSA NASCIMENTO

“DENTRO DAS QUATRO LINHAS DA CONSTITUIÇÃO”
A retórica populista e sua influência nas instituições representativas
- Uma análise da movimentação partidária da extrema-direita no governo
de Jair Bolsonaro (2019/2022)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito final à obtenção do título de Mestre em Direito pela Universidade de Brasília - Faculdade de Direito - Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado e Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Juliano Zaiden Benvindo

BRASÍLIA
2023

Dedico essa pesquisa a todos os jovens muçulmanos que na Europa ou em qualquer outra parte do mundo procuram abrigo, abraço e paz.

Como será o futuro
do nosso país?
Surge a pergunta no olhar
E na alma do povo

Cada vez mais cresce a fome
Nas ruas, nos morros
Cada vez menos dinheiro
Pra sobreviver

Onde andará a justiça
Outrora perdida?
Some a resposta na voz
E na vez de quem manda

Homens com tanto poder
E nenhum coração
Gente que compra e que vende
A moral da nação

Brasil, olha pra cima
Existe uma chance
De ser novamente feliz, feliz
Brasil, há uma esperança!
Volta teus olhos pra Deus
Justo Juiz!

Brasil, olha pra cima
Existe uma chance
De ser novamente feliz

Brasil, há uma esperança!
Volta teus olhos pra Deus
Justo Juiz!

(“Pra Cima, Brasil” - João Alexandre)

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Altíssimo Criador, fonte de toda minha inspiração e capacidade de realizar;

À D. Margarida, mãe e flor, presente em todos os momentos;

Ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá que com a concretização desse MINTER TUMUCUMAQUE, respondeu substancialmente ao seu quadro funcional sobre o seu planejamento de aperfeiçoamento das pessoas.

Ao Professor Juliano Zaiden Benvindo, meu orientador nesse tempo. Em prática me ensinou sobre os freios e contrapesos, incluindo um repouso maior junto ao jazz.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CONUNE - Congresso da União Nacional dos Estudantes

COVID 19 - Doença do coronavírus

CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DOI-Cod - Centro de Operações de Defesa Interna

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAC - Novo Programa de Aceleração do Crescimento

PP - Partido Popular

PSL – Partido Social Liberal

PSOE – Partido Socialista Operário Espanhol

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SCJN - Suprema Corte de Justicia de la Nación

STF - Supremo Tribunal Federal

TSE- Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Democracias que passaram por pelo menos duas alternâncias depois de 1918 e ruíram.....	90
Tabela 2: Donald Trump e os quatro principais indicadores de comportamento autoritário.....	96

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número efetivo de partidos no eleitorado desde 1960, em países que eram membros da OCDE em 2000.....	50
Figura 2: Comparecimento às urnas por ano	53
Figura 3. Número efetivo de partidos no eleitorado desde 1960, em países que eram membros da OCDE, 2020.....	58
Figura 4: Proporção de votos de partidos por ano em países que eram membros da OCDE, antes de 2000.....	59
Figura 5: Densidade sindical por ano em países que eram membros da OCDE antes de 2000	62
Figura 6: Resultado eleitoral para presidência do Brasil, 2022.....	79
Figura 7: Resultado eleitoral para presidência do Brasil, 2018.....	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - CONJUNTURAS CONSTITUTIVAS DE UMA SOCIEDADE SÍSMICA	17
1.1 A HISTÓRIA	17
1.2 INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS	20
1.3 A DEMOCRACIA TRAZ CURA. UM EXEMPLO	21
1.4 DEMOCRACIAS EM CRISE: UM FENÔMENO ACENTUADO NESTES DIAS.....	23
1.5 DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO EVOCADO PELO CAPITALISMO – TENSÃO INERENTE	30
2.1 CRISES NAS DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS OU CULTURAIS	35
2. 1. 1 DIMENSÃO ECONÔMICA	36
2.1.1.1 As questões partidárias tradicionais ... seu declínio	50
2. 1. 1. 2 Simetria ideológica partidária e uniformização do discurso político.....	57
2. 1. 1. 3 A reengenharia das regras sindicais - mecanismos de desregulamentação institucional.....	60
2. 1. 2 DIMENSÃO CULTURAL	63
2. 1. 2. 1 A reengenharia democrática - 15 de maio de 2011 - 15-m.....	71
2. 1. 3. DIMENSÃO POLÍTICA	73
CAPÍTULO 2 - O DISCURSO POPULISTA: CONSTITUIÇÃO E INFLUÊNCIAS	83
2. 1 O POPULISMO E SUA RETÓRICA ... A PÓS-VERDADE E O EU (E O NOSSO) FRAUDADO	83
2. 2 OS DEMAGOGOS POPULISTAS (COMO IDENTIFICÁ-LOS, QUAL O CONTEÚDO DO SEU DISCURSO)	88
2. 2. 1 Populismo e fomentação de mentiras.....	94
2. 2.2 Populismo, pós-verdade e instituições representativas	103
2. 3 AS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS	110
2. 4 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS	120
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129

RESUMO

Nessa pesquisa será analisada a constituição do discurso populista e sua influência nas instituições representativas. Trata-se de uma construção acerca de um problema real sobre a perspectiva da movimentação partidária da extrema-direita no governo de Jair Bolsonaro (2019/2022). A preocupação com a preservação da estabilidade democrática constitucional é uma constante em toda a narrativa. Inicialmente partimos da seguinte indagação: o que motivou as pessoas a optarem por Jair Bolsonaro? Uma das hipóteses reside na influência do discurso populista. Acreditamos que o poder persuasivo desse discurso sobre as pessoas alcança imediatamente as instituições democráticas, o que passa a constituir uma variável muito importante nesse momento que prevê, pela cadeia conjuntural, a possibilidade concreta de ocorrer uma ruptura institucional. A pesquisa foi construída com dois capítulos. No primeiro capítulo, na busca do que seja um nexo entre causa e efeito, conceitualmente, pensamos sobre “crises”, analisando-as sob três dimensões: econômica, política e cultural, com um repouso crítico sobre o direito constitucional comparado. No segundo capítulo, a análise se desdobrará sobre elementos endógenos, como o uso da pós-verdade, e sua utilização na formação da opinião coletiva. Utilizaremos sempre o método comparativo-descritivo que, no nosso sentir, melhor adequa-se na busca da distinção das causas ensejadoras das crises, permitindo-nos diagnosticar a raiz do problema-motivador e tecer uma perspectiva ampla e refinada, sem minimizar o que existe na subjacência, e, percorrendo uma trajetória revelada, pelo menos, vislumbrar sua extensão e alcance. Encontramos, em Przeworski, a base conceitual, em uma perspectiva minimalista e eleitoral das crises democráticas. Com Daniel Ziblatt e Steven Levitsky, constatamos a importância da conservação das normas constitucionais e reserva institucional. Manuel Castells nos encaminha a uma análise sobre rupturas com base na crise de legitimidade formadora da validação da vontade popular. Também fomos amparados por Juliano Zaiden Benvindo no seu *The Rule of Law in Brazil* (2022), contribuindo com o que de mais contemporâneo se tem sobre constitucionalidade e instituições. Concluímos que o discurso populista é instrumento de manipulação política, constituído por elementos como a pós-verdade e *fake news*, implicando na concepção de decisões coletivas que podem resultar na definição de atos sociopolíticos como as eleições. Consequentemente, sua utilização conflui com elevada probabilidade para uma experiência posterior de colapso do desenho democrático constitucional.

Palavras-chave: populismo; discurso; instituições; subversão democrática; extrema-direita; pós-verdade.

ABSTRACT

This research will analyze the constitution of populist discourse and its influence on representative institutions. This is a construction about a real problem from the perspective of the far-right party movement in the government of Jair Bolsonaro (2019/2022). The concern with preserving constitutional democratic stability is a constant throughout the narrative. Initially, we started with the following question: what motivated people to choose Jair Bolsonaro? One of the hypotheses lies in the influence of populist discourse. We believe that the persuasive power of this discourse on people immediately reaches democratic institutions, which becomes a very important variable at this moment that foresees, through the conjunctural chain, the concrete possibility of an institutional rupture occurring. The research was constructed with two chapters. In the first chapter, in the search for a link between cause and effect, conceptually, we think about “crises”, analyzing them from three dimensions: economic, political and cultural, with a critical rest on comparative constitutional law. In the second chapter, the analysis will focus on endogenous elements, such as the use of post-truth, and its use in the formation of collective opinion. We will always use the comparative-descriptive method which, in our opinion, is best suited to the search for distinguishing the causes that give rise to crises, allowing us to diagnose the root of the motivating problem and weave a broad and refined perspective, without minimizing what exists in the subjacency, and, following a revealed trajectory, at least glimpse its extension and scope. We find, in Przeworski, the conceptual basis, in a minimalist and electoral perspective of democratic crises. With Daniel Ziblatt and Steven Levitsky, we will see the importance of preserving constitutional norms and institutional reservation. Manuel Castells leads us to an analysis of ruptures based on the crisis of legitimacy that forms the validation of the popular will. We were also supported by Juliano Zaiden Benvindo in his *The Rule of Law in Brazil* (2022), contributing with the most contemporary information on constitutionality and institutions. We conclude that populist discourse is an instrument of political manipulation, consisting of elements such as post-truth and fake news, implying the conception of collective decisions that can result in the definition of sociopolitical acts such as elections. Consequently, its use leads with high probability to a subsequent experience of collapse of the constitutional democratic design.

Keywords: populism; speech; institutions; democratic subversion; far right; post-truth.

INTRODUÇÃO

Já passavam das 18 horas desse dia 6 de setembro de 2022 e estamos nos despedindo de mais uma aula com Inez Lopes, Professora de Direito Internacional. Às vésperas do dia comemorativo dos duzentos anos de Independência do Brasil, o sentimento comumente compartilhado da turma do MINTER transborda em incerteza, silêncio forçado e velado por considerável angústia. Isso porque, nos dias anteriores, os brasileiros e o mundo acompanharam na Capital Federal, Brasília-DF, os desfiles com carros militares, blindados, tropas das forças armadas em desfile e quase que encobertos por fumaça propositalmente para maximizar as trevas ou combustão do nefasto teatro de uma provável ditadura que se projetava e se declarava certamente vindoura.

Nossas despedidas, naquele final de dia, traziam consigo a possibilidade de não mais nos encontrarmos no Microsoft Teams, UnB fechada, bem como as outras Casas do Conhecimento, assim como a ocorrência da difusão que traria consigo em primeira efetivação o fechamento do Supremo Tribunal Federal e, quem sabe, extensivamente, a dissolução do exercício legislativo bicameral. Seguindo a receita nada nova na investidura de uma outra autocracia, a promulgação de um decreto presidencial justificando tais medidas como resposta de um governo popular, respaldado pelo povo que pretendia, assim, restaurar as convicções e práticas pertinentes à construção de uma ideologia tríade envolvendo Deus, Pátria, Família.

Dada a grave instabilidade política experimentada no Brasil temporalmente entre 2019 a 2022 - Governo de Jair Messias Bolsonaro -, período em que o Presidente se valeu de recorrentes declarações explosivas e corrosivas do bom trato social, político e institucional, prosseguir na trilha cognitiva da constitucionalidade, mesmo o incompleto desenho democrático vigente, por certo, traria severas repreensões estatais, neutralizadoras das manifestações de grupos de interesse ante a previsível ruptura institucional pregada no decorrer do período do Governo Bolsonaro; talvez a reinauguração do Golpe de 1964, ou a reedição de uma desconsolidação constitucional na forma vivenciada pelo Chile em 1973, ou ainda em curso, o estabelecimento da autocracia no formato da Turquia agora controlada por Recep Tayyip Erdoğan.

Jair Bolsonaro se apresentava como um governante desprovido de um plano diretor operacional prospectivo que viesse abarcar, à época, inclusivamente, mais de 13 milhões de desempregados, enfrentar uma inflação crescente e, por desgraça maior, a ocorrência de uma pandemia (Covid 19), que foi encarada com negacionismo, ceticismo quanto a função preventiva das vacinas e das regras de não expansão viral, inverdades, insensibilidade à tragédia alheia, fomentos tais, que fizeram o Brasil alcançar uma perda de mais de 700.000 mil vidas. Sem reservas, enquanto se impunha a efetivação do *lockdown*, distanciamento social, premente vacinação da população, o governo preferiu estimular a continuidade das atividades

econômicas, lançar dúvidas sobre a eficácia das vacinas, apresentou um *kit* socorrista que a ciência declarava como ineficaz e outras formas de contenção à circulação do vírus. O mundo, perplexo, assistia a tudo isso.

Mas nossas perplexidades ainda estavam por ser dilatadas e eram aquelas também consequentes aos ataques diretos às instituições democráticas frontalmente direcionadas aos Ministros do Supremo Tribunal Federal que, na perspectiva de Jair Bolsonaro, à época, restou personificado em Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso. Os questionamentos quanto às decisões oriundas do Supremo Tribunal Federal eram quase que diários. Dizia Bolsonaro que dois ou três (ministros)¹ não poderiam decidir acerca dos interesses de um país e, em seu apoio e cooperação, a representação eclesiástica neopentecostal igualmente se insurgia fazendo, dentre tantas manifestações, as interpretações jurídicas cabíveis essencialmente, na letra da Constituição Federal, ao órgão constitucional maior. Eram considerações firmadas em sustentação de interpretação literal, abissal distorção. Foram momentos de everestiana franquia de gargalhadas nos sites acadêmicos. O que faltava na argumentação teórica, buscava-se completar na estridência da voz. A tudo questionou dizendo que agindo assim – e omitindo-se também - pretendia salvaguardar o interesse coletivo, restaurar no Brasil a efetiva democracia, sequestrada pelas instituições, que seriam dirigidas pela esquerda, vistas como disfuncionais, rivais, traidores e sabotadores dos verdadeiros objetivos do Estado de Direito mesmo que, para tanto, fosse necessário o empreendimento da violência já que em seu discurso afirmava que “povo armado, jamais será escravizado”. Tudo era senzala e o bolsonarismo trazia a quebra daqueles grilhões.

Durante seu governo, Jair Bolsonaro revelou-se totalmente contrário à afirmação de que houve no Brasil um Estado de exceção, com milhares de pessoas mortas e outras mais violações perpetradas pelo Estado contra seus cidadãos em suas atuações políticas. Nisso, houve grande desrespeito à efetivação da Justiça de Transição Democrática no País. Bolsonaro não só questionava a lisura das eleições brasileiras e seu funcionamento, desejando expurgar o uso da urna eletrônica, o que lhe custou, em 30/06/2023, a condenação de inelegibilidade proferida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Com suas declarações finalizadoras – talvez de um diálogo imaginário e na sua forma de imaginá-lo, nunca com canais abertos -, no clímax de mais outra perturbação sobre qualquer

1 ISTO É. **‘Não são 2 ministros do STF que vão decidir o destino da nação’, diz Bolsonaro**. Disponível em: <https://istoe.com.br/nao-sao-2-ministros-do-stf-que-vaio-decidir-o-destino-da-nacao-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 03 out. 2023.

assunto, manifestava-se: “Acabou ***”². Assim, mesmo com eleições vencidas por Luiz Inácio Lula da Silva (2022), sem o trato elegante de reconhecimento público da vitória de seu oponente, participação das festas cívicas de troca do poder, abrangendo o repasse da faixa presidencial, partiu para Miami e de lá, no dia 08 de janeiro de 2023, assistiu a seus acólitos invadirem as sedes dos três poderes da República – O Palácio do Congresso Nacional, Palácio do Governo, Supremo Tribunal Federal - e lá promoverem farta desordem e depredação da coisa pública. Fatos em apuração na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Dada a sua frequência, o discurso que buscava deslegitimar o STF, partidos políticos tradicionais, colocava a população em um ambiente de sobressaltos com a indagativa de qual seria a perturbação do dia – ou do turno do dia -. O Presidente afirmava, repetidamente, que agiria “dentro das quatro linhas da Constituição.”.

Essas são algumas das ocorrências observadas durante o governo de Jair Bolsonaro. Inobstante um histórico de atuação parca e fartamente beligerante como Deputado Federal³, dono de retórica repulsiva como demonstraremos no desenvolvimento desta dissertação, Bolsonaro foi eleito Presidente da República com mais de dez milhões de votos sobre o seu oponente Fernando Haddad (2018). E, justamente por causa desse resultado, nasce o interesse desta pesquisa: o que motivou as pessoas a optarem por Jair Bolsonaro? Uma das hipóteses reside na influência do discurso populista e, a partir daí, podemos elencar algumas indagações: 1) qual o poder de convencimento da retórica populista praticada pela extrema-direita sobre as massas? 1.1) como é formada essa retórica? Ainda, descortinando uma análise mais ampla, 1.2) como estava o Brasil de 2018? O poder persuasivo desse discurso sobre as pessoas influencia imediatamente as instituições democráticas, o que passa a constituir uma variável muito importante nesse momento que prevê, pela cadeia conjuntural, a possibilidade verdadeira de ocorrer uma ruptura institucional. As respostas só poderão ser obtidas, com coerência e completude se, por pressuposto, pensarmos, mesmo que minimamente, sobre o agir político estratégico, a formação da opinião coletiva, as instituições e democracia. Trata-se de uma construção complexa, altamente composta de elementos essencialmente imbricados cuja necessidade de abordagem se demonstra inafastável com vistas à produção de respostas consistentes à compreensão de nossa proposta. O rio não pode ser visto somente por seu

2 Jair Bolsonaro expressava sua fúria, desrespeito às instituições, diga-se, ao STF, bem como seu findo limite ao “diálogo unilateral”, com frase curta e suja: “Acabou, porra!” e isso ocorreu, em primeira edição, no dia 28 de maio de 2020 após o STF ter autorizado a Polícia Federal a empreender a operação contra fake News que teve como alvo empresários e blogueiros que apoiavam o presidente. Naquele momento disse que “Ordens absurdas não se cumpre”, inaugurando ali um período aberto de verbalizações subversivas contra as instituições. G1- GLOBO.COM. **'Ordens absurdas não se cumprem', diz Bolsonaro sobre operação da PF contra fake News**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/ordens-absurdas-nao-se-cumprem-diz-bolsonaro-sobre-operacao-da-pf-contrafake-news.ghtml>. Acesso em: 03 out. 2023.

³ REDE BRASIL ATUAL. **Em 27 anos como deputado, Bolsonaro tem dois projetos aprovados**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/em-27-anos-como-deputado-bolsonaro-tem-dois-projetos-aprovados/>. Acesso em: 03 out.2023.

elemento hídrico, tem-se que considerar o vale que a água cobre (subjacências), as margens que o delimitam (alcance), sua nascente e filhos (afluentes).

A pesquisa foi construída com dois capítulos. No primeiro capítulo, na busca do que seja um nexo entre causa e efeito, conceitualmente, pensamos sobre “crises”, analisando-as sob três dimensões: econômica, política e cultural. Na dimensão econômica, ligeiramente, precisaremos ver índices expositivos sobre desemprego, renda, progresso material, dados demonstrativos e ensejadores de crises para, com isso, mensurarmos os possíveis padrões de escolhas sazonais do eleitorado. Incluímos breves comentários sobre a virada neoliberal (1980), porque constatamos que, já ali, as novas regras postas suscitaram inegáveis abalos à democracia social, alterando a eficácia de instituições como a representação sindical. Na dimensão política, refletiremos sobre o comportamento do nosso ator político, Jair Bolsonaro, sua conduta e propostas. Considerando que a experiência política partidária da extrema-direita no Brasil se apresenta temporalmente curta, abordaremos comparativa e concorrentemente a ocorrência desse fenômeno em outras democracias constitucionais, por exemplo, o Trumpismo nos Estados Unidos. Um repouso crítico sobre o direito constitucional comparado nos encaminhará a uma visualização bem mais abrangente. Com isso, nossas recorrentes idas e vindas para esses locais e tempos distintos se apresenta como um instrumento constante de cotejo dos dados e, a todo custo, empreenderemos esforços para não adentrarmos em inapropriados excessos ou mesmo nos afastarmos de nosso objetivo. Quanto à dimensão cultural, mesmo não sendo a imigração um problema destacado na realidade brasileira, outros elementos como racismo, misoginia serão aqui considerados e, por certo, a desconfiança-cidadã com a conseqüente corrosão da legitimidade popular, pertinente ao efetivo funcionamento das instituições representativas, eleva a problemática relacionada à crise de legitimidade.

Observando, repetimos, minimamente, o comportamento democrático institucional em outras democracias (Alemanha, Chile, França, Estados Unidos e, consubstancialmente, o Brasil) e quais foram as soluções e conseqüências resultantes face o levante estratégico autocrata, obteremos a compreensão dos sequenciamentos, ciclos de autorreforço processados ou contingentes desenvolvidos – e que findaram por se institucionalizar - construídos dentro de uma conjuntura dramática, caracterizadora dos acontecimentos nos quais o extremismo se apresenta. No segundo capítulo, objetivando a averiguação da retórica populista, a análise se desdobrá sobre elementos endógenos, como o uso da pós-verdade e sua derivação na formação da opinião coletiva: qual seja, novos modelos de colonização. A formação sociotrópica de grupos que, crescidos, podem decidir uma eleição. Dada a notoriedade comportamental entre Jair Bolsonaro e Donald Trump, líderes de extrema-direita, a comparação de seus interesses e ações também serão observadas. Como o dismantelamento das instituições é uma das instrumentalidades de um governo autoritário e *antiestablishment*, colocaremos em relevo, como exemplo, o projeto corrosivo de Jair Bolsonaro quanto à efetividade da Justiça de

Transição Democrática brasileira. Utilizaremos sempre o método comparativo-descritivo que, no nosso sentir, melhor se adequa na busca da distinção das causas ensejadoras das crises, permitindo-nos diagnosticar a raiz do problema-motivador e tecer uma perspectiva ampla e refinada, sem minimizar o que existe na subjacência e percorrendo uma trajetória revelada, pelo menos, vislumbrar sua extensão e alcance. Tendo como parâmetro uma *antropologia política completa*⁴, seremos bem-sucedidos se conseguirmos edificar construções argumentativas que respondam as indagações sobre *como e quando* as coisas acontecem no plano político-social.

Buscamos consulta na produção teórica de textos que esboçavam as tendências temáticas sobre crises democráticas, manipulação da vontade popular, desgaste institucional, agir estratégico dos atores políticos e ruptura de sistemas constitucionais democráticos, ora em análise comparativa histórica, ora considerando as variáveis particulares relacionadas às conjunturas críticas estruturais. Mas partimos mesmo movidos pelo *espírito da época*: o discurso populista. Encontramos, em Przeworski, a base conceitual, em uma perspectiva minimalista e eleitoral das crises democráticas. Com Daniel Ziblatt e Steven Levitsky, constataremos a importância da conservação das normas constitucionais, regras de contenção, tolerância mútua e reserva institucional. Manuel Castells nos encaminha a uma análise sobre rupturas com base na crise de legitimidade formadora da validação da vontade popular. Também fomos amparados por Juliano Zaiden Benvindo no seu *The Rule of Law in Brazil* (2022), contribuindo com o que de mais contemporâneo se tem sobre constitucionalidade e instituições.

A democracia é um experimento novo. São apenas alguns poucos duzentos anos⁵ desde a promulgação da Constituição norte-americana e a constatação, inclusive externa, de que havia na realidade a existência das instituições democráticas básicas. Como bem sente Przeworski, “a democracia é uma minúscula partícula da história humana, recente e ainda rara.”⁶ Como a estrutura político-institucional-social brasileira foi lesada com o discurso que buscava lastro “dentro das quatro linhas da Constituição”? Quais mazelas foram provocadas? Qual a nossa herança pós Brasil em fúria?

⁴ BATES, de Figueiredo e WEINGAST 1998, p. 628. *Antropologia política completa* é um termo usado por esses dois autores e significa “um conhecimento detalhado e refinado das características precisas do ambiente político e social dentro do qual os indivíduos fazem escolhas e elaboram estratégias políticas.” (Tradução nossa). PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 61.

⁵ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016.

⁶ Até hoje (2019), 68 países, incluindo dois gigantes, China e Rússia, ainda não sabem o que é trocar de governo, entre dois partidos como resultado de uma eleição. A democracia é um fenômeno histórico. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro, 2020. p.40.

CAPÍTULO 1 - CONJUNTURAS CONSTITUTIVAS DE UMA SOCIEDADE SÍSMICA

1.1 A HISTÓRIA

Acreditamos que o mundo se viu transbordar ainda mais na quebra das regras de civilidade e respeito à autonomia dos povos após o 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia promoveu a invasão militar na Ucrânia. Armistício ainda andante já promoveu a danificação estrutural do país invadido, como a barragem recentemente explodida que promoveu inúmeros desabrigados, com mais de 13 milhões de pessoas, que permanecem longe de suas casas, incluindo quase 8 milhões de refugiados em toda a Europa e mais de 5 milhões de deslocados internos na Ucrânia, todos em fuga do conflito bélico⁷. Na busca da paz necessária, reuniram-se Xi Jinping, Macron e Ursula Von Der Leyen – líderes da China, França e União Europeia -⁸, sendo que o primeiro protagoniza antagonismos políticos com os Estados Unidos em relação à proteção deste último para com Taiwan; o segundo enfrentava considerável inconformismo popular devido ao implemento de novas regras previdenciárias impostas e a terceira, esforça-se para manter boas relações políticas com outros blocos político-econômicos como o Mercosul, sem a predominância do colonialismo, o atualmente qualificado neocolonialismo verde⁹. Em 30 de maio de 2023, Pedro Sanches, na Espanha, dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições. Em vídeos, Erdogan (Turquia) distribuiu dinheiro em espécie no meio da população e vence mais uma eleição mantendo os seus vinte anos de poder sem qualquer alternância. No Brasil, após quatro anos do Governo de Jair Bolsonaro (2019/2022), período em que a democracia brasileira foi exposta às mais severas provas, esse *insider* manifestou a mais cristalina versão do discurso de ódio, buscando deslegitimar seus opositores, implantar desconfiança nas instituições que primariamente encontra no Supremo Tribunal Federal o seu alvo por excelência, questionamentos quanto à lisura das eleições nacionais, e tudo isso envolto à ocorrência de uma pandemia (covid 19), cujo traço omissivo governamental e efetivação de mentiras trouxe como consequência primeira e mais cruel a morte de mais de 704.659 vidas.¹⁰ Segue assim a vida cotidiana brasileira, com a descoberta da desassistência sistemática aos povos indígenas, principalmente os yanomamis no norte do país, entregues às atividades criminosas dos garimpeiros, invasores de terras, poluidores de rios, igarapés e afluentes com o

⁷ UNHCR. **Ucrânia**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/emergencias/ucrania/>. Acesso em: 04 out. 2023.

⁸ PORTUGUESE PEOPLE.CN. **Xi Jinping realiza reunião trilateral com Macron e von der Leyen**. Disponível em: <http://portuguese.people.com.cn/n3/2023/0407/c309809-20002376.html>. acesso em: 04 out. 2023.

⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. **Brasil não pode aceitar neocolonialismo verde, diz Lula** - 22/08/2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/08/brasil-nao-pode-aceitar-neocolonialismo-verde-diz-lula.shtml>. Acesso em: 04 out. 2023.

¹⁰ CORONAVIRUS BRASIL. **Painel Coronavirus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 04 out. 2023.

metil mercúrio, nem de longe fiscalizadas¹¹. Considere-se, igualmente, a cínica desatenção quanto à preservação da Floresta Amazônica que sentiu no mesmo período uma carga destrutiva maior. Ainda em exemplificação, constatamos por palavras e medidas implementadas o retrocesso e desconsolidação da Justiça de Transição Democrática à vista da negativa do governo bolsonarista quanto à ocorrência de uma ditadura, a realidade do Estado de Exceção e violações de direitos pelo Estado no período em que tais mazelas se sustentaram (1º de abril de 1964 a 15 de março de 1985). Os requerimentos encaminhados à Comissão da Anistia, refutados. Até mesmo deficiências do processo e momento neguentrópico com a exclusão da emissão do perdão pelo Estado¹².

Ressalta-se que o conteúdo das falas presidenciais, quer fossem dirigidas a líderes políticos ou instituições, eram de cunho ofensivo no explícito sentido da palavra. Tornou-se habitual a emissão de palavras torpes, homofóbicas, racistas ou autoritárias – às vezes comunicavam-se todos esses elementos -, estamentos de qualquer discurso de ódio. No próprio dia 7 de setembro de 2022, na Avenida Paulista, Estado de São Paulo, quando o movimento que deveria ter sido cívico foi usurpado pelos bolsonaristas, agregando mais de 32.000 pessoas, o Presidente se referiu ao Ministro Alexandre de Moraes, então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, órgão responsável pela regência do pleito político pela governança do país, chamando-o de canalha e, em sua entrevista concedida à Rede Globo de Televisão, em 22 de agosto de 2022, quando os candidatos eram separadamente ouvidos em entrevista em cadeia nacional, no Jornal Nacional emitido, indagado pelo jornalista Willian Bonner, Bolsonaro negou ter ofendido o ministro e, reinquirido, admitiu tê-lo feito como reação às ofensas que Alexandre Moraes já lhe havia encaminhado.

Era a antessala da ruptura democrática, expressada em todas as oportunidades e de todas as formas. Naquele discurso público, realizado em São Paulo, cuja comemoração cívica havia se transmutado em campanha política, seus cooperadores entusiasmaram-se com tamanha afronta a uma autoridade encarregada de dirigir o que talvez seja o mais eficaz instrumento de conservação de uma democracia: a realização das eleições competitivas. A previsão de um agir futuro brusco, veemente, sempre era consequente de uma argumentação breve, finalizadora de um ciclo frustrado das expectativas do Governo Executivo Federal ou após a atuação de uma das instituições representativas, *in casu*, do Supremo Tribunal Federal. Os seguidores dessa política de inimizades só cresciam, fazendo crer mesmo que a declaração de um estado autocrático ocorreria assim, de fato, na aproximação de qualquer data oportuna. Uma instabilidade sociopolítica ainda não conhecida, pelo menos após a ditadura de 1964. Repetia-

¹¹ G1- GLOBO.COM. **Tragédia Yanomami**: Ministério dos Direitos Humanos aponta 22 suspeitas de omissão do governo Bolsonaro. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/30/tragedia-yanomami-ministerio-dos-direitos-humanos-aponta-22-suspeitas-de-omissao-do-governo-bolsonaro.ghtml>. Acesso em 04 out. 2023.

¹² ALMEIDA, E. S. e. **A Transição Brasileira**. Salvador: Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2022, p. 20.

se a baldes cheios a intervenção do Executivo nas instituições, como forma de reparação do equilíbrio entre os poderes.

Mesmo após as eleições presidenciais de 2022, em frente aos quartéis e entidades afins, foram montados acampamentos cujos frequentadores suplicavam pela intervenção militar¹³ indignados ante a ausência de um *feedback* positivo, em trilha autorreforçada, no dia 8 de janeiro de 2023, transbordaram-se em anarquia depredatória material nas sedes dos três poderes. Essas últimas manifestações explícitas da revolta bolsonarista ensejou o estabelecimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CPMI, instalada no dia 25 de maio de 2023, que apura o atentado golpista ao Estado democrático de direito. Desde a prisão do Anderson Torres, Ministro da Justiça de Bolsonaro, outros elementos substanciais vieram e estão corroborando a existência da CPMI. Por esses dias, foi encontrado no aparelho celular de Mauro Cid, ajudante de ordem de Bolsonaro, todo o fluxograma de intervenção golpista que pretendia anular o pleito eleitoral de 2022, devolver o poder a Jair Bolsonaro que promoveria novas eleições com voto impresso para, no formato legal, continuar sua trajetória messiânica de reestrutura político-sociocultural brasileira. Com detalhes, essa ocorrência será abordada no capítulo seguinte.

A polarização político-partidária alcançou dimensão como nunca percebida, chegou aos locais de trabalho, às igrejas, à própria família. Produzia-se em larga escala as inimizades, inclusive com desfecho em mortes. Os bolsonaristas que diretamente se sentiam queridos e protegidos pela estrutura governamental, abertamente se manifestavam com insultos às autoridades que contestavam, discordavam ou que decidiam de forma diversa aos interesses dos governistas bolsonaristas. Por medo, muitos preferiram o silêncio. Como muito se declarou, a democracia brasileira passava por seu mais amplo e profundo teste de sobrevivência.

Como será constatado aqui com frequência, em todas essas situações Przeworski declarou que “o maior perigo que enfrentamos não diz respeito à democracia, mas à humanidade [...] se esse perigo vier a se concretizar, nossas preocupações com a democracia serão irrelevantes.”¹⁴ Como perceberemos, o controle legal do poder estatal é necessário como forma de limitação de abusos e, também, de inobservâncias quanto à efetivação dos direitos individuais fundamentais. Convém conhecer aquilo que não sabemos antes de resolvermos partir para análise de hipóteses que nos conduza a construção de uma teoria que nos permita contemplar e coerentemente, agir.

Aos fatos acima descritos, serão acrescentados vários outros e todos serão percebidos como dados demonstrativos, que nos permitirão fazer comentários no desenvolvimento desta pesquisa relacionada à fala populista praticada por Jair Bolsonaro. O ineditismo das reiteradas

¹³ GAZETA DO POVO. **Protestos pela eleição de Lula: 10º dia com bloqueios de rodovias.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/protestos-eleicao-lula-10o-dia-bloqueios-vias-atos-frente-quarteis/>. Acesso em: 05 out. 2023.

¹⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.23.

violações da conduta de Bolsonaro no exercício da Presidência da República nos mostrará esse notório desalinhamento das regras individuais e coletivas de convivência, a ausência cultivada pelo respeito mesmo que cerimonial às instituições e figuras de poder. Tais observações precisam ser referidas e analisadas, porque refletem alguma patologia em nossa estrutura sociopolítica, sem desconsiderar que, antes das patologias alcançarem as instituições, elas passam pelas pessoas.¹⁵ Precisamos encontrar um sentido no que ocorre conosco e todos esses reeditados acontecimentos que nos surpreendem estão de alguma forma relacionados e que tudo tem uma causa.

1.2 INVESTIGAÇÃO DAS CAUSAS

Inicialmente, pensemos nas prováveis causas do desgaste das instituições e normas¹⁶ democráticas. A escolha popular tem trazido para a vida pública líderes antiestado, intolerantes, xenófobos, homofóbicos, racistas, nacionalistas ensimesmados, reacionários e utilizam o poder para o implemento de seus pessoais interesses em detrimento da estabilidade institucional. Aqui no Ocidente, vimos a extrema-direita, com Donald Trump ocupar a Presidência dos Estados Unidos (2017), Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil (2019) e, na Europa Ocidental, partidos radicais em ascensão, ao tempo que igualmente cresce a desestima da população nos seus representantes, nos partidos tradicionais e nas instituições representativas. Muitas das críticas lançadas sobre as instituições possuem pertinência e mesmo o exercício das eleições não trazem diversificadas opções, pois a alternância no poder é mero ritual: “na maior parte das vezes, quem quer que venha a ocupar o cargo seguirá o mesmo paradigma político que seguiriam seus adversários derrotados, com pequenas diferenças para agradar a determinados setores do eleitorado – o governo muda, mas sua vida continua a mesma.¹⁷

Abordagens contidas no capítulo II desta dissertação nos revelarão com precisão o interesse inerente do ator político, com matriz antidemocrática, em se manter no poder indefinidamente. Não mais se satisfaz com o tempo regularmente previsto para execução de sua proposta de governo sendo que uma das ferramentas mais utilizadas visando o alcance dessa finalidade é o discurso, cuja argumentação se fundamenta sobre as mazelas experimentadas pelas pessoas – e algumas manipuladas -, bem como sua resolução que, como é o núcleo de nossa pesquisa, traz consigo a quebra do desenho democrático. Na lição de Przeworski, ocorre uma democracia onde há eleições competitivas, direitos de expressão e associação assegurados

¹⁵ “a coragem, a justiça e prudência têm no Estado o mesmo caráter e a mesma influência que nos particulares”; [...] “os mesmos meios melhoram os particulares e os Estados”. ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp 58;151.

¹⁶ [...] disposição normativa (ou texto da norma) é a forma linguística por meio da qual a norma se expressa – nível do significante – e norma é sentido atribuído à disposição normativa – nível do significado - ou ao resultado da interpretação da disposição normativa. ZAGREBELSKY, Gustavo. La Corte Constitucional y la interpretación de la Constitución. In: **División de poderes e interpretación: hacia una teoría de la praxis constitucional**. Madrid: Tecnos, 1987, p. 654.

¹⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.14.

por lei e por Estado de direito¹⁸. Mas a sustentação de tais atributos se antagoniza com a vontade do autocrata, carente de uma liberdade total de implementar suas políticas – ilimitada e duradoura - e, para isso obter “[...] o Executivo precisará dismantelar as restrições institucionais advindas do sistema de separação de poderes, o Legislativo e os tribunais ... incluindo medidas como a imposição de restrições a organizações não governamentais; restrição da independência do judiciário; uso de referendos para superar barreiras constitucionais; aparelhamento partidário da máquina estatal; e, controle e censura da mídia”¹⁹. Observando a linha histórica, geralmente as democracias foram estabelecidas como reação a um governo despótico, tirânico, sendo necessária uma construção estruturalmente antagonica aos interesses do autoritarismo.

1.3 A DEMOCRACIA TRAZ CURA. UM EXEMPLO

Um exemplo real a comentar encontramos após a 2ª Guerra Mundial, conflito armado transfronteiriço havido entre os anos 1939-1945, tendo como palco a Europa; curiosamente, tal evento apresentou uma bipolaridade de forças ideológicas e militar: a declarada supremacia da raça ariana (alemães) em relação aos demais povos conhecidos em uma inferência hegemônica levada a efeito por Adolf Hitler, líder do Partido Nazista e porta voz singular do Nazismo, doutrina fascista-totalitarista. Ter alcançado tal posição foi decorrência das vezes reacionárias e radicais protagonizadas e alicerçadas em uma coalizão partidária, conferindo a Hitler poderes unitários e centralizados visto que a Chefia de Estado e de Governo nele repousavam²⁰.

As aberrações vivenciadas no curso daquele armistício scandalizaram a humanidade, silenciou-nos e nos fez pensar se havíamos perdido o jeito de ser gente: milhões de pessoas mortas em uma engrenagem sistematizada de genocídio, mormente, direcionado ao povo judeu, com todo pesar às mesmas agruras experimentadas por negros, ciganos, deficientes físicos e mentais, homoafetivos e outras minorias. A agremiação contraposta aos Nazistas foi denominada de Aliados (Inglaterra, EUA, França e URSS) e estes foram os vencedores daquele embate. Necessária se tornou a manifestação de um entendimento ecumênico que não mais permitisse a recorrência daquela experiência. Mecanismos de prevenção e proteção, normatizados e institucionais foram criados como a Organização das Nações Unidas, a Proclamação Universal dos Direitos Humanos, o estabelecimento de Corte Internacionais em matéria Penal e Direitos Humanos.

A vitória dos aliados gerou confusão à própria identidade alemã além da suspensão da soberania do seu Estado. Observando a *práxis* do autoritarismo e a busca consensual global em reprimi-lo, passo a considerar a produção constitucional em especial no que se refere a criação

¹⁸ *Ibid.*, p.17.

¹⁹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.17

²⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. 2ª. Ed. São Paulo-SP, **Revista dos Tribunais**, 2013. 54 p.

da Lei Fundamental da Alemanha – Constituição produzida pelos Aliados em 1949, período imediato ao pós-guerra.

Formatada por um “constitucionalismo democrático contemporâneo e para assim designado ‘neoconstitucionalismo’”.²¹ Como Sarlet, no mesmo endereço disse, houve o “desmantelamento da ordem constitucional pretérita por força da ditadura nacional-socialista”. Há de se considerar que somente foi possível o ressurgimento do Estado naquele contexto por meio de sua reconstitucionalização, pelo menos aqueles que se submetiam ao regime celebrado pela Alemanha Ocidental. Restaram orientações positivadas quanto a “intangibilidade da dignidade da pessoa humana acompanhada do comprometimento do povo alemão com os direitos inalienáveis e invioláveis da pessoa humana.”²²

Compreensível a atipicidade quanto aos protagonistas do processo constituinte, que, dada a imensa excepcionalidade contextual, apresentou alguma deficiência à luz da legitimação democrática originária, que foi compensada em um processo progressivo e crescente da reconstrução da legitimidade. É lição de Peter Häberle quando aponta a necessidade de contínua reafirmação do Estado Constitucional, em uma alusão feita por Sarlet²³. Marcelo Neves ao expor, diga-se, com efervescência, a andança “Do transconstitucionalismo à transdemocracia”, aponta para a inclinação da conduta humana em se pluralizar política e juridicamente como se faz natural e notório o correr de um rio que, salvo pela influência da ação antrópica, desconhece limitações estanques. São os direitos garantidos independentemente da territorialidade, elemento também formativo do Estado, afastando, com repulsa, o que chama de “constitucionalismo provincial ou paroquiano”; ministra-nos a “ascensão de um constitucionalismo mundial”, preservando o que ainda se tem como soberania, pois traz ressalva a uma “política interna mundial, sem governo mundial”. Não há exageros ou ilusões. Aquilo que publicou em 2017²⁴, ante a sua participação na coletânea de Roberto Bueno, já havia sido experimentado em 1949, sem qualquer voluntariedade por parte do povo alemão, antes, ao custo de muita degradação e sofrimentos humanos. O *jus cogens* naquela ocasião experimentado possui a mesma face da força, sim vinculante, advinda contemporaneamente dos Tratados Internacionais. Inexistem insatisfações dos observadores quanto aquela necessidade extrema de atuação do grupo de Aliados. Ressalte-se, as primeiras impressões acerca da dignidade da pessoa humana ali foram manifestadas, pelo menos no significado jurídico que hoje se contempla.

²¹ SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional / Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero. 2ª. Ed. São Paulo-SP. **Revista dos Tribunais**, 2013, p. 53

²² *Ibid.*, p. 56.

²³ *Ibid.*, p. 62.

²⁴ BUENO, Roberto. **Democracia da crise à ruptura, jogos de armar**: reflexão para a ação. São Paulo: Editora Max Limonad, 2017.

Já a democracia no sentido atual, afirma ainda Marcelo Neves²⁵, “emerge com uma nova semântica concernente às estruturas destinadas à inclusão universal de todas as pessoas como portadoras de direitos, apesar dos já bem conhecidos limites estruturais para sua realização e desenvolvimento”. Traz uma nova conjugação: “os outros, os povos”, uma substituição valorativa ampliada e constitutiva da sociedade cosmopolita, sem inclinações à edificação de muros. O “nós, o povo” perde a força da singularidade daquela etnia, daquela sociedade, e entra em utilidade a consideração dos interesses do outro.

Mesmo nas sociedades que padecem de profunda desigualdade material tendo como parâmetro as mais evoluídas, ocupantes do hemisfério norte, *a priori*, uma problemática diretamente relacionada às políticas econômicas que confluem em renda, estas fizeram opção pela sistemática democrática denominada Estado Democrático de Direito. Sim, pode faltar muito, mas as provas da democracia ali se encontram. “O que é uma democracia, uma criança de dez anos pode compreendê-lo. [...] eleições livres, o sufrágio universal, o direito de reunião e associação, a liberdade de opinião de expressão.”²⁶ .

Essa influência de percepções jurídicas recíprocas entre os Estados soberanos é salutar e digna de recepção; não lesa a identidade cultural de um determinado povo que ocupa determinado território em determinado tempo. Parte de um pressuposto que a democracia é esteio dogmático nessa construção transnacional. O remédio ao ímpeto do autoritarismo que tenta extinguir a dialética, o direito à manifestação da proposição divergente, e prefere efetivar suas políticas no ambiente da beligerância - sendo um manifesto exemplo o caso da agressão nazista - foi o implante da democracia cuja providência primeira foi a elaboração de uma constituição que trouxe em seu corpo a proteção aos direitos humanos.

São considerações necessárias porque sustentam nossa afirmação básica de que a efetivação da constitucionalidade democrática impede a realização da vontade arbitrária do governante, sem desconsiderar de antemão que também sabemos que a desconsolidação democrática não precisa envolver violações de constitucionalidade vigente. É a subversão subreptícia. A quebra gradual e silenciosa da regra jurídica constitucional.

1.4 DEMOCRACIAS EM CRISE: UM FENÔMENO ACENTUADO NESTES DIAS

Entretanto, estamos desenvolvendo agora uma análise das crises pelas quais os fundamentos da democracia constitucional podem vir a ser testados. Acreditava-se, de forma absoluta, na eficácia de instrumentos principiológicos constitucionais como forma de moderação e contenção. Montesquieu afirmava: “para que o abuso do poder seja impossível, é necessário que, pela disposição das coisas, o poder faça o poder parar”. Madison: “a maior segurança contra uma concentração gradual de vários poderes no mesmo departamento consiste

²⁵ *Ibid.*, pp. 1096-1099.

²⁶ REVEL, Jean François. **A Tentação Totalitária**. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A. ,1976. p.4.

em dar aos que administram cada departamento os meios constitucionais e os motivos pessoais necessários para resistir a intromissões dos outros.”²⁷. Víamos na separação de poderes um instrumento de limitação e moderação do poder. Mesmo o povo, em tempos de crise, tornar-se-ia escudo protetor institucional. Weingast afirmava que, se um governante violasse a Constituição de maneira explícita, atravessa uma “linha clara”, os cidadãos se organizariam contra ele e, prevendo essa reação, o governo não cometeria esse tipo de ato.²⁸. Mas, a exemplo do populismo delegativo, a maioria poderia vir apoiar um governo que faça o que a maioria quer, ainda que subverta as instituições democráticas. Isso é fenômeno que se explica, com maior cautela e precisão, através da neurociência. São questões altamente preciosas para essa pesquisa porque a autodecisão cidadã da revogação de direitos individuais fundamentais, tais como a liberdade, direito de escolha, opinião e participação nas decisões coletivas, serão objeto de análise no segundo capítulo quando comentaremos acerca da pós-verdade, mapas mentais, como elementos contidos na teoria cognitiva e sua imediata influência nos processos políticos sociais. “A esperança de que cidadãos pudessem ameaçar governos que cometessem transgressões contra a democracia, impedindo-os, com isso, de seguirem seu caminho, infelizmente é infundada. [...] o povo pode não reagir a essas violações mesmo que as perceba, ou pode ser incapaz de avaliar suas consequências”²⁹.

Veremos de forma onipresente que “O espectro das crises da democracia é repleto de incertezas e acasos.”³⁰. Também que “A democracia é, pois, constituída de fugazes momentos e não é uma condição permanente e inabalável. Não há regime no mundo que seja inteira e absolutamente democrático ou ditatorial todo o tempo, nem Constituição que seja absolutamente eficaz [...]. O importante é sabermos que somos homens e não deuses e, com todas as nossas imperfeições, bem como as das coisas que criamos, vivermos o máximo possível dos momentos democráticos que alcançamos realizar”³¹.

Então, mesmo como apaixonados pela efetividade constitucional democrática, nos afastemos das tensões produzidas na visualização de seus elementos constitutivos de crises nas dimensões econômicas, políticas, culturais. Os conflitos daí advindos que dividem uma determinada sociedade em um determinado momento produzem a polarização cuja intensidade vai depender diretamente do jogo dos interesses econômicos, valores culturais, questões simbólicas ou simples caprichos momentâneos. “Suas formas, seus temas e sua intensidade decorrem das ações de governos e das alternativas oferecidas por forças políticas rivais.”³². A

²⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.18.

²⁸ *Ibid.*, p.19.

²⁹ *Ibid.*, p.20.

³⁰ *Ibid.*, p.20.

³¹ OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni; CARVALHO NETO, Menelick. **Legitimidade e Efetividade como tensão constitutiva (conflito concreto) da normatividade constitucional**. Disponível em: https://www.academia.edu/14993250/Legitimidade_e_Efetividade_como_tensao_constitutiva_conflito_concreto_da_normatividade_constitucional. Acesso em: 02 out. 2023.

³² PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 32 p.

parte da frase sublinhada, posteriormente, a ser comentada em minúcias nos irá mostrar a capacidade de poderosos atores políticos, sedimentados na estrutura governamental de mobilizar pessoas, manipulá-las, conferindo-lhes novas percepções de sua individualidade e da coletividade construída. Visto que tal construção sociopolítica, mesmo em hipótese, possui profonte, pressupõe-se endereçar-lhe a linear responsabilização histórica.

“A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece” - *Cadernos do Cárcere* -. Uma declaração de Gramsci que nos é oportuna em toda a sua extensão, porque vai revelar dois momentos: um que caduca; outro que necessita chegar, mas se embaraça em fazê-lo. O vazio gerado entre esses dois momentos definidores e regentes das ações humanas permite trazer à realidade os *sintomas mórbidos*. Elencamos alguns deles como a diminuição do apoio aos partidos tradicionais (*o velho está morrendo*), a participação eleitoral está em declínio em diversas democracias e, em variável relacionada diretamente à essa pesquisa, “A perda da confiança nas instituições inclui também a mídia, os bancos, a empresas privadas, até igrejas.”³³ – a lista aqui e agora não se esgota.

Essa agora experimentada, crescente e contínua desconsideração da necessidade de uma construção cidadã refuta o conceito do que seja democracia. Desde Aristóteles – a deliberação sobre qualquer matéria, há democracia; o povo ostenta a igualdade em tudo.”³⁴. Vamos investigar esses *sintomas mórbidos* aqui denominados de crises e caminhemos nessa finalidade, porém revestidos de ânimo e expectativa em – ou simplesmente continuar convivendo com o enfadonho já conhecido – encontrar o novo que existe e já se projeta. Algo está acontecendo com as pessoas e o que acontece com elas está sendo refletido nas instituições. São comportamentos que revelam atitudes *antiestablishment*, antissistema, antagônicos absolutos dos modelos democráticos de governabilidade.

“A hipótese nula tem que ser a de que as coisas chegam ao fim, e não há nada de excepcional no que está acontecendo no momento presente”³⁵. Ainda, quietarmos-nos presos ao determinismo ou desistirmos em face do fatalismo ou ainda admitir a crença quanto a vivência de um tempo apocalíptico, rituais de despedida da experiência terrena.”³⁶.

Leveza, cautela e ânimo nos permitirão seguir o descortinar das crises, na experiência brasileira, crendo.... admitindo como Luckács que: “as crises são apenas uma intensificação da vida diária da sociedade burguesa”³⁷. Dada a comparação histórica focada nas recorrentes ações

³³ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.25

³⁴ ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 128.

³⁵ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.26

³⁶ “A visão fatalista-apocalíptica (é inevitável) e a visão otimista-tecnocrática (sempre houve crise e a humanidade sempre soube seguir adiante), ainda que pareçam diagnósticos diferentes convergem nas suas mesmas consequências sociais e políticas, pois ambas produzem um mesmo resultado: a passividade, a submissão, a dimensão do pensar e do atuar”. WART, Luis Alberto. **Territórios Desconhecidos**: a procura surrealista a pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade - Vol. I. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. p. 393.

³⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.26 p.

autocráticas em distintos países em distintas temporalidades, perceberemos que os sinais existentes ou a trajetória política, racionalmente escolhida, possibilitará a visualização evidente desses sinais, suas causas, seus efeitos e a possibilidade em nada mítica de interpretar o futuro.

Em uma democracia, como acima descrevemos, existem mecanismos que asseguram o funcionamento das instituições representativas, com competências previstas em lei, sendo a democracia um sistema em que se obriga a prestação de contas. Na percepção de Rosanvallon: “o poder não é considerado plenamente democrático se não for submetido aos testes de controle e validação ao mesmo tempo simultâneos e complementares à expressão da maioria.”³⁸. Nesse sistema, há de se requerer a concorrência de “Um mínimo de bem-estar econômico, certo nível de confiança cidadã nas instituições políticas ou um nível básico de ordem pública são bons candidatos às condições favoráveis à preservação da democracia. [...] o sistema fica vulnerável a rupturas quando essas condições estão ausentes”³⁹. Assim fica concluído porque, como verificaremos, essa matéria, recorrentemente, é objeto de investigação em toda a pesquisa. Validação e legitimidade são valores imbricados, construídos pluralmente, e responsáveis pela pacificação social porque ali repousa a deliberação popular – “Helmke (2010), por exemplo, dedica-se a analisar a relação entre a estabilidade judicial e o grau de apoio público (legitimidade popular) – *public support* - das cortes, ponderando que este é um fator fundamental – embora não o único – para se mensurar quão sólida é sua posição e sua capacidade de reagir contra tentativas de ataques pelos demais ramos do governo.”⁴⁰, sendo justamente o desgaste da independência judicial uma prova imediata de que alguma coisa está errada.⁴¹.

Tenhamos sempre presente que, no curso das violações normativas empreendidas por Jair Bolsonaro, figurava o Supremo Tribunal Federal como alvo quase que exclusivo de seus ataques. A isso atrelado, questionava a lisura das eleições, ante o uso de urnas eletrônicas, sem apresentar acervo probatório fático que respaldasse suas inquietações. Indagado, o Tribunal Superior Eleitoral respondeu com laudo pericial, conjugado à participação inclusive de representantes das forças armadas, do quanto crível se mostrava a instrumentalização do processo eletrônico eleitoral brasileiro. Mesmo países, como os Estados Unidos, observadores desse processo, manifestaram-se pela lisura de nosso sufrágio eleitoral. Daí que fazer crer que o processo eleitoral era fraudulento, valendo-se de mentiras, suspeitas infundadas, apresentava-se como prévia e possível ameaça à escolha presidencial popular, passível de futura anulação, caso viesse a descontentar a representação governamental, banindo a regular alternância de

³⁸ *Ibid.*, p.27.

³⁹ *Ibid.*, p.27.

⁴⁰ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023.

⁴¹ PRZEWORKSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.28.

poder. “A perda de confiança em instituições representativas (como na “democracia representativa”); ... severa desigualdade (como na “democracia social”); uso de repressão para preservar a ordem pública (como na “democracia liberal”).”⁴². Percebamos que são variáveis existentes em um mesmo eixo, intercomunicáveis e interdependentes. São conexões tão imbricadas e sensíveis umas às outras que a disfuncionalidade de qualquer de suas partes, se não reajustadas, em tempo poderá levar ao colapso da estrutura. Essas partes, por ora, podemos denominá-las como instituições cuja harmonia entre si favorece a governabilidade, estimula os mecanismos recíprocos de controle e garante a estabilidade.

Dada a complexidade da construção do Estado, essa se alinha conforme as regras criadas por esse Estado em cuja construção formal de regras projetam-se, por exemplo, as instituições supramajoritárias (bicameralismo; veto presidencial); instituições contramajoritárias (Cortes Constitucionais; bancos centrais independentes) ... necessárias para garantir a efetivação do Estado de direito ⁴³. Mas a experiência democrática não é una, uniforme. No Reino Unido e na Suécia, inexistente separação de poderes nem revisão judicial da Constituição, sendo que por ali as maiorias se abstêm de violar direitos. As instituições, na realidade crua, são pessoas organizadas, “qualquer arranjo político, relativamente estável”⁴⁴. Em suma, Przeworski afirma que “O que se costuma ser visto como uma relação entre democracia e Estado de Direito é, na verdade, uma relação entre instituições povoadas: governos e Cortes. A lei “imperar” quando políticos e burocratas obedecem a Juizes, e se políticos cumprem ou não as instruções de magistrados constitucionais, isso é um resultado contingente dos seus incentivos eleitorais.”⁴⁵. Essa denominação *instituições povoadas* traz relação com a escolha daqueles que irão compor sua membresia ... caso haja a operacionalização de interesses pessoais daqueles que os selecionam, o poder-decisão futuro estará comprometido, dada a quebra da imparcialidade já ocorrida na fase de escolha dos julgadores futuros – em se tratando de STF. Descreve-se tais reengenharias institucionais como cooptação e aparelhamento de Cortes Constitucionais. Por óbvio que a escolha dos membros de uma corte constitucional, por exemplo, traz consigo também certa carga de avaliação política, afinal serão essas pessoas que irão analisar a conduta dos atores políticos se essa vier a ser questionada. São as ambiguidades, opacidades e contingências normais da esfera política. Quanto as previsíveis contingências, devemos sempre pensar que democracia e contingência são conceitos gêmeos dada a alta carga de incerteza quanto aos efeitos decorrentes das conjunturas críticas e das escolhas promovidas por seus atores – “nenhuma mudança ocorre, mas poderia acontecer.”⁴⁶.

⁴² *Ibid.*, p.29.

⁴³ *Ibid.*, p.30.

⁴⁴ LEVINSON, Daryl J. **Parchment and Politics**: the positive puzzle of constitutional commitment, v. 124. Cambridge: Harvard Law Review, 2011. p. 19.

⁴⁵ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 30 p.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 33.

Por exemplo, pelo interesse no resultado das eleições, essas se apresentam como elemento disciplinar dos atores políticos.⁴⁷ O Estado de Direito é violado, mas, na medida em que as ações dos políticos forem motivadas pelo medo de perder as eleições, o sistema ainda é democrático, pelo critério minimalista; a democracia é “iliberal”, sendo iliberal porque os políticos acham que do contrário perderiam eleições.⁴⁸ Mas as eleições não são uma percepção unilateral dos políticos, sendo normal, envolver participação, mobilização e entusiasmo popular.

Na construção dessas deliberações que ocorrem na esfera pública, os conflitos são parte inerente dada a nossa complexidade⁴⁹, pluralidade⁵⁰ e multiplicidade de interesses em jogo, incluído tensões culturais, econômicas e políticas.

Considerando as dimensões de complexidade, pluralidade, interesses e valores conflitantes⁵¹, a produção de conflitos disso resultante passam a ser ordeiros se forem processados no âmbito institucional⁵² já que os riscos de não se alcançar êxito são grandes fora desse domínio e, também, de sistemas coletivos de negociação, Cortes e burocracias públicas. Przeworski orienta que os conflitos são estruturados, absorvidos e regulados institucionalmente⁵³. Por isso, a importância da construção das regras, como e quando elas se efetivam, são fatores garantidores da estabilidade e consequente preservação do desenho constitucional democrático. Rechaça-se de todo a instalação de mecanismos de construção social subversivo que produza a desconfiança popular quanto à funcionalidade das instituições. A surdez das angústias populares e, em especial, a crença de que os resultados das eleições não trazem consigo a inovação aspirada fazem com que as pessoas se voltem contra o sistema⁵⁴. A necessidade dessa abordagem em particular é extrema e veremos a seguir ainda neste capítulo.

A palavra crise vem do grego antigo e significa decisão, no registro experimental dos *sintomas mórbidos*, impera-se a tomada de decisões que serão conhecidas como e quando se

⁴⁷ Na democracia, o único dispositivo eficaz para disciplinar políticos são as eleições. ... “os indivíduos que governam precisam contar com uma chance considerável de seu poder chegar ao fim” e precisam prever a possibilidade de recuperar o poder depois de perdê-lo. - Dixit, Grossman, Gull. Há duas possibilidades: 1 – políticos (e burocratas) obedecem a juízes porque se não o fizerem perdem eleições, de modo que “a lei impera”; 2 – políticos não obedecem a juízes porque se o fizerem perdem as eleições – a maioria não quer que os políticos escutem o que os juízes dizem que podem ou não fazer. (PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.37.

⁴⁸ Uma ordem institucional prevalece se apenas as forças políticas que constituíram acesso normalmente ao sistema representativo se envolverem em atividades políticas, e se essas organizações tiverem incentivos para buscar seus interesses através das **instituições e incentivos** para tolerarem resultados desfavoráveis. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.31.

⁴⁹ “[...] a condição do ser humano, e, portanto, guarda íntima relação com as complexas, e, de modo geral, imprevisíveis e praticamente incalculáveis manifestações da personalidade humana.”. SARLET, Ingo Wolfgang. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC, n. 09, jan/jun, 2007, p. 362.

⁵⁰ “a pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir.”. ARENDT, Hannah. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC, n. 09, jan/jun, 2007, p. 371.

⁵¹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.30 p. 37 p.

⁵² *Ibid.*, p. 32.

⁵³ *Ibid.*, pp.178-187.

⁵⁴ *Ibid.*, p.33.

opera na trajetória escolhida, os implementos de eventos, concorrência ou combinação desses eventos ou acontecimentos em uma dada temporalidade. A isso chamamos de conjuntura crítica e torna-se crítica não em decorrência de alguma experiência dramática, mas porque desencadeia um processo de feedback positivo⁵⁵. As crises não são prenúncios. Elas já atestam que alguma ameaça à democracia se materializou, mas as instituições democráticas continuam funcionando, restando-nos as consequências.

Isso ocorre quando “o status quo é insustentável e nada ainda o substituiu.”⁵⁶. Há de se considerar os desastres que ocorrem nas democracias podendo serem transformados em crises. Przeworski, cita Habermas, e nas quatro exemplificações extrai-se a presença de déficit na esfera comunicativa social – racionalidade - e ausência de eficiência para governar⁵⁷.

Reiteramos que “os sinais visíveis de que a democracia está em crise, incluem perda súbita de apoio aos partidos estabelecidos, diminuição da confiança popular nas instituições democráticas e nos políticos, conflitos explícitos sobre instituições democráticas ou a incapacidade de os governos manterem a ordem pública sem repressão.”⁵⁸. Assoma-se a quebra da legitimidade. Alijamento dos canais de dialogicidade e reconhecimento recíproco entre quem governa e governados. Afastada a possibilidade do diálogo entre pessoas autônomas e plurais, entre as instituições ou entre população e governantes, sobra-nos o vácuo da desordem e desconstrução uma vez que “o diálogo é um discurso orientado para o consenso”⁵⁹. Com isso, “A democracia está em crise quando punhos cerrados, pedras ou balas substituem votos.”⁶⁰ As reformas parciais são instrumentos de superação das crises. O grupo que detém o controle da agenda política faz concessões aos grupos subprestigiados, acarretando algumas reformas institucionais (Exemplo clássico: é a extensão do direito ao voto às classes mais baixas que neutralizou a ameaça de revolução mudando a situação de renda do eleitor decisivo). Entretanto, em se tratando de desenho democrático constitucional, o que se evita categoricamente é a possibilidade de que grupos políticos venham a argumentar, fazendo uso da manipulação e, com êxito, “que a única maneira de remediar desastres já em curso – crises econômicas, arraigadas divisões na sociedade, ruptura da ordem pública – é o abandono da ordem política,

⁵⁵ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.51 (Tradução nossa).

⁵⁶ GRAMSCH: ... a situação atual é de certa forma insustentável, **que alguma ameaça à democracia se materializou**, mas as instituições democráticas continuam funcionando. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro, 2020. p.34.

⁵⁷ “o sistema econômico não produz a quantidade necessária de bens de consumo; ou o sistema administrativo não produz a quantidade necessária de decisões racionais; ou o sistema de legitimação não fornece a quantidade necessária de motivações generalizadas; ou o sistema socioeducacional não gera a quantidade necessária de significado motivador de ação”. (37 p). HABERMAS, J. **A Crise de legitimação no Capitalismo Tardio**. Tradução de V. Chacon. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, p. 37.

⁵⁸ [...] “para entender as crises é preciso pensar em termos de interesses e valores conflitantes”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.37.

⁵⁹ NEVES, Marcelo. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais como diferença paradoxal do sistema jurídico**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

⁶⁰ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.37.

a união sob um líder forte e a repressão contra o pluralismo de opiniões, em resumo, autocracia, autoritarismo ou ditadura. O cataclismo iminente é que a democracia sofrerá um colapso brusco ou se desgastará aos poucos até atingir um ponto de não retorno”⁶¹

É o efeito corrosivo das instituições e normas democráticas, a subversão sub-reptícia da democracia, que fazem uso do que foi sorrateiramente construído como legal ... “o uso de mecanismos legais que existem em regimes com credenciais favoráveis para fins antidemocráticos”⁶². Uma fronteira tênue que requer sensibilidade por parte do observador para distinguir o que edifica e o que destrói. Figuram assim o autoritarismo eleitoral; o autoritarismo competitivo; a democracia iliberal (liberal, se preserva a ordem pública) e os regimes híbridos. [...]. Explicita-se a convicção de que “Retrocessos, desconsolidação e retrogressão não precisam acarretar violações de constitucionalidade e mesmo assim destroem as instituições democráticas.”⁶³. É razoavelmente crível que interpretar esses sinais que evidenciam as crises sofridas pelas instituições significa antecipar suas consequências evitando-se prosseguir no caminho cujo fim resulta no colapso democrático, seja ele esperado na forma abrupta ou em desgaste gradual. Situação remediada somente por meio da imediata restauração do status quo.

1.5 DEMOCRACIA E NEOLIBERALISMO EVOCADO PELO CAPITALISMO – TENSÃO INERENTE

Mesmo na percepção minimalista de Schumpeter de quem a governabilidade democrática deve ocorrer com eficiência, precisamos ter em perspectiva primeira que as molas estruturais em que a democracia se desenvolveu se apresentam na forma da igualdade política – o que é - e a busca do poder político (seja alicerçado ou não em interesses econômicos)⁶⁴. Explicitamente, Przeworski afirma que “Equiparar os conceitos de liberdade nessas duas esferas – democracia e capitalismo - é apenas jogar com as palavras.”⁶⁵. Há mesmo graves tensões decorrentes da efetiva coexistência democrática constitucional e seus princípios constitutivos como liberdade e igualdade.⁶⁶⁶⁷Essas importantes considerações não nos vencem

⁶¹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.39.

⁶² VAROL, 2015. *In*: PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p. 39.

⁶³ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.39.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 33.

⁶⁵ *Ibid.*,p.41.

⁶⁶ Thomas Macaulay, comentando acerca do perigo representado pelo sufrágio universal à propriedade: “A essência da Carta é o sufrágio universal. Se você recusa isso, não importa muito o que mais você concebe. Se concebe isso, não importa muito o que mais recusa. Se concebe isso, o país está perdido [...]. Tenho a firme convicção de que, em nosso país, o sufrágio universal é incompatível não apenas com esta ou aquela forma de governo, e tudo em nome do qual os governos existem; ele é incompatível com a propriedade e é conseqüentemente incompatível com a civilização”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p. 41.

⁶⁷ Karl Marx: “As classes cuja escravidão social a Constituição perpetuará, o proletariado, da c o campesinato, a pequena burguesia, ela [a Constituição] coloca posse do poder através do sufrágio universal. E da classe desse velho poder social ela sanciona, a burguesia, retira as garantias políticas desse poder. Impõe ao governo da burguesia condições democráticas, que a todo momento colocam em risco os próprios alicerces da sociedade burguesa. **De uns ela exige que não avancem da emancipação política para a emancipação social; de outros, que não retrocedam da restauração social para a restauração política** – ressaltei.”. Ainda com Marx: “[...] ... a combinação de democracia com capitalismo era uma forma de organização da sociedade inerentemente instável

em desânimo, até porque a humanidade já experimentou e continua atestando que a construção de um Estado, mediante o implemento do sistema democrático, alicerçado na conservação e ampliação dos direitos quanto a liberdade e igualdade é a melhor escolha.

A convivência entre democracia e capitalismo existe em vários países e esta constatação possibilita-nos sem medo enfrentar as análises críticas vindas de Macaulay e Marx, não respaldando-as, por absoluto, em seus efeitos. A impossibilidade de convivência entre democracia vem sendo superada por meio de adaptações e compreensão dos incisivos promotores do existente antagonismo⁶⁸. Nisso, observa-se uma acomodação partidos-operários – que, diga-se, já não são reconhecidos por essa exclusiva definição - e sindicatos que aceitaram o capitalismo; e partidos políticos burgueses e organizações patronais aceitaram alguma redistribuição de renda. Os sindicatos, vistos como uma força veemente de contestação à precariedade de ações distributivas observadas no capitalismo, moderaram suas demandas e perderam sua densidade organizacional, sua capacidade de comandar e disciplinar trabalhadores e, partilhando com outras forças políticas, foi-se seu poder de monopólio⁶⁹.

Comparativamente, constata-se que as democracias bem estabelecidas se localizam em países economicamente desenvolvidos e mais imunes a crises econômicas e a outras crises daí decorrentes, mesmo de grande magnitude. Conjuga-se a isso o sentimento democrático plantado na sua proto-política, alargando-se com profundidade na sua cultura. Se há a necessidade da igualdade política, o desejo humano pela busca do poder por meio dos jogos competitivos – que verificará no capítulo com gênese na economia, apesar de não se restringir à essa nascente - constata-se com todas as facilidades que o controle da legislação lhes garante a oportunidade de aprovar regulamentações em benefício próprio⁷⁰. Pzeworski corrobora nossa afirmação de que “A *troca de favores* por recursos financeiros é mais uma fonte de vantagens. E, quando tudo o mais falha, “o último recurso é a fraude”⁷². Juliano Benvindo e Acunha ao explicar sobre fragmentação política na perspectiva da Suprema Corte de Justicia de la Nación (SCJN) - México, e o Supremo Tribunal Federal (STF) - Brasil, atestam o caráter

... somente um estado de coisas espasmódico, excepcional [...] **impossível como forma normal de sociedade**”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.p. 42.

⁶⁸ Em 13 países a democracia e o capitalismo coexistem sem interrupções por pelos menos um século. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.42, p.43.

⁶⁹ *Ibid.*, p.43.

⁷⁰ Advogados [...] tendem a tomar a legislação como pronta, um dado exógeno e arbitrário, que os tribunais devem, então, processar. [...] Cientistas sociais buscam compreender as forças que criam as regras, as perpetuam e promovem mudanças. Eles estão interessados em todas as instituições de criação do direito [rule-making institutions]; legislativas, administrativas e judiciais. [...] Regras são um dos prêmios da arena políticas.” Richard Abel, p 46. In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de (org.). **O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade**. Brasília: OAB Editora ; Editora Universidade de Brasília, 2021.

⁷¹ Exemplo de manipulação por meio do controle de legislação: “[...] basta pensar nos eleitores ... 1 - o conveniente redesenho dos distritos eleitorais – o gerrymandering ... (é um controverso método de definir em termos de área os distritos eleitorais de um território para obter vantagens do número de representantes eleitos, em especial nos locais onde se utiliza o sistema eleitoral majoritário com voto distrital) 2 – registro restritivo de eleitores alfabetizados e uso cédulas de votação impressas de difícil compreensão em áreas onde predomina o analfabetismo; 3 – manipulação de sistemas eleitorais. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.44.

⁷² *Ibid.*, p.45.

peçoal dos interesses dos atos políticos: “Diferentemente do México, o Brasil apresenta uma configuração político-partidária que, malgrado possa indicar uma certa constância dos membros da elite política ao longo da história, é caracterizada por um alto grau de fragmentação e, ao mesmo tempo, por uma coesão que somente é conseguida por conta de “múltiplas negociações e trocas de favores particularizados”. Por isso, embora a fragmentação política no sistema partidário brasileiro seja temperada pelo fato de, historicamente, o presidente “[contar] com o apoio sólido de uma coalizão partidária”, o desenho institucional apresenta sérias disfuncionalidades na prática do jogo político. Miguel e Assis (2016) – ainda com Juliano e Acunha -, por exemplo, argumentam que, mais do que disciplina, há um alto grau de dispersão da forma como são feitas as negociações. É preciso equilibrar, desse modo, as conclusões sobre o êxito das coalizões com o “peso das bancadas informais suprapartidárias”, as “constantes formações de blocos subpartidários que negociam, cada um por si, com o poder executivo, o “comportamento dos candidatos” [...] não se pode descartar, por outro lado, que existe uma fragmentação nos processos de negociação e barganhas políticas que podem estar contribuindo, de algum modo, para esse fim. Neste parágrafo, concluem os autores: “boa parte das questões passa por múltiplas bancadas pluripartidárias e por interesses pessoais”⁷³. Horowitz afirma: “Normalmente, embora o cenário varie muito, a negociação é o método pelo qual as propostas são elaboradas. A negociação tem suas próprias exigências; envolve barganha, negociação e divisão de diferenças. Se surgirem obstáculos porque os participantes têm preferências divergentes, eles podem trocar em comensuráveis para superar os obstáculos, produzindo assim uma mistura de instituições ou mesmo consagrando soluções inconsistentes para problemas dentro de um mesmo documento. Com a negociação, pode-se contrastar o planejamento, um processo destinado a produzir soluções internamente consistentes para os problemas. Mesmo a partir de um processo de planejamento, é claro, resultados perfeitamente coerentes são improváveis, mas de qualquer forma, no desenho constitucional democrático, a barganha, a negociação são as principais modalidades. A negociação tem muito a elogiar, mas a coerência não está entre suas virtudes.”⁷⁴. Mesmo com essa afirmação última, estaríamos sendo incompletos se não reconhecemos que essas negociações são decorrentes também de um julgamento ético necessário sobre a tomada de decisões pessoais ou coletivas, que se aventura rumo a um equilíbrio onde existe o dissenso.⁷⁵

Percebamos que os interesses e valores em jogo são multidimensionais. Alcança os interesses pessoais e os coletivos de uma classe – em se tratando de disfuncionalidade

⁷³ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023. pp. 69-70.

⁷⁴ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.117. (Tradução nossa)

⁷⁵ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.86.

institucional, apresenta-se como a classe política, agora profissionalizada. Sendo que um dos elementos de reengenharia constitucional, conforme exemplo acima descrito comparativamente, estão as regras eleitorais norte-americanas relacionadas ao gerrymandering e o registro restritivo de eleitores alfabetizados e uso cédulas de votação impressas de difícil compreensão em áreas onde predomina o analfabetismo, formas de manipulação de sistemas eleitorais. Contudo, tais adaptações não ocorrem fora da lei⁷⁶⁷⁷.

Aparentemente, preservam-se “todas as liberdades”⁷⁸, a classificação tricotômica composta por regimes híbridos, semiautoritarismo e autoritarismo eleitoral. São elementos atípicos para a construção elementar do conceito de democracia. Estruturas de regimes que não satisfazem os requerimentos plenos de liberdade e igualdade. Em uma relação temporal e de relação causa/efeito, planta-se agora para acolher amanhã. São as evidências do agir estratégico e nesta etapa de nossas abordagens, reveladoras de graves distorções institucionais e crises de legitimidade envolvendo eleitor/representantes e também em relação a outras instituições representativas, caminhamos concorrente à possibilidade sempre presente da ocorrência de várias formas de resistência popular - grandes manifestações de rua, greves, ou tumultos - .“Nesses casos, o perigo é que os conflitos políticos extrapolem as fronteiras institucionais, resultando na ruptura da ordem pública. Eles podem ou não assumir esse risco e, se assumem, a democracia está em crise.”⁷⁹.

Agora, mesmo nas lições atuais e dignas de acolhimento de Przeworski, afirma-se que, para adquirirmos percepção futura, necessitamos identificar hipóteses no presente, tendo como parâmetro o passado.⁸⁰⁸¹. Contudo, concluir hoje e prever o amanhã não se restringe a uma análise regressiva infinita ou à preservação de um fatalismo imerso ou, minimamente, concorrente ao determinismo. O peso dessa afirmação pode ser suportado e compreendido pelas impressões produzidas em Paul Pierson e sua interessante – e inovadora - exposição acerca da teoria da escolha racional e do institucionalismo histórico, como processos de construção da vontade coletiva observando a intensificação de mecanismos de construção social autorreforço, produzidos em processos desencadeados de feedback positivo. Podemos perceber

⁷⁶ “[...] as **forças políticas por trás dos partidos** têm umas chances de ver que podem proteger ou promover seus interesses conduzindo seus esforços dentro do quadro constitucional. [...] a partir de 1918, 82 democracias atenderam ao critério de ter passado por pelo menos duas transferências de poder. Treze delas sofreram colapso de maneira palpável. Botsuana (um país onde todas as liberdades pareciam ter sido respeitadas, mas o mesmo partido vinha ganhando as eleições durante trinta anos [e agora durante quase sessenta anos]”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

⁷⁷ *Ibid.*, 51.

⁷⁸ *Ibid.*, p.1.

⁷⁹ *Ibid.*, p.45.

⁸⁰ *Ibid.*, p.46.

⁸¹ “ Para olhar o futuro, para identificar as possibilidades latentes na situação atual, precisamos primeiro ver se é possível aprender alguma coisa com o passado. Em que condições as instituições democráticas deixaram de absorver e regular conflitos pacificamente. [...] – reitera - : “As lições da história são relativamente confiáveis quando as condições atuais imitam as observadas em algum momento do passado, mas duvidosas quando não há precedentes. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 19.

claramente a realidade prática dessa afirmação, quando detemos um olhar mais sensível na formação cognitiva da opinião coletiva, ao núcleo dessa pesquisa, como a retórica populista vai se alargando gradualmente na mente das pessoas até a chegada do ato decisório. No curso de toda essa narrativa, essas possibilidades serão manifestas.

Existem simetrias já conhecidas que revelam o colapso ou a sobrevivência de uma democracia ou neste momento um fenômeno novo, acrescido por uma intensidade ou ainda, algo excepcional se apresenta?⁸²

Com base no conceito de democracia dados os seus elementos constitutivos, há casos nos quais o colapso é manifesto, marcado por algum “evento decisivo”. Não necessariamente essas conjunturas críticas (ou causação histórica) – não relacionando *ser crítica* em decorrência de dramaticidade em grande escala, antes, porque desencadeia um processo de feedback positivo - sejam elas unicamente determinantes, apesar de muito importantes, em um ciclo formado de consistência tal que culmine, em resultado irreversível⁸³. Nessa irreversibilidade, Pierson cita Arthur Stinchcombe naquilo que já co-denominamos como “causação histórica” – em que dinâmicas desencadeadas por um evento ou processo em um ponto no tempo se reproduzem e se reforçam mesmo na ausência da recorrência do evento ou processo original”⁸⁴⁸⁵.

Adiantando, em síntese, a massiva retórica bolsonarista proclamando a ruptura institucional, alargando a desenvoltura do Executivo em redução da visibilidade – ou desmoralização – do Judiciário, em uma inovada reengenharia da democracia brasileira com data implantada na mente dos brasileiros – 7 de setembro de 2022 -, por certo, poucos descreiam na chegada avassaladora do cavalo da ditadura montado por Jair Bolsonaro. Muitos suspenderam seus projetos pessoais, os que estavam fora do país pensaram em não mais retornar, os que estavam dentro já se imaginavam em partida ou experimentando uma situação de exílio. O que talvez não tenha gerado a facticidade do evento autoritário semeado tenha sido o somido incerto da trombeta. Varáveis como a não confirmada adesão completa por parte do alto escalão das forças armadas ao projeto golpista. Hipótese com previsibilidade elevadamente

⁸² Condições que possibilitam mudanças institucionais: “rápida desestabilização dos sistemas partidários tradicionais; estagnação de salários baixos; fim da crença no progresso material”. PRZEWORKSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.19.

⁸³ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 51. (Tradução nossa)

⁸⁴ *Ibid.*, p. 95.

⁸⁵ “relativamente confiáveis quando as condições atuais imitam as observadas em algum momento do passado, mas duvidosas quando não há precedentes - King e Zheng.”. PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.95. (Tradução nossa)

⁸⁶ “[...] os passos em uma sequência são irreversíveis porque as alternativas perdedoras são eliminadas do leque de opções possíveis.”. PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 95. (Tradução nossa)

⁸⁷ Embora as análises que invocam a linguagem de “conjunturas críticas” às vezes se concentrem em eventos dramáticos de grande escala, essas qualidades não são necessárias nem suficientes para gerar dinâmicas dependentes do caminho. Na verdade, o ponto principal em análises dependentes do caminho é que as “causas” podem parecer relativamente pequenas em comparação aos seus efeitos, O que torna uma determinada conjuntura “crítica” é que ela desencadeia um processo de feedback positivo. PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.51. (Tradução nossa)

contingencial. Por pouco, muito pouco mesmo, uma narrativa como esta, carregada com um conteúdo descritivo e que à luz da constitucionalidade democrática expõe, em uma curta temporalidade (2019/2022), a colonização da consciência popular, ante a sub-repção da confiança cidadã nas instituições representativas, mediante a utilização dos elementos constantes no embuste da pós-verdade, em um intenso agir estratégico em favor dos interesses da extrema-direita, seria posta sob austera censura ou mesmo impingindo ao autor a restrição de sua liberdade. Seriam os expurgos de um dos fundamentos da democracia: a liberdade de crítica – expressão em vida.

Mas há outros eventos em que a democracia desmorona em uma mudança política denominada a jusante - downstreaming (maré abaixo) de maneira plenamente visível constituindo brevíssimo resultado, incontida, geralmente com a quebra do status quo democrático. Com isso podemos argumentar razoavelmente se ocorreu ou não a ruptura democrática. Fatos como os que ocorreram no Chile em 1973, ou a sustentação de um governo mantido há vinte anos Erdogan, na Turquia (desde 2003) sem qualquer transferência de poder e Nicolás Maduro na Venezuela (igualmente desde 2013), são exemplos de “ [...] políticos que assumem o cargo de maneira legal conseguem remover todas as restrições ao seu poder e erradicar qualquer oposição organizada [...] os pontos de ruptura são óbvios”.⁸⁸

2.1 CRISES NAS DIMENSÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS OU CULTURAIS

As crises costumam orbitar as dimensões econômicas, políticas ou culturais. Ocorram elas isoladamente ou em correspondência dessas condições especificadas⁸⁹. Distinguir as causas das crises permite-nos diagnosticar a raiz do problema-motivador e tecer uma perspectiva de sua extensão e efeito ao longo do tempo.

Precisamos retomar nossa afirmação de que a estabilidade democrática perdura nos países onde ela foi estabelecida há mais tempo e onde a economia é bem desenvolvida⁹⁰. Na perspectiva de Paul Pierson que analisa a escolha da trajetória e os mecanismos de formação de elos de autoreforço, ou seja, processos decisórios incrementados e que, quando construídos em extensa temporalidade, produzem elevada estabilidade, observaremos relações de causa e efeito que distinguirão como e quando as alterações institucionais ocorrerão. “Apenas três democracias consolidadas entraram em colapso depois de crises econômicas assim definidas:

⁸⁸ Quanto a obviedade da imediata ruptura institucional, exemplificamos: “O fim jurídico da democracia de Weimar foi assinalado por um “evento decisivo”: a autorização dada pelo Reichstag (o parlamento) em 23 de março de 1933 para que o governo agisse de maneira inconstitucional. Na Estônia, o colapso da democracia foi marcado pela decretação da lei marcial e pelo adiamento das eleições pelo primeiro-ministro Konstantin Pars em 12 de março de 1934. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. pp.52-53.

⁸⁹ *Ibid.*, p.53.

⁹⁰ Quase todos concordam que é improvável o colapso da democracia em países economicamente desenvolvidos; há forte evidência de que em países menos desenvolvidos a democracia é vulnerável à desigualdade de renda, e que, quanto mais velhas são, é mais provável que continuem existindo. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.55.

Alemanha (1933), Equador (2000) e Peru (1990).”⁹¹. Devemos salientar que as transformações de crises econômicas em crises políticas, em regra, não acontecem concorrentemente ou que sejam interdependentes ou mesmo de forma automática⁹².

2. 1. 1 DIMENSÃO ECONÔMICA

A Dimensão Econômica em suas muitas expressões, por exemplo, na estagnação de salários, estendendo-se por longo período, somada ao alto índice inflacionário, resulta na corrosão do poder aquisitivo, em ambiente ainda de alto desemprego. Isso perdurando em estado de estase⁹³, prolongado e em aflição e desconforto do cidadão, gera o sentimento de medo e incerteza, situação que o impede vislumbrar superação se permanecer o status político e social vigente – “a esperança demorada enfraquece o coração” -. Nessa combinação de eventos, constatamos a possibilidade de existência de processos ou mecanismos evolutivos e inter-relacionados entre as dimensões econômica, política e cultural.

Oportuniza-se afirmar que mesmo em crises econômicas, as democracias que mantiveram estabilidade foram aquelas que, redistribuindo renda, aumentaram níveis de igualdade social e material⁹⁴.

As formas de governabilidade democráticas também refletem distintos efeitos sobre uma realidade democrática quando em sobressaltos e suas distinções revelam o quanto é importante considerar a temporalidade quanto a tomada de decisões em tempos de crise. Przeworski conclui que “A fraqueza das democracias presidenciais é evidente.”⁹⁵. E, apesar de informar que a diferença não se deve ao sistema em si, quando cita Cheibub, diz-nos que “as democracias presidenciais são frágeis quando sucedem ditaduras militares e não civis.”⁹⁶. Talvez seja o reflexo de uma desmilitarização incompleta, ou a política de uma transição de democrática não bem recepcionada, apesar de constitucionalmente prevista. Mas essa pesquisa traz uma contemporaneidade experimentada pelo Brasil de agora considerando a prática

⁹¹ Crises definidas como econômicas “são situações em que a renda per capita caiu pelo menos 10% durante anos consecutivos”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.57 .

⁹² LINDVALL comparou **efeitos eleitorais das crises econômicas** de 1919-32 e 2008-11 e descobriu que eram muito parecidos. Em ambos os períodos, governantes perderam votos e eleições realizadas logo depois da crise favoreceram a direita, enquanto as realizadas mais tarde não produziram nenhuma oscilação para a esquerda. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.57.

⁹³ A diferença mais notável, que não é novidade para estudantes de transições de regime, é a de renda per capita. Já há algum tempo sabemos que as democracias são inexpugnáveis em países economicamente desenvolvidos. [...] O crescimento econômico era muito mais lento em democracias que ruíram do que nas sobreviveram. A diferença é grande: a economia de países onde a democracia ruiu estava quase total estagnada – sublinhei -. O crescimento econômico era muito mais lento em democracias que ruíram do que nas que sobreviveram. A diferença é grande: a economia de países onde a democracia ruiu estava quase completamente estagnada. Outra fonte, Maddison, que inclui um período anterior e termina em 2008, mostra uma diferença ainda maior. Dessa forma mesmo que crises econômicas de curto prazo não ameacem a democracia, a estagnação prolongada de renda pode ameaçar. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.59-60 p.

⁹⁴ As democracias que sobreviveram foram aquelas que redistribuíram uma boa parte de suas rendas, enquanto aquelas que ruíram não redistribuíram nada. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.61.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 61.

⁹⁶ *Ibid.*, p.61.

governamental bolsonarista implantada recentemente (2019/2022) que, como em outras governanças reacionárias, pretendia a desconsolidação de regras vigentes que lhe impediam a execução de seus interesses e, como nítido exemplo, apresentamos a justiça de transição brasileira. Matéria comentada com mais detença no segundo capítulo.

Proseguiremos com menções sobre instituições e sistemas governamentais considerando as significativas características observadas nestes “sistemas democráticos de instituições”, que preferimos denominar como formas de governabilidade⁹⁷. Interessa-nos, especificamente, ter compreensão imediata e nítida que “A grande diferença essencial entre os sistemas parlamentar e presidencial é que o primeiro tem um mecanismo embutido para mudar governos que não conseguem lidar com crises e se tornam impopulares: a moção de censura. Nos sistemas presidenciais, porém, o principal executivo é eleito para um mandato fixo e nomeia seu gabinete, na melhor das hipóteses sujeito à aprovação do Congresso.”⁹⁸. A continuidade do Presidente no cargo está garantida, mesmo que com baixíssima aceitação pública, salvo se houver praticado atos ilegais, passíveis de sanções como *impeachment*, que, como sabemos, pode ser usado como instrumento legal de uma maioria para impedimento de um governante que caia em desgraça à ótica do Legislativo. Não havendo uma precisa forma institucional de afastar o governante impopular ou mesmo ineficiente, a devida necessidade de ser respeitado o interstício de seu mandato eletivo, o sistema presidencial apresenta considerável vulnerabilidade em momentos de crise⁹⁹.

A alternância pacífica de poder é uma forma de alívio das pressões trazidas pelas crises. Entretanto, observamos uma tendência ao governo perpétuo e sem limites desejado pelos líderes anti-estado. Parece-nos plenamente cabível o seu interesse estratégico em ter as instituições democráticas sob o controle de sua agenda política. Os conflitos inerentes às crises, como já citamos acima (p. 18) – podem ser estruturados, absorvidos e regulados institucionalmente¹⁰⁰ – analisaremos com maior detença no capítulo dois. Então, há previsão de superação das crises institucionalmente¹⁰¹. Podendo ocorrer, inclusive, o fenômeno do desenvolvimento institucional. Em face dos ataques bolsonaristas, expressivamente ao sistema eleitoral

⁹⁷ “Não só o Estado, com seus aparelhos ideológicos e administrativos, se transformou na referência principal da política dos cidadãos e dos grupos, mas de fato de ele intervir de maneira crescente e sutil na sociedade incidiu sobre as fontes da sua legitimidade”. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. trad. Carmen C. Varriale *et al.* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 696.

⁹⁸ Przeworski elenca três tipos de sistemas democráticos de instituições: 1) Parlamentares; 2) Mistos (semipresidenciais); 3) Presidenciais. Havia 44 democracias parlamentares consolidadas, e, dessas, seis ruíram, 1 em 7,3: dezesseis sistemas mistos ou semipresidenciais), dos quais um ruuiu; e 26 presidenciais, dos quais seus ruíram, 3 em 3,7. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.62.

⁹⁹ Democracias presidenciais são mais inclinadas a cair, sendo particularmente vulneráveis a crises governamentais. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp.63-64.

¹⁰⁰ *Ibid.*, pp.178-187.

¹⁰¹ Nos Estados Unidos de Nixon, o perigo era a usurpação do poder pelo governante, ao passo que na França no fim dos anos 1950 a ameaça era um golpe militar. Nos dois países, **as crises foram resolvidas institucionalmente**, mas de maneiras diversas: nos Estados Unidos **as instituições existentes superaram a crise e saíram intactas**, enquanto na França a solução envolveu conflito e implicou importantes reformas institucionais. ... [...] Como as crises surgiram e foram resolvidas pela força **ou recorrendo-se às instituições**.”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.65.

brasileiro, às decisões do Supremo Tribunal Federal, a firme atuação institucional foi eficiente para minorar a capacidade sonora de Jair Bolsonaro, abrandar a insurreição popular e tornar-se, por eficácia, inoportuna a inclusão despótica do legislativo ao discurso populista, provocando de forma contundente o colapso do desenho democrático constitucional brasileiro, na forma ainda concebida.

Com Adam Przeworski em seu *Crises da Democracia* faremos breve menção das conjunturas políticas e sociais ocorridas nas democracias alemã, chilena, francesa, estadunidense e a brasileira. Essa superficial retrospectiva com base no direito constitucional comparado nos orientará sobre os eventos e acontecimentos processados em momentos e locais distintos com um elemento comum àquelas democracias referidas: o enfrentamento de crises. As repercussões finais daqueles conturbados processos políticos e sociais culminaram em subversão democrática, mas também na contenção dessas retrogressões.

Como acima afirmamos, as crises alcançam dimensões econômicas, políticas e culturais. Na experiência alemã (1928-33), a história de Weimar foi intensificada por duas crises: a hiperinflação de 1923 e o desemprego resultante do colapso de 1929, sendo que inexistia grande desigualdade de renda segundo a medição do coeficiente de Gini à época¹⁰². Experimentando a sociedade alemã intensa polarização quanto à democracia e ao capitalismo. “[...] ideias antidemocráticas de todos os tipos, não só nazistas, continuaram fortes no período [...]. A polarização era tão acentuada que uma testemunha daqueles anos observou que tudo que se conseguia ouvir era “viva!” ou “morra!”¹⁰³. Com isso toda a possibilidade de formação de coalizão tornava-se inalcançável, impossibilitando a governabilidade¹⁰⁴. Os partidos políticos estavam sem liderança que produzisse disciplina e homogeneidade.

Lepsius nos traz o quanto havia se tornado difícil o estabelecimento do consenso: “A coerência de um governo era alcançada pela interação de umas poucas personalidades capazes de exercer influência dentro de seus partidos para convencê-los a tolerar o governo questão por questão [...]. O governo tornava-se mais dependente das prerrogativas do Reichpräsident e se via como uma agência independente que precisava continuar governando através da contínua administração de crises, apesar do parlamento fragmentado”¹⁰⁵.

Przeworski afirma que a democracia alemã nasceu da violência da Primeira Guerra Mundial, com gênese violenta. Desde o início, “partidos políticos se associavam a bandos

¹⁰² COEFICIENTE DE GINI: é um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. IPEA. **O que é? - Índice de Gini** Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28#:~:text=O%20%C3%8Dndice%20de%20Gini%2C%20criado,apresentam%20de%20zero%20a%20cem). Acesso em: 03 out. 2023.

¹⁰³ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.68.

¹⁰⁴ “Em razão da estrutura de fragmentação política e do sistema institucional – sobretudo o sistema eleitoral -, formar governos da maioria que fossem suficientemente homogêneos para funcionar era quase impossível. “Os partidos estavam longe de ser homogêneos e disciplinados. Em vários casos primeiros-ministros descobriam que não contavam com o apoio dos próprios partidos nos vários acordos políticos por meio dos quais tentavam salvar as coalizões. [...]”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.72.

¹⁰⁵ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.72.

armados e uniformizados, tropas paramilitares cuja tarefa era montar a guarda em reuniões, impressionar a opinião pública marchando em formação pelas ruas e intimidar, surrar e vez por outra matar membros de unidades associadas a partidos políticos. As relações entre políticos e paramilitares costumavam ser marcadas pela tensão, e organizações paramilitares mantinham maior ou menor grau de autonomia; ainda assim, sua natureza política era quase sempre clara o suficiente.”¹⁰⁶. Esse recorrente método de buscar impressionar a opinião pública através de desfiles militares, o teatro da força, atravessa séculos e nos alcança em 2022, quando na Esplanada dos Ministérios, em Brasília-DF, em data anterior a 07 de setembro de 2022, blindados, militares com rostos pintados, uso de fumaça, ostentavam a presença militar para fins não exatamente de defesa (art. 142, CF)¹⁰⁷.

Mas voltemos àquela Alemanha. Carr comenta: “No fim de 1931, o centro de gravidade da vida política alemã afastava-se rapidamente do Reichstag e da chancelaria e ia para as ruas (incidência de agitação: tumultos, assassinatos, greves gerais, manifestações contra o governo)¹⁰⁸. Com sinais que já nos são conhecidos como desestima pública em relação aos partidos tradicionais, queda acentuada na participação das eleições¹⁰⁹. Em decorrência das dificuldades naquela conjuntura experimentadas, a população deixou-se conduzir pelas mais ilógicas ilusões, “incluindo a cura de doentes com aplicação de queijo cottage ou a fabricação de ouro a partir de metais comuns.”¹¹⁰. É a “realidade construída” – ou talvez, desejada - do mundo da pós-verdade combinado com os mapas mentais, objeto de análise no segundo e último capítulo.

Hitler, nomeado Chanceler em 30 de janeiro de 1933, chegou ao poder legalmente e, com os mesmos poderes dos três antecessores (Büning, Papen e Schleicher), fazendo uso da própria Constituição – o art. 48 (uma lacuna autoritária da Constituição de Weimar) ... permitia ao presidente autorizar o governo a governar por decreto e, até que o Reichstag aprovou a “Lei para Aliviar o Sofrimento do Povo e do Reich”, com a maioria constitucional de dois terços – o que permitia ao governos baixar decretos, rompendo com a estrutura constitucional democrática. Naquele inverno de 1930 o orçamento foi promulgado por decreto. A partir de então, nenhum governo – de Brüning, Papen ou Schleicher - atuou com o apoio da maioria do

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 72.

¹⁰⁷ As forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes da lei e da ordem. **BRASIL. Presidência da República**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em 04 out. 2023.

¹⁰⁸ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.73.

¹⁰⁹ “O apoio aos partidos tradicionais, os quatro que conquistaram mais votos em 1919, declinou acentuadamente como tempo, de um máximo de 85,7% em 1919 para 68,3% na primeira eleição de 1924, 65,2% em 1928, 51,6% em 1930 e 41,1% na primeira eleição de 1930. O comparecimento às urnas caiu de 83% em 1919 para 75,6% em 1928. Carr observa que “o interesse pela política partidária estafa em declínio [...] A política partidária – ‘das System’, como muitos passaram a chamá-la – caía em descrédito”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.74.

¹¹⁰ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.78.

Reichstag. Percebe-se a evidente desconstrução do sistema institucional¹¹¹. Montesquieu em flagelos (sua percepção de separação de poderes), centralização do poder e as ações governamentais sendo emitidas por decretos. Absoluta inexistência de controle e validação por outras instituições que constituía o compartilhamento de poder na estrutura constitucional. A democracia alemã foi corroída e recebeu seu golpe último com a subversão sub-reptícia de sua matriz constitucional, ainda em momento procedimental democrático. Aí está a face da retrogressão democrática.

Przeworki diz: “o sistema de representação proporcional tornava difícil formar governos efetivamente capazes de governar, enquanto os poderes de emergência incrustados na Constituição permitiram um retrocesso constitucional para o autoritarismo.”¹¹². Naquela concorrência e combinação de eventos, ninguém poderia prever aquele resultado¹¹³. Segue Przeworski: “A contingência e a incerteza são aspectos inerentes a conflitos complexos.”¹¹⁴. Será? Discordamos dada a nossa imersão acerca da escolha da trajetória desencadeando um processo de feedback positivo, com autoreforço, mas isso a (o) leitora (or) perceberá enquanto se desenvolve a narrativa.

Outro exemplo que merece nossa atenção é o Chile (1970-3). Acompanha o exemplo da ruína democrática alemã (1928-33) quando se vê também no Chile os mesmos sinais de crise relacionados à ordem econômica com profunda desigualdade material e social - 80,4% das pessoas eram empregadas na agricultura e detinham 17% da renda nacional¹¹⁵ - uma economia altamente concentrada¹¹⁶. Concorrente a isso, “Os acontecimentos no Chile falam da tensão entre democracia e capitalismo.”¹¹⁷. Em meados dos anos de 1960, o Chile estava com opiniões bastante explícitas e antagônicas acerca de suas convicções ideológicas intensamente defendidas sobre capitalismo em oposição ao socialismo. Divisões políticas estanques e fortíssimas. Em 1958, 93% dos “ricos” votaram no candidato da direita Alessandri, enquanto 73% dos operários votaram em Salvador Allende. “Apesar disso, Navia e Osorio ressaltam a importância das divisões puramente ideológicas, independentemente de posições de classe. A relevância da ideologia também é documentada por Prothro e Chaparro, que informam que na eleição de 1964, 59% dos entrevistados apresentaram motivos puramente ideológicos para

¹¹¹ O Parlamento perdeu sua razão de ser e praticamente parou de se reunir: Evans, “o Reichstag reunia-se uma média de cem dias por ano de 1920 a 1930. Esteve em sessão por cinquenta dias entre outubro de 1930 e março de 1931; depois disso, só se reuniu por mais 24 dias até a eleição de julho de 1932. De julho de 1932 a fevereiro de 1933, reuniu-se por meros três dias em seis meses”. PRZEWORKSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.76.

¹¹² *Ibid.*, p.77.

¹¹³ *Ibid.*, p.77.

¹¹⁴ *Ibid.*, p.77.

¹¹⁵ PRZEWORKSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.79.

¹¹⁶ O que explicava essa forte desigualdade era o fato de a economia chilena – indústria, finanças e agricultura – ser altamente concentrada. Em 1966, 144 empresas acumulavam mais de 50% dos ativos industriais, três bancos guardavam 44,5% dos depósitos e ficavam com 55,1% dos lucros, enquanto 9,7% dos proprietários de terras eram donos de 86% das terras cultiváveis. PRZEWORKSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.80.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.90.

apoiar ou rejeitar. [...] essas divisões tinham profundas raízes no tecido social¹¹⁸. Essa polarização decorrente do estímulo ideológico, cultural alcançou no Brasil, entre 2019 e 2022, altos níveis até então desconhecidos para o país gentil, multiétnico e multirracial que aqui abrigava as nações. Viram-se manifestações nazistas; a cristalina prática da pós-verdade – incrementada pela recusa quanto à afirmação da ocorrência do Golpe Militar (1964); negacionismo científico (Pandemia); e a adoção livre da proliferação de mentiras. Tal polarização alcançou o ambiente do trabalho, igreja e família. Amizades desfeitas, inimizades estabelecidas.

O governo tentou estabelecer um acordo que visava a nacionalização de empresas que operavam de importância primária para a economia chilena; era a *La ley de las áreas valiosas*, acordo desonrado quase que instantaneamente, sendo que, logo que Salvador Allende foi eleito, “a direita iniciou uma “campanha de terror”, com a ajuda dos Estados Unidos, que acenava com o fantasma da dominação soviética.”¹¹⁹. Os interesses dos Norte-americanos eram exclusivamente econômicos¹²⁰. Ante o fracasso da La Ley de las áreas valiosas (que também implicava na nacionalização de terras cultiváveis), o impasse entre o Executivo e o Legislativo tornou-se inteiro. “Nenhum projeto de lei importante proposto pelo governo foi aprovado pelo Congresso depois disso, e todas as grandes leis aprovadas pelo Congresso foram vetadas pelo presidente¹²¹.

Foi adoção da intolerância e do revanchismo, em táticas de terra arrasada, ou simplesmente o revide. A partir daí, estabeleceu-se o caos. As questões latifundiárias eram resolvidas por tribunais parajudiciais – Tribunales Agrarios -, com reapropriações efetivadas mediante crua violência, tudo sob a visualização de seguranças contratados pelo grupo fascista Patria y Libertad, uma espécie de nossas milícias atuais, encarregados da proteção dos novos proprietários e da elite. “Em outubro de 1972, o país foi paralisado por uma greve de caminhoneiros, lockouts (bloqueios) de fábricas e paralisações de muitos setores profissionais. Para lidar com a agitação, o governo declarou estado de emergência, e em novembro os militares entraram em cena pela primeira vez. [...] Em meados de junho desse ano (1973), tiroteios, explosões e incêndios já tinham virado rotina: supermercados eram saqueados, grupos paramilitares de direita atiravam de dentro de carros e explodiam bombas em sedes locais de partidos do governo e trabalhadores da mina El Teniente marcharam para Santiago atrás de um trator carregado de explosivos. O governo buscou um acordo com a oposição e a Igreja Católica tentou servir de mediadora, mas era impossível deter a espiral de violência.”¹²².

¹¹⁸ *Ibid.*, p.78.

¹¹⁹ *Ibid.*, p.84.

¹²⁰ O cobre foi nacionalizado por uma votação unânime no Congresso, enquanto outros setores da mineração e os bancos foram aos poucos comprados pelo Estado, com a oposição dos Estados Unidos. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.82.

¹²¹ *Ibid.*, p. 83.

¹²² *Ibid.*, p. 86.

Na composição do próprio Governo de Allende, já não se acreditava em uma saída pacífica. Carlos Altamirano, Secretário-Geral do Partido Socialista (1971), “depreciava a possibilidade de uma “rota pacífica para o socialismo”, acreditando que a burguesia defenderia suas posições pela força e o socialismo só poderia ser alcançado pela ação armada da classe trabalhadora.”¹²³. Em 22 de agosto de 1973, o Congresso declarou que o governo tinha violado a Constituição e era ilegítimo e, no dia posterior, o general Augusto Pinochet substituiu o General Prats como chefe das Forças Armadas, abrindo caminho para o golpe de 11 de setembro de 1973, prolongando-se até 11/03/1990 (16 anos).

Na história chilena causa interesse bem específico que “Nenhum desses dramáticos acontecimentos afetou o posicionamento político. Mais ainda, “O comparecimento às urnas foi mais alto em 1973 do que em 1969, enquanto o eleitorado potencial aumentou quase 40%. Logo, não havia sinais de insatisfação com a política partidária, nem de desgaste do apoio aos partidos tradicionais.”¹²⁴. Fugamos da hipostasiação, porque, se nos sabotarmos agora negaremos – e por escolha - que estamos enfrentando questões relacionadas à humanidade¹²⁵. Por isso, reconhecemos aqui uma particularidade da ruína democrática chilena, que é antagônica àqueles sinais emitidos em outras realidades históricas que necessitam serem comparadas, pois, no Chile, preservou-se o apoio aos partidos tradicionais e o comparecimento do eleitorado nas eleições.

Nas sombras daquela conflituosa conjuntura os militares espreitavam os fatos.¹²⁶

Em uma análise relacionada ao implante da revolução¹²⁷, Hutchison, Klubock e Milanich: “a tensão entre a revolução gradual e controlada de cima para baixo e a revolução mais espontânea e localmente inspirada de baixo para cima nunca foi resolvida, constituindo um defeito fatal no processo revolucionário chileno.”¹²⁸.

¹²³ *Ibid.*, p. 81.

¹²⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.87.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 23.

¹²⁶ Os sinais mais ameaçadores vinham dos militares [...] os oficiais ansiosos por depor o governo eram numerosos. [...] Durante todo o período, a possibilidade de um golpe chefiado por algum grupo das Forças Armadas era o assunto mais discutido em Santiago. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.88.

¹²⁷ A Revolução é a tentativa, acompanhada pelo uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica.” [...] Partindo da perspectiva da perspectiva das intenções dos insurretos, haverá uma revolução de massa, ou revolução em sentido estrito, quando eles pretendem subverter fundamentalmente as esferas política, social e econômica: neste caso há uma grande participação popular, [...] A necessidade do uso da violência como elemento constitutivo de uma Revolução pode ser teorizada abstratamente, mas nunca sem uma fundamentação histórica que mostre como as classes dirigentes não cedem seu poder espontaneamente e sem opor resistência e como, em consequência, os revolucionários são obrigados a arrebatá-lo pela força, e que sublinhe, além disso, como as mudanças introduzidas pela Revolução não podem ser pacificamente aceitas, já que significam a perda do poder, do status e da riqueza para todas as classes prejudicadas.”. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, trata a revolução como um processo de emancipação social em um diálogo estabelecido entre opressores e oprimidos. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, pp.1371-1382.

¹²⁸ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.88.

Salvador Allende não poderia agir de forma estratégica, dada sua incapacidade de gestar um governo de maioria¹²⁹, a fragmentação política era absoluta. Indisciplina partidária, múltiplos grupos de interesses diversificados e, diferentemente de Weimar, o Chile tinha um sistema puramente presidencial. Nele, o governo pode podiam mover-se “quando forças políticas controlam (*controlavam*) o Executivo e o Legislativo.”¹³⁰. Será mesmo que “as mudanças introduzidas pela Revolução [...], já que significam a perda do poder, do status e da riqueza para todas as classes prejudicadas.”¹³¹. – Seriam pacificamente aceitas pelas elites? (veja nota 108). Mas existem raciocínios elegantes quando se profere a palavra “revolução”: August Bebel em 1905 acreditava que a revolução fosse talvez necessária “como medida puramente defensiva, destinada a salvaguardar o exercício do poder adquirido pelo voto”¹³².

Logo após a Segunda Guerra Mundial, por óbvio, seguiu-se um período de muita inquietação social¹³³, culminando em 1947 numa série de greves insurrecionais, sangrentamente reprimidas. Como sabemos a França foi um dos grandes – e continua sendo – países colonizadores no eixo-sul¹³⁴. A partir de 1946, a França se envolveu em várias guerras coloniais contra movimentos de independência [...] guerra da Indochina (1954) ... poucos meses depois, no entanto, um novo conflito começou na Argélia, com extensos efeitos.

Przeworski afirma que “A instabilidade e a ineficiência do governo durante a Quarta República eram parecidas com as da República de Weimar”¹³⁵. Elenca a fragilidade consequente das sucessivas administrações, incapacitando-os a tomada de grandes decisões. Nenhum dos governos de curta duração foi capaz de formar um consenso majoritário sobre como lidar com o conflito argelino. O prolongado convívio com o problema intensificou a crise em decorrência da contínua incapacidade dos governantes lidarem com ela, bem como tornava inócua a tentativa de se formar governos majoritários. O Parlamento foi dissolvido no fim de 1955. Pflimlin, em 14 de maio de 1958, foi nomeado primeiro-ministro e, De Gaulle, general reformado, herói de guerra, candidatou-se ao cargo em 27 de maio do mesmo ano “ordenando aos militares na Argélia que obedecessem às ordens de seus superiores.”¹³⁶.

¹²⁹ Hjalmar Branting – líder dos social-democratas suecos, 1886: “a classe alta respeitaria a vontade popular caso essa vontade exigisse a abolição de seus privilégios (?). Allende e as regras: Allende não tinha um mandato popular para fazer transformações sociais e econômicas de longo alcance: ele chegou à presidência em meio a uma escassa maioria e sua coalizão nunca teve maioria absoluta no Legislativo. Ele venceu segundo as regras e tentou governar de acordo com as regras, mas estava sendo pressionado por forçar maiores que ele a ir além do seu mandato. PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro, 2020. p.90.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 89.

¹³¹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. trad. Carmen C, Varriale *et al.* Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998, pp.1371-1382.

¹³² PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.90.

¹³³ *Ibid.*, p.91.

¹³⁴ Foram colônias francesas até meados do século XX: Marrocos, Tunísia, Guiné, Camarões, Togo, Senegal, Madagascar, Benin, Niger, Burkina, Faso, Costa do Marfim, Chade, República do Congo, Gabão, Mali, Mauritânia, Argélia, Comores, Djibouti, República Centro Africana. **Quais países foram colonizados pela França?** Disponível: <https://francesobjetivo.com.br/paises-colonizados-pela-franca/>. Acesso em 03 out. 2023.

¹³⁵ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p.91.

¹³⁶ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.94.

Usurpou, mas foi obedecido – “[...] um governo encabeçado por De Gaulle. Era uma ampla coalizão de seis partidos, mais independentes, e incluía três ex-primeiros-ministros. [...] embora o processo pela qual De Gaulle assumiu o cargo tenha sido constitucional, sua chegada ao poder, bem como sua manobra tática inicial, foi uma resposta ao golpe de Estado da Argélia.”. Super estratégico, De Gaulle fez uso também da linguagem para seguir sua trajetória escolhida “passando de “associação” para “autodeterminação”, seguindo-se a realização de um referendo¹³⁷. Como Chefe do comando, tratou de mudar as regras, implicando na concessão de amplas prerrogativas, exigindo e obtendo do Parlamento o poder de governar por decreto e mudar a Constituição – “a mudança institucional que deslocou o centro do poder do Parlamento para o Presidente.”¹³⁸. A curto prazo, o que parece ter ocorrido naquela França, realmente foi uma mudança institucional, o implemento de um arranjo político moldado especificamente, temporariamente, para aquele momento em um ciclo pré-estabelecido, com implementos antidemocráticos que se aproveitam contemporaneamente - seu governo controla a imprensa e o rádio, proíbe organizações dos dois lados do conflito e processa várias pessoas por “desmoralizarem o Exército” - .

Recordemos sempre que o ambiente democrático requer a contínua realização de eleições competitivas, liberdade de reunião e expressão e preservação do Estado de Direito. A guerra produziu divisões na sociedade francesa e suas manifestações foram brutalmente reprimidas. A guerra acaba e a democracia sobrevive. A construção continuada de mais uma autocracia foi hipótese infactível por razões, talvez, de simples escolha racional. “A história não estaria completa sem que se invocasse a personalidade de De Gaulle. Embora não hesitasse em usar todos os instrumentos de poder, alguns dos quais altamente repressivos, para comandar a França no labirinto da guerra, De Gaulle jamais pensou em estabelecer uma ditadura - efeitos não previsíveis, repetimos -. A rigor, quando a oposição aventou essa possibilidade em maio de 1958, ele respondeu: “Dá prá acreditar que aos 67 anos vou começar uma carreira de ditador?”¹³⁹. Decorre da experiência francesa que ocorreu uma saída daquele impasse de forma também institucional: devido à veemente fragilidade política, externando a incapacidade de se conseguir a maioria exigida para atuar decisivamente diante de uma prolongada crise, mudou-se Constituição, incrementando o poder Chefe do Executivo e estabilizando a situação. Outra vez, em hipótese, Przeworski afirma que “Os poderes temporários concedidos ao recém-eleito presidente eram quase ilimitados, mas ele se dispôs – e provavelmente foi obrigado – a tolerar a oposição e com isso preservar a democracia.”¹⁴⁰¹⁴¹.

¹³⁷ *Ibid.*, p.95.

¹³⁸ *Ibid.*, p.96.

¹³⁹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.97.

¹⁴⁰ Indagações hipotéticas mais uma vez sublinham o **papel das eventualidades**: 1) o que teria ocorrido se não houvesse ninguém disponível com autoridade sobre os militares para se tornar um líder civil? 2) O que teria acontecido se o líder tivesse desejado usar seus poderes constitucionais adquiridos para erradicar a oposição democrática? PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.98.

¹⁴¹ *Ibid.*, p.98.

Mais um exemplo se faz necessário e ele é encontrado nos Estados Unidos (1964-76). Enfrentou seríssima crise: a guerra civil (guerra de secessão), contudo, mesmo ocorrendo conflito mais sangrento da história, não foi suficiente para quebrar a estabilidade das instituições representativas visto que “todas as eleições correram dentro do esperado, e o Congresso nunca parou de funcionar.”¹⁴². Em 1968, os americanos elegiam o seu 37º Presidente Richard Nixon, que preferiu fazer uso da estrutura do governo visando atingir seus objetos pessoais. Vigiou seu adversário político Ted Kennedy e inventariou uma “lista de inimigos” contínua e crescente¹⁴³¹⁴⁴, alcançando a mídia e o judiciário¹⁴⁵.

Dentro da análise constitucional democrática comparativa envolvendo Alemanha, Chile, França e, agora, os Estados Unidos é que, na crise enfrentada por este último, as instituições representativas, o sistema de freios e contrapesos, funcionaram com eficácia contra o abuso de poder. Ressalta Przeworski que as duas Casas eram controladas pelo Partido Democrata¹⁴⁶. Percebamos que a estabilidade permeadora de todo o processo de superação da crise fundamentava-se na existência de uma maioria que permitia fazer respeitar o sistema de freios e contrapesos – houve controle, houve validação – Rosanvallon (27, antes mencionado). Os tribunais não se permitiram intimidar e desenvolveram sua função constitucional e, à ordem da Suprema Corte, Nixon foi obrigado a divulgar suas gravações que o levou a uma única alternativa além do impeachment: sua renúncia ao cargo ocorrida em 9 de agosto em 1974.

O que permitiu o funcionamento do sistema institucional representativo? Caso os Republicanos controlassem as duas Casas do Congresso, Nixon recuaria e desistiria de enfrentar as instituições? Przeworski comenta que a regra dos freios e contrapesos “não funcionam com eficácia quando diferentes poderes do governo são controlados pelo mesmo partido: [...] a separação constitucional dos poderes é vulnerável a interesses políticos.”¹⁴⁷. “Será que o sistema de freios e contrapesos funciona, como James Madison esperava, porque membros de diferentes instituições defendem os interesses de suas instituições - instituições povoadas, aparelhadas, talvez -, ou apenas se os poderes do governo estiverem divididos em diferentes partidos e os representantes defenderem seus interesses”.¹⁴⁸.

¹⁴² *Ibid.*, p.100.

¹⁴³“Este memorando trata da questão de como maximizar a incumbência ao lidar com pessoas conhecidas por serem ativas em sua oposição à nossa Administração: dito um pouco mais francamente: como usarmos a máquina federal disponível para ferrar nossos inimigos políticos. (Memorando de John Dean e Lawrence Higyby, 16 de agosto de 1971.”. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.101.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p.101.

¹⁴⁵ Os inimigos foram grampeados e o Federal Bureau Of Investigation (FBI), a Central Intelligence Agency (CIA) e o Internal Revenue Service (Receita Federal) utilizados para intimidá-los. [...]Nixon foi reeleito em 1972, mas, quando a notícia do desastrado arrombamento do Comitê Nacional Democrata em junho de 1972 veio a público, a campanha da administração contra a mídia e os tribunais se intensificou. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.102.

¹⁴⁶ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.102.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p.205.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p.103.

PRZEWORSKI E A “OLHADA PRÁ TRÁS”

A pesquisa procura responder o que levou os brasileiros a eleger Jair Bolsonaro Presidente da República em 2018. A mais robusta hipótese está na premissa de que a influência do discurso populista, composto de recursos como a utilização da pós-verdade, a recorrente disseminação de mentiras e na distorção ou descontextualização de fatos intencionando o convencimento do eleitorado de forma despolitizada. Nisso algumas indagações foram elencadas: 1) qual o poder de convencimento da retórica populista praticada pela extrema-direita sobre as massas? 1.1) como é formada essa retórica? Ainda, descortinando uma análise mais ampla no plano social e jurídico, como estava o Brasil de 2018?

A *democracia prática*, ofertada no discurso bolsonarista, questionava a eficácia da funcionalidade de instituições como o STF, pretendia reescrever a história-pátria invalidando a afirmação de que aqui ocorrera um golpe militar de Estado. Durante sua gestão, a empiria de suas ideias nos mostrou que Bolsonaro não era dado ao diálogo, a ponderação e a democracia plural. As crises estavam postas e as consequências indicavam para um efeito posterior representado através da subversão democrática sub-reptícia, conquistada através do discurso.

O poder persuasivo desse discurso sobre as pessoas influencia imediatamente as instituições democráticas, o que passa a constituir uma variável muito importante nesse momento que prevê, pela cadeia conjuntural, a possibilidade verdadeira de ocorrer uma ruptura institucional. As indagações sobre as nefastas consequências dessas crises e as correlatas escolhas do eleitorado brasileiro aqui são variáveis cujas respostas só poderão ser obtidas, com coerência e completude se, por pressuposto, pensarmos, mesmo que minimamente, sobre o agir político estratégico, a formação da opinião coletiva, as instituições e democracia. Por isso, recorrentemente adotamos a metodologia da análise comparativa-descritiva que, conjugada às experiências sociopolíticas em outras democracias, poderiam satisfazer as questões suscitadas. Um outro enfoque firmado na escolha racional e no institucionalismo histórico também nos ajudará à compreensão de nossa proposta.

Autores como Przeworski destacam que o hoje reflete o passado, sendo elevadamente incerto opinar com exatidão sobre o futuro havendo ineditismo contextual. Mas esse raciocínio com considerável carga baseada em repetição e determinismo é muito restritivo, pois inalteradamente se tem a vinculação com um algum elo anterior na cadeia (Pierson 89), pois utiliza mecanismos de exclusão e já sofre questionamentos considerando as pesquisas de Paul Pierson quanto ao institucionalismo histórico e desenvolvimento institucional, quais sejam, história como procedimento dinâmico contínuo. “Se o passado ilumina, o futuro depende de as condições que vemos no presente refletirem as do passado. [...] O passado nos diz, porém, o que deveríamos procurar, quais são os sinais de que uma democracia está em crise e que tipo

de acontecimento pode levar à ruína¹⁴⁹¹⁵⁰ - dito por aquele -, fica confrontado com o institucionalismo histórico ou novo institucionalismo em Pierson. Parece-nos tudo muito novo e ainda em absoluta construção embrionária, mas já acreditamos que devemos observar a intensidade das divisões sociais: o tamanho tanto da polarização como da hostilidade entre adeptos de diferentes soluções políticas.”¹⁵¹. Pelos insights de Pierson, as questões relacionadas à consolidação e hábitos - referidos por Przeworski - na Teoria Cognitiva suporta argumentos quanto a mapas mentais e construção cognitiva, esclarecendo que a definição de história deste difere daquele¹⁵². Em linhas introdutórias afirma que “Na ciência social contemporânea, o passado serve principalmente como fonte de material empírico - ilustrativo e/ou estilizados - e não como estímulo para investigações sérias de como a política acontece ao longo do tempo.”¹⁵³. E daí se lança da busca de respostas aos seus questionamentos mediante a construção histórica da política ¹⁵⁴¹⁵⁵ (veja p. 67, infra). Estamos considerando fatores exógenos e endógenos, construções que se conectam, vão se interreforçando justificando resultados posteriores que podem divergir do ponto inicial de uma trajetória.

Ainda Pierson comenta que “[...] *quando* as coisas acontecem afeta *como* elas acontecem.” A partir dessa convicção se vai construindo uma análise baseada em processos sociais desenvolvidos em uma determinada sequência e temporalidade com maior amplitude substantiva e precisão analítica¹⁵⁶. São ponderações que avaliam a importância das interações sociais e políticas que se desenrolam no tempo e não previamente estruturadas (equilíbrios altamente induzidos pela estrutura como as legislaturas), premeditadas ou vista ante a perspectiva de uma história que ficou para trás, estática, meramente ilustrativa. Revelam também como recursos disponíveis que nos permitirão com base nos dados que hoje temos – mas atentos a uma sequência temporal de autorreforço - externar conjecturas sobre a estabilidade institucional ou a instabilidade institucional, como consequência da dominação do eleitorado ante a prática do discurso populista.

¹⁴⁹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.104.

¹⁵⁰ “Para olhar o futuro, para **identificar** as possibilidades latentes na situação atual, precisamos primeiro ver se é possível aprender alguma coisa com o passado. Em que condições - conjunturas - as INSTITUIÇÕES democráticas deixaram de absorver e regular conflitos pacificamente? [...] As lições da história são relativamente confiáveis QUANDO as condições - variáveis - atuais imitam as observadas em algum momento do passado, mas duvidosas quando não há precedentes – King e Zheng. [**fatalismo e determinismo**]. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.46.

¹⁵¹ *Ibid.*, pp. 104-105.

¹⁵² Por pesquisa genuinamente histórica, quero dizer trabalho que investiga cuidadosamente os processos que se desenrolam ao longo do tempo, em vez de simplesmente explorar a história em busca de ilustrações de argumentos dedutivos essencialmente históricos.

¹⁵³ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp.4-5. (Tradução nossa)

¹⁵⁴ Por pesquisa genuinamente histórica, quero dizer trabalho que investiga cuidadosamente os processos que se desenrolam ao longo do tempo, em vez de simplesmente explorar a história em busca de ilustrações de argumentos dedutivos essencialmente históricos (Tradução nossa). PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 4-5 p.

¹⁵⁵ A identificação de dinâmicas de autorreforço acaba sendo um excelente ponto de entrada para examinar

¹⁵⁶ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.77. (Tradução nossa)

A metodologia de Pierson, aqui exposta em linhas curtas, possibilitou-nos entender alguns vieses relacionados à formação da opinião popular coletiva, mais amplamente abordada em nosso segundo capítulo.

Retornemos para as abordagens relacionadas aos fatores endógenos que concorrem para a estabilidade institucional. Se, como afirma Castells “[...] a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas.”¹⁵⁷, seria correto afirmar que a “sensatez coletiva dos eleitores”¹⁵⁸ preservaria a democracia e isso seria alterado caso esses eleitores cedessem aos apelos autoritários - paralelamente, conservemos a hipótese pela qual essa *sensatez coletiva dos eleitores* pode ser moldada por uma argumentação populista, aquela denominada “dentro das quatro linhas da Constituição” -. Entretanto, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem* afirmam que essa perspectiva está equivocada¹⁵⁹. Talvez a resposta não esteja sustentada levando esses elementos – hábitos, cultura – numa moldagem tão inflexível ou não os colocando numa esfera de imutabilidade. As pessoas mudam, as leis mudam. O que se deseja – e é indispensável - é que essa mudança seja construída numa clivagem de racionalidade, com participação ampla de intersubjetividades verdadeiramente livres e não cooptadas, domesticadas por um populismo carente de plena inclusão. No caso do Brasil, os resultados das últimas eleições, seja na vitória de Jair Bolsonaro em 2018, seja na sua segunda posição no pleito de 2022, mostra-nos que o povo brasileiro flerta com o autoritarismo e uma das razões que explica esse comportamento, por exemplo, está na incompletude, diga-se, por inefetividade plena da Justiça de Transição Democrática. Como chegamos até aqui?

No auge da campanha da Lava-Jato, ação judicial ampla envolvendo a classe política e empresários que à época levou a prisão, dentre tantos, o ex-Presidente Lula, surgem as primeiras manifestações discursivas de Jair Bolsonaro desenvolvendo a tríade ideológica Deus, Pátria, Família. Pretendia incutir na mente das pessoas que, em Bolsonaro, se encarnava o conservadorismo e se personificava o arauto anticorrupção. Nada novo aos ouvidos das (os) brasileiras (os) à exceção da pesada carga de truculência e conflito aberto que moldava suas declarações. Não se tratava da realidade em se manifestar ou opinar. Era entre outros interesses, a exposição argumentativa com esteio e finalidade em promover a insurreição e desconfiança às instituições, principalmente ao STF.

¹⁵⁷ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 12.

¹⁵⁸ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.30.

¹⁵⁹ É difícil encontrar qualquer evidência de apoio majoritário ao autoritarismo - sublinhei - na Alemanha e na Itália nos anos 1920. Antes de os nazistas e os fascistas tomarem o poder, menos de dois por cento da população eram membros de partidos, e nenhum alcançara nada sequer próximo de uma maioria de votos em eleições livres e justas. Ao contrário, maiorias eleitorais sólidas se opuseram a Hitler e a Mussolini - antes de os dois homens alcançarem o poder com o apoio de insiders do mundo político cegos para o perigo de suas próprias ambições. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.30.

O que nos impressionava era o fato de que a performance política e comportamental de Bolsonaro (NOTA 3), conhecida pelo eleitorado brasileiro, foi ignorada e um pacto silencioso se estabeleceu para admiti-lo como representante político da tríade Deus, Pátria, Família. Przeworski, incrédulo das manifestações proféticas, o fez por assim passar quando disse, acerca de Trump (2018): “Um homem casado três vezes que se orgulha de assediar mulheres sexualmente recebe apoio quase unânime de grupos religiosos que defendem os “valores da família”¹⁶⁰. Está tudo bem, mesmo? Os comentários sobre os comportamentos desses atores políticos referidos, que se vão harmonizando em conteúdo e finalidade estratégica, é o que nos interessa como demonstração do uso das mesmas ferramentas de persuasão política: o discurso populista.

A retórica bolsonarista trazia os mesmos elementos categóricos da extrema direita: nativismo, o banimento da elite - “o poder retornando ao povo” - , principalmente aquela instalada no Supremo Tribunal Federal, requerendo consideráveis transformações anticorrupção com um empedernido apontar de dedos para os partidos de oposição, agora marginalizados, representados preponderantemente à época pelo Partido dos Trabalhadores, cujo representante político de maior destaque – Lula, cumpria pena com restrição à sua liberdade. Ao modelo de Trump, o Brasil evangélico neopentecostal, um dos maiores e mais acirrados grupos de apoiadores eleitorais de Bolsonaro, nem se importou. A jusante, o resultado foi o que já esperávamos: em Bolsonaro repetiu idêntica preferência dos norte-americanos por Trump e, em 28 de outubro de 2018, foi eleito Presidente com 55% dos votos (57.797.847 milhões de votos). Já ostentando a faixa presidencial, sua retórica cresceu em verbalização com elementos misóginos, homofóbicos, antiinstitucional e antissistêmico. Mas entre o discurso e a prática, o tempo foi evidenciando aceleradamente, o imenso déficit de racionalidade existente naquele mundo-brasileiro tão distante de uma construção político-social em que se requeria uma convocação ampla de todos para conversarmos e deliberarmos sobre tudo e, para chegar a essa constatação, bastava o homem começar a falar. Na voz de Cazusa - *O tempo não para* - recorda-nos: “suas ideias não correspondem aos fatos”. A relação entre discurso populista, pós-verdade e adesão popular será objeto de análise no Capítulo II.

Como esse discurso estranho chega e convence o eleitorado? Quais as consequências? Além da flagrante comprovação de que, em tempos de desesperança, os humanos se agarram a qualquer ilusão e “produzem” suas próprias verdades, iremos buscar a causalidade em explicações em nível micro, insistindo encontrar - como já iniciamos - as possíveis explicações nas dimensões econômicas, políticas, culturais. Vejamos que essas crises e suas dimensões estão conectadas com o advento do neoliberalismo (1980), o que influenciou novas regulamentações e, em sequenciamento autorreforçado, as instituições passaram por transformações e como afirma Manuel Castells (veja a abordagem sobre a dimensão cultural, a

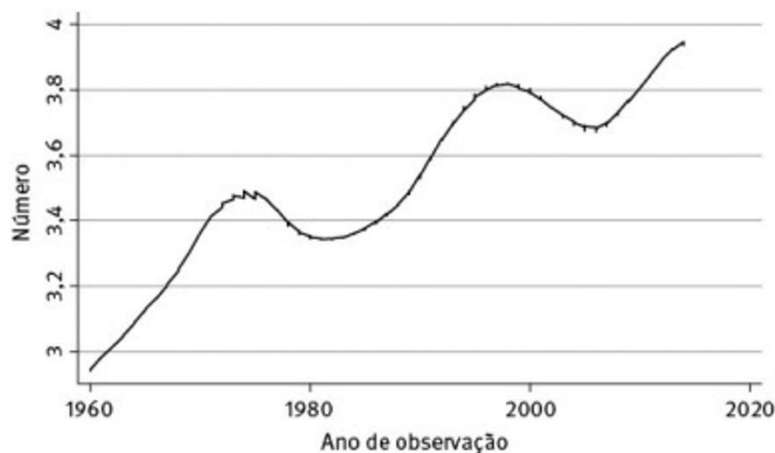
¹⁶⁰ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.109.

partir da p. 62), as crises – ocorrida isoladamente ou concorrentes – ensejaram a ruptura entre o cidadão e a representação institucional: é a crise de legitimidade que produziu a liquidez de algumas instituições representativas e, dentre elas, os partidos tradicionais. Verifiquemos essa realidade.

2.1.1.1 As questões partidárias tradicionais ... seu declínio

Concordam os cientistas sociais quanto aos sinais de crises atuais: 1) o rápido desgaste dos sistemas partidários tradicionais apesar de perdurarem sem grandes alterações por quase um século, sofreram desgaste em muitos países. Concorrentemente, tal desgaste ocorre na 2) diminuição da frequência dos eleitores às eleições, 3) o avanço de partidos e atitudes xenofóbicos, racistas e nacionalistas, com, finalmente, o 4) declínio no apoio à democracia em pesquisas de opinião pública¹⁶¹. A flutuação partidária atual leva em conta, sobretudo, a entrada e saída de partidos¹⁶². (Fig. 1).

Figura 1. Número efetivo de partidos no eleitorado desde 1960, em países que eram membros da OCDE em 2000



Fonte: PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro, 2020. 114 p.

É importante pensar na proto-formação-partidária. Przeworski orienta que “Partidos políticos influenciam a opinião pública. Em algum momento, tornaram-se a principal forma de organizar interesses. Costumavam ser mecanismos para expressar e agregar pontos em comum, associações verticais que integravam indivíduos em instituições representativas. Por razões que permanecem obscuras, porém, ao longo do tempo, eles se transformaram em entidades que

¹⁶¹ Partidos com rótulos como social-democrata, socialista ou trabalhista ocupavam o espaço da **esquerda moderada**. As definições eram mais variadas do outro lado (direita). Esses sistemas permaneceram rígidos até recentemente. Apesar de mudarem de rótulo, fundindo ou rachando, eles sobreviveram não só ao tumulto dos entreguerras e à Segunda Guerra Mundial, mas também profundas transformações econômicas, demográficas e culturais de mais de cinquenta anos após o conflito. PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia - 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 111 p.

¹⁶² Chiaromonte e Emanuele (2017) mostram que o movimento de eleitores entre partidos aumentou no período mais recente e que **a inconstância eleitoral** se deve, sobretudo, à entrada e saída de partidos. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.113.

funcionam de maneira intermitente (descontínuo), apenas em época de eleição. Perderam sua função integradora: ninguém, diria hoje, junto com Michael Ostrogorski: “Não os convença, aceite-os socialmente”. Qualquer tipo de conexão diária, constante, desapareceu. E, sem manter um vínculo no dia a dia com as pessoas que os apoiam em época de eleição, os partidos não têm como disciplinar suas ações políticas. Alguns grupos, sem empresários, congregações religiosas ou associações de voluntários, buscam influenciar os partidos, bem como promover seus interesses tratando diretamente com o Executivo, incluindo os escalões mais baixos da burocracia”¹⁶³. Com essa matriz expositiva, parece-nos coerente acreditar que as “razões que permanecem obscuras” são apresentadas com Steven Levitsky e Daniel Ziblatt em *Como as democracias morrem*, quando tratam dos elementos transformadores que ocorreram na esfera pública relacionados ao desenvolvimento da funcionalidade partidária - elementos como profissionalismo e explosão midiática e serão expostos logo em seguida.

Outra questão relacionada acerca da perda do poder disciplinar dos partidos sobre os seus correligionários, vê-se claramente a pertinência quanto a afirmação de estar em curso, talvez, a maior crise de legitimidade já experimentada pelos sistemas institucionais em todo o mundo (Manuel Castells em *Rupturas*). E uma das consequências dessa quebra de relação autêntica entre eleitorado e seus representantes - os políticos -, no nosso sentir, aproveita-se de toda a afirmação de Juliano Benvindo e Fernando Acunha: “o peso das bancadas informais suprapartidárias”, as “constantes formações de blocos subpartidários que negociam, cada um por si, com o poder executivo,”¹⁶⁴, naquele momento os autores faziam referências à fragmentação política no sistema partidário brasileiro. Tudo bem, o ponto que manifestamos, reduz-se, na preservação e continuidade das negociações, barganhas, diretamente com o Poder Executivo e que, dado o não-reconhecimento por parte do eleitorado quanto à sua representatividade política, estimula que os grupos de interesses como organizações, associações de voluntários, representações culturais, religiosas, estudantis, passem, de forma institucional, a se mover incentivados por essa crise de legitimidade, aumentando a já inquestionável fragilizada representação política por meio dos partidos políticos estabelecidos. Todos nos lembramos da anistia fiscal pleiteada pelas instituições religiosas que se diziam agir “sem fins lucrativos”¹⁶⁵. Ainda, a título de incentivo à cultura, a Lei Rouanet – 8.313, 23 de dezembro de 1991 – funciona, empiricamente, como sindicato das atrizes e atores, e, como veremos, esses contribuem muito como *influencers* na formação da opinião em nível de esfera pública acerca de outras “atrizes” e outros “atores” políticos. São exemplos maximizados e

¹⁶³ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.181.

¹⁶⁴ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023, p. 70.

¹⁶⁵ CNN BRASIL. **Com aval de Bolsonaro, Congresso anistia dívida bilionária de igrejas**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/com-aval-de-bolsonaro-congresso-anistia-divida-bilionaria-de-igrejas>. Acesso em 03 out. 2023.

que tendem a crescer. São indicativos de que ocorre, sim, a construção de outros canais de comunicação entre o eleitorado e aqueles que, distante de uma indesejada indiferença e burocracia, vão atender suas demandas.

Interessante que, quando vamos pensar em burocracia inserida na política, as tratativas que abordam a vinculação dessa com o eleitorado afastam-se daquilo que Levitsky e Ziblatt chamam de “eixos-correntes de divisão sectária”, expandindo-se para a adoção dos “cortes transversais”, atenuando seus traços característicos e potencialmente divergentes, o que, dada sua amplitude, facilitaria o alcance de um consenso, mas, concorrentemente¹⁶⁶, também podemos superficialmente concluir que questões minoritárias seriam desconsideradas em favor daquela concordância construída coletivamente. Pierson, referindo-se a autonomia burocrática, em uma sequência de longo prazo, “burocratas ambiciosos e empreendedores conseguiram, durante longos períodos – repita-se – aumentar sua reputação de inovação e competência e desenvolver fortes redes de apoio entre uma série de atores sociais. Essas conquistas criaram um contexto no qual o Congresso, enfrentando a pressão de baixo e se submetendo à *expertise* dos principais burocratas, essencialmente pedia o que os burocratas queriam. Visto como um momento no tempo, isso parece ser o domínio do Congresso; visto como um processo, que se desdobra ao longo do tempo, a mesma *evidência transversal* fornece indicações de substancial autonomia burocrática.”¹⁶⁷. Afinal prevalecem os interesses singulares e estratégicos? Analisar essa performance de designers políticos à luz de uma sequência e temporalidade poderá trazer-nos respostas mais verdadeiras, que capacitam melhores diagnósticos sociais¹⁶⁸.

É bom pensarmos empiricamente: se “Todo sistema político influencia o modo como as forças sociais se organizam como atores políticos, regula as ações que esses atores podem empreender e restringe - e também vincula - os resultados que estão sujeitos à competição institucional.¹⁶⁹”. Entendemos ser proveitosos os exemplos elencados:

“1 – Regras relativas a ações judiciais coletivas determinam se apenas indivíduos ou grupos que compartilham a mesma queixa podem recorrer aos Tribunais; 2 – A maioria dos países, por exemplo, têm leis definindo quais greves são legais e quais não são; [...] 3 – Cortes Constitucionais ou órgãos equivalentes podem invalidar resultados que sejam incompatíveis com princípios básicos que estão acima da competição pluralista - decisões contramajoritárias - princípios que costumam, mas que não precisam, ser consagrados em Constituições; [...] 4 - A lei civil e sua aplicação pelos tribunais **individualizam** os embates. [...]. Mas quando indivíduos conseguem levar suas demandas à justiça, as disputas entre eles e o Estado são

¹⁶⁶ **Lealdades transversais numa sociedade** que delas tem demasiado pouco. Onde as divisões políticas de uma sociedade **têm corte transversal**, nós nos alinhamos em lados diferentes de questões com pessoas diferentes em tempos diferentes. Essas alianças nos ajudam a construir e sustentar normas de tolerância mútua. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.208.

¹⁶⁷ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 2-3. (Tradução nossa)

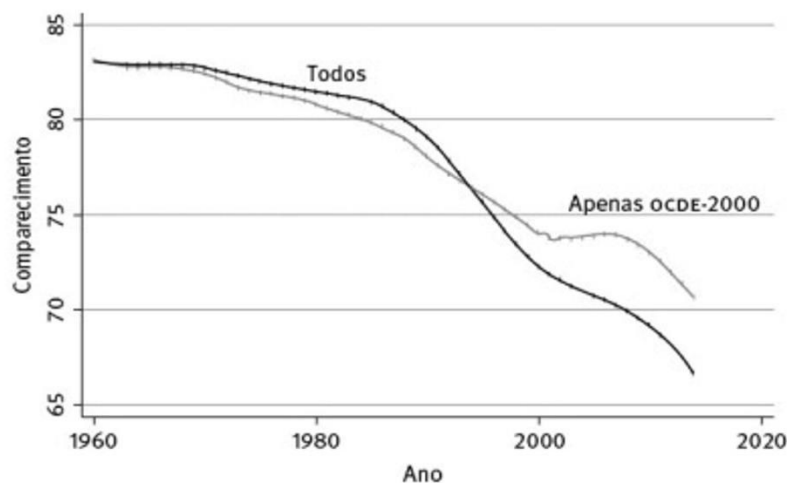
¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 169,

¹⁶⁹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.180.

descentralizadas; na Argentina, por exemplo, cidadãos processam o Estado por não fornecer os serviços assegurados na Constituição”¹⁷⁰. Parece-nos nítido observar nesses exemplos a relação entre construção política (sistêmica) e a satisfação efetiva dos interesses dos cidadãos que, por conseguinte revela se estamos ou não sendo bem representados.

Percebe-se que ocorre uma individualização das demandas em detrimento de requerimentos coletivos. Por tudo isso, a crescente ruína dos partidos políticos tradicionais só vem se acentuando (Fig. 2) com manifesto aumento de partidos da extrema-direita. Comungamos da conclusão provisória de Przeworski que **“Talvez a mais dramática das mudanças recentes seja o desgaste dos sistemas partidários tradicionais.”**¹⁷¹. Um dos “sintomas mórbidos” de que a democracia experimenta uma crise é revelado quando participação eleitoral está em declínio. Comentamos acima em relação ao desmoronamento dos partidos políticos tradicionais cujas causas podem ser encontradas na convergência de ideologias com outros partidos e, conseqüentemente, seus programas, preferência do eleitorado por partidos extremistas e a desconsideração do eleitorado no exercício de seu poder de escolha. Um dado é inconteste: as pessoas estão renunciando ao direito de participar da escolha de seus representantes (Fig. 2).

Figura 2. Comparecimento às urnas por ano



Fonte: PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia - 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020. 161 p.

Talvez sejam efeitos da profunda polarização interpartidária ou crises de legitimidade, dimensão na qual as pessoas não acreditam mais ser essencial viver num país democrático¹⁷². “As pessoas, quando acham que todos os políticos profissionais são a mesma coisa, egoístas, desonestos e corruptos, se viram contra eles, estejam à esquerda, à direita ou no centro.”¹⁷³¹⁷⁴.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p.181.

¹⁷¹ *Ibid.*, p.165.

¹⁷² Foa e Mounk acham assustador que pessoas mais jovens considerem **menos “essencial viver numa democracia”**. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.128.

¹⁷³ *Ibid.*, p.120.

¹⁷⁴ Não é possível dizer, com os dados disponíveis, que parte do aumento da proporção de votos da direita radical se deve a uma elevação no número de seus partidários e parte se deve à crescente abstenção de eleitores centristas.

Pode, sim, estar ocorrendo uma crise de legitimidade em uma dimensão cultural. No contexto brasileiro, comumente, o retrato dos eleitores de esquerda no Brasil era constituído de comunistas, terroristas, pessoas tolerantes à concessão de temas sensíveis como legalização do uso de drogas, aborto, transexualidade e politeísmo. Já a direita subsumia os atributos hoje relacionados à tríade Deus, Pátria, Família. Com a ampliação da voltagem do discurso populista de extrema direita, na graduação do discurso de ódio, acabando por desaguar no uso da força, há de se conjecturar sobre mudança ou intercâmbio entre as dimensões econômica, política e cultural.

Quando abordarmos a dimensão cultural e o deslocamento da preferência eleitoral de maneira sociotrópica, ou seja, decisões derivadas de construções políticas caracterizadas pelo excesso de investimento nas relações interpessoais, levando-se em conta a demonstração de estudos que destroem a afirmação inverídica quanto à sustentação com viés econômico do nativismo (xenofobia) como justificativa para a normalização dos ataques aos imigrantes, base discursiva da extrema direita (p. 51), percebemos a possível tendência da formação de grupos sociais envoltos nos mecanismos da pós-verdade qual seja, a manipulação da formação cognitiva de uma pessoa mediante o uso de mentiras ou disseminação distorcida de notícias. Ora, se não há a utilização dos critérios argumentativos endossados pela racionalidade, em um ambiente em que se estimula a plena convivência cidadã, estamos em perigo.

Mas “votar revela informações sobre paixões, valores e interesses.”¹⁷⁵., proporcionando-nos, pelo menos, temporalmente, uma trégua partidária dada a ocorrência dos horizontes de tempo¹⁷⁶. Outra vez Przeworski: “As eleições são as sirenes da democracia. Reacendem incessantemente nossas esperanças.¹⁷⁷”. Se os governos não mudarem suas políticas e as pessoas perceberem que, mesmo reiteradamente votando, não alcançarem mudanças em suas vidas, encontrarão aí todo o incentivo para desistirem de participar do jogo democrático.

Relendo acima, vamos ver que o fenômeno que conduziu os partidos políticos à posição de “principal forma de organizar interesses”, concomitante à “perda da sua função integradora”, constatamos ser o uso restritivo da política eleitoral corrosivo. “O’Donnel diagnosticou a redução da política às eleições como a patologia latino-americana¹⁷⁸. Semelhantemente, Przeworski afirma que “Nas eleições, os cidadãos são onipotentes; entre elas, não têm poder algum.”¹⁷⁹. Essa relação eleitoral sazonal prostituída já cansou o eleitorado, que começa a esboçar sinais de que em sua vontade inconsciente requer a construção de novas

Apesar disso, pode muito bem ser que a proporção da direita radical se deva mais à abstenção de eleitores centristas do que a um aumento de eleitores extremistas. PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.122.

¹⁷⁵ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.190.

¹⁷⁶ PIERSON, Paul. *Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp.41-44. (Tradução nossa)

¹⁷⁷ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.191.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p.192

¹⁷⁹ *Ibid.*, p.16.

formas representativas da esfera pública. Esse inconformado e descontente eleitorado vivencia sua crise de legitimidade e esta não é restritiva aos políticos imediatamente representativos, alongam-se à outras instituições representativas, como o sistema de justiça. Sistema esse que, espera-se, esteja firmado em uma estabilidade que é composta pelo tecnicismo dos julgadores e sua imparcialidade¹⁸⁰¹⁸¹. Tem-se muito questionado quanto ao crescimento da atuação do Supremo Tribunal Federal no ato de decidir e isso vem florescendo em várias denominações¹⁸²: ministrocracia¹⁸³¹⁸⁴ – quando circunscrito às decisões cautelares – supremocracia¹⁸⁵, politização da justiça¹⁸⁶, judicialização da política¹⁸⁷, ativismo judicial¹⁸⁸. Na abordagem dessas denominações, percebemos que nem tudo é mudança institucional. A política traz em sua performance alto grau de ambiguidade e, se refletirmos sobre competência de poder, sensíveis ao conceito dessa ambiguidade como “instituições separadas compartilhando poder” - Richard Neustadt (1990), veja Paul Pierson (p. 115), vamos nos encontrar refletindo sobre *desenvolvimento institucional*. Comparativamente e exemplificando modos de desenvolvimento institucional verificados pelo Executivo norte-americano¹⁸⁹, a expansiva

¹⁸⁰ “[...] o judiciário fundamenta sua legitimidade na capacidade profissional e na independência política de seus integrantes, isto é, em elementos não diretamente políticos.”. DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de processo constitucional**: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais – 7ª ed. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

¹⁸¹ LUNARDI, Soraya Regina Gasparetto. Mitos e ideologias constitucionais. Reflexões sobre a “neutralidade” do Supremo Tribunal Federal. **Revista Brasileira de Direito Constitucional - RBDC** Disponível em: <http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/304#:~:text=Mitos%20e%20ideologias%20constitucionais.%20Reflexões%20sobre%20a%20neutralidade,neutralidade%20%28política%29%20das%20decisões%20do%20Supremo%20Tribunal%20Federal>. Acesso em: 04 OUT. 2023.

¹⁸² ARGUELHES D.W, RIBEIRO L.M. Criatura e/ou Criador: transformações do Supremo Tribunal Federal sob a Constituição de 1988. **Rev. direito GV** [Internet]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/hCRPpBpxFwSv4JhVJbhBKbK/#>. Acesso em: 02 out. 2023.

¹⁸³ ARGUELHES DW, RIBEIRO LM. MINISTROCRACIA : O Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro . **Novos estud CEBRAP** [Internet]. 2018Jan;37(1):13–32. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/GsYDWpRwSKzRGsyVY9zPSCP/#ModalHowcite>. Acesso em: 02 out. 2023.

¹⁸⁴ ARGUELHES D.W .O Supremo Individual: mecanismos de atuação direta dos Ministros sobre o processo político / The Supreme Individuals: how Brazilian Supreme Court Justices can directly influence the political process. **Revista Direito, Estado e Sociedade** (puc-rio.br). Disponível em: <https://venus.rdc.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/781#:~:text=O%20Supremo%20Individual%3A%20mecanismos%20de%20atuação%20direta%20dos,Werneck%20Arguelhes%20%7C%20Revista%20Direito%2C%20Estado%20e%20Sociedade>. Acesso em: 02 out. 2023.

¹⁸⁵ VIEIRA, OV. Supremocracia. **Rev direito GV** [Internet]. 2008Jul;4(2):441–63. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/6vXvWwkg7XG9njd6XmBzYZQ/#ModalHowcite>. Acesso em 01 out. 2023.

¹⁸⁶ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022.

¹⁸⁷ MENDES, Conrado Hübner. O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização de Políticas Públicas. In: Vanessa Elias de Oliveira. (Org.). **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Focruz, 2019, v. 1, p. 80-93.

¹⁸⁸ MARTINS, Ives Gandra da Silva. O ativismo judicial e a ordem constitucional. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** (esdc.com.br). Disponível em: <http://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/article/view/257/0>. Acesso em: 01 out. 2023.

¹⁸⁹ EUA [...] O artigo 2 da Constituição, que dispõe sobre os poderes formais da presidência, não define de modo claro os seus limites. [...] Além disso, o poder presidencial aumentou ao longo do último século. Movido por imperativo de guerra e depressão, o Executivo **desenvolveu** vastas capacidades legais, administrativas, orçamentárias, de independência e de guerra. [...] Os presidentes norte-americanos do pós-guerra controlavam a maior força militar do mundo. E os desafios de governar uma superpotência global, com economia e sociedade industriais complexas, criar demandas sempre crescentes de ação executiva mais concentrada. [No começo do século XXI, ampliou-se os recursos administrativos à disposição do Executivo.]. Os imensos poderes do executivo criam nos presidentes a tentação de governo unilateral - às margens do Congresso e do Judiciário. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.125.

atuação do STF nos casos de constitucionalidade concentrada, temos elementos para supor a ocorrência desse possível desenvolvimento institucional. De forma diversa, naquilo que se pertine ao abandono da imparcialidade, “Quando as Cortes são descaradamente partidárias essa crença fica debilitada e submeter questões conflituosas a tribunais constitucionais se torna inútil.”¹⁹⁰.

Isso pode provocar insurreição. Encontramos aqui um liame entre causa e efeito.

Ver ministro do Supremo Tribunal Federal participar de um evento estudantil público e lá declarar sua inclinação partidária (Luiz Roberto Barroso, participando do 59º CONUNE, Brasília-DF, em julho/2023). “Nós derrotamos a censura, nós derrotamos a tortura, nós derrotamos o bolsonarismo para permitir a democracia e a manifestação livre de todas as pessoas.”¹⁹¹. É ato impróprio para a configuração saudável do desenho constitucional democrático. Houve retratação¹⁹².

Como vemos em Steven Levitsky e Daniel Ziblatt – *Como as democracias morrem* - a argumentação populista faz uso de elementos como deslegitimar os oponentes, marginalizando-os e excluindo-os. Nós somos ou não somos constitucionalistas democráticos? A democracia só é democracia se compartilhada em tantas quantas forem as pretensões emitidas igualmente pelos cidadãos que compõem uma determinada comunidade. É a convocação geral, aberta e plena para todo mundo participar, na mesma esfera de igualdade e liberdade, deliberando sobre qualquer assunto. Os referidos autores nos apresentam táticas e mecanismos eficazes de alta cortesia no trato dos atores políticos que são antidemocráticos. É bom conhecê-los.

A limitada participação do eleitorado na produção do programa partidário também enfraquece a validação das propostas apresentadas. Paulo Freire diz que “ninguém se liberta sozinho” – *Pedagogia do Oprimido* -. Essa declaração é proveitosa em múltiplos ambientes¹⁹³. Quando decisões coletivas são tomadas usando-se uma regra de maioria simples por muitos indivíduos com igual influência sobre o resultado, nenhum deles tem efeito causal sobre a decisão coletiva. O valor das eleições está não no fato de cada eleitor ter influência real sobre

¹⁹⁰ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.193.

¹⁹¹ CNN BRASIL. “Derrotamos o bolsonarismo”: fala de Barroso se referiu a voto popular, não à atuação de instituições, diz STF. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/vencemos-o-bolsonarismo-fala-de-barroso-se-referiu-a-voto-popular-nao-a-atuacao-de-instituicoes-diz-stf/>. Acesso em: 01 out. 2023.

¹⁹² G1- GLOBO. Barroso divulga nota e diz que se referiu a 'extremismo golpista' em fala no congresso da UNE. Disponível em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/07/13/barroso-divulga-nota-e-diz-que-se-referiu-a-extremismo-golpista-em-fala-no-congresso-da-une.ghtml>. Acesso em: 02 out.2023.

¹⁹³ “Outra fonte de insatisfação é que nas eleições ninguém decide nada sozinho, criando um sentimento de inutilidade. As pessoas, quando fazem escolhas particulares, provocam resultados, mas, do ponto de vista individual, o resultado de uma eleição independe de sua participação. Ninguém pode dizer “votei em A, portanto A venceu”; o máximo que cada um pode fazer é depositar o seu voto, ir para casa e aguardar com impaciência para ver como todos os outros votaram.” PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.225.

o resultado, mas do fato de a escolha de todos ser feita pela soma de vontades individuais. [...]. A democracia é um sistema no qual pessoas decidem como coletividade.”.

“O ideal que justificou a fundação das instituições representativas modernas foi o “governo do povo pelo povo”. [...] “A democracia talvez ainda seja, e acho que é, a maneira menos pior de organizarmos nossa vida como coletividade, mas todo arranjo político enfrenta limites com relação ao que é capaz de alcançar. É natural que essa insatisfação latente vem à tona quando a democracia deixa de dar as pessoas o que elas consideram o mais importante, seja segurança material, ordem pública ou implementação de valores e normas culturais. Há razões para esperar que opiniões sobre a democracia estejam condicionadas a resultados e que a democracia pode passar por crises. Isso não explica, porém, a popularidade atual da retórica populista “antielite”, “antiestablishment”, “antissistema”.¹⁹⁴”.

2. 1. 1. 2 Simetria ideológica partidária e uniformização do discurso político

Com grande coerência as pessoas acreditam que a classe de pessoas mais corruptas são os políticos. Afirma-se que já não mais nos representam. Distinções entre o discurso e programa partidário entre esquerda e direita também é registro do passado negando-lhe uma unidimensionalidade. Questões concernentes à exploração dos recursos naturais se tornaram mais flexíveis aos interesses econômicos como no caso da exploração petrolífera no Brasil. A xenofobia praticada por Trump (republicano, partido de direita), como comentou Castells em relação à construção de um muro entre os Estados Unidos e México afirmando que aquele teria ido “até o fim da lógica xenofóbica”¹⁹⁵, já passa a ser possibilidade admissível por Joe Biden (democrata, partido de esquerda).

Em questões econômicas, os partidos de esquerda e de direita são resolutamente igualitários. Os de direita são mais ambivalentes: querem preservar o apoio da *petite bourgeoisie* tradicional, que deseja menos impostos e um mercado de trabalho flexível [...]. Os dois extremos são altamente protecionistas. Além disso, opõem-se à globalização e são fortemente anti-Europa. O resultado é que em alguns países as políticas econômicas da esquerda radical e da direita radical não divergem muito¹⁹⁶¹⁹⁷. Semelhanças únicas, a diferença nítida diz respeito a imigração, xenofobia e racismo. Um sólido exemplo na argumentação da extrema-direita é a proposta de Marine Le Pen (Partido do Reagrupamento Nacional – extrema-direita -, França) defendendo o que chama de “valores nacionais”, expressão favorita de Marine Le Pen, defende a exclusão de imigrantes dos serviços sociais públicos, a doutrina nacionalista na educação, a

¹⁹⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.226.

¹⁹⁵ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 41.

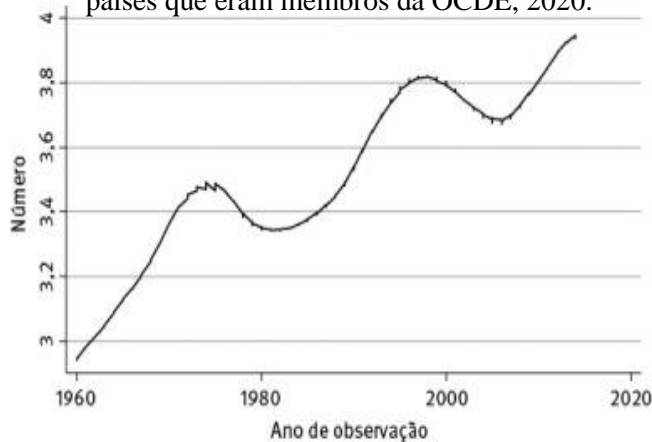
¹⁹⁶ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.116 .

¹⁹⁷ “[...] a comparação dos programas eleitorais do candidato de extrema esquerda nas eleições presidenciais de 2017 Jean-Luc Mélenchon e de Marine Le Pen mostra uma convergência em questões de economia, bem-estar social, direitos do trabalhador e protecionismo. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia** - 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.117.

proibição de alimentos halal (comida árabe, permitido dentro da Lei Islâmica) nas cantinas das escolas, o uso de uniforme ... a lista segue¹⁹⁸.

Não se trata apenas de rótulos partidários, precisamos analisar os seus programas e os discursos pelo menos na dimensão econômica têm sido muito próximos. “A convergência de programas partidários na dimensão esquerda-direita não é a única explicação plausível. Segundo Albright ... **a dimensão única** esquerda-direita “está perdendo continuamente sua capacidade de resumir o comportamento partidário.”¹⁹⁹.

Figura 3. Número efetivo de partidos no eleitorado desde 1960, em países que eram membros da OCDE, 2020.



Fonte: PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia* - 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020. 114 p

Ainda, considere-se a fragmentação partidária brasileira com os dados colhidos em JZ Benvindo (partidos membros da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico²⁰⁰ – Fundação 30/09/1961 – França, Alemanha, Estados Unidos, Chile, Brasil, Reino Unido, Países Baixos -]. O “número efetivo de partidos” (proporção de votos (ou cadeiras) no eleitorado aumentou desde o começo dos anos de 1980, mais uma vez com uma tendência de alta nos últimos anos. Essas tendências indicam que os sistemas partidários tradicionais estão desmoronando sem haver o surgimento de uma nova e concisa expressão política partidária. Poetisa, Przeworski: “**o velho está morrendo e o novo ainda não nasceu**”²⁰¹.

Os partidos tradicionais perdem sua influência entre eleitores potenciais, enquanto o apoio à direita radical aumentou gradualmente (fig. 4).

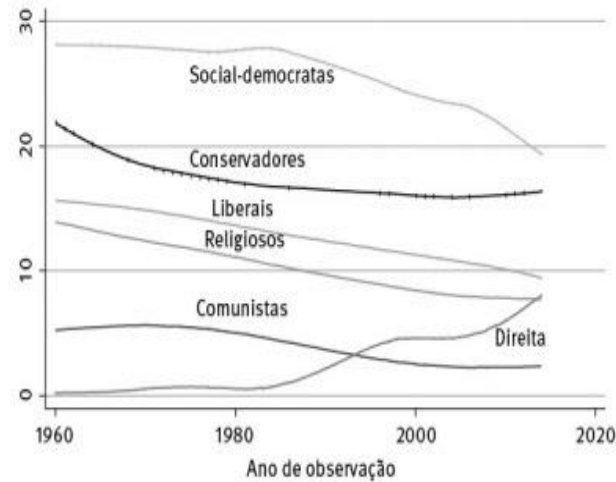
¹⁹⁸ CNN BRASIL. **França vai proibir o uso de abaya nas escolas públicas, diz ministro da Educação.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/franca-vai-proibir-o-uso-de-abaya-nas-escolas-publicas-diz-ministro-da-educacao/>. acesso em: 03 out. 2023.

¹⁹⁹ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.123.

²⁰⁰ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023. pp.98-99.

²⁰¹ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.25.

Figura 4. Proporção de votos de partidos por ano em países que eram membros da OCDE antes de 2000



Fonte: PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia - 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020. 114 p.

Talvez, encontremos causa na extremada polarização ou, talvez, ainda, os eleitores centristas estejam preferindo a abstenção, produzindo ampliação numérica aos partidos de extrema direita. Na França, “[...] embora a eleição de 2017 tenha sido a primeira em que mais operários votaram na direita (Front Nacional) do que na esquerda, **o maior grupo entre eles é o de não eleitores**”²⁰². O alto percentual de abstenção pode produzir a elevação do número de preferência em favor da extrema direita.

O que convém, por ora, afirmar é que muitos partidos emergentes se apresentam como “antissistema”, “antiestablishment” ou “antielite”. Uma forte concentração no núcleo da retórica populista na medida em que tentam representar a imagem de “uma elite que trai, abusa e explora pessoas. Essas afirmações vêm tanto da esquerda quanto da direita.”²⁰³, ou seja, além da dimensão econômica, a esquerda e a direita convergem em certo grau ideologicamente.

Finalizando esse tópico, concluímos que a terminologia de “patriotismo”, mesclada ao civismo, “amor à pátria”, reimpressa no discurso da extrema-direita, é uma forma de normalizar e reativar na esfera pública as formas de preconceitos adormecidas.

No Brasil, a mudança na esfera pública vem deslocando o apoio social da esquerda e do centro para a direita que, tradicionalmente, era formado pelos trabalhadores de baixa renda, possuidores de cartões magnéticos detentores de valores financiados pelo governo. Fora do eixo-sul, os movimentos de esquerda “eram apoiados pela *petite bourgeoisie* – trabalhadores autônomos, pequenos lojistas, artesão e agricultores -, ao passo que agora eles buscam combinar essa base tradicional com apelos à classe trabalhadora - com vínculos e interação fragilizadas vão aumentando a distância entre o eleitorado e os partidos tradicionais. “À medida que os partidos democráticos vão se aburguesando, os partidos de direita se proletarizam”²⁰⁴.

²⁰² *Ibid.*, p.126.

²⁰³ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.115.

²⁰⁴ *Ibid.*, p.180.

Recentemente, foi encontrado grande concentração de petróleo na costa marítima do Estado do Amapá – Bloco FZA-M-59, Bacia da Foz do Amazonas - Ambientalistas dizem: não toquem! O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no Parecer Técnico nº 128/2023 – concluiu: “[...] ainda a expressiva biodiversidade marinha, considerada como insuficientemente conhecida, e a alta sensibilidade ambiental dos ecossistemas que viriam a ser impactados. [...] Dessa forma, considerando se as inconsistências identificadas sucessivamente no projeto analisado, a notória sensibilidade socioambiental da área de influência e da área sujeita ao risco aliadas às complexidades e limitações técnicas e logísticas envolvidas nas operações e ainda pela latente necessidade de se elaborarem avaliações mais amplas e aprofundadas para atestar a adequabilidade da cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás na região, recomenda-se o indeferimento da licença ambiental e o arquivamento deste processo de licenciamento ambiental.” – relatório integral no Anexo A.

O Governo atual declarou ser favorável à correção das inconsistências para que a extração do óleo ocorra. É desconhecido o potencial lesivo em caso de desastre na forma de um possível vazamento do óleo naquela área de concentração da maior biodiversidade do mundo e que ocupa, até agora, a parte menos violada pela ação antrópica. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC²⁰⁵ está focado, conceitualmente, na transição segurança energética, mas se maximizam os investimentos na cadeia da indústria petrolífera. Fazia parte substancial do discurso da esquerda a preservação do meio ambiente e o seu uso racional mediante a observação de rígidas cautelas preventivas. Essa característica da esquerda parece ter minguado, fazendo com que houvesse uma simples adesão à lógica neoliberal de rentabilidade imediata. A alteração do programa partidário concorrente ao momento em que todos presenciamos o planeta protestando das ações de seus ocupantes por meio de elevadas temperaturas climáticas, protestos pela continuidade de utilização de resíduos fósseis, a necessidade urgente da adoção de políticas públicas, em âmbito global, com vistas ao investimento em energia limpa, é esquecida com muita facilidade. Temos mais a conversar sobre isso, mas parece que a esquerda já não está tão verde²⁰⁶.

2. 1. 1. 3 A reengenharia das regras sindicais - mecanismos de desregulamentação institucional

Um outro *sintoma mórbido* que revela a ocorrência da crise de legitimidade consequente imediatamente à crise econômica é aquele relacionado à perda da densidade sindical conforme o exemplo apresentado por Przeworski a seguir investigado e fartamente

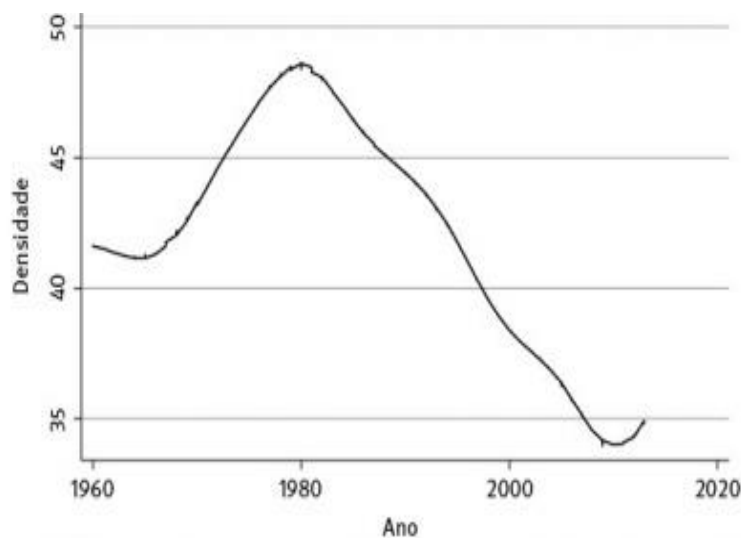
²⁰⁵ IBAMA. **Parecer Técnico nº 128/2023-Coexp/CGMac/Dilic**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas/parecer-coexp-fza-59.pdf/view>. Acesso em 01 out. 2023.

²⁰⁶ CASA CIVIL PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Novo PAC**. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/novopac/transicao-e-seguranca-energetica/petroleo-e-gas>. Acesso em: 02 out. 2023.

explorado como efeito da quebra do acordo de classes ante a instalação do neoliberalismo (1980).

Até 1978, os operários da indústria organizados em sindicatos recebiam a atenção protetiva do Estado. Dentre várias demandas, exerciam o poder de controlar salários. “As políticas governamentais eram submetidas às mesmas restrições dos sindicatos: a consciência de que a alta tributação da renda reduziria os investimentos e, com isso, o consumo futuro. Por sua vez, diante de demandas salariais e tributárias moderadas, as empresas não só investiam, mas também podiam conviver com os sindicatos e com a democracia. Como resultado, um “acordo de classes democrático” surgia de forma natural.” [...] O governo gerenciava esse acordo 1) regulando mercados, 2) fornecendo serviços sociais e 3) oferecendo incentivos para investimento e inovação.”²⁰⁷. Estava assim minimizada a tensão constitutiva entre democracia e capitalismo. Chegam ao poder Margareth Thatcher e Ronald Reagan - Reino Unido e Estados Unidos, respectivamente - a primeira declara em 05/05/1979: “There is not alternative”²⁰⁸ – e houve a quebra do acordo de classes. Os sindicatos estavam na mira do discurso de Thatcher²⁰⁹. Era a virada do neoliberalismo de austeridade, com repercussão linear e imediata sobre a densidade sindical, fragilizando-os sobremaneira (fig. 5). Consequentemente, restou enfraquecido o poder político de seus aliados eleitorais, os partidos de esquerda.

Figura 5. Densidade sindical por ano em países que eram membros da OCDE antes de 2000



Fonte: PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia - 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020. 140 p.

²⁰⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.139.

²⁰⁸ SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. O Direito Achado na Rua, v. 10: Introdução Crítica ao Direito como Liberdade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. P.140.

²⁰⁹ “SINDICATOS *” foi a palavra usada com mais frequência tanto no Manifesto Conservador como na campanha eleitoral de Thatcher de 1979. Sob pressão conjunta do desemprego e de **uma legislação hostil**, o movimento sindical foi seriamente enfraquecido. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.139.

Uma das mais destacadas e significativas ações políticas do governo Thatcher foi a sub-reptícia **abertura da conta do capital**²¹⁰, que alterou os trade-offs (compensação) entre redistribuição e crescimento e, com isso, forçou os dois maiores partidos a reduzirem a extensão da redistribuição que propunham [...] todo o espectro de políticas viáveis foi alterado. Vale ressaltar que essa ofensiva – um intenso agir estratégico – da direita foi premeditada, planejada, estruturada e amplamente promovida por todos os grupos de especialistas imagináveis e imposta pela influência dos Estados Unidos nas instituições financeiras internacionais com o código “CONSENSO DE WASHINGTON”. A agravada tensão entre democracia liberal e capitalismo trouxe resultados múltiplos sobre toda a sociedade. Przeworski afirma que “A atual estagnação de renda de uma percentagem da população mais pobre é **inédita, pelo menos nos últimos cem anos.**²¹¹²¹²”. “Essa alteração no equilíbrio entre capital e trabalho, somada ao relaxamento do controle sobre fluxos de capital e à desregulamentação financeira, resultou na estagnação dos salários das camadas mais baixas, potencializada pela crise de 2008. Não é de surpreender, portanto, que a crença na igualdade entre as gerações esteja sofrendo um desgaste. É possível que os 60% dos entrevistados nos Estados Unidos e os 64% na Europa que acreditam que seus filhos estarão em pior situação financeira do que eles **estejam sendo desnecessariamente pessimistas** e que continuem reagindo ao choque de 2008, ainda que as provas reunidas por Chetty e outros²¹³ com relação aos Estados Unidos mostrem que essas convicções não estão muito longe da realidade. [...] há bons motivos para acreditarmos que a crença no **progresso material** se consolidou na civilização ocidental desde a Revolução Industrial. A renda média entre países da OCDE-2000 aumentou 22 vezes entre 1820 e 2008. Apesar das guerras e das crises econômicas, não houve nenhum período de trinta anos, nos últimos duzentos, em que a renda tivesse caído. O fato de as pessoas estarem pessimistas sobre o futuro de seus filhos pode ser uma mudança na escala civilizacional.”²¹⁴. Ainda com Przeworski, essa “mudança em escala civilizacional” está denominada como colapso da fé profundamente arraigado no progresso material entre as gerações. O desenvolvimento material, segundo ele, foi um componente essencial para a civilização ocidental nos últimos duzentos

²¹⁰ ABERTURA DA CONTA DO CAPITAL: os recursos devem fluir dos países desenvolvidos, que têm capital em abundância e com baixo retorno, para os países em desenvolvimento, em que o capital é escasso e seu retorno é elevado. LUME. **Abertura da conta de capital e crescimento econômico nos países emergentes** : teorias, evidências empíricas e um estudo do caso brasileiro

Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14997>. Acesso em: 02 out. 2023.

²¹¹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.163.

²¹² “[...] a estagnação de rendas de certa percentagem – entre trinta e cinquenta – de pessoas com rendas mais baixas. Isso aconteceu por quase quarenta anos nos Estados Unidos, mas só recentemente na maioria dos países europeus. Nos Estados Unidos, as rendas dos mais pobres estagnaram devido à crescente desigualdade; na Europa continental, a estagnação depois de 2008 deveu-se principalmente ao crescimento mais lento. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.164.

²¹³ Chetty e outros estimam que nos Estados Unidos 90% das pessoas de trinta anos estavam em melhor situação do que seus pais na mesma idade em 1970, ao passo que em 2010 isso acontecia apenas com 50%. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.136.

²¹⁴ *Ibid.*, pp.164-165.

anos - Desde 1820 – “cada nova geração na Europa e nos Estados Unidos vivia e esperava viver melhor do que seus pais, e essa certeza está sendo destruída. Essa transformação pode ter profundas consequências culturais e políticas”²¹⁵.

Percebamos como a mudança de regras, deliberadas e estruturadas política, jurídica e economicamente trouxe repercussão às sólidas instituições como partidos políticos e sindicatos. Com a prolongada estagnação da renda e sua conseqüente desvalorização, o descontentamento prospera. Considerando os dados da OCDE, fica temerária a afirmação de que a precariedade material induzida pelas novas regras seja realmente fática, considerando o elevado nível de progresso material alcançado. Outra vez surge a hipótese de que, essencialmente, o problema fomentador de nossas angústias possa ser encontrado em outros locais que não aqueles que apontam exclusivamente para o efeito sociopolítico de uma problemática dimensão econômica. Emergem-se as patologias decorrentes da ansiedade, desesperança e medo que pode inclinar a alma aflita à aceitação sem filtros da narrativa populista.

2. 1. 2 DIMENSÃO CULTURAL

Não se tem por fácil a tarefa de avaliar a exata dimensão em que opera o descontentamento das pessoas e, por conseguinte, a rejeição crescente aos partidos tradicionais e aos políticos. Não se sabe precisar se elas ocorrem de forma estanque ou se são interrelacionadas. Podem ser, ainda, um fenômeno transitório. Mas, preservando-se o estado de estase econômica, com a normalização do discurso de ódio, a probabilidade atual aponta para o desgaste dos partidos de centro e o deslocamento de seus eleitores para a extrema-direita.

Continuando em análise comparada, reflitamos um pouco sobre a experiência Trumpista que nos antecedeu (2017). O discurso nacionalista de Trump afirmando que a elevação do desemprego norte-americano se deu em decorrência das importações da China lhe atribuíram a vitória na percepção de Autor e outros²¹⁶. Mas os estudos de Rothwell mostram-nos que “a concorrência estrangeira não parece aumentar o risco de perda de emprego num grau maior do que a concorrência interna, e que as pessoas que vivem nas comunidades mais expostas à concorrência de outros países não estão em situação pior do que a média. Rothwell e Diego-Rosell concluem que, “surpreendentemente, parece não haver ligação alguma entre maior exposição à concorrência comercial, ou à competição com trabalhadores imigrantes, e apoio a políticas públicas nacionalistas nos Estados Unidos como representado pela campanha de Trump”. Helpaman conclui que a desigualdade salarial crescente se deve acima de tudo a fatores outros que não o comércio de mercadoria – o que não justifica o protecionismo nativista. Sugere que “O que está claro é que algumas pessoas perderam em consequência da globalização

²¹⁵ *Ibid.*, p.136.

²¹⁶ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.136.

e não foram compensadas por políticas redistributivas ou de outra natureza²¹⁷. Repetimos o insight de Brady, Ferejohn e Paparo: “A imigração dá um rosto a acontecimentos que podem muito bem ser atribuíveis a outras forças.”²¹⁸.

O viés econômico que sustenta o argumento nativista relacionado à imigração propagado pela direita radical possui outras subjacências: “Por sua vez, num gigantesco estudo de regiões dentro de quinze países da Europa Ocidental entre 1988 e 2017, Colantone e Staning informaram que: “No nível distrital, um choque de importação mais forte leva a: 1) **um aumento no apoio a partidos nacionalistas**; 2) **um deslocamento geral para a direita no eleitorado**; e 3) **um aumento no apoio a partidos da direita radical**. Esses resultados são confirmados pela análise de escolhas eleitorais em nível individual. Além disso, encontramos provas de que **os eleitores respondem ao choque de maneira sociotrópica.**”²¹⁹. Como ensina Przeworski “convém saber o que é que não sabemos antes de resolvermos agir” (veja acima, pg. 22), em outra pesquisa realizada em vários países por Guiso e outros, descobriram que dificuldades econômicas deixam as pessoas menos propensas a votar, quando o fazem, elas tendem a escolher partidos populistas.

Essa é a tragédia da adesão sem filtros ao discurso populista: estabelece-se uma convicção deformada em consequência da ausência de uma comunicação livre e racional. Os designers populistas esmiúçam as tendências do eleitorado e, com o diagnóstico de suas decepções, constroem um discurso que explora tal momento de descontentamento. São investigações de processos sociais que devem contar com análises endógenas, avançadas em neurociência. Essas construções temporais com acúmulo de informações dentro de um determinado sequenciamento permitem ao cientista identificar o problema e propor soluções. Marx comenta: “Se essência e aparência coincidissem, nenhuma ciência seria necessária.”²²⁰.

Visto que a comunidade eleitoral brasileira não se apresenta tão nativista quanto a norte-americana e considerando o contexto econômico quando da mudança de governo de Michel Temer para Jair Bolsonaro, com elevado índice de desemprego (13 milhões de desempregados), é provável que tenha ocorrido a sedução do eleitorado pelo discurso populista. Relacionar dificuldades econômicas com xenofobia é muito controverso. Inglehart e Norris descobriram apoio a partidos populistas entre pessoas que relatam dificuldades financeiras e sofreram a experiência do desemprego, mas concluem - não fica claro com base em quê - que a “reação cultural” é uma explicação mais convincente²²¹. Essa “reação cultural” traz linearidade com impactos culturais relacionadas imediatamente ao racismo²²². Isso fica evidente no discurso de

²¹⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.137.

²¹⁸ *Ibid.*, p.124.

²¹⁹ *Ibid.*, p.154.

²²⁰ *Ibid.*, p.110.

²²¹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.156.

²²² Hainmueller e Hopkins põem em dúvida a relevância de fatores econômicos em atitudes anti-imigração: “No geral, hipóteses baseadas em egoísmo não tiveram expressão, significando que há poucas provas de que cidadãos formam suas opiniões sobre imigração com base, primariamente, nos efeitos dela sobre sua situação econômica.”.

Trump quando fala contra os serviços previdenciários prestados aos imigrantes²²³, e disfarça o racismo ante a inviabilidade econômica para os brancos pobres dos Estados Unidos.

Quanto ao Brasil, essa estratégia discursiva do racismo e xenofobia disfarçada em protestos pela desigualdade social, com base argumentativa levando-se em conta questões migratórias, não se aproveita, pelo menos na amplitude observada como lá nos Estados Unidos. Não somos um país rico, desenvolvido; somos multiétnicos com composição multirracial. Mas talvez sejamos, sim, um país racista com problemas em sua identidade diluída que, com o advento do violento discurso bolsonarista, abriu-se para expor o acúmulo de sua patologia - “[...] esses preconceitos só foram contidos temporariamente pela hipocrisia, que de repente perdeu sua “força civilizatória” porque alguns políticos trouxeram à tona²²⁴ -. Deu-se a “autorização de preconceitos por políticos,”²²⁵. O discurso populista de Bolsonaro prosperou nisso.

Essa crise cultural deve ser analisada considerando outros elementos próximos, senão imbricados. Por isso, seja na dimensão econômica política ou na qual nos encontramos, podemos tratá-las isoladamente sem considerá-las em correspondência para daí principiarmos a visualizar o diagnóstico da raiz do problema-motivador²²⁶. A crise cultural passa por uma questão de crise identitária, conseqüente à ausência de representação nas instituições que compõem o existir estatal e que só deveria existir ante o estabelecimento dos mecanismos de legitimidade observados na construção das regras.

Os estudos de Manuel Castells em *Rupturas* (2017) nos trazem ampla contribuição quanto a essa específica forma das pessoas sentirem e perceberem o que lhes acontece e quais suas correlacionadas reações. O descontentamento quanto ao pleno funcionamento das instituições representativas, a ausência e inefetividade da democracia social fluindo entre os cidadãos, a desconfiança-cidadã sendo alastrada com todos os mecanismos e processos sociais existentes na retórica populista cuja finalidade expressa, abraça e louva um projeto de subversão democrática, são questões que percebemos como profundamente estimulantes na ocorrência da crise de legitimidade. Um momento inclinado e favorável para a admissão da conversa populista – sempre unilateral - que só pretende, com todas as distorções, a ratificação da aquiescência popular.

Com o processo de globalização, os Estados-nação precisam se adequar à nova divisão de poder, transferindo soberania para compartilhar desse novo governo agora ampliado e,

[...] afirma que essas atitudes são motivadas por “**preocupações sociotrópicas com seus impactos culturais.**”. [...] os nativos reagem negativamente a pessoas diferentes deles, as origens desse tipo de comportamento continuam obscuras. Se elas não refletem questões econômicas de onde elas vêm? O que leva as pessoas a adotarem posturas xenofóbicas, tantas vezes descaradamente racistas? PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.157.

²²³ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.206.

²²⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.158.

²²⁵ *Ibid.*, p.131.

²²⁶ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 27.

quanto mais esse Estado-nação adentra mecanismos da transnacionalidade (atuação como Estado-rede), mais se afasta da própria nação promovendo uma crescente perda de suas peculiaridades²²⁷. As pessoas percebem que a integração global traz consigo a perda de sua própria caracterização, rompendo-se elementos como identidade e laços de pertencimento. Primariamente movidos pelo fluxo de capital e suas confluências, de forma substancial, as pessoas também percebem que os políticos preferem enaltecer - e favorecer – as relações com o mundo – e as pessoas tornam-se secundárias. Essa conclusão é auferida gradualmente e se sobressai quando lhes são negados os direitos de acesso ao bem-estar social e participação. Os políticos, por sua vez, agem estrategicamente, valendo-se da pós-verdade, e entorpecendo a sociedade com uma cultura de entretenimento, baseada no consumo²²⁸ valendo-se da detenção do monopólio da instrumentalidade institucional. Tem-se a alegria monetizada, extremamente efêmera. Não satisfaz. As consequências desse processo são profundas, duradouras e sabe-se lá até onde pode alcançar²²⁹. Percebamos que essa questão da insatisfação material traz vínculo com a desesperança consequente ao enfrentamento de uma crise basicamente econômica. No descontentamento do cidadão, aciona-se a ruptura entre a representação parlamentar e a representação social. E somos pessoas sem o exercício da autogestão; temos sim à autodeterminação, mas estamos vinculados a regras com fiscalização institucional e, nesse ambiente de “quase-abandono”, a ausência de cuidado gera desconfiança. Se “[...] a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas.”²³⁰, tocando-lhes o emocional e o cognitivo, envoltos na covardia da manipulação política, o abuso da pós-verdade, podemos estar participando da construção de quais novos ambientes sociais?

O que está sendo formado na mente das pessoas e para que isso será utilizado? Nossa preocupação para com o uso do descontentamento alheio para fins espúrios, no caso a quebra do desenho democrático constitucional, aí se mergulha num Amazonas de angústias. Recordemos que, em 2018, Jair Bolsonaro recebeu 10 milhões de votos sobre o seu oponente Fernando Haddad. Naquela conjuntura motivacional de desestima às instituições democráticas, no flagrante abuso da retórica projetada por um novo libertário e conservador ator político, valendo-se do protesto do eleitorado que, por uma inconsequência desejada, o preferiu, experimentamos uma gravíssima crise político-social, período exauriente em que todos nós antevemos a reedição de mais um período golpista na democracia latino-americana já historicamente repetitiva desses eventos. Tais perspectivas foram superadas em 2022 com a

²²⁷ **Cosmopolitas e locais vivem cada vez mais e diferentes dimensões da prática social.** Na medida em que o Estado-nação, para fazer parte da Rede, **tem que transcender o eu**, a representação dos humanos na construção política democrática baseada na comunidade definida pelo Estado-nação sofre **uma profunda crise de legitimidade**. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 94.

²²⁸ WARAT, Luis Alberto. **em Por quem cantam as sereias.** Porto Alegre: Fundação Oiteux, 2000. pp. 369/408.

²²⁹ Não é uma questão de opções, de direita ou de esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal [...]. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal.** Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 8.

²³⁰ *Ibid.*, p.12

derrota de Jair Bolsonaro. Contudo, essa superação não nos alcançou com facilidades. A análise dessa conjuntura política tumultuada em uma brevíssima temporalidade, comparada com as crises democráticas ocorridas em outros países com desenho democrático constitucional, poderá incorporar ao acervo analítico do agir estratégico da extrema-direita mais informações de suas atuais configurações e tendências.

Nossa representação parlamentar vem crescentemente se profissionalizando²³¹, concorrente a um processo de burocratização interna que afasta de si os eleitores. Já foi dito que nas eleições o eleitor é onipotente, no intervalo, constitui-se um ente sem nenhum poder²³², fazendo com que os partidos percam sua função integradora. E justo o parlamentar, que, por lógica, deveria estar mais próximo das pessoas, elitiza-se, formando novos oligopólios. Essa nova classe política profissionalizada e burocratizada já recebe a aversão eleitoral que não lhes encaminha confiança e os abandona enquanto representantes partidários²³³. Sentem-se órfãos do cuidado institucional estatal e igualmente incapacitados de esperar qualquer mudança provinda desse sistema institucional.

Essas emoções coletivas estão carregadas de descontentamento e sentimentos como tristeza e raiva coexistem. Tudo isso vem ocorrendo simultaneamente em diversas partes do mundo. A desigualdade material se alastra trazendo consigo a desigualdade social enquanto os governos justificam-se expondo a argumentação cínica neoliberal que vem erigida sobre aquilo que por agora pode ser atendido ou não. E o *poder fazer* vem sendo reduzido. Como Alexandre Bernardino Costa orienta: “Um efeito da política de austeridade e da retirada de direitos é que atingem diretamente com mais intensidade os mais pobres. [...] a questão política e jurídica precede a discussão econômica, que tem caráter ideológico e é camuflada com cálculos e gráficos matemáticos.”²³⁴.

Esse abuso estatal está conhecendo os seus limites quando a sociedade inerte manifesta sinais de seu nutrido descontentamento. Reclama-se por nova política, exige-se uma nova democracia. Na Europa, o desemprego alcança índices nunca vistos, que afetaram sobretudo os jovens²³⁵. A hostil e insensível política antimigratória ocorre justamente quando se prolonga a crise já observada no Iraque, Síria, Afeganistão, os palestinos sem Estado ... milhões de

²³¹ Na medida em que as ideologias tradicionais - fossem as igualitaristas da esquerda ou aquelas a serviços dos valores da direita clássica - perderam firmeza, a busca do sucesso pessoal através da política relaciona-se com a acumulação pessoal de capital aproveitando o período em que o indivíduo detém posições de poder. Com o tempo, o cinismo da política como **manipulação** deriva em um sistema de recompensas (competição) que se alinha com o mundo do ganho empresarial na medida **em que se concebe a política como uma empresa**. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 25.

²³² PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.16.

²³³ Na percepção quase unânime dos cidadãos, a pior profissão que existe é a de político. [...] Esse sentimento amplamente majoritário de rejeição à política varia segundo países e regiões, mas se verifica em todas as partes. [...] se as coisas são assim no âmbito mundial, mesmo ressaltando as diferenças, talvez seja esse o destino de qualquer instituição humana. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp. 14-16.

²³⁴ Alexandre Bernardino Costa, pp 136-137. In: SOUSA JÚNIOR. José Geraldo de (org.). **O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade**. Brasília: OAB Editora; Editora Universidade de Brasília, 2021.

²³⁵ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 21.

refugiados fugindo da guerra e outras formas de conflitos reais, enfrentando xenofobia, sem a provisão do mínimo existencial, oprimidos “na dupla negação de sua identidade como europeus e como muçulmanos.”²³⁶.

E vão-se os jovens cada vez mais vencidos pelo ceticismo. Przeworski diz que: “os jovens acham menos essencial viver numa democracia”²³⁷. Na semana passada, uma chamada no Youtube mostrando a fotografia do ditador da Nicarágua, Daniel Ortega, afirmava que o apoio ao autoritarismo na América Latina cresce predominantemente entre os jovens²³⁸.

Diante de tanta inoperância das instituições representativas, não é custoso crer que logo algo ocorrerá: o nascimento de uma nova legitimidade com berço na oposição sem definição partidária e longe da fixação de ideologias estanques (unidimensional), caracterizadoras das imagens partidárias de outrora. Isso invoca uma mobilização bem maior e com raízes profundas de rebelião das massas contra a estrutura que o Estado já estabeleceu – e que parece não ecoar aos interesses das pessoas – e, ao mesmo tempo, projetando para análise os fatores comuns subjacentes à ruptura da ordem política liberal que se vem revelando cada vez mais corrupta: é apropriação pessoal de bens públicos como joias preciosas, cujo uso se imagina aos sultões e sultanas de épocas vencidas, passando de mão em mãos como se fosse vulgar comercialização em mercado aberto, é a contratação de hackers para escuta clandestina de ministros do Supremo Tribunal Federal, corrupção do sistema eleitoral, mentiras e embustes praticados por membros do Congresso e envolvendo, dentre tantos, até o ex-presidente. A distribuição consorte do bem-estar social atual - o *pão e o trigo* -, mecanismos exógenos readaptados de uma antiga Roma vencida e indesejada - promovido pelo presente governo que se traduz na concepção de uma mesada e políticas habitacionais mínimas, não se reveste do exercício de uma democracia verdadeiramente estrutural que inclua milhões de desempregados em uma atitude igualmente estrutural de cidadania substancial²³⁹. Assuma o Estado o seu papel de órgão regulador dos direitos fundamentais básicos, tragam-nos a educação que faz pensar e qualifica o cidadão; as obras, os investimentos, os incentivos e, inclusos nessa operacionalização ampla que constitui a cidadania substancial, produza emprego e daí como trabalhadores, desfrutando de liberdade, discutiremos salários, escolheremos a nossa própria operadora de cartões.

Estamos nos aproximando das abordagens sobre crises observadas na dimensão política e estamos convictos de ali está um dos trechos mais pulsantes de nossa pesquisa. Será evidente constatarmos o quanto as normas constitucionais, os padrões de civilidade foram deturpados e ignorados na gestão bolsonarista. Por identificar a existência dos elementos caracterizadores da extrema-direita no Governo de Jair Bolsonaro (2019/2022), cremos ser possível trazer para essa

²³⁶ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 33.

²³⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.128.

²³⁸ AFP PORTUGUÊS. **Apoio ao autoritarismo cresce na América Latina** | AFP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fz804QX66dc>. Acesso em: 01 out. 2023.

²³⁹ Maria José Farinas, p 108. In: , SOUSA JÚNIOR. José Geraldo de (org.). **O Direito Achado na Rua: Introdução crítica ao direito como liberdade**. Brasília: OAB Editora ; Editora Universidade de Brasília, 2021.

narrativa as respostas que nos impulsionaram a indagar como a estrutura político-institucional-social brasileira foi lesada com o discurso que buscava lastro “dentro das quatro linhas da Constituição”? Quais mazelas foram provocadas? Qual a nossa herança pós Brasil em fúria?

Prosseguindo em análise comparativa na representação de Donald Trump (2017/2021) e Jair Bolsonaro (2019/2022), ambos líderes de partidos de extrema-direita e Presidentes de países que abrigam as maiores democracias do mundo, a notoriedade quanto às suas estratégias políticas e condutas nos permitirão concluir acerca da existência de um padrão comportamental que define o ator político. Uma das funções do discurso demagógico aponta para reconhecer no oponente a personificação de um inimigo. Não se trata de vencê-lo ante o exercício regular do sufrágio universal, mas exterminá-lo, negando-lhe espaço, oportunidade e voz. Uma das fontes desse desequilíbrio na competição eleitoral patológica está na política do escândalo,²⁴⁰ quando não somente o uso da vulnerabilidade alheia, mas sobretudo, o uso da mentira são também elementos embrionários da conduta demagógica, diga-se usado, no agir estratégico até como justificativa para extermínio de oponentes, vistos pelas lentes do solipsismo, como meros atores teatrais do jogo político. Por isso, o autocrata contempla em si mesmo a convergência de todas as possibilidades e, a seu dispor, toda a estrutura que possibilite a concretização de seus interesses mesmo que, para tanto, subverta o status quo vigente.

Todos recordamos com pesar do ataque de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas em Nova York, Estados Unidos. Mesmo cientes de que a ordem tivesse partido do Afeganistão, os americanos preferiram ocupar o Iraque, depor Saddam Hussein, a pretexto de que ele fomentava a produção de armas químicas, biológicas, de destruição em massa. Nada, quanto a isso, foi encontrado até hoje.

Os escândalos políticos possuem efeito corrosivo na imagem de seus titulares e da função por eles empreendida. Manuel Castells afirma que a vitória de Donald Trump (2016) se deu à classe operária branca ressentida com a imigração, com pesquisas atestando uma correlação direta entre racismo e votos em favor de Trump²⁴¹. Em uma outra perspectiva, Castells diz que tal convergência eleitoral se perfaz como “Uma mensagem explícita de defesa de sua identidade de rejeição aos que a diluíam na diversidade étnica.”²⁴². Em seu planeta misógino, racista, xenofóbico, bem que parece ser o retorno claro e preciso ao patriarcado branco. E a questão de a imigração ser apontada como fator de problema de estagnação econômica e suas confluências está longe de ser assim²⁴³. Interessante como a busca pela verdade apresenta processos demonstrativos convencionais que, conjugados, fazem-na flutuar como isopor na água. Veremos mais adiante como os sentimentos humanos são explorados por pessoas na busca da efetivação de seus interesses inicialmente disfarçados. Basicamente a raiva,

²⁴⁰ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 27.

²⁴¹ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 46.

²⁴² *Ibid.*, p. 47.

²⁴³ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.137.

o medo e a desesperança inclinam grande parte do eleitorado à aderência ao discurso populista. Vejamos essa coleta: “Uma marginalização que se iniciou com deslocamento do trabalho em função da reestruturação da economia e se prolongou, com terríveis consequências, em uma epidemia de medicamentos opiáceos que está devastando o país. A pesquisadora Melina Sherman, estudiosa do tema, mostrou as raízes dessa epidemia na demanda maciça, por parte de pessoas desesperadas e na manipulação, pelos fabricantes farmacêuticos, do gigantesco mercado semilegal assim criado. As zonas de maior intensidade da epidemia coincidem em boa parte com as áreas de voto em Trump. Não se deve concluir que foram os dependentes de droga a eleger Trump, mas que alienação cultural e a marginalização social de setores populares conduziram, ao mesmo tempo, à desconexão - altamente em destaque - através da droga e à reconexão em torno de Trump como salvador providencial.”²⁴⁴. Engodar pessoas imersas em outras formas políticas seletivas, hegemônicas e sectárias ao extremo²⁴⁵.

Logo em nosso início nos comprometemos a perscrutar sobre a virada neoliberal (1980), porque constatamos que, já ali, as novas regras postas suscitaram inegáveis abalos à democracia social, alterando a eficácia de instituições como a representação sindical, constituindo-se em elemento gerador de crises. Com o fluxo de capital rondando o mundo, implantando regras aqui, desimplantando-as ali, especulando, sempre lucrando imediatamente, a desconfiança das pessoas quanto à restrição agravada aos recursos materiais, constantes e crescentes deslocamentos humanos em diversos países, crises que correlacionam à globalização²⁴⁶.

No comentário de Castells, “[...] do ponto de vista da equidade e da justiça, é uma reação que tende a compensar a dominação do mercado sobre a vida com a defesa dos direitos sociais da população, que pretende aumentar o controle dos fluxos globais que dominam a economia, a vida e a cultura a partir do instrumento tradicional do Estado (nacional e local) sobre o qual os cidadãos, através do voto democrático, ainda têm certa influência.”²⁴⁷. Com o desfazimento dos sonhados e pouco calculados efeitos de uma união continental, ela, conseqüentemente, deixou de existir na mente das pessoas e essas, ainda consultadas – em tempo de exercer alguma soberania-, votou pela sua exclusão do ideal de uma sociedade integralista. A União Europeia foi construída em 1975 sem consultá-las - é o sistema institucional que melhor expressa a desnacionalização do Estado em favor de ideais de cidadania [...] universal, sendo que não se opera com a inclusão das pessoas, fazendo-as participar do processo formativo capitaneando a necessária interação entre sociedade e

²⁴⁴ *Ibid.*, p.52.

²⁴⁵ Steven Bannon (**Breitbart News** - site de notícias de extrema-direita): sua visão é criar um movimento popular capaz de se perpetuar no poder por meio de uma política de infraestruturas que proporcionam emprego reservado a classe operária branca, uma posição sistemática a imigração e uma islamofobia institucional e coloque a segurança nacional no centro da política, em contraposição às elites globalizadoras [movimento nacional populista que constitui o núcleo básico do apoio a Trump]. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 53.

²⁴⁶ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 73.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 66.

política²⁴⁸. Não houve a adoção dos pressupostos denominados por Castells de *identidade-projeto*²⁴⁹, a vontade, prevista, observada e efetivada de compartilhar um projeto comum, criando os mecanismos de validação. Não houve o cuidado prévio de que tais interesses fossem cognitivamente gerados na mente dos cidadãos. Não havendo debate, não havendo consulta popular, afastada estava a influência democrática crua e fizeram uso de um paternalismo-funcionalista, um sistema construído de cima para baixo com alto déficit democrático²⁵⁰ que, grosso modo, foi firmemente vencido pelo elemento democrático mais importante: o voto. Em uma visão local, os promotores do BREXIT sentiram a diluição nacional das suas pretensões cuja perda da representatividade apontava para um afastamento mais acentuado entre o cidadão e as instituições. Os canais de comunicação institucionais representativos foram perdendo eficácia e isso acionou outras forças que não aquelas colonizadas pela cúpula da União Europeia.

Como já declaramos, a etimologia da palavra crise trazida do grego antigo significa decisão. Vencidos pela inércia social podem conduzir à ruína, nesta pesquisa qualificada como subversão democrática por sub-repção. Noutra sentença podem ser percebidas como um tempo de busca por novos modos de contestação e construção da realidade sociopolítica. O 15-M, alastrado movimento social e político que ocorreu na Espanha (2011), mostra-nos a eficiência de uma mudança conjuntural na esfera pública que produz mais democracia.

2. 1. 2. 1 A reengenharia democrática - 15 de maio de 2011 - 15-M

Na página anterior, comentamos sobre a precariedade estrutural na qual foram postas as fundações da União Europeia. Seus idealizadores optaram pela utilização de um modelo paternalista-funcionalista *construído de cima para baixo*, ignorando a participação popular. Por meio do voto, o Reino Unido corrigiu o alto déficit democrático.

Percebamos que, ao tratar das consequências do discurso populista sobre as instituições democráticas, estamos por aqui visualizando um lado da moeda, qual seja, o ator político e seu desejo em apossar-se do poder. O eleitorado, objeto de conquista desse ator, apresenta-se como o outro lado dessa mesma moeda. Não sabemos precisar quais sejam os processos de formação social condutores à formação decisória desse eleitorado. Se ele em inércia sucumbirá à sedução do político populista ou, revestindo-se de comunicação, razão e liberdade se reinventará em busca de novas formas de emancipação. A escolha da trajetória e os passos produzidos em uma escala de autorreforço permitirão, a longo prazo, vislumbrar um efeito que poderá ser distinto daquele inicialmente assumido.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 67.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 85.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 87.

E, como outro exemplo descritivo, chegamos a Espanha. Dada a antipatia generalizada dos cidadãos pela projeção da política fiscal restritiva como resposta governamental à crise financeira 2008-14 na Europa e nos Estados Unidos, espontaneamente, aliada à política governamental mergulhada em corrupção, as pessoas começaram a se conectar na mente, sentido e aparelhos eletrônicos, bem ainda nas praças onde aos milhares acrescentavam-se em protestos pacíficos contra a partidocracia²⁵¹, sem a tutela de partidos políticos e sindicatos buscando novas formas de representatividade *para além* do que estava proposto pelo institucional. Não se tratava de uma insurreição motivada pelas táticas de terra arrasada (basicamente, o revide) ou um protesto desprovido de democracia com gosto de democracia, era um ajuntamento em que todos foram convidados para um bate-papo racional, sobre os assuntos aos quais foram-lhes impostas censuras²⁵², inaugurando um espaço comunicativo e de solidariedade desde há muito colonizado por uma classe política corrupta, excessivamente burocrática e insensível aos anseios das pessoas. Vivia-se mal e ninguém queria ouvir tais queixas; mudá-las, tampouco. O que estava posto institucionalmente foi categoricamente rejeitado.

E tudo passou a ser uma genuína confraternização social, que se comunica, se reconhece e respeita e delibera. Formas espontâneas de compartilhamento da dor, do medo, da paz e outras esperanças ainda que poucas, transformando um agudo cansaço cívico em um renovo de emancipação com projetos realisticamente em vias de concretização. Castells diz que aquilo se caracterizou como “Uma expressão aberta da crise de legitimidade política latente tanto na Espanha como no resto do mundo.”²⁵³.

Uma forma de reação comunicativa da esfera pública digna de registro e com aspirações em sua reedição. Com mais de mais de 2/3 da população apoiando o movimento, os efeitos ali produzidos foram mais que suficientes para mudar a política partidária espanhola. E, ocorrendo mudança nas pessoas, as instituições igualmente mudam²⁵⁴. A amplitude do 15-M chega até nós em um transbordar de racionalidade, paixão e fixação de novas posturas e ideais que nos visitam acertadamente quando se enfrenta a análise sobre a retórica populista, sua perniciosidade, seu envolvimento e nós, cidadãos que, a critério elegante e inovador diziam os poetas nas praças da Catalunha: “ Não é uma crise, é que eu já não te amo”²⁵⁵.

²⁵¹ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 97.

²⁵² CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 101.

²⁵³ *Ibid.*, p.101

²⁵⁴ Os “**indignados**”, como se autodenominou o movimento, tentaram **reinventar a democracia** em sua própria prática, mediante uma organização assemblear e deliberativa, que combinou os DEBATES no espaço público urbano com a interação constante no espaço público virtual das redes da internet. [...] para **se reconhecer** e buscar **novas formas de relação política** e utopia cultural, das quais pudesse surgir uma democracia diferente das formas vazias e cínicas que ocupavam as instituições, sem controle dos cidadãos, com escasso respeito aos princípios que proclamavam. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 100.

²⁵⁵ *Ibid.*, p.100.

2. 1. 3. DIMENSÃO POLÍTICA

Dentre as dimensões propostas para esta análise, a que mais se depreende ao núcleo da pesquisa acreditamos encontrar respostas na dimensão política. Pesquisando Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) *Como as democracias morrem*, encontramos imediata relação entre o populismo praticado pela extrema-direita e a busca incessante pela quebra do establishment no que se refere, em efeitos práticos, desmantelamento institucional – ninguém me cobra nada e não presto contas a ninguém -. Aqui almeja-se a construção de uma *antropologia política completa* em que “os relatos teóricos exigem um conhecimento detalhado e refinado das características precisas do ambiente político e social dentro do qual os indivíduos fazem escolhas e elaboram estratégias políticas.”²⁵⁶. Tais dinâmicas políticas vêm sendo construídas em uma sequência dada em uma temporalidade longa, historiada mediante as importantes interações que se desenrolam no tempo e não previamente estruturada, premeditada²⁵⁷.

Neste devir político-social, considerando a história dos eventos e acontecimentos, faz referência disciplinar à investigação de processos observados ao longo do tempo, não se restringindo a analisar a história simplesmente na busca comparada de “ilustrações de argumentos dedutivos essencialmente estáticos”²⁵⁸.

São duas as regras informais, também chamadas de regras não escritas, porque envolve, inclusive, a dimensão de sentido (veja Zagrebelski, p. 8), consideradas fundamentais para o funcionamento de uma democracia: a tolerância mútua e a reserva institucional. “Tolerância mútua é reconhecer que os rivais, caso joguem pelas regras institucionais, têm o mesmo direito de existir, competir pelo poder e governar. A reserva institucional significa evitar as ações que, embora respeite a letra da Lei, violam claramente o seu espírito.”²⁵⁹²⁶⁰. Neste particular, faremos comparações entre líderes extremistas que se apresentam nestes tumultuados anos e vemos simetria mais que incomum entre o agir estratégico experimentado por Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Temos assistido constantemente a derrocada das democracias nestes tempos de soberanias desrespeitadas (Invasão da Ucrânia), redução da independência do Poder Judiciário, como ocorreu na reforma do Judiciário Israelense (29/07/2023) e o golpe militar no Níger, em 26/07/2023. Atos bruscos, violentos, que carregam em si a trajetória da instabilidade que assola

²⁵⁶ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 61. (Tradução nossa)

²⁵⁷ “De fato, onde as sequências são realmente escolhidas (por exemplo, por agenda setters em uma legislatura), a história causal não é sobre ordem temporal – é sobre estrutura institucional e os recursos e preferências dos principais atores estratégicos. A sequência revela como os atores poderosos conseguem o que querem, mas a própria sequência é simplesmente uma consequência lógica, ditada por esses outros fatores. (Tradução nossa)”. PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.62.

²⁵⁸ *Ibid.*, p. 130.

²⁵⁹ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.10.

²⁶⁰²⁶⁰ A maioria dos estudos de corte institucionalista enfatiza o peso das **normas legais e arranjos institucionais** para explicar o comportamento político. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.9.

as democracias em ambos os hemisférios ²⁶¹ e no que se refere ao empreendimento dos interesses políticos através da linguagem, a improbidade verbalizada na manifestação populista, por esses tempos inaugura-se em 2016, quando Donald Trump desce de seu Trump Internacional Hotel and Tower para declarar-se candidato à presidência dos Estados Unidos. Até então um outsider, candidato sem histórico político e mesmo inaugurando um estilo contemporâneo de escancaradas quebras de normas constitucionais, sectarista ao extremo, e portador de caráter autoritário, foi eleito presidente.

A conduta de Trump no lidar com as pessoas, instituições trouxe o réprobo socialmente para o ambiente da admissibilidade entre as relações cotidianas. Uma metodologia destrutiva, de longo alcance temporal e ampla circunscrição, que mergulha no momento de desalento e inconformismo das pessoas para implantar o chip do dirigismo, manipulando-os para dar aspectos de validação e legalidade aos caminhos da subversão sub-reptícia da ordem democrática constitucional²⁶². Importa-nos muito conhecer essa metodologia praticada por autocratas que preferem os mecanismos legais para corromper o espírito de um governo democrata real. Apesar de Levitsky e Ziblatt afirmarem que “O retrocesso democrático hoje começa nas urnas.”²⁶³, acreditamos que esse processo de exploração e aproveitamento do descontentamento das pessoas e sua canalização para outros fins por meio da linguagem já se opera bem antes, com os discursos populistas na fase de indicação e escolha de candidatos.

Como já afirmamos, “uma abordagem comparativa também revela como autocratas eleitos em diferentes partes do mundo empregam estratégias notavelmente semelhantes para subverter as instituições democráticas.²⁶⁴”. Logo, conhecê-las, permite-nos afastar as ambiguidades e possibilita-nos conhecer os padrões adotados e condutores que rumam ao colapso democrático constitucional, sendo plenamente possível prevê-los e enfrentá-los. O uso da hostilidade nas relações sociais vem se constituindo um acinte à civilidade: não há qualquer contenção quando se pretende desqualificar o alheio, e a cultura do discurso do ódio vem exposta em horário nobre, arrebanhando apoiadores que assumem o status de gladiadores em uma onda sectária extrema, aprofundando a polarização, podendo aniquilar qualquer sistema.

Acreditávamos que a sensatez coletiva dos eleitores poderia salvaguardar a democracia, qual seja, “Se o povo abraça valores democráticos, a democracia estará a salvo. Se o povo está aberto a apelos autoritários, então mais cedo ou mais tarde a democracia vai ter problemas.”²⁶⁵.

²⁶¹ CNN BRASIL. **Golpe militar na África: General se apresenta como novo líder do Níger**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cAf-dxk8gCs>. Acesso em: 01 out. 2023.

²⁶² Só quando uma Assembleia Constituinte unipartidária usurpou o poder do Congresso em 2017, quase duas décadas depois de chave ter sido eleito presidente pela primeira vez, a Venezuela foi amplamente reconhecida como uma autocracia. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

²⁶³ *Ibid.*, p. 16.

²⁶⁴ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.18.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 30.

Contudo, Levitsky e Ziblatt nos dizem que essa visão está errada. Afirmam: “É difícil encontrar qualquer evidência de apoio majoritário ao autoritarismo na Alemanha e na Itália nos anos 1920. Antes de os nazistas e os fascistas tomarem o poder, menos de dois por cento da população eram membros de partidos, e nenhum alcançara nada sequer próximo de uma maioria de votos em eleições livres e justas. Ao contrário, maiorias eleitorais sólidas se opuseram a Hitler e a Mussolini - antes de os dois homens alcançarem o poder com o apoio de insiders do mundo político cegos para o perigo de suas próprias ambições.”²⁶⁶. O que presenciamos nos dois últimos pleitos presidenciais brasileiros (2018 e 2022) revela que grande parte do eleitorado do povo brasileiro flerta com o autoritarismo, envolto no mundo da pós-verdade, da sistemática desconstrução de regras constitucionais e mecanismos de proteção da democracia como a Justiça de Transição que não atinge plenamente sua pretensão originária.

Nesses ambientes surgem, para concorrer a cargos públicos, figuras misóginas, ditadores caricatos, figurantes como candidato de protesto ora agredindo os imigrantes e outras minorias, ora usando as táticas de terra arrasada, ou ainda “legitimamente em prol do bem comum”, querendo convencer que se trata de questão de segurança nacional. Com esse tema, precisamos aproveitar os dados correlatos que nos são oferecidos por Levitsky e Ziblatt²⁶⁷. Não só os candidatos se deterioraram, mas os partidos também se perverteram nessa insanidade de vencer o pleito eleitoral a qualquer custo, desconsiderando as consequências. Com a explosão da mídia alternativa, sobretudo noticiário de TV a cabo e redes sociais, as pessoas ganham notoriedade instantaneamente, disseminando informações e, com isso, adquirem apoio público. Formam-se laços de redes densos que podem facilitar tanto a estabilidade quanto a mudança institucional.

Nos Estados Unidos, a mídia soube fazer uso de sua influência para formar novas opiniões. A Fox News (Canal de televisão que divulga notícias tendenciosas em favor do Partido Republicano) radicalizou os eleitores conservadores, favorecendo os candidatos de ideologia extrema, a exemplo do site de notícias Breitbart News (site de notícia de extrema-direita). Possuindo grande composição da mídia para si, Trump derramou-se em demagogia, “[...] suas visões extremistas sobre imigrantes e muçulmanos, sua disposição de violar normas básicas de civilidade e sua exaltação de Vladimir Putin e outros ditadores geraram constrangimento em grande parte da mídia e do establishment político.”²⁶⁸. Um pouco antes,

²⁶⁶ *Ibid.*, p. 30.

²⁶⁷ O senador Joseph McCarthy, que usou o medo da subversão comunista que marcava a Guerra Fria para promover listas negras, censura e proibição de livros, desfrutava de amplo apoio entre a população [...] quase metade dos norte-americanos o apoiava. Uma década depois, a postura segregacionista desafiadora do governador de Alabama George Wallace o fez saltar para proeminência nacional. Ele era, escreveu Hadley, um mestre ao explorar “o velho e manifesto ódio americano”. Wallace **muitas vezes incitava a violência** exibia uma desconsideração casual pelas normas constitucionais – “Há uma coisa mais poderosa do que a Constituição ... É a vontade do povo. Ora, o que é uma Constituição? É o produto do povo, o povo é a primeira fonte de poder e o povo pode abolir a Constituição se quiser”. A mensagem de Wallace, que misturava racismo com apelos populistas e o sentimento de vitimização e ódio econômico da classe trabalhadora branca, o ajudou a fazer incursões na base operária tradicional do Partido Democrata. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp.43-44.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 65.

comentando acerca da percepção sociológica quanto aos interesses de seu partido e acrescentando mais um pouco à casa de loucos, está o Tea Party - movimento político de massa. Em 2011, republicanos, impelidos por uma nova classe de deputados apoiados pelo Tea Party, assumiram o controle do Congresso. “Não só eles estavam dispostos a usar o aumento do limite de endividamento como refém (e possivelmente provocando o caos na economia), como muitos estavam prontos para vetá-lo - para “ provocar o colapso do sistema como um todo” - se suas reivindicações de cortes dramáticos de despesas não fossem atendidas. [...]. Conforme afirmou o congressista Jason Chaffetz posteriormente: “Não estávamos brincando ... íamos fazer a casa cair”²⁶⁹. Concluem os autores: “Com táticas como essas, os republicanos tinham começado a se comportar como um partido político antissistema.”²⁷⁰. Em repaginação, em 04/12/2022, Trump defendeu a extinção da Constituição dos Estados Unidos²⁷¹.

Todos provamos do mal-estar generalizado produzido por Jair Bolsonaro quando pôs em questão a lisura do processo eleitoral brasileiro, inobstante ter sido eleito no pleito anterior (2018) utilizando os mesmos mecanismos de apuração. Isso não é iniciativa banal. Não sobre o fato em si, mas sobre o seu correlato Trump em 2016, o historiador Douglas Brinkley comenta: “Essa motivação é secessionista, revolucionária. É de alguém que definitivamente está tentando virar a mesa”²⁷². Era uma convocação geral partindo de um presidente da república, pressionando para combater um problema não existente – demagogo pela irresponsabilidade -.

A disputa presidencial no Brasil (2022) conduziu ao segundo turno Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva, polarizada em essência, temia-se bem mais pelas consequências de uma escolha popular favorável a Lula, este execrado de todas as formas e meios, pois se tencionava deslegitimá-lo como oponente²⁷³. Mais uma externalização da atuação de um ator político que busca atingir seus objetivos, beneficiando-se da distorção dos fatos.

Na política, pensarmos que nossos oponentes são nossos inimigos, representantes de uma facção ignóbil, pode nos levar a imaginar que estamos experimentando uma ameaça existencial. Tem-se muito a temer se eles forem eleitos e, em seu favor, passarem a fazer uso de todo o aparato governamental como os órgãos de imposição da lei, os serviços de inteligência, as agências reguladoras e tributárias, o controle da mídia e o aparelhamento do sistema judiciário²⁷⁴. Por isso, normaliza-se dar vazão a atitudes psicóticas como o sectarismo

²⁶⁹ *Ibid.*, pp.159-160.

²⁷⁰ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.16.

²⁷¹ G1 – GLOBO. **Donald Trump defende extinção da Constituição dos EUA e é criticado por políticos dos partidos Democrata e Republicano**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/12/04/donald-trump-defende-a-extincao-da-constituicao-dos-eua-e-e-criticado-por-politicos-dos-partidos-democrata-e-republicano.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2023.

²⁷² LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 66.

²⁷³ [...] **negação da legitimidade dos oponentes**. Políticos autoritários descrevem seus rivais como criminosos, subversivos, impatrióticos, ou como uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida existente. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.67.

²⁷⁴ *Ibid.*, p.81.

extremo e o encorajamento da prática da violência, estendendo-se também o emprego de todos os meios possíveis e necessários para derrotá-los, inclusive, medidas autoritárias²⁷⁵.

A população brasileira, com graves problemas relacionados à distribuição de renda, díspare em seu desenvolvimento regional, com alargada mão-de-obra sobrevivendo de salário de pobreza, pois dependente de sub-serviços, uma precariedade laboral altamente induzida, testemunha seu presidente afirmar que “povo armado jamais será escravizado.”²⁷⁶, “tem que todo mundo comprar fuzil”²⁷⁷. Isso se constitui o abandono dialogicidade. É o nítido desejo manifesto por uma ruptura radical com as normas de civilidade. “A violência sectária é com grande frequência um elemento precursor de colapsos democráticos²⁷⁸”. A índole violenta de Bolsonaro assemelhava-se outra vez com a de Donald Trump²⁷⁹.

Fez-nos entrar em reflexão, quando da sessão deliberativa que votou o impeachment de Dilma Rousseff (31/08/2016) quando, em sua voz, Bolsonaro elogia Carlos Alberto Brilhante Ustra - Coronel Ustra - Chefe do DOI-Cod. Tratava-se da peremptória recusa em reconhecer e condenar atos significativos de violência política no passado (negativa quanto a ocorrência da Ditadura 1964/1985) e, portanto, justifica-se o seu ministério em promover o consequente desmonte da Justiça de Transição Democrática - a constituição de uma Comissão de Anistia que sequer acreditava que houvesse ocorrido no Brasil um Estado de Exceção.

Imitar literalmente a regra de um vizinho, importando-a, nem sempre é experiência que conduz ao êxito. “Na experiência pós-Colonial na América Latina, muitas das repúblicas recém-independentes se basearam diretamente das regras constitucionais previstas nos Estados Unidos, adotando o presidencialismo, os legislativos bicamerais, as supremas cortes ao estilo norte-americano e, em alguns casos, Colégios Eleitorais e sistemas federais. Algumas escreveram constituições que eram quase réplicas da Constituição dos Estados Unidos. No entanto, todas as repúblicas embrionárias da região mergulharam em guerras civis e ditaduras.”. [...] “Nem mesmo constituições bem-projetadas são capazes, por si mesmas, de garantir a

²⁷⁵ Em quase todos os casos de colapso democrático que nós estudamos, autoritários potenciais - de Franco, Hitler e Mussolini na Europa entreguerras, a Marcos, Castro e Pinochet, durante a Guerra Fria, e Putin, Chávez e Erdogan mais recentemente - justificaram a sua consolidação de poder rotulando os oponentes como uma ameaça à sua existência. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp.106-107.

²⁷⁶ EURONEWS. “Povo armado jamais será escravizado”. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/07/31/povo-armado-jamais-sera-escravizado>. Acesso em: 02 out. 2023.

²⁷⁷ G1- GLOBO. **Bolsonaro chama de idiota aqueles que dizem que é melhor comprar feijão do que fuzil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/27/bolsonaro-chama-de-idiota-quem-diz-que-tem-que-comprar-feijao-tem-que-todo-mundo-comprar-fuzil.ghtml> Acesso em: 01 out. 2023.

²⁷⁸ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 67.

²⁷⁹ Trump no Vox News: “Se você vir alguém se preparando para jogar um tomate, enfia a porrada, tá certo? Sério. Enfia a porrada, só isso. Eu prometo que pago a conta dos advogados. Prometo. (1º de fevereiro de 2016, Iowa). “Adoro os velhos tempos. Sabe o que eles faziam com essa gente quando eles entraram no lugar como este aqui? Eles saíam carregados numa maca, pessoal. é verdade ... eu queria dar um soco na cara dele, posso garantir. (22 de fevereiro de 2016, Nevada)”. “Nos bons tempos, O pessoal arrancaria daquela cadeira sem pestanejar. Hoje, todo mundo é politicamente correto. Nosso país está indo para o inferno sendo politicamente correto. (26 de fevereiro de 2016, Oklahoma). LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.68.

democracia. Primeiro, porque constituições são sempre incompletas. Como qualquer conjunto de regras, elas têm inúmeras lacunas e ambigüidades.”²⁸⁰, o que inviabiliza confiarmos restritivamente nas regras escritas constitucionais contra as investidas de líderes autoritários. Interpretar uma Constituição a partir de sua disposição normativa pode enfraquecer *o espírito da lei*. Isso seria tornar inflexíveis as regras do jogo e não podemos conduzir as coisas a ferro-e-fogo²⁸¹.

Aziz Huq e Tom Ginsburg (*How to lose a Constitutional Democracy*, 2018) comentam: “Só o fino tecido da convenção impede presidentes norte-americanos de capturar os árbitros e usá-los contra oponentes²⁸².”

A construção das normas democráticas fortes produz trincheiras favoráveis à proteção da democracia embora não esteja no pergaminho constitucional, são amplamente conhecidas e respeitadas, pois se manifestam no dia a dia e em todas as fases e aspectos da vida. “As constituições escritas são fortalecidas por suas próprias regras não escritas no jogo.²⁸³”. As normas alcançam dimensões de sentidos e dão-se como códigos de conduta compartilhados²⁸⁴, – podendo criar um momento ilocucionário²⁸⁵, qual seja, um momento de fala completa com interlocutores deliberando racionalmente em plano de igualdade. São os processos coletivos de comunicação racional estimulante às percepções de universalidade, logo, adquirirão validação por se traduzirem em senso comum dentro de uma específica comunidade, intersubjetividades experimentadas e harmonizadas em sociedade, co-vivenciados, respeitados e impostos por seus próprios membros.

Apesar do número de votantes de Bolsonaro em 2022 ter-se acrescido, questionamos como se formou o grupo majoritário. Em 2018, percebia-se de forma desnuda que os que o preferiram firmaram-se em um discurso demagógico ou ainda se externaram em um voto de protesto - resposta popular aos efeitos da Ação 470 e cumprimento das primeiras sentenças oriundas da Operação Lava-Jato. A empiria do governo bolsonarista (2019/2022), nesses quatro anos explicitou a precariedade da capacidade de Bolsonaro na condução do País, ainda, o evidente déficit de racionalidade na construção de uma comunicação produtiva e pacífica entre governante e governados ou entre governante e instituições. Não havia diálogo, somente a escolha e efetivação da prática do conflito e desestima ao status quo democrático vigente com

²⁸⁰ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.100.

²⁸¹ Uma das formas mais disruptivas (interrupção) de protesto trabalhista é a “operação padrão”, em que os trabalhadores fazem rigorosamente o que é exigido em seus contratos ou descrição de cargo, mas nada mais além disso. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.101.

²⁸² (Keith Whittington. as chama de “CONVENÇÕES” (2013) - “The Status of Unwritten Constitutional Conventions in the United States]. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

²⁸³ *Ibid.*, p. 103.

²⁸⁴ *Ibid.*, p.103.

²⁸⁵ HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo, tomo 1**: Racionalidade da Ação Social e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2019, p. 37.

plena vocação autoritária. Reconhecemos que não possuímos os dados, mas por hipótese, talvez tenha ocorrido a atração do eleitorado centrista. O Brasil recusou voltar à política autocrata²⁸⁶.

Figura 6. Resultado da eleição presidencial Brasil, 2022

FILTROS APLICADOS

Ano: 2022 | Região: Todas | UF: Todas | Município: Todos | Zona: Todas | Tipo eleição: Eleição Ordinária | Turno: 2 | Eleição: Todas | Cargo: Presidente

Dados atualizados em: 30.08.2023 - 19:40

Brasil | Região | UF | Município | Zona

MAIORES VOTAÇÕES

UF	Cargo	Número	Nome	Partido	Partido/Coligação/Federação	Turno	Situação de Totalização	Votos nominais	Div Cand.
BR	Presidente	13	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	PT	(PT/PC do B/PV) / SOLIDARIEDADE / (PSOL/REDE) / PSB / AGIR / AVANTE / PROS	2	Eleito	60.345.999	Acessar candidaturas
	Presidente	22	JAIR MESSIAS BOLSONARO	PL	PP / REPUBLICANOS / PL	2	Não eleito	58.206.354	Acessar candidaturas
Total Geral								118.552.353	

Fonte: TSE (<https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>)

“As normas de reserva institucional são especialmente importantes em democracias presidencialistas. [...]. Presidentes sem comedimento ou controle podem aparelhar Suprema Corte, alterando sua composição, ou contornar o Congresso governando por decretos. E congressos sem comedimento podem bloquear todos os movimentos do presidente, ameaçando lançar o país no caos ao se recusarem a financiar o governo ou a voltarem pelo afastamento do presidente com base em motivos dúbios”²⁸⁷. Convivíamos abertamente com os cálculos de Bolsonaro, quando dizia que o próximo presidente eleito ao quadriênio 2023 a 2026 indicaria mais dois ministros para o STF ... qual seja, manifestava o poder constitucional de indicação e nomeação (art. 101, parágrafo único, CF/1988), relacionando-o com o favorecimento posterior atrelado à essa escolha.

A trajetória inversa da reserva institucional é explorar prerrogativas institucionais de maneira incontida, o que Mark Tushnet chama de “jogo duro constitucional”: jogar segundo as regras, mas levando-as aos seus limites e “jogando para valer”. Busca-se a vitória permanente sobre os rivais partidários - e não se preocupar em saber se o jogo democrático vai continuar. Isso acontece quando o custo calculado da derrota é alto em demasia e, assim, políticos serão tentados a abandonar a reserva institucional. O próprio Mark Tushnet, em um podcast, comenta essa relação entre tolerância mútua e o jogo duro constitucional agora mencionada por Levitsky

²⁸⁶ TSE. **Resultados das eleições**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>. Acesso em 01 out. 2023.

²⁸⁷ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.109.

e Ziblatt²⁸⁸. O *Constitutional Hardball* - termo usado por Mark Tushnet naquele podcast, como uma explanação mais acessível da expressão “jogo duro constitucional” - diz que a tolerância mútua é mais como um manual, uma parte de um manual de bom comportamento na política democrática do que uma extração da interpretação da Constituição dos Estados Unidos. As normas não escritas seriam uma prática política muito importante para a sustentação de uma democracia, mas não estariam expressamente incorporados à Constituição. Afirma sob a perspectiva do *Constitutional Hardball* que políticos, membros eleitos do Congresso, “fazem coisas que estão na cara”, coerentes com o que a Constituição permite, mas que estão em tensão ou mesmo em conflito com os pressupostos sobre o comportamento político adequado. Ressalta que a sua visão é a de um advogado constitucional enquanto os outros dois autores são cientistas políticos (Levitisky & Ziblatt). Sugere pensar na dificuldade ainda existente da trajetória entre uma sociedade de regras – Herbert Adolphus Hart em “*O Conceito de Direito*” – para uma sociedade de princípios – Ronald Dworkin em “*Levando os Direitos a Sério*”.

Desaparecendo a tolerância, os políticos gradualmente vão abandonando a reserva institucional e buscam vencer a qualquer custo. Traz grave consequência, a jusante, “Isso pode estimular a ascensão de grupos antissistema com rejeição total às regras democráticas. Quando isso acontece, a democracia está em apuros²⁸⁹”.

Poderíamos continuar expondo as insanidades de Trump, comunicar as patologias sofridas por Newt Gingrich (1978), mas incorreria na repetição de exemplos acerca de um mesmo tema. Não nos alegra a posse e consequente comprovação da vinculação de Bolsonaro com as anomalias aqui narradas - visão de política como guerra, uma abordagem mais combativa do partido, usar adjetivos como se fossem pedras, emprego deliberado de uma retórica de exageros. Seu exemplo alcançou a vida política e social brasileira. Um exemplo é o uso indiscriminado do impeachment na esfera política. Há mais de um século atrás James Bryce afirmou: “é a peça de artilharia mais pesada do arsenal congressional [...] “ por ser tão pesada viva é inadequada ao uso comum”²⁹⁰²⁹¹. Bolsonaro também percebeu que explorar o sentimento contido de frustração e raiva e das pessoas era útil politicamente e não se poupou. Foi a estrada

²⁸⁸ SPOTIFY. Disponível em: open.spotify.com/episode/3ZDTEcBuOSFMxYHUOgUSKt?si=Q-3WrWWaRlm_G9kW5zJC3g. Acesso em: 01 out. 2023.

²⁸⁹ O Judiciário também pode ser convocado para fazer jogo duro. Em 2015, o novo Congresso aprovou uma Lei de anistia que libertaria 120 presos políticos e voltou contra a declaração de estado de emergência econômica de Maduro (que lhe dava amplos poderes para governar por decreto). Para repelir essa objeção, Maduro se voltou para Suprema Corte, agora controlada por seus partidários. A Corte chavista efetivamente retirou poderes do Legislativo, julgando que quase todos os seus projetos de lei - inclusive a lei de anistia, os esforços para revisar o orçamento e a rejeição do estado de emergência - eram inconstitucionais. Segundo o jornal colombiano *El Tiempo*, a corte decidiu contra o Congresso 24 vezes em 6 meses, **derrubando todas as leis que ele havia aprovado** - “Radiografía de los chavistas que controlam el TSJ en Venezuela (2016, p. 235, nota 53). LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.116.

²⁹⁰ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.134.

²⁹¹ CNN BRASIL. Bolsonaro acumulou 158 pedidos de impeachment; Câmara acabará de arquivá-los hoje. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-acumulou-158-pedidos-de-impeachment-camara-acabara-de-arquivar-los-hoje/>. Acesso em: 01 out. 2023.

para o inferno político. Com Bolsonaro, a beligerância alcançou o alto escalão da vida política nacional e, como o exemplo vem de cima, transbordou socialmente. Toda a ortodoxia do cargo enquanto pessoa pública foi desconsiderada - “Essa Globo é uma merda de imprensa, vocês são uma porcaria de imprensa, cala a boca, vocês são contra a família.”²⁹². A (o) leitora (or) já presenciou algum Presidente na história deste país se manifestar nestes termos?

Na Pandemia ocorreram também suas menções: “Chega de frescura, de mimimi, vamos ficar chorando até quando?”²⁹³: [...] Tem idiota que fica dizendo “vai comprar vacina” ... “Só se for na casa da tua mãe”²⁹⁴. Por parte disso, foi-lhe dedicada a música de Chico Buarque “*Apesar de Você*”, compartilhada e recitada, por nomes ilustres da nossa cultura - 27 de julho de 2021²⁹⁵. “*Apesar de você, amanhã há de ser outro dia* ... e este dia chegou! Na verdade, é um dia processualístico cuja tramitação não visualiza término.

Daniel Patrick Moynihan, ex-cientista-político (1993) diz: “Os seres humanos têm uma capacidade limitada de lidar com pessoas que se comportam de maneiras que divergem de padrões compartilhados. Quando regras não escritas são violadas reiteradamente, tende a “diluir a definição de desvio comportamental”. [...] “diante de violações disseminadas, nós somos sobrepujados - e depois dessensibilizados. Ficamos cada vez mais acostumados aquilo que antes achávamos escandaloso.”²⁹⁶. Não nos esqueçamos que “o maior perigo que enfrentamos não diz respeito à democracia, mas à humanidade”²⁹⁷. Se nisso falharmos, tudo o mais será plenamente secundário.

Uma constatação triste e necessária: no *Como as democracias morrem* (p. 195), Levisty e Zibblatt afirmaram: “A vasta maioria das democracias do mundo - de Argentina, Brasil, Chile e Peru até a Grécia, Espanha, República Tcheca e Romênia, passando por Gana, Índia, Coreia do Sul e África do Sul - permanece intacta. E embora democracias europeias possam estar enfrentando muitos problemas, de economias frágeis ao ceticismo da União Europeia e à reação anti-imigração, há pouca evidência em qualquer uma delas do tipo de corrosão fundamental de normas que temos visto nos Estados Unidos.” Tragicamente o proveitoso *Como as democracias morrem* (2018), neste tempo, necessita de atualização, aliás, toda a produção científica que analisou a formação da opinião pública, a utilização do

²⁹² UOL. **Bolsonaro tira a máscara e manda jornalista calar a boca durante entrevista em SP**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/06/21/bolsonaro-tira-a-mascara-e-manda-jornalista-calar-a-boca-durante-entrevista-em-sp.htm>. Acesso em: 01 out. 2023.

²⁹³ G1 – GLOBO. **‘Chega de frescura, de mimimi’**: frase de Bolsonaro repercute na imprensa internacional. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/05/chega-de-frescura-de-mimimi-frase-de-bolsonaro-repercute-na-imprensa-internacional.ghtml>. Acesso em: 03 out. 2023.

²⁹⁴ G1 – GLOBO. **Bolsonaro diz que ‘tem idiota’ que pede compra de vacina**: ‘Só se for na casa da tua mãe’ | Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2021/03/04/bolsonaro-diz-que-tem-idiota-que-pede-compra-de-vacina-so-se-for-na-casa-da-tua-mae.ghtml>. Acesso em: 04 out. 2023.

²⁹⁵ BRASIL 247. **Apesar de você**: mídia progressista mostra união contra Bolsonaro <https://www.brasil247.com/midia/apesar-de-voce-midia-progressista-mostra-uniao-contra-bolsonaro-veja-video>. Disponível em: <https://www.brasil247.com/midia/apesar-de-voce-midia-progressista-mostra-uniao-contra-bolsonaro-veja-video>. Acesso em: 01 out. 2023.

²⁹⁶ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.191.

²⁹⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.23.

discurso populista, polarização político-social, movimentação da extrema-direita e democracia, tendo finalizadas as análises em 2018, com o advento do bolsonarismo e sua experiência governamental no quadriênio 2019/2022, necessita de atualizações devido à semelhança instrumental observada nos governos autocratas e aquele efetivado por Jair Bolsonaro.

Em poucos exemplos, o comportamento de Bolsonaro não se equiparou por completo ao de Trump. Exemplificamos a ausência do primeiro em ser favorável às invasões de Estados Estrangeiros como fez o segundo em declarações sobre a Venezuela²⁹⁸, na expansão imperial e apropriando-se de seu maior produto-exportação: o petróleo. Ainda, na experiência brasileira, não há registros de que Bolsonaro tenha se apossado de documentos oficiais sigilosos de defesa e inteligência, como fez Trump, relacionados também a programas nucleares dos Estados Unidos, que pudessem colocá-la na mira de uma persecução criminal por conspiração²⁹⁹, sem desconsiderar seu atentado à lisura do processo eleitoral na Geórgia, Estados Unidos (2020) e, finalmente, não testemunhamos Jair Bolsonaro em nutridas amizades explícitas com aliados neonazistas³⁰⁰, correlacionando-os aos extremistas da direita.

A hostilidade crua manifestada nas ações - e omissões também - de Jair Bolsonaro fizeram com que grande parte do eleitorado que o conduziu ao Palácio do Planalto em 2019 mudasse de opinião para nova investida governamental do executivo a partir de 2023. O ímpeto bolsonarista conduziu Jair à sua própria inelegibilidade. Sua explícita manifestação antidemocrática instou os seus simpatizantes à violência física e material sob a análise de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 08/01/2023.

Entre um momento e outro, em conjunturas críticas, à vista da truculência empreendida contra as autoridades, em especial aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ao desenho democrático constitucional brasileiro, políticos foram presos e uns cumprem pena estatal, com perda do mandato eletivo (Daniel Silveira, Roberto Jefferson – menções detalhadas no segundo capítulo). Elementos presentes em outras retrogressões democráticas viabilizadas pela militarização da vida burocrática governamental, a ascensão da oratória militar na vida pública, desconstrução de mecanismos de aperfeiçoamento democrático – ressaltamos a importância da justiça de transição democrática -, fomentação do discurso do ódio, tudo isso, foi experimentado exponencialmente na política e vida social brasileira nesse tempo.

²⁹⁸ CNN BRASIL. **Trump diz que teria “tomado” a Venezuela se tivesse sido reeleito.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o_N-od4IE7Y. Acesso em: 01 out. 2023.

²⁹⁹ CNN BRASIL. **Trump é acusado de extorsão por eleição de 2020.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ghPAMghAQkk>. Acesso em 29 set. 2023.

³⁰⁰ O POVO ONLINE. **Kanye West elogia Hitler em programa de extrema direita:** "Vejo coisas boas nele". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B0BboHza3H4>. Acesso em 29 set. 2023.

CAPÍTULO 2 - O DISCURSO POPULISTA: CONSTITUIÇÃO E INFLUÊNCIAS

2. 1 O POPULISMO E SUA RETÓRICA ... A PÓS-VERDADE E O EU (E O NOSSO) FRAUDADO

“As definições do Populismo³⁰¹ ressentem-se a ambiguidade conceptual que o próprio termo envolve. Para Peter Wills, populismo é “ todo credo e movimento **baseado** nesta premissa principal: a virtude reside no povo autêntico que constitui a maioria esmagadora e nas suas tradições coletivas”. (Wills em Ionescu-Gellner, 1971); para Lloyd Fallers, o Populismo é uma ideologia segundo a qual “ a legitimidade reside no povo” (Fallers, 1964); para Peter Worsley, ele é “a ideologia da pequena gente do campo ameaçada pela aliança entre o capital industrial e o capital financeiro (Worsley, 1964); para Edward Shils, o Populismo “se baseia em dois princípios fundamentais: o da supremacia da vontade do povo; e o da relação direta em que povo e leadership (Shils, 1954)”. O próprio Bobbio comenta acerca dessas definições que estariam esculpidas em uma perspectiva de um “democratismo romântico” [...] O conceito de povo não é racionalizado no Populismo, mas antes intuído ou a apodicticamente postulado.”. Seria mais um aproveitamento etimológico da formação da própria palavra? Acrescenta o autor: “O Populismo, que é fideísta em suas premissas, torna-se messiânico e seus módulos de ação, temendo contínuas insídias à pureza popular e buscando sua sobrevivência ou preservação em formas carismáticas; torna-se Maniqueu, tendendo à expulsão radical do sistema político daquilo que não é povo, como germe parasitário e corruptor. Daí a presença pública ou latente, em quase todos os Populismos, de uma constante feição racista. Com o militarismo e o fascismo, o Populismo partilha, fundamentalmente, da mesma falta de organização ideológica, do ecletismo e, até certo ponto, do desprezo pela ordem constituída e pelas formulações ideológicas; por isso, ele também se apresenta como contestação do sistema e como uma antiideologia. [...] Populismo e internacionalismo são incompatíveis.”.

No capítulo anterior, analisamos as crises e suas consequências ocorridas em quatro democracias (Alemanha, Chile, França, Estados Unidos). Consubstancialmente, democracia brasileira se destaca durante o governo de Jair Bolsonaro (2019/2022).

Em resumo foi narrado que na Alemanha (Hitler, 1933), a crise econômica foi intensificada por dois eventos: a hiperinflação de 1923 e o desemprego resultante do colapso de 1929, resultando em grave desigualdade de renda, o que potencializou a polarização quanto

³⁰¹ Definição Populismo são as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes. Alguém disse que o populismo não é uma doutrina precisa, mas uma “síndrome” BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale *et al.* Brasília : Editora Universidade de Brasília,1998, pp. 980/983.

à democracia e ao capitalismo. Afirmou-se que as ideias antidemocráticas de todos os tipos, não só nazistas, continuaram fortes naquele período e isso fez com que o comparecimento às urnas despencasse acentuadamente - a inércia social -. A ausência da homogeneidade político partidária enfraqueceu o Parlamento que acabou por aprovar a “Lei para Aliviar o Sofrimento do Povo e do Reich” - (art. 48 da Constituição de Weimar), com a maioria constitucional de dois terços – o que permitia ao governo baixar decretos, rompendo com a estrutura constitucional democrática. Crises nas dimensões econômica e política convergiram naquela ocasião.

Quanto ao Chile (Salvador Allende, 1973), a crise econômica concorreu para o antagonismo dos cidadãos acerca de suas convicções ideológicas intensamente defendidas sobre capitalismo em oposição ao socialismo, as tensões entre democracia e capitalismo foram aprofundadas. A interferência externa promovida pelos Estados Unidos, que iniciou uma campanha de terror quanto ao domínio soviético no país, favoreceu o atrito ideológico. O Congresso e o Executivo em gravíssima fragmentação política não se harmonizaram e, dada a inconsistente capacidade de Allende em reagrupar os políticos ao redor de uma agenda única favorecendo a governança, instalou-se o caos social. Os militares entraram em cena, estabelecendo o golpe. As crises neste exemplo foram percebidas nas dimensões econômicas, políticas e culturais.

Já na França (De Gaulle, 1950), a ameaça era um golpe militar após o país ter vivido um extenso conflito militar na Argélia (na época, colônia francesa). Não havia um consenso majoritário sobre como lidar com o conflito argelino. O prolongado convívio com o problema intensificou a crise em concorrência com a contínua incapacidade dos governantes de lidarem com ela e tornava inócua a tentativa de formar governos majoritários. De Gaulle acabou por ter de tornar primeiro-ministro e tratou de mudar as regras, implicando a concessão de amplas prerrogativas, exigindo e obtendo do Parlamento o poder de governar por decreto e mudar a Constituição. Deu-se uma mudança institucional, e o implemento de um arranjo político moldado para aquele tempo, o que permitiu a superação da crise. Mesmo com a utilização de instrumentos antidemocráticos, a democracia prevaleceu. Visualizamos ali a crise na dimensão política.

Nos Estados Unidos (Nixon, 1964-76), a previsão da subversão democrática se concentrava na usurpação e abuso do poder. Nixon preferiu fazer uso da estrutura do governo visando atingir seus objetos pessoais. As instituições representativas, o sistema de freios e contrapesos, funcionaram com eficácia contra o abuso de poder. O presidente preferiu renunciar ao cargo. Viu-se também ali a ocorrência de uma crise na dimensão política.

Na França e Estados Unidos, ambas as crises foram superadas institucionalmente, com efeitos diversos: nos Estados Unidos as instituições existentes superaram a crise e saíram

intactas, enquanto na França a solução envolveu conflito e implicou importantes reformas institucionais.

Preferimos expor nossas impressões sobre as crises (ou crise) vivenciadas no período do governo de Jair Bolsonaro (Brasil, 2019/22) no momento conclusivo dessa dissertação, após o transcurso das abordagens dos elementos essencialmente imbricados, contidos neste capítulo, conforme planejamos na introdução.

À exceção da experiência democrática constitucional brasileira (2019/2022), conseguimos denominar as crises em suas dimensões naquelas quatro democracias. Com minúcias comentamos acerca das consequências advindas com a virada neoliberal (1980) encartada no Consenso de Washington, e as demandas crescentes de estagnação econômica, implicando grave aprofundamento da desigualdade material e, por conseguinte, desigualdade social. Vimos o aumento da xenofobia e a corrosão das normas não escritas como reflexos defensivos de uma cidadania deformada, suportando a convivência com uma crise de legitimidade que aflora no âmbito global.

Isso repercutiu na desestima dos partidos políticos tradicionais e na diminuição da participação no sufrágio eleitoral. Nesse ambiente de desesperança, desconfiança e raiva, o populismo se instala se valendo da forma discursiva, persuasiva, ambicionando acomodar-se ante as insatisfações das pessoas com a classe política e as instituições representativas mesmo porque essas eram vistas como órgãos que reproduzem a desigualdade e não oferecem alternativa.

As causas do descontentamento que vem se alargando em suas manifestações são profundas com nascentes econômicas, políticas e culturais como já nos referimos e, se esses são os seus elementos motivadores, de forma isolada ou interrelacional, talvez devêssemos buscar soluções nas políticas econômicas, nas reformas políticas e também nos fóruns oportunizados do exercício do princípio crítico racional da esfera pública, trazendo à vida as estratégias discursivas de combate à fragmentação social. Mas democracia e capitalismo coexistem em vários países apesar do antagonismo principiológico e, por conseguinte, estrutural que os cerca.

Como acima comunicamos, os partidos vêm abandonando as claras linhas que os definiam ideologicamente, produzindo políticas de governo de diferentes orientações partidárias bem parecidas: “1 – responsabilidade fiscal; 2 – flexibilidade do mercado de trabalho; 3 – livre fluxo de capital; 4 - enfraquecimento dos sindicatos ; 5 – redução dos impostos sobre as rendas altas³⁰². É o que tanto o cidadão do asfalto quanto o da trilha de terra pergunta: “Para onde correr?” E, quando chegamos nesse estado de ausência de direção e de

³⁰² PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.14.

alternativa, passamos a ouvir e considerar qualquer outro discurso, seguindo qualquer ilusão³⁰³. Nisso está a sementeira do populismo.

Inicialmente procuramos com Norberto Bobbio a definição de populismo e, por agora, faremos uso desse termo em sua forma pejorativa, aquela visitada e conhecida pelo cidadão em seu senso-comum, qual seja: voz de protesto, agradável aos ouvidos de um alguém que carrega dores e, neste aspecto, a voz emitente do discurso parte da mente de um ator populista, cujo maior finalidade reside em valer-se do momento de instabilidade do outro para projetar seus interesses pessoais. Przeworski nos traz outras definições mais condutores ao núcleo dessa pesquisa: “Populismo participativo (Rosseau acreditava que o povo deveria governar a si mesmo): é a vontade de nós mesmos governarmos. Consiste em reformas institucionais destinadas a dar potência à voz do povo. [...] “o povo”, como uma entidade singular, não existe; o que existe são pessoas, no plural, com interesses, valores e padrões diferentes. [...] Populismo delegativo: é querermos ser bem governados pelos outros (sem controle) o que se constitui num perigo para a democracia³⁰⁴. No populismo delegativo ... acontece quando o povo quer que o governo fique, ainda que acabe com as restrições à sua reelegibilidade e à sua liberdade de adotar políticas públicas” – é o “retrocesso democrático” (ou desconsolidação, desgaste, retrogressão) – um processo de decadência gradual, mas, em última análise substancial³⁰⁵. O perigo do populismo delegativo é a maioria vir apoiar um governo que faça o que a maioria quer, ainda que subverta as instituições democráticas³⁰⁶.

Nas democracias, é justamente a eleição que manifesta as paixões de um povo, esteja ele motivado, infeliz, esperançoso, raivoso ou simplesmente prefira ver o resultado de uma escolha inconsequente ... “se estou mal, qual o problema de todos também se sentirem mal?”. São conflitos individuais que alcançam a esfera pública, processando conflitos através da alternância de poder, em uma seleção majoritária. Mas a valorização do eleitor restringe-se ao escrutínio, momento em que a abordagem política vai da promessa à concessão de benesses – míseras – depois, gradualmente, a distância entre o cidadão e o seu representante, só aumenta. Wanderlei Andrade, cantor dos cabarés da Amazônia retrata esse sentir: “*O meu amor virou brinquedo prá ti. Põe na minha boca o mel, logo em seguida o fel. Depois vem de mansinho querendo agradar, falando palavras bonitas prá me conquistar, só não aceito esse teu jeito de querer me amar*”. Cancelada a paixão eleitoral sazonal, incorpora-se o cidadão de ira contra a classe política, blasfema em sua declaração primeira de cuidado fecundo e eterno ... a decepção

³⁰³ Na República de Weimar .., as pessoas creditavam ser possível curar doenças com queijo cottage ou fazer ouro a partir de metais comuns] ... Trump, prometia “trazer os empregos de volta” – apenas uma declaração, agradável aos ouvidos porque satisfatória às reais necessidades das pessoas. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 15.

³⁰⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.15.

³⁰⁵ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p..17.

³⁰⁶ *Ibid.*, p..18.

e o descontentamento que adotam o viúvo eleitor o empurram para os braços de um outro amor proposto por um outro ator imutavelmente populista.

Apresentamos ainda a visão mais contemporânea ainda de Maria José Farinas Dulce³⁰⁷, quando comenta acerca do populismo carismático: “Es necesario tener en cuenta también que el diseño institucional de la región latinoamericana se articula en torno al presidencialismo como forma de gobierno que implica, para llevar a cabo el programa electoral del presidente, la necesidad de tener mayorías parlamentarias sólidas y estables del color político de éste. Este tipo de presidencialismo latinoamericano se basa más en la apelación directa a la vinculación popular, que en el respaldo institucional y administrativo de la estructura política. Esta circunstância há dificultado siempre el desarrollo de un sistema legal de partidos políticos. El predominio de este tipo de presidencialismo, en tanto que liderazgo carismático, demagógico y corporativista, sobre el sistema parlamentario y de partidos, propicia en la región la presencia de los populismos. Apesar de que el populismo político y el neoliberalismo económico pueden darse juntos - sublinhei (véase, el Brasil de Bolsonaro), conviene distinguir entre el populismo político y el populismo económico de cariz redistributivo. Con independencia de que la política económica llevada a cabo sea neoliberal, esta puede coexistir con un tipo de populismo político, cuya consecuencia suele ser muy negativa en cuanto a la perversión de las instituciones públicas y del funcionamiento democrático, especialmente por lo que se refiriere al control democrático del poder ejecutivo, a la imprescindible separación y/o equilibrio de poderes y al alarmante uso del lawfare a guerra jurídica recientemente agudizado.

De este modo, los problemas económicos y las desigualdades sociales, propias de la región latinoamericana, se retroalimentan con una fuerte crisis de adaptación de los sistemas de partidos políticos frente al auge de los líderes carismáticos (salvadores) o de movimientos populistas (a veces vinculados a espiritualidades fundamentalistas) y con una creciente falta de confianza en el funcionamiento de las instituciones en general y del Poder Judicial en particular.

Este tipo de populismo político afecta, pues, directamente a la propia estructura democrática de las sociedades y a la transparencia e integridad de las administraciones públicas e instituciones democráticas. Se escenifica la relación populista del pueblo directamente con un líder cesarista, mediante eslóganes vacuos o bulos polarizados dirigidos a una ciudadanía a veces ninguneada por el poder político y otras indefensa ante los cambios sociales y económicos que se avecinan.

Se está imponiendo un decisionismo inmediato, extraordinario y casi sobrenatural por parte de unos líderes salvadores, que no están ya dispuestos a respetar los tiempos de la

³⁰⁷ Maria José Farinas Dulce, pp. 103.104. in: SOUSA JÚNIOR. José Geraldo de (org.). **O Direito Achado na Rua**: Introdução crítica ao direito como liberdade. Brasília: OAB Editora ; Editora Universidade de Brasília, 2021.

deliberación racional propia de la democracia liberal. Aparece de nuevo la contraposición weberiana entre razón y carisma, con un programado desprecio hacia la primera y una positiva valoración revolucionaria del segundo. El “carisma” de un líder se presenta como un positivo factor revolucionario contra un sistema corrupto y que ya no da respuestas satisfactorias a las necesidades de los ciudadanos. Esto conduce a una legitimación carismática de la democracia y del líder salvador que se asemeja bastante a la denominada por Max Weber como “democracia plebiscitaria del líder” que tiene una inevitable deriva autoritaria.”.

Tentamos diminuir a transcrição, mas o temor de ferir-lhe o espírito nos fez aproveitar o texto quase que integralmente. Necesário considerar que, inobstante as manifestações populistas como as produzidas por Jair Bolsonaro no momento pandêmico (covid 19), nas constantes evocações de cunho eleitoral, em uma constante campanha eleitoral, com certo timbre de ingenuidade e pilhéria, sua sequência temporal de enfoques repetitivos se foram autorreforçando e, nesta trajetória, pode apresentar resultado posterior bem mais acentuado do que aquele inicialmente implantado, inclusive com projeção irreversível. As palavras são sementes e uma vez nutridas pela mente humana projetam-se em realidades fáticas. Assim, uma expressão tida inicialmente como sarcástica dilui-se em nossa normalidade ambiental e passamos a nutri-la de maneira tal que esse mecanismo de comunicação pode resultar em um comportamento institucionalizado. Maria Dulce acima afirma que esse populismo, as vezes vinculados a espiritualidades fundamentalistas, como reiteradamente presenciamos na experiência governista bolsonarista, em que líderes eclesiásticos de projeção nacional se transformaram em agentes eleitorais, movimentando-se através de enfáticos discursos com enfoque quase que exclusivo relacionado a uma projetada falta de confiança nas instituições, sobressaindo-se ofensas ao Judiciário, é uma forma perversa de lesar o funcionamento das instituições públicas com consequências que alcançam o desenho democrático constitucional. As aparentes pilhérias e toscas deduções discursivas acerca das decisões judiciais, rivais políticos ou de quem se eximia de aderir às ideias bolsonaristas, iam-se acumulando na memória cidadã, formando opiniões e essas poderiam redundar em graves danos como a escolha não realizada racionalmente de um autocrata nesses tempos de sobressaltos e protestos gerais.

2. 2 OS DEMAGOGOS POPULISTAS (COMO IDENTIFICÁ-LOS, QUAL O CONTEÚDO DO SEU DISCURSO)

A leitura geral exposta no capítulo I já revela o sectarismo extremo, a utilização do discurso de ódio, e o explícito comportamento antidemocrático dos atores políticos autocratas. Contudo, objetivamos inventariar tais condutas como forma de absoluta fixação do incontestável. Mudam-se os nomes de seus protagonistas, mas o enredo permanece. Assim

como recentemente ocorreu no Níger³⁰⁸, por muito pouco a democracia brasileira não se deu por vencida nos mesmos moldes, um agora civil, rompendo com a democracia constitucional com o apoio da caserna. Seria a ressurreição de um atraso político observado por Przeworski, com reservas. Disse: “A diferença final, mas importante entre o passado e o presente, uma diferença animadora, é que os militares praticamente desapareceram da cena política. As Forças Armadas desempenharam um papel decisivo no colapso de nove das catorze democracias [...]”- relacionadas no quadro infra, sendo que o último golpe militar seria o ocorrido em Honduras em 2009 (tab. 1).

Tabela 1. Democracias que passaram por pelo menos duas alternâncias depois de 1918 e ruíram

País	Ano da segunda alternância	Ano em que ruiu	Alternâncias	Modo
Alemanha	1928	1933	3	De cima
Estônia	1932	1934	2	De cima
Grécia	1951	1967	2	Golpe
Chile	1952	1973	4	Golpe
Sri Lanka	1960	1977	3	De cima
Filipinas	1961	1965	2	De cima
Ilhas Salomão	1989	2000	2	Golpe
Peru	1990	1990	2	Legal
Equador	1992	2000	3	Golpe
Tailândia	1996	2006	3	Golpe
Paquistão	1997	1999	2	Golpe
Bangladesh	2001	2007	2	De cima
Honduras	2005	2009	2	Golpe

Fonte: PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia* - 1ª ed. Rio de Janeiro, 2020. 56 p.

“Contudo, eles já não são atores políticos, nem mesmo da América Latina tendo quase desaparecido das páginas da ciência política”³⁰⁹. Com o Governo de Bolsonaro -2019/2022 – custa-nos contribuir em necessária atualização com Adam Przeworski no seu balizado *Crises da Democracia* mesmo que em nota³¹⁰ já disse “vale ressaltar que a situação atual do Brasil merece atenção a esse respeito. Verdadeiramente, na experiência democrática brasileira, a “camada de silêncio”³¹¹ (uma referência à polarização, rupturas e seus efeitos social-políticos)

³⁰⁸ CNN BRASIL. **Golpe militar na África: General se apresenta como novo líder do Níger**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cAf-dxk8gCs>. Acesso em 01 out. 2023.

³⁰⁹ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.167.

³¹⁰ *Ibid.*, p.167.

³¹¹ *Ibid.*, p.165.

é bastante rasa. Por aqui, Jair Bolsonaro encontrou quase exclusividade de competência de gestão nos militares³¹²³¹³³¹⁴. Militarizou a governança e o cenário político.

Afastando o modelo imaginado superado pela ciência política, para esse eixo-sul, atualmente as democracias são extintas por formas sutis já conhecidas como subversão sub-reptícia. A partir do momento em que o pretense ator político se manifesta por meio do discurso. Insistimos na preservação da abordagem comparativa entre Donald Trump e Jair Bolsonaro dada a notória semelhança no agir político partidário. Trump, um republicano, Estados Unidos³¹⁵ e Jair Bolsonaro, Partido Liberal, Brasil. Ambos também ex-presidentes de duas grandes democracias, países com forte representação econômica e política no mundo. É importante investigar esses elementos comuns e classificatórios dessa direita radical. Ambos populistas. E por que o são?

Os partidos populistas não são antidemocráticos, são anti-institucionais “por rejeitarem o modelo tradicional de democracia representativa.”. Manuel López Obrador, logo após sua derrota em 2006, México: “danem-se as suas instituições” - “al diablo com vuestras instituciones” – Przeworski, p.116). Sim, anseiam por um líder forte, *preferencialmente*, homem, hétero, branco e rico. Interessante que, no Brasil, a impressão quanto ao Bolsonarismo requerer uma representação forte não hospeda uma imagem feminina. Traz-nos uma antecipada figura masculina e misógina³¹⁶. De imediato, essa exuberante liderança traz a representação, também, do efetivo curto custo/empreendimento quanto à dialogicidade. Ou seja, a mesa de negociação em ato deliberativo é “coisa para inglês ver”. Não há dúvidas que preferem governar unilateralmente fazendo uso de decretos e referendos. Mas, mesmo manifestando-se como populismo delegativo³¹⁷, prefere-se a escolha de governantes via eleições e, depois, deixar o governo com o eleito.

³¹² Menções de cautela quanto a essa afirmação constante a página 167 e o contraste observado justamente no Brasil (2019/2022): G1- GLOBO. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/13/com-nomeacao-de-braganeto-so-militares-ocupam-gabinetes-de-ministros-no-planalto.ghtml>; G1-GLOBO. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/17/tcu-decide-apurar-quantos-militares-ocupam-cargos-civis-no-governo-bolsonaro.ghtml>; UOL. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/13/governo-bolsonaro-militares-emprego.htm>; UOL. <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/05/31/atuacao-de-militares-em-cargos-civis-no-governo-federal-sobe-193.htm>.

³¹³ “Foi no governo Bolsonaro, de todo modo, que tal associação com os militares atingiu novos patamares. O número de militares no governo saltou de 2.765 em 2018 para 6.157 em 2020 e aumentou dez vezes entre os que comandam empresas estatais. Foi durante o seu governo que um conjunto de benefícios e privilégios foi concedido aos militares como nunca antes visto desde a transição para a democracia, num claro movimento de cooptação.” (Tradução nossa). BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p.81.

³¹⁴ VEJA. Por que a Venezuela tem seis vezes mais gerais que o Brasil? Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/duvidas-universais/por-que-a-venezuela-tem-seis-vezes-mais-gerais-que-o-brasil/>. Acesso em: 01 out.2023.

³¹⁵ A questão ainda pendente é como tratar o Partido Republicano nos Estados Unidos. Ele agora satisfaz os critérios usados pela maioria dos estudiosos para classificar partidos de direita radical.) PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.118.

³¹⁶ Na época da campanha eleitoral à Presidência da República em 2018, na Rede Globo havia um programa humorístico cujo personagem era chamado de BOLSONABO. Em certa entrevista lhe foi indagado: “Bolsonado, porque a mulher não foi prá lua?”. Ao que respondeu: “Porque ela ainda não terminou de varrer a Terra”.

³¹⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp.15-16.

Por sua vez, a imigração, seguramente, foi questão mais enfrentada por Trump e, com isso, já lhe favoreceu grande atenção³¹⁸. O discurso que buscava o empoderamento de um eleitorado desesperançoso, o “*America First*” – unilateralismo – era o canto das sereias. Veemente reconduzidor dos Estados Unidos ao padrão político-social – muito, mas muito mesmo relacionado ao progresso material – de épocas áureas, adequava-se perfeitamente aos eleitores, vitimados pelo medo, como veremos mais adiante. “ Por muito tempo, a retórica da direita radical foi a de que “eles estão tomando o emprego de vocês”, ao passo que, recentemente, ela passou a insistir na linha de “vocês estão pagando por eles” (em relação à efetivação dos direitos sociais). “Famílias de imigrantes ilegais recebem muito mais em benefícios previdenciários federais do que famílias de americanos” – Trump escreveu em 2016 – Facebook [...] “vou corrigir isso”. “A imigração dá um rosto a acontecimentos que podem muito bem ser atribuíveis a outras forças”.³¹⁹.

Dancygier³²⁰ explica que “Satisfazer preferências xenofóbicas (nativistas) (implica imediato distanciamento cultural – nossa abordada dimensão cultural³²¹) custa caro em termos de voto, pois leva as pessoas a quem ela chama de “cosmopolitas” a deixarem o eleitorado (adoção de posturas xenofóbicas quando isso traz vantagens eleitorais)”.

Como identificar o político com tendências autoritárias é estudo realizado por Juan Linz (1978) no qual apresenta de forma indagativa e em tópicos, quatro “sinais de alerta”: 1 - rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2 - negam a legalidade de oponentes; 3 - toleram e encorajam a violência; e, 4 - dão indicações de disposição para restringir liberdade civis de oponentes, inclusive a mídia

No subtópico 3.1, encontramos: “Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?”. Colacionando essa pergunta com o discurso populista e a prática do governo bolsonarista, podemos firmemente responder que Bolsonaro não só elogiava figura proeminente da ditadura ocorrida em 1964/1985, na sessão em que foi votado o Impeachment de Dilma Rousseff (2016),

³¹⁸ Brady, Frejohn e Papano: descobriram, num estudo de sete países, que os partidos tradicionais adotam mais políticas pró-imigração do que seus apoiadores e atribuem o enfraquecimento desses partidos a essa distância: “**A imigração** abriu uma brecha entre os principais partidos – aqueles que costumam desempenhar funções no governo – e seus partidários, e essa brecha cria um espaço enorme para novos movimentos, seja dentro ou fora dos partidos existentes.”. PRZEWORKSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.124.

³¹⁹ *Ibid.*, p.124.

³²⁰ *Ibid.*, p.125.

³²¹ DIMENSÃO CULTURAL – [...] é instrutivo examinar no detalhe um país em particular: a França, vasta maioria- 57% em 2013, 71% 2019 – ache que “as noções de esquerda e direita são obsoletas” ... 94% ainda conseguem se localizar nessa dimensão. Da mesma forma, 91% dos europeus em geral (excluindo a Rússia – os eleitores perguntam se a política tem qualquer efeito sobre sua vida. Desde 2013, 75 a 83% dos franceses declaram que “o sistema democrático funciona muito mal na França. **Tenho a impressão de que minhas ideias não são bem representadas** [outras desestimas ... 2/3 acreditam que os políticos são corruptos, 83 a 89% acham que “eles atuam acima de tudo em defesa de interesses pessoais”. Políticos fazem 40% pensar em decepção, 20% em aversão, 13% em raiva e 9% em indiferença [isso mudou bastante com o implemento da nova política previdenciária de Macron, motivando milhões para irem às ruas em 2023]. WORDPRESS. **Reforma da previdência na França e suas repercussões sobre a democracia | Conjuntura Internacional**. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2023/07/05/reforma-da-previdencia-na-franca-e-suas-repercussoes-sobre-a-democracia-2/>. Acesso em: 01 out. 2023.

proferiu deferência pública ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra - Chefe do DOI-Cod³²². Foi mais além e tratou de promover a inefetividade da Justiça de Transição Democrática brasileira, negando a ocorrência do Estado de Exceção no Brasil e a persecução das responsabilidades dos criminosos e reparações às vítimas. Matéria essa a ser abordada logo a seguirexpandida nas próximas páginas.

Constatamos ainda no subtópico 4.1: “Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia.” Isso nos encaminha aqueles recorrentes momentos em que Bolsonaro tentava dizendo que não renovaria o contrato de concessão da Rede Globo, emissora que divergia e protestava a conduta do Presidente. Por outro lado, a mídia consorte da política bolsonarista incluindo a representação religiosa neopentecostal recebia, por parte do governo, os acenos cristalinos de serem benquistos.

Tabela 2: Donald Trump e os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

1. Rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)	Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-la? Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos? Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo? Tentam minar a legitimidade de eleições, recusando-se por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?
2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos	Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente? Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça existencial, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante? Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política? Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?
3. Tolerância ou encorajamento à violência	Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita? Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes? Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica?

³²² CARTA CAPITAL. **Bolsonaro volta a elogiar torturador Ustra: "herói nacional" – Política – CartaCapital.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro-volta-a-elogiar-torturador-ustra-heroi-nacional/>. Acesso em: 01 out. 2023.

	Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?
4. Propensão a restringir liberdades civis de oponentes inclusive a mídia	<p>Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdade civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas?</p> <p>Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais na sociedade civil ou na mídia?</p> <p>Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?</p>

Fonte: LEVITSKY, ZIBLATT, 2018, p. 33.

Esse réprobo quadro descritivo acima geralmente se encaixa nas condutas de outsiders - candidatos sem possuir histórico político-eletivo -, ou indivíduos que nunca exerceram mandato eletivo ou assumiram posto de gabinete³²³. Libertários prementes que prometem a quebra de um status quo obsoleto, injusto e opressor; nisso, os atores populistas incorporam o interesse pelo desmantelamento do sistema. São figuras políticas *antiestablishment*. Atacam frontalmente a estrutural estatal, valendo-se das presentes crises existentes e outras mais que possam por eles ser criadas³²⁴.

Levitsky e Ziblatt mencionaram a preocupação de Alexander Hamilton ante a previsível possibilidade da manipulação das pessoas por aqueles que se utilizassem do medo e da ignorância para ganhar as eleições e, depois, governar como tiranos - “A história nos ensinará que, entre os homens que subverteram a liberdade de repúblicas, a maioria começou carreira cortejando obsequiosamente o povo; começaram demagogos e terminaram tiranos” - *The Federalist*³²⁵.

Outro mecanismo de dissuasão popular quanto ao sistema eleitoral democrático é fazer fluir a desconfiança na honestidade do processo eleitoral³²⁶. Trump produziu essas questões fazendo a preparação de que poderia não aceitar os resultados do sufrágio 2016. Porém nos

³²³ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp.59-60.

³²⁴ O senador Joseph McCarthy, que usou o medo da subversão comunista que marcava a Guerra Fria para promover listas negras, censura e proibição de livros, desfrutava de amplo apoio entre a população [...] quase metade dos norte-americanos o apoiava. Uma década depois, a postura segregacionista desafiadora do governador de Alabama George Wallace o fez saltar para proeminência nacional. Ele era, escreveu Hadley, um mestre ao explorar “o velho e manifesto ódio americano”. Wallace **muitas vezes incitava a violência** exibia uma desconsideração casual pelas normas constitucionais – “Há uma coisa mais poderosa do que a Constituição ... É a vontade do povo. Ora, o que é uma Constituição? É o produto do povo, o povo é a primeira fonte de poder e o povo pode abolir a Constituição se quiser”. Misturava com apelos populistas e o sentimento de vitimização e ódio econômico da classe trabalhadora branca, o ajudou a fazer incursões na base Operária tradicional do Partido Democrata. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.43.

³²⁵ *Ibid.*, p. 47.

³²⁶ Uma pesquisa da Politico Morning Consult realizada em meados de outubro revelou que 41% dos norte-americanos e 73% dos republicanos acreditavam que a eleição pudesse ser roubada de Trump. em suas palavras, três em cada quatro republicanos já não tinham mais certeza de que estava vivendo sobre o sistema democrático de eleições livres. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.66.

Estados Unidos, as eleições são regidas por governos estaduais e locais, “efetivamente impossível coordenar fraudes eleitorais em âmbito nacional.” [...] “Me ajudem a impedir que a desonesta da Hillary fraude essa eleição” ... “É melhor nós termos cuidado, porque essa eleição vai ser fraudada” ... “Espero que os republicanos estejam vigiando de perto, ou eles vão nos tirar a eleição.”³²⁷. Por aqui, em 18 de julho de 2022, Bolsonaro, reuniu embaixadores no Palácio do Planalto, atacou as urnas eletrônicas, afirmando que não eram seguras, ato posteriormente apurado pelo Superior Tribunal Eleitoral custando-lhe a inelegibilidade por oito anos. Essa resposta do sistema institucional à infração eleitoral de Jair Bolsonaro analisaremos detidamente mais adiante fazendo um explícito nexos entre discurso populista, o poder persuasivo da manipulação de mentiras (pós-verdade) fatos distorcidos, a contenção de atos que voluntariamente tencionam a corrosão da estabilidade democrática constitucional.

2. 2. 1 Populismo e fomentação de mentiras

Na geografia norte-americana, analisa o historiador Douglas Brinkley, nenhum candidato presencial de peso havia questionado e posto em dúvida o sistema democrático desde 1860. Especifica que no período imediatamente anterior à guerra civil foi que vimos políticos de expressão “deslegitimando o governo federal” dessa maneira. Conclui que: “essa motivação é secessionista, revolucionária. É de alguém que definitivamente está tentando virar a mesa”³²⁸. Não se trata de criticar, mas lançar fundamentos sociopolíticos altamente desestabilizadores do sistema.

Trazemos para concluir esse tópico a tabela 2, acima, que baseada na conduta de Trump, a (o) leitora (or) poderá perceber a correlação entre aquele e Jair Bolsonaro. Acrescentando que quanto ao ponto 3., “Tolerância e encorajamento à violência” [...] Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado, ou em outros lugares no mundo?”.

Temos observação histórica da estratégia de Bolsonaro em desconstruir regras constitucionais vigentes para preservação de seu interesse e pretensão política. Uma das maiores agressões perpetradas por Bolsonaro foi o manifesto propósito de extirpar a Justiça de Transição democrática Brasileira. Regra posta, Lei da Anistia Política (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) que, como se perceberá desde sua nascente, traduz-se em anistia de memória (anamnese), em nada admitindo uma efetivação baseada no esquecimento (amnésia), confirmada pelo Supremo Tribunal Federal (ADPF 153 – abril de 2010), por último e, em definitivo, como uma anistia de condenações na ação performativa de memória e verdade, permitindo reparação e responsabilização, daqueles que sob a bandeira da ditadura militar, aplicaram quaisquer violências aos cidadãos, negando-lhes a observância devida de seus

³²⁷ *Ibid.*, p.66.

³²⁸ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.66.

direitos humanos. À época da promulgação da mencionada lei, o ambiente era outro, com pessoas exigindo a investigação dos fatos produzidos na penumbra, reconhecer dignidade humana um dia ultrajada.

Acompanhando cronologicamente o tema, as Leis 9.140/95 (cria a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos) e 10.559/02 (cria a Comissão de Anistia) conduzindo-nos à Lei 12.528/11 – Comissão Nacional da Verdade, sendo esta última, o momento doloroso, que requer empatia sem máscaras, e buscar reencontrar os agredidos, os parentes de agredidos mortos, os parentes de agredidos desaparecidos, os representantes do Estado para um encontro, face a face, sob o manto da lei, na busca pelo implemento da cura nacional. Como incipientes pesquisadores, move-nos o cuidado e respeito pelas Clínicas de Testemunho, cujo efeito terapêutico, em dimensões amplas que talvez nem as reconheçamos agora em sua totalidade, E nestas se dava o pedido oficial de desculpas do Estado Brasileiro pelas levianas perseguições lançadas às vítimas e seus familiares ... era o momento de resposta pública ao choro sufocado, a dor abafada, a perspectiva nula de sobrevivência ... agora, em uma sala pública, em um encontro de verdade com uma outra realidade, construía-se uma memória coletiva e nacional, garantindo-se o registro e a promessa de não repetição.

Mas até isso, em um outro sentir distante e inadequado, foi alterado em abril de 2018, quando o Ministério da Justiça banuiu tal possibilidade restaurativa (a eliminação do pedido de desculpas). Estas são as linhas imediatas trazidas de *A transição brasileira – memória, verdade, reparação e justiça (1979-2021)* - Prof. Dra. Eneá de Stutz e Almeida. Eneá trata com esse assunto com maior capacidade de agir e isso ocorreu no atual governo e, enquanto Presidente da Comissão de Anistia, fez ocorrer a Portaria 177, de 22 de março de 2023 e no seu art. 30, Par. 6º: “Em caso de deferimento da declaração de anistia política individual ou coletiva, a conclusão do voto deverá registrar o pedido de desculpas em nome do Estado Brasileiro.” (Anexo B). Precisávamos registrar essa ressignificação teórica em respeito aos mais de 8.000 brasileiros mortos por ações do Estado Ditador (ENEÁ p. 36, 2022) e a tantos outros milhares que ainda carregam, desde então, as anomalias psicossomáticas consequentes de tão cruel momento na vida sociopolítica brasileira.

Mesmo com toda a regulação constitucional referente à Justiça de Transição brasileira, respaldada pelo Supremo Tribunal Federal – ADPF 153, abril de 2010 – os militares ainda comemoravam a ocorrência do golpe de Estado³²⁹.

³²⁹ “A este respeito, conferir breve texto publicado no blog do Grupo de Pesquisa que coordeno (Profa. Eneá de Stutz e Almeida): <http://justicadetransicao.org/houve-um-estado-de-excecao-no-brasil/>, bem como o parecer para uma ação popular contrária à nota comemorativa do Ministério da Defesa no aniversário de 2020 do golpe de Estado (<http://justicadetransicao.org/parecer-para-o-stf/>). Por mais que pareça estranho insistir nesta afirmação, de que houve um golpe de Estado no Brasil em 1964, isto se justifica porque as muitas construções narrativas que têm sido feitas para valorizar a ditadura incluem a negativa do golpe de Estado, como visto no capítulo anterior. ALMEIDA, E. S. e. **A TRANSIÇÃO BRASILEIRA**. Salvador: Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2022, p. 30.

O Governo de Jair Bolsonaro não reconhecia que o País havia sofrido um golpe de Estado e, por isso, lançou-se em um processo de desconsolidação da justiça de transição. Eneá conceituou tais mecanismos como justiça de transição reversa³³⁰ e sua conduta subversiva sugeriu a seguinte exposição: “É o projeto de poder que vai se estabelecendo, alimentado por grupos da sociedade civil com pouca visibilidade, mas muita capilaridade, profundamente autoritários e fundamentalistas. Os discursos antissistemas que criticam os padrões estabelecidos da democracia representativa liberal ganham adeptos a cada dia, curiosa e infelizmente tanto no campo da direita quanto da esquerda, justamente por atuarem nas franjas, com ações e propostas simbólicas que a rigor criticam o Estado Democrático de Direito nas bases como o construímos ao longo dos dois séculos que nos precederam”³³¹.

Engajados no projeto de desconstituição da justiça transicional assevera-se que “a Comissão de Anistia deixou de ser uma Comissão de Estado e transformou-se numa comissão de Governo, composta por pessoas que sequer admitiam ter havido um golpe de Estado no Brasil”³³².

Ainda enfrentaremos duas questões sociopolíticas fáticas que ingressaram na análise jurídica e que revelam o alcance e seriedade das inicialmente consideradas demagogias irresponsáveis produzidas por Bolsonaro: o ataque às eleições e o cultivo de emoções que se materializaram na produção dos atos antidemocráticos, eferescidos em 08/01/2023.

Os mapas demonstrativos das preferências eleitorais nas eleições de 2018 e 2022, assomado a outras variáveis, talvez sustentem nosso argumento de que a escolha produzida em 2018 tenha sido o reflexo de uma majoritariedade alcançada por descontentes eleitores numa resposta eleitoral de protesto (fig.7).

³³⁰ Apesar de ter declarado que respeitaria a Lei de Anistia (<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-07/bolsonaro-pretendo-respeitar-lei-da-anistia>), o presidente Jair Bolsonaro em live no dia 27 de agosto de 2020, ao lado da Ministra Damares, afirmou: que a Lei da Anistia foi feita pelo PT “para beneficiar os seus amigos que porventura fossem lá pedir indenização”; “O último número a que tive acesso é de 38 mil anistiados. É gente demais”; “O que essas pessoas queriam no passado, lutavam por quê? Por que causa elas lutavam? O que elas queriam fazer aqui no Brasil?”; “Essas coisas [valor destinado ao pagamento de reparação a vítimas da ditadura] atrasam o Brasil”. (SAID, Flávia. Em live com Damares, Bolsonaro diz que há “gente demais” anistiada. Congresso em foco, 27 ago. 2020. ALMEIDA, E. S. E. **A TRANSIÇÃO BRASILEIRA**. Salvador: Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2022, pp. 52-62.

³³¹ Esta situação já tem sido noticiada pela imprensa muitas vezes, como no exemplo: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/10/anistiando-terrorista-e-decisao-com-baseem-infancia-militar-as-decisoes.htm>. 17 Um dos grandes sinais da transição reversa é a nova postura da Comissão de Anistia e da Ministra Damares assumindo a narrativa da anistia como esquecimento, ou seja, nada aconteceu no Brasil, nada deve ser apurado, não houve golpe de Estado, não deve haver reparação, nem responsabilização, nem memória e nem verdade, pois os fatos foram apagados com a Lei 6.683/79. Houve uma incorporação da narrativa do esquecimento. ALMEIDA, E. S. E. **A TRANSIÇÃO BRASILEIRA**. Salvador: Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2022, pp. 57;62;63.

³³² Novamente esta postura tem sido reiteradas vezes reproduzida pela imprensa nacional e internacional, como é possível, por exemplo, conferir em: <https://veja.abril.com.br/politica/agora-o-presidente-e-dedireita-diz-bolsonaro-sobre-trocas-em-comissao/>. ALMEIDA, E. S. E. **A TRANSIÇÃO BRASILEIRA**. Salvador: Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais, 2022, p.62.

Figura 7. Resultado eleitoral para presidência do Brasil ,2018

Resultados

Página inicial \ Resultados \ Estatística de Votação \ Maiores votações

FILTROS APLICADOS

Ano: 2018 Região: Todas UF: Todas Município: Todos Zona: Todas Tipo eleição: Eleição Ordinária Turno: 2 Eleição: Todas Cargo: Presidente

Dados atualizados em: 31.03.2023 - 10:03

UF	Cargo	Número	Nome	Partido	Partido/Coligação/Federação	Turno	Situação de Totalização	Votos nominais	Div Cand.
BR	Presidente	17	JAIR MESSIAS BOLSONARO	PSL	PSL / PRTB	2	Eleito	57.797.847	Acessar candidaturas
	Presidente	13	FERNANDO HADDAD	PT	PT / PC do B / PROS	2	Não eleito	47.040.906	Acessar candidaturas
Total Geral								104.838.753	

linha(s) 1 - 3 de 3

Fonte: TSE, 2023

Já havíamos saído dos holofotes da Ação Penal 470 (AP 470/MG) – mensalão -. Fatos apurados pelo Supremo Tribunal Federal que versavam sobre a cotidiano de corrupção entre o Executivo e políticos na compra de votos favoráveis aos interesses do governo petista à época dos fatos. Os protestos acumulavam-se na mente das pessoas ao tempo em que nos chegou a Lava-jato, culminando por expor ao público as somas das fortunas em bilhões envolvendo políticos e poderosos empreiteiros. Era o momento de expurgar a corrupção, que se acreditava ser possível através da instrumentalidade jurídica. Conjugando-se o mundo de sofrimento e o autoritarismo, apurava-se uma distopia. Por meio das eleições, o povo foi chamado para escolher um novo presidente sendo que essas escolhas “giram em torno de acontecimentos contingentes” - de acidentes da história³³³. Nesse contexto de corrupção e apurações judiciais culminando em prisões de figuras políticas de influência nacional, surge o discurso populista de Jair Bolsonaro protestando e prometendo restaurar os valores perdidos da construção Deus, Pátria, Família. Eleito, suas ações e omissões, o incremento de seu discurso “dentro das quatro linhas da Constituição” motivaram a produção desta dissertação.

Sentimos a necessidade de impregnar essa nossa narrativa com a constatação inicial, incompleta e precária, de que o uso da linguagem é crucial na captação da atenção do eleitorado e, a partir daí, a geração cognitiva de uma escolha, seja ela fraudada ou não psicologicamente, gerando uma sequência não antecipada de acontecimentos, nutridos por palavras. Demagogos atacam a oposição com acentuação psicótica e a mídia revida, em um efeito bumerangue que dão forma a grupos altamente polarizados, “criando uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua³³⁴”.

Não houve um prévio plano que buscava a completa ruptura do Estado Democrático de Direito, foram os processos sociais contínuos de autorreforço em uma trajetória inicial e racionalmente escolhida que conduziram ao caos democrático. Levitski e Ziblatt comentam

³³³ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.75.

³³⁴ *Ibid.*, p.79.

que “No começo dos anos 1990, Gingrich e sua equipe distribuíram memorandos para os candidatos republicanos, instruindo-os a usar certas palavras negativas para descrever os democratas, incluindo patético, doente, grotesco, deslealdade, contra a bandeira, contra a família e traidores. Este foi o começo de uma mudança sísmica na política norte-americana.”³³⁵³³⁶. Merece atenção uma investigação acerca das estratégias utilizadas por um líder autoritário que está na sua fluida verbalização, objetivando insurgir a legitimidade popular contra as Cortes Superiores e assim provocar corrosão do seu controle e poder decisório. Os efeitos posteriores de uma trajetória que se inicia por meio de um discurso e a esse, são acrescidos ciclos de autorreforço em uma dada temporalidade, são traduzidos em uma única consequência: “

“A maneira mais extrema de capturar os árbitros é destruir completamente as cortes e tribunais e criar novos”³³⁷³³⁸. São conjunturas construídas, cujas consequências políticas não nos são inéditas. A desconfiança nas instituições representativas criada sociotropicamente na mente dos cidadãos os encaminha para o acolhimento de qualquer voz no sentido de adotarem novas formas de representação.

Inobstante a afirmação inscrita de que “[...] a imagem populista da política está associada à rejeição da democracia representativa e sua substituição por uma democracia diferente, “direta”. Portanto, embora os partidos populistas não sejam antidemocráticos, são anti-institucionais por rejeitarem o modelo tradicional de democracia representativa.”³³⁹.

Na experiência brasileira sobre o agir estratégico populista, invocaremos dois exemplos e, em ambos, o impulso antidemocrático foi notório. Uma primeira abordagem temos o que comumente chamamos de ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS ou ATOS GOLPISTAS. Como já observamos, “Mesmo após as eleições presidenciais de 2022, em frente aos quartéis e entidades

³³⁵ *Ibid.*, p.144.

³³⁶ **PROMOÇÃO DO MEDO GENERALIZADO**

1 - Talvez o caso mais conhecido seja a resposta de Adolf Hitler ao incêndio do Reichstag em 27 de fevereiro de 1933, apenas um mês depois dele prestar juramento como chanceler. Saber se foi um jovem Holandês com simpatias comunistas que até que até o fogo ao edifício do Parlamento alemão, em Berlim, ou se foi a liderança nazista é uma questão que permanece em debate entre historiadores. Qualquer que seja o caso, Hitler, Herman Göring e Joseph Goebbels chegaram ao Reichstag em chamadas e usaram o ocorrido de imediato para justificar decretos de emergência que desmantelaram as liberdades civis. Isso, juntamente com a Lei de Concessão de Plenos Poderes, **um mês depois, destruiu toda oposição, consolidando o poder nazista até o fim da Segunda Guerra Mundial**. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 97.

³³⁷ *Ibid.*, p.84.

³³⁸ [LIBERDADE TOTAL / DIFUSÃO. Em 1999 o governo Cháves convocou eleições para uma Assembleia Constituinte que, violando uma decisão anterior do Supremo Corte, concedeu a si mesma o direito de dissolver todas as demais instituições do Estado, inclusive a suprema Corte. Temendo pela própria sobrevivência, a Suprema Corte aquiesceu e decretou que a iniciativa era constitucional. a presidente do órgão, Cecília Sosa, renunciou, declarando que a Corte tinha cometido suicídio para evitar ser assassinada. Mas o resultado é o mesmo. Ela está morta. [Pierson, **DIFUSÃO**].

Dois meses depois, a Suprema Corte foi dissolvida e substituída por um novo Tribunal Supremo de Justiça. Contudo, nem isso foi capaz de garantir o judiciário dócil, de modo que, em 2004 o governo Cháves expandiu o Tribunal Supremo para 22 membros e preencheu as novas cadeiras com lealistas “revolucionários”. Ao longo dos nove anos seguintes, nem sequer uma única decisão do tribunal Supremo foi contra o governo. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.94.

³³⁹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.116.

afins foram montados acampamentos cujos frequentadores suplicavam pela intervenção militar³⁴⁰ ..., no dia 8 de janeiro de 2023, transbordaram-se em anarquia depredatória material nas sedes dos três poderes (Congresso Nacional, Palácio do Planalto e Supremo Tribunal Federal). Essas últimas manifestações explícitas da revolta bolsonarista ensejou o estabelecimento de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - CMPI que apura, o atentado golpista ao Estado democrático de direito. Desde a prisão do Anderson Torres, Ministro da Justiça de Bolsonaro, com o qual foi encontrada a minuta de um Decreto cujo conteúdo expunha o estado de defesa “com vistas a restabelecer a ordem e a paz institucional, a ser aplicado no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral” (Anexo C).

Eram regras que pretendiam reverter não somente as decisões produzidas pelas Cortes Superiores como também anular o resultado das últimas eleições (2022). “[...] medidas inconstitucionais e ilegais levadas a efeito pela Presidência e membros do Tribunal, verificados através de fatos, antes, durante e após o processo eleitoral presidencial de 2022”. Essa finalidade daria início e validade aos gestores de uma Comissão de Regularidade Eleitoral. Às 21 horas do dia 15 de janeiro de 2023, no Programa Fantástico, emitido pela Rede Globo, toda a externalização do conseqüente descontentamento e inconformismo do resultado do sufrágio eleitoral foi comentada. Era a fúria bolsonarista cujos irredimidos haviam sido convocados pelas redes sociais para participarem da Festa da Selma. Ônibus já haviam sido queimados em Brasília-DF e comentou-se que aqueles atos de depredação aparentavam serem terroristas black bloc³⁴¹; talvez a mais horrenda tentativa de promover o terror coletivo tenha sido a frustrada explosão de bomba no aeroporto daquela cidade³⁴².

Em dias posteriores, foi encontrado no aparelho celular do Tenente-Coronel Mauro Cid, ajudante de ordem de Bolsonaro, todo o fluxograma de intervenção golpista (Anexo D) que pretendia anular o pleito eleitoral de 2022, afastar ministros do Supremo Tribunal Federal, decretar a intervenção militar e devolver o poder a Jair Bolsonaro, que promoveria novas eleições, com voto impresso, para, no formato legal, continuar sua trajetória messiânica de reestruturação político-sócio-cultural brasileira. Ressaltamos que a tencionada desconsolidação institucional movia-se imediatamente em desfavor da diplomação do presidente eleito – Luís Inácio Lula da Silva – e afastamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal - Alexandre

³⁴⁰ TERRA. **Bolsonaristas se reúnem em frente a quartéis e são ignorados por militares #shorts – YouT.** Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/oqo-Ytd258lube>. Acesso em: 01 out. 2023.

³⁴¹ CNN BRASIL. **Ciro Nogueira atribui vandalismo em Brasília a Black Blocks.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ciro-nogueira-atribui-vandalismo-em-brasilia-a-black-blocks/>. UOL. **Patriotas ou black blocs?** Como funciona tática que prega a desobediência. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/12/14/patriotas-ou-black-blocs-como-funciona-tatica-que-prega-a-desobediencia.htm>. Acesso em: 01 out. 2023.

³⁴² G1 – GLOBO. **Bolsonarista que montou explosivo em Brasília foi autuado por terrorismo; em depoimento, disse que queria 'dar início ao caos'.** Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/25/bolsonarista-que-montou-explosivo-em-brasilia-foi-autuado-por-terrorismo-em-depoimento-disse-que-queria-dar-inicio-ao-caos.ghtml>. Acesso em: 02 out. 2023.

de Moraes, Ricardo Lewandovsky e Carmem Lúcia, que seriam substituídos por Dias Toffoli, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, os dois últimos indicados à composição da Corte por Jair Bolsonaro e este último veio preencher os requisitos da ala evangélica atendida por Bolsonaro como um ministro “terrivelmente evangélico”³⁴³.

No curso dessa CPMI, surgem mais e mais práticas delituosas ocorridas durante o Governo Bolsonarista que ou fortalecem a perseguição criminal inicial ou vão sendo aproveitadas em novas apurações, por exemplo, os indícios de que os presentes concedidos ao governo brasileiro em viagens ao exterior estavam sendo destinados à comercialização e inclusão no patrimônio pessoal dos envolvidos³⁴⁴.

Talvez as mais drásticas mentiras tenham sido as relacionadas à pandemia (covid 19). Inicialmente, negando-lhe a gravidade devida³⁴⁵, sua repercussão e imediatismo³⁴⁶, a apresentação de um kit socorrista cuja eficácia foi negada pela ciência, a resistência em promover a aquisição e uso das vacinas³⁴⁷, a ausência da empatia para com os doentes e seus familiares, a contrariedade para com o *lock down*³⁴⁸, o uso preventivo e de contenção viral pelas máscaras, o discurso questionador da validade das vacinas, falsificação do próprio cartão de vacinas. Mas assim como foi cantada e recitada, “*Apesar de Você*”, o processo a pandemia foi desarquivado³⁴⁹ e acreditamos que a justa análise dessa demanda implicará outras deliberações atinentes aqueles que, voluntária e conscientemente, fizeram ocorrer o trágico resultado atingido. Desintegrou-se a concordância e preservação dos 100 anos de sigilo³⁵⁰. À publicidade desses fatos, estejamos certos de que à sombra da autocracia, outros monstros descansam. Esse é um dos escopos do Estado Democrático de Direito: trazê-los à luz para a devida repreensão.

Uma segunda abordagem, singularmente, chamaremos de INELEGIBILIDADE. Trago em recortes e destaques do acórdão, dado o relevante dessa pesquisa. Ação de Investigação Judicial Eleitoral 0600814-85.2022.6.00.0000 - Relator Ministro Benedito Gonçalves – TSE,

³⁴³ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bolsonaro diz que vai indicar ministro 'terrivelmente evangélico' para o STF.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iSkbDUNGL9Y>. Acesso em: 02 out. 2023.

³⁴⁴ BBC NEWS. **Jair Bolsonaro e as joias: entenda em detalhes o caso que envolve ex-presidente e aliados.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iSkbDUNGL9Y>. Acesso em: 02 out. 2023.

³⁴⁵ BBC NEWS. **2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 01 out. 2023.

³⁴⁶ *Id.*, **Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>. Acesso em 01 out. 2023.

³⁴⁷ *Id.* **Como disputa entre Bolsonaro e Doria pode atrasar vacina contra covid-19.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54639750>. Acesso em: 01 out. 2023.

³⁴⁸ UOL. **Bolsonaro ajuíza ação contra lockdown e toque de recolher em 3 estados.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/27/bolsonaro-entra-com-acao-contr-lockdown-e-toque-de-recolher.htm>. Acesso em 01 out. 2023.

³⁴⁹ G1-GLOBO. **Gilmar manda desarquivar investigação sobre omissão e irregularidades da gestão Bolsonaro na pandemia.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/10/gilmar-manda-desarquivar-investigacao-sobre-omissao-e-irregularidades-da-gestao-bolsonaro-na-pandemia.ghtml>. Acesso em 01 out. 2023.

³⁵⁰ CNN BRASIL. **Sigilo de 100 anos: como funciona e o que diz a Lei?** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sigilo-de-100-anos-entenda-os-criterios-para-tornar-um-documento-secreto/>. Acesso em 01 out. 2023.

que apura as circunstâncias em que ocorreu a reunião organizada por Jair Bolsonaro, enquanto Presidente da República, com chefes de missões diplomáticas. Disseminação de informações falsas a respeito do sistema eletrônico de votação. Antagonização institucional com o TSE. Ampla repercussão perante a Comunidade Internacional e o eleitorado. Severa desordem informacional. Inelegibilidade.

O Tribunal Superior Eleitoral, a requerimento do Partido Democrático Trabalhista (PDT), apurou a ocorrência de abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação, em virtude de reunião realizada em 18/07/2022 no Palácio da Alvorada. Houve a transmissão pela TV Brasil e pelas redes sociais do primeiro investigado (Jair Messias Bolsonaro).

Página 1. Difusão de fatos sabidamente falsos relativos ao sistema eletrônico de votação e ataques à Justiça Eleitoral. Estratégia destinada a mobilizar o eleitorado por força de grave “desordem informacional”, atentatória à normalidade do pleito.

Premissas de Julgamento:

[...] 25. As práticas ilícitas e sua forma de aferição ganham novos contornos no atual paradigma comunicacional, que é o da comunicação em rede (muitos-para-muitos). O aumento do tráfego de informações a partir de fontes múltiplas traz aspectos positivos, mas também faz crescer os ruídos e a dificuldade de checagem da veracidade de dados factuais. A expansão do discurso de ódio, e da desinformação e a monetização de conteúdos falsos a serem consumidos por bolhas cativas são exemplos de fatores que podem degradar o debate público.

[...] 29. (traz referência ao RO-El nº 0603975-98, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJE de 10/12/2021- . No segundo julgado, cassou-se o diploma de deputado estadual que, no dia do pleito de 2018, fizera live disseminando falso relato de apreensão de urnas fraudadas. Na caracterização dos elementos típicos do abuso, foram considerados: a) a credibilidade inspirada pela fonte, por se tratar de parlamentar; b) o alinhamento do discurso com estratégia político-eleitoral; c) o severo descompromisso com a verdade, eis que utilizados simples relatórios de substituição de urna para persuadir o eleitorado a acreditar na existência de fraude sistêmica e a não aceitar o resultado das urnas.

[...] 32. A política é essencialmente performada por discursos. A palavra é o instrumento de governantes e parlamentares para transformar a realidade.

33. Exatamente em razão da grande relevância da performance discursiva para o processo eleitoral e para a vida política, não é possível fechar os olhos para os efeitos antidemocráticos de discursos violentos e de mentiras que colocam em xeque a credibilidade da justiça eleitoral.

[...] 36. [...] pesquisas empíricas comprovam que o fenômeno das *fake news*, instalado nesse cenário, produziu efeitos políticos em larga escala. Notícias falsas possuem maior capacidade de intensificar o tráfego para sites, canais e perfis que as divulgam, e permitem promover engajamento político a partir não de pautas propositivas, mas da mobilização de paixões. Por suas características inflamáveis, essa mobilização acaba por direcionar um sentimento de inconformismo, nem sempre bem elaborado individualmente, para uma ação coletiva antissistema e antidemocrática.

37. [...] a desordem informacional acarreta uma grave crise de confiança, que abala uma distribuição do trabalho cognitivo, que é essencial para o desenvolvimento das sociedades humanas. A contínua contestação de fontes de conhecimento especializado e o repúdio às instituições não tornam as pessoas mais autônomas e críticas [...] - pg. 5, 6 -.

[...] existem, de fato, circunstâncias que legitimamente permitam estabelecer um nexo entre, em uma ponta, um discurso que coloca em xeque a credibilidade das urnas e, na outra, a lesão ou grave ameaça ao processo eleitoral?” (p. 87).

Em sua resposta, o Relator valeu-se de três vertentes (jurídica, empírica e filosófica) ... a empírica: pesquisas nos ramos da neurociência e das ciências sociais sobre o impacto das *fake news* na sociedade - (p. 87).

[...], mas, mesmo diante de critérios rigorosos, muitas pessoas recusam a ideia de que palavras podem causar danos à democracia. [...] é uma tendência a negar que a prática discursiva de uma pessoa possa implicar em ações levadas a cabo por terceiros. [...]. A tendência, nesses casos, é exatamente menosprezar a carga de “perigo” da mensagem - (p. 88).

O segundo fator que dificulta o controle de práticas discursivas é a resistência a enxergar um discurso como um ato performativo em si. Muitos debates partem equivocadamente da premissa de que é preciso estabelecer nexo indelével entre o estímulo ao ilícito e uma ação que o materialize, pois somente aí haveria violência, dano e responsabilidade. [...]. Esse tipo de raciocínio é facilmente superável. [...]. A indenização por dano moral, estético e existencial significa nada mais que o patente reconhecimento de que nem toda lesão a bem jurídicos se concretiza sobre a forma material.”.

No acórdão sob análise entre as páginas 120 a 132, tem-se a transcrição do discurso de Jair Bolsonaro feito em 18/07/2022. A cada expressão daquele discurso, o relator fez relação com aquilo que ele chamou de “análise contextualizada do discurso (pragmática) – Anexo E -. Dentre outras, interessa-nos em destaque, aquela contida na página 120 quando Jair Bolsonaro assim se manifestou: “ até o momento uma só palavra minha houve fora do que eu chamo de “quatro linhas da Constituição”. Ao que o ministro relator do acórdão comentou: “O uso da expressão “quatro linhas da Constituição” pelo ex-Presidente durante o seu mandato foi notório. As “quatro linhas” não eram explicitadas. Mas eram associadas às suas próprias ações. Também era sugerido que quem estivesse “fora” dessas quatro linhas seria por ele trazido “para dentro”.

Estar “dentro das quatro linhas da Constituição” poderia traduzir um entendimento jurídico de estar agindo dentro da esfera da legalidade e, considerando o grau de apoio popular, imbricava-se em legitimidade popular (public support). Ou, ainda, especula-se que Jair Bolsonaro poderia estar valendo-se de uma compreensão jurídica positivista, uma representação figurada na moldura legal percebida por Hans Kelsen - Cap. VIII - Teoria Pura do Direito. Sugerir que “quem estivesse ‘fora’” dessas quatro linhas seria trazido “para dentro” parece estender em demasiada conjectura. Acreditamos que nesses repetitivos momentos em que Jair Bolsonaro se auto declarava agir - ou que agiria - “dentro das quatro linhas da Constituição”, preventivamente, reconhece-se como um político agindo legalmente enquanto seus oponentes ocupavam-se da ilegalidade e, com isso, a subversão democrática era por eles promovida, requerendo o implemento da ruptura institucional como forma de conter as

irregularidades praticadas pela oposição, incluindo as decisões do STF, ou ainda, como persuasão discursiva preparatória, Bolsonaro envernizava-se em uma constitucionalidade democrática por ele imaginada.

As premissas de julgamento acima expostas tratavam diretamente da pertinência que acreditamos existir entre a utilização do discurso (palavras) na construção dos interesses dos atores políticos. Avalia-se as consequências das declarações falsas e da desordem informacional antissistema e antidemocrática. Assentir a um discurso populista poderá conduzir imediatamente a subversão democrática sub-reptícia e, como vimos na experiência brasileira, em uma curtíssima exposição temporal (2019/2022).

Por maioria, Jair Bolsonaro, pela prática de abuso de poder político, e pelo uso indevido de meios de comunicação, sofreu restrição política, tornando-se inelegível por oito anos seguintes ao pleito de 2022.

Concluimos, nesse ponto, que os populistas, sim, são antissistemas, mas, considerando a abordagem micro e particular observando a experiência brasileira, reconhecê-los como democráticos já se distancia bastante da realidade conceitual sobre democracia liberal.

2. 2.2 Populismo, pós-verdade e instituições representativas

Przeworski afirma que “há uma inconsistência em recriminar tanto a desigualdade e ao mesmo tempo reclamar da crítica populista às instituições”³⁵¹ e isso porque “[...] a pertinência das críticas às instituições tradicionais é evidente”³⁵². Como alunos iniciantes dos ambientes democráticos constitucionais, com aprofundamento em instituições jurídicas, desde a atuação de Jair Bolsonaro como Deputado Federal, sempre causou-nos um silêncio questionador sobre o seu comportamento quando se relacionava com seus pares como no ignóbil episódio em que disse à Deputada Maria do Rosário que “*jámais vou estuprar você porque você não merece*”³⁵³ – a razão da inviabilidade do estupro foi esclarecida posteriormente pelo próprio Bolsonaro (“ela é muito feia e não faz o seu tipo”)³⁵⁴ ou, quando na ocasião da votação do impeachment de Dilma Rousseff, em rede nacional, manifestou estimas ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido por sua coordenação a grupos de tortura quando do golpe militar de 1964.

Já em 2018, como candidato à presidência da república, o conteúdo do seu discurso e a grande aquiescência popular produzida provocou maior despertamento dos fatores que faziam as pessoas aderir àquele movimento cuja manifestação inovava por causa do baixo grau de civilidade e ausência plena de um plano de governo cuja efetivação promovesse a superação

³⁵¹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.226.

³⁵² *Ibid.*, p.12.

³⁵³ ISTO É. "Não estupro porque você não merece", diz Bolsonaro a Maria do Rosário. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LD8-b4wvIjc>. Acesso em: 01 out. 2023.

³⁵⁴ G1 – GLOBO. **Bolsonaro vira réu por falar que Maria do Rosário não merece ser estuprada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/bolsonaro-vira-reu-por-falar-que-maria-do-rosario-nao-merece-ser-estuprada.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

das graves crises enfrentadas pelo Brasil: uma crise ética, vez que líderes políticos e empreiteiros proeminentes estavam no cárcere, outros tantos a caminho e uma crise econômica, que alavancou os níveis de desemprego.

Eram discursos de protestos, emitidos por um candidato de protesto ... nada além disso. Em 2018 a disputa eleitoral presidencial foi bipartidária entre Jair Bolsonaro (PSL) e Fernando Haddad (PT). Bolsonaro conquistou 57.797.847 votos. Haddad, 47.040.906. 10.756.941 pessoas a mais foram seduzidas por um candidato que se revelava habitar um vazio racional e sectarista ao extremo. A partir de janeiro de 2019, as entranhas do Bolsonarismo foram expostas e a perplexidade dominou a sociedade como um todo. Políticas de governo substituíram políticas de Estado, promovendo a regressão das conquistas jurídicas consolidadas gerando polarização como ainda não percebida na experiência sócio-política brasileira, pois avançou às instituições públicas, igrejas, a família ... sim, deselegante, invadiu nossas casas. E nesse *espírito da época*, investigando suas possíveis variáveis, o discurso bolsonarista, aquele que recorrentemente se declarava guardião e representante da tríade Deus, Pátria, Família, observando criteriosamente um agir “Dentro das Quatro Linhas da Constituição”, compreendemos a importância de ser empreendida uma investigação de todo esse fenômeno com os elementos subjacentes formativos da argumentação por ele praticada. Sua história, suas táticas, seu comportamento, seus interesses e suas consequências.

Afirma-se que a nossa proto-política nasce sobre um medo estrutural³⁵⁵. Nutrido pela elite composta por filhos de senhores de escravos³⁵⁶ que faziam das eleições restritivas mero mecanismo de ratificação da “superioridade dos que estavam habilitados para governar graças a sua posição social e econômica. Criadas à sombra de conflitos religiosos e econômicos, as instituições representativas destinavam-se a barrar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, a voz do povo entre as votações, tratando todas as ‘organizações intermediárias’ - clubes, associações, sindicatos e mesmo partidos políticos - como um perigo para a paz civil. [...]. Ensinava-se aos pobres que seus interesses seriam representados pelos ricos, às mulheres, que seu bem-estar seria protegido pelos homens, aos “não civilizados”, que precisavam ser guiados pelos colonizadores.”³⁵⁷. Mais ainda, “Quando o medo de perder a propriedade se instaurou, autonomia, igualdade e liberdade foram aparelhadas com elaboradas construções intelectuais para tornar as compatíveis com o governo dos poucos. Não se podia confiar no povo porque o povo pode “errar”: James Madison disse isso, Simón Bolívar disse isso e Henry Kissinger também disse isso ao declarar que o presidente Salvador Allende foi eleito “devido a irresponsabilidade do povo chileno”³⁵⁸. Com isso queremos manifestar esse elemento endógeno

³⁵⁵ Nossos sistemas de governo nasceram do medo de que as massas da população, em grande parte pobre e analfabeta, participassem. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.227.

³⁵⁶ RIBEIRO, Darcy. **Anisio em Movimento**. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 66.

³⁵⁷ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.227.

³⁵⁸ *Ibid.*, p.227.

que envolve e segue construindo a nossa relação povo e instituição: a exploração do medo servil do eleitorado por parte dos atores políticos sazonais. A contínua despolitização da sociedade brasileira produz esses rompantes democráticos como atestado na eleição de 2018: existe o sufrágio, mas a escolha-cidadã é fraudada. Não se trata de trazer à experiência um erro na escolha da representação política, mas escolher forçadamente, sem liberdade, quedando-se aos mecanismos praticados pelo populismo.

Robert A. Dahl arrola cinco critérios em favor da igualdade quanto à participação e efetivação do direito de associação: 1. Participação efetiva; 2. Igualdade de voto; 3. Aquisição de entendimento esclarecido; 4. Exercer controle definitivo do planejamento; 5. Inclusão de adultos. Em atenção ao primeiro critério, Dahl disse que “Antes do século XX, esse critério era inaceitável para a maioria dos defensores da democracia.” Interessante que a desestima para com o critério da participação efetiva associa-se imediatamente à ideia de tutela, qual seja, “negam que as pessoas comuns tenham competência para se governar”³⁵⁹.

Com isso, pressupõe-se que nosso sistema institucional democrático foi construído para proteger o status quo, essencialmente, a propriedade da elite, em caso da mudança de regras inclusivas que viesse a modificar a configuração antimajoritária. Mas Przeworski cita Manin e diz que “Mesmo sem essas trincheiras institucionais, as eleições são por natureza o mecanismo elitista, “aristocrático”³⁶⁰³⁶¹³⁶²³⁶³. “Norberto Bobbio analisou a diferenças entre democracias e ditaduras, tudo que lhe ocorreu foi fazer uma distinção entre sistemas nos quais “as elites se propõem e as elites se impõem”. Mas o povo não tem poder no sistema governado pelas elites. Não admira, portanto, que propostas de reformas institucionais que tornem a “voz do povo” mais alta e medidas de democracia direta domine a agenda institucional populista³⁶⁴.

Voltando ao registro imediato e comparativo (acima) de Przeworwki e Robert Dahl das declarações de James Madison, Simón Bolívar, Henry Kissinger - Não se podia confiar no povo porque o povo pode “errar” e aquele incremento da “participação efetiva” em um percurso de dois séculos ... pensamos ter havido um explícito desenvolvimento na teoria institucional democrática. Então a democracia é um fenômeno histórico³⁶⁵, construído por meio de processos sociais temporais.

³⁵⁹ DAHL, Robert. **Sobre a Democracia**. Brasília: UNB, 2016, pp. 49;50;84.

³⁶⁰ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.228.

³⁶¹ Nenhum país consegue formar uma composição de órgãos eleitorais que pareça, um pouco que seja, com a composição do eleitorado. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.228.

³⁶² Levitsky e Ziblatt - Danielle Allen p. 215: “O fato puro e simples é que o mundo jamais construiu uma democracia multiétnica na qual nenhum grupo étnico em particular tenha uma maioria, na qual igualdade política, e igualdade social e economia que empodere a todos tenham sido alcançadas”. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.229.

³⁶³ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, pp 53-54. “nenhum Estado jamais possuiu um governo que estivesse plenamente de acordo com os critérios de um processo democrático.”

³⁶⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.229.

³⁶⁵ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.40.

No capítulo I, desenvolvemos narrativas sobre algumas democracias que passaram por crises (Alemanha, Chile, França, Estados Unidos). Algumas sucumbiram outras desenvolveram ainda mais seu potencial estável e detectamos que, em todas elas, os testes de sua estabilidade se deram em decorrência de conflitos existentes nas dimensões políticas, econômicas ou culturais. Algumas isoladamente e, em outras, parece ter havido uma confluência dessas dimensões. Já sabemos que as crises devem ser enfrentadas com decisões que corrijam as possíveis distorções, ou possam promover-lhes alternativas que impliquem um desenvolvimento institucional. Requer consideração ampla dos designers institucionais, considerando política e sociedade. Parece ser essa a simbiose da estabilidade.

Insistir na permanência do estado de estase institucional pode redundar numa afirmação oculta de que o Estado não se importa com as pessoas e suas aflições. Com isso, forças ainda não experimentadas na esfera pública podem vir a ocorrer e novos desenhos institucionais podem surgir: se essa construção for pacífica nos moldes do 15-M³⁶⁶, a sociedade experimentará novos processos sociais e políticos que inspirarão outros grupos sociais caso venham passar por testes semelhantes. Porém, seguindo por outra trajetória e, havendo violência, é impossível mensurar as consequências. O nacionalismo de Hitler fez a humanidade experimentar a maldade nua e crua ... em nossa coletividade, havíamos perdido o jeito de ser gente. O regime nazi passou a ser repulsivo em nossa comunhão apesar de novas manifestações isoladas estarem sendo registradas de contínuo.

A inércia social faz com que convivamos naturalmente com os dados das vítimas da pandemia no Brasil, com um absurdo número de vítimas, expondo imediata ao negacionismo de Jair Bolsonaro, mas ele continua afirmando que sua missão ainda não acabou e, em um ponto, manifestamos concordância: “Não há nada escondido que não venha a ser descoberto, ou oculto que não venha a ser conhecido.” – Lucas 12:02³⁶⁷. Assumimos o poder desta citação não somente como procedimento de uma persecução criminal, mas como verdade de que somos responsáveis por tudo aquilo que concebemos em nossa experiência humana.

Retornando a nossa formação política embrionária, com o medo presente na estrutura de nossa clivagem política-institucional, acrescentamos: “A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse

³⁶⁶ EL PAÍS. **As marcas do 15-M**: os indignados espanhóis e os partidos políticos. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/16/opinion/1463423568_540429.html. Acesso em: 02 out. 2023.

³⁶⁷ G1 – GLOBO. **Entenda a “Operação Lucas 12:2” e saiba quem são os envolvidos no suposto esquema de venda de joias**. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/08/12/entenda-a-operacao-lucas-122-e-saiba-quem-sao-os-envolvidos-no-suposto-esquema-de-venda-de-joias.ghtml>. Acesso em: 02 out. 2023.

comum.”³⁶⁸³⁶⁹. Nas muitas expressões já escritas, é óbvio que é real a ruptura entre governantes e governados.

Manuel Castells diz que, em decorrência da rede de comunicação *on line* hoje, configura-se a comunicação de muitos-para-muitos. As elites preservaram a comunicação entre si, mas “para a imensa maioria dos humanos, carentes de capacidade institucional de ação sobre os programas que governam tais redes, o sentido de suas vidas provém de sistemas culturais específicos construídos por uma experiência comum: seus territórios, idiomas, culturas e histórias próprias, seu grupo étnico, sua nação, sua religião. [...] quanto mais abstrato se torna o sistema de poder articulado pelas redes, mais a defesa do direito a ser se refugia em identidades irredutíveis as lógicas dominantes. Ao poder da Rede opõe-se o poder da identidade. Percebamos que o repúdio das pessoas às instituições alcança os níveis emocional e cognitivo, com destaque a uma crise de legitimidade, porque, a jusante (maré-abaixo), vê-se em atuação os mecanismos de colonização da validação coletiva em relação à democracia liberal. O capitalismo já flerta com os governos autoritários e se desenvolvem novas formas de ampliação dessa união na subversão democrática constitucional?

A ausência de reflexo do rosto-cidadão no espelho-institucional produziu crise estrutural e bloqueio institucional. E as pessoas procuram algum sentido para essa relação complexa e já distorcida. E isso é tão grave porque “a democracia liberal deixa de existir na mente dos cidadãos.”³⁷⁰. Castells assegura que, para a neurociência mais avançada, “a política é fundamentalmente emocional”³⁷¹. A partir desse primeiro reflexo emocional que marca nosso universo visual emocional, procedemos ao processo cognitivo de elaboração e decisão. A impressão vai se tornando opinião. E se confirma ou se desmente na elaboração do debate contínuo que acontece nas redes sociais em interação com a mídia. Pierson³⁷² cita Karl Mannheim em seu ensaio sobre gerações: “É de considerável importância para a formação da consciência que experiências fazem essas ‘primeiras impressões’ importantíssimas ... Às primeiras impressões tendem a se aglutinar em uma visão natural. Todas as experiências posteriores tendem, então, a receber seu significado desse estado original, quer apareçam como verificação e realização desse conjunto ou como sua negação e antítese”.

Ainda com Castells, quando discorre sobre a política do escândalo, diz-se que as mensagens negativas são cinco vezes mais eficazes em sua influência do que as positivas³⁷³.

³⁶⁸ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 7.

³⁶⁹ Macron, um presidente aparentemente “plebiscitado” (76) – [...] Uma rejeição maciça aos partidos tradicionais ... mais um país onde o sistema político tradicional, carcomido pela corrupção e pelo calote programático, desaba ante a desconfiança generalizada dos cidadãos, que buscam algo diferente. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 77.

³⁷⁰ *Ibid.*, p.144.

³⁷¹ *Ibid.*, p.142.

³⁷² PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.39. (Tradução nossa)

³⁷³ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 27.

Correlacionando com a análise das “primeiras impressões” de Karl Mannheim³⁷⁴ alcançaríamos algum pressuposto afirmativo de que o resultado do pleito presidencial brasileiro em 2018, elegendo Jair Bolsonaro – 57.797.847 eleitores em seu favor – foi a consequência de uma eleição colonizada politicamente, em decorrência do uso descarado da pós-verdade, com Lula preso, daquilo que se tinha implantado como conduta anticorrupção, projetando-se na mente das pessoas a chegada de um momento de renascimento conservador (DEUS,PÁTRIA, FAMÍLIA)? Foi uma decisão racional ou dirigida por hormônios ou psicoses?

Continuemos com Przeworki, quando afirma que “Os conflitos que dividem uma determinada sociedade em um determinado momento podem ser mais ou menos intensos e dividir a sociedade de forma diferente, dependendo se dizem respeito a interesses econômicos, valores culturais, questões simbólicas ou apenas paixões passageiras. “Suas formas, seus temas e sua intensidade decorrem das ações de governos e das alternativas oferecidas por forças políticas rivais.”³⁷⁵. Ora, se a instabilidade institucional ou a estabilidade institucional não é consequência de uma performance aleatória, mas de uma escolha com finalidade decorrente – dentre outras variáveis – das ações de governos, por todo o acervo de dados coletados no curso do movimento bolsonarista, incluindo sua experiência de governo (2019/2022), podemos concluir que suas inclinações políticas, principalmente valendo-se de sua retórica, endereçava-se à manipulação da escolha política dos cidadãos, como forma de outorga prévia que possibilitasse uma futura ruptura institucional.

Os parâmetros comportamentais de Jair Bolsonaro, repetimos, eram aqueles notoriamente que já haviam sido desenvolvidos por Donald Trump. Precisaria somente descê-los ao eixo-sul, o que fez com destreza. Quais eram os mecanismos de convencimento utilizados? Temos uma razoável resposta analisando a pós-verdade.

Comumente, qualquer informação é lançada numa dimensão de “aparente cautela”, que nada mais é do que a mais pura relativização dessa informação, sem parâmetros epistêmicos convencionais para segurar-lhe veracidade. Vejamos as citações de Lewandowski, Ecker e Cook em sua pesquisa sobre pós-verdade:

1. “Correções raras vezes são totalmente eficazes: ou seja, apesar de serem corrigidas, e de reconhecerem a correção, as pessoas continuam a acreditar, pelo menos em parte, em informações que sabem que são falsas [...] em algumas situações, **quando a correção contesta o ponto de vista das pessoas**, a crença nas informações falsas pode ironicamente se fortalecer.”
2. Informações falsas induzem algumas pessoas a concluir que é impossível saber a verdade, ainda que a mensagem falsa seja improvável.

³⁷⁴ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.19. (Tradução nossa)

³⁷⁵ PRZEWORKSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.32.

3. Propagar informações falsas impede as pessoas de reconhecerem outras mensagens como verdadeiras.
4. As pessoas tendem a persistir em crenças que admitem ser falsas se acreditarem que são compartilhadas por outras.”³⁷⁶.

Concluindo: “Enfrentamos agora uma situação em que uma grande parcela da população vive num espaço epistêmico que abandonou critérios convencionais de demonstração, consistência interna e busca de fatos [...]. Uma marca registrada clara do mundo pós-moderno é que ele autoriza as pessoas a escolherem sua própria realidade, onde fatos e provas objetivas são superados por crenças e preconceitos.”³⁷⁷. A crença naquilo que apodicticamente é falso, é mentiroso, passou a ser uma escolha na vida das pessoas. A mentira deixou de ser um ato réprobo para integrar-se no dia a dia como elemento admissível na constituição de um argumento. Isso é plenamente irracional e esse mundo de crença forçada, “hipostasiada” carrega suas implicações: “Muitas vezes, a perturbação resulta das más informações e da falta de verdades confiáveis e essenciais. Além disso, na ausência de informações adequadas, preenchemos as lacunas com aquilo que mais tememos. O resultado é uma concepção distorcida do problema ... uma perspectiva pessimista, repleta de nossos piores temores”³⁷⁸.

Essa avassaladora junção do emocional com o cognitivo, preferencialmente distorcido, gera sentimentos que, trazidos à empiria, produzem resultados igualmente patológicos³⁷⁹. Conta-se, também, que, com a explosão midiática, com alavanca nas redes sociais, não há possibilidades de a verdade ser apurada individualmente, com isso os eleitores agem de maneira sociotrópica.”³⁸⁰. Há um estímulo à admissão de uma opinião coletiva já construída, corroendo-se a singularidade e a adoção de um espaço emancipatório com esteio em comunicação, razão e liberdade³⁸¹.

³⁷⁶ *Ibid.*, pp.146-147.

³⁷⁷ *Ibid.*, p.147.

³⁷⁸ SWINDOLL, Charles. **Salmos**, Rio de Janeiro: CPAD, 2014, p. 138.

³⁷⁹ Nos Estados Unidos, 86% dos democratas e 91% dos republicanos têm opiniões desfavoráveis a respeito do outro partido, com 41% dos democratas e 45% dos republicanos vendo o outro como “uma ameaça ao país”. Comoventes histórias de discriminação e abuso na vida diária se acumulam, e um volume de dados sistemáticos indica que **o nível geral de raiva e hostilidade está subindo**. (147/148). [...] Onde encontramos provas mais sistemáticas, embora apenas para os últimos anos, é no que diz respeito a **crimes de ódio**. Nos Estados Unidos, a incidência desses crimes nas nove maiores áreas metropolitanas aumentou 23,3% de 2015 para 2016, com total de 13.073. Outra fonte informa que houve um salto **depois das eleições[possível descontentamento quanto ao resultado?]**, com mais de mil ocorrências informadas pelas vítimas entre 9 de novembro e 12 de dezembro de 2016. No geral, incidentes contra imigrantes (315) continuam a ser os mais denunciados, seguidos por episódios contra negros (221), mulçumanos (112) e a população LGBT (109). Casos contra Trump totalizam 26. PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.147.

³⁸⁰ *Ibid.*, p.154.

³⁸¹ Os bots multiplicam e difundem imagens e frases lapidares aos milhares, e o mundo da pós-verdade, do qual a mídia tradicional acaba participando, transforma a INCERTEZA na única verdade confiável: a minha, a de cada um. A fragmentação da mensagem e a ambiguidade da comunicação remetem a emoções únicas e pessoais constantemente realimentadas por estratégias de destruição da esperança. - Não podemos verificar pessoalmente - . O vínculo entre o pessoal e o institucional se rompe – sublinhei. CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 28.

A convicção final das pessoas é estruturada pelos atores populistas valendo-se de subterfúgios imaginários, falsos com o aproveitamento de dados irreais. Pesquisas revelam também que o medo e o pessimismo impulsionam o projeto político da extrema-direita visando à ampliação de sua aceitação popular³⁸². Kates e Tucker afirmam: “só o pessimismo sobre o próprio futuro financeiro está positivamente relacionado à identificação ideológica com a extrema direita.”³⁸³.

Acima comentamos (p. 45, 67) que “a força e a estabilidade das instituições dependem de sua vigência na mente das pessoas”³⁸⁴. Quando se desfaz o vínculo subjetivo entre o que os cidadãos pensam e querem e as atitudes dos representantes políticos, está formado o quadro existencial denominado crise de legitimidade política; categoricamente o sentimento é que os “os atores do sistema político não nos representam”³⁸⁵.

Todo esse capítulo explorou o forte nexos existente entre os sentimentos das pessoas e a manipulação desses sentimentos pelos atores políticos para o uso político. É uma forma sutil de engano, sub-repção que conduz a drásticos resultados como a ruptura institucional, podendo agravar-se e fazer acontecer a ruína democrática constitucional. Nessa tarde de domingo (13/08/2023) posterior à deflagração da Operação da Polícia Federal Lucas 12:02, ficamos avaliando a profundidade do espaço emocional de decepção que os brasileiros cidadãos declarados bolsonaristas estão sofrendo. A busca insurgente da classe política profissional em seus proeminentes interesses econômicos que, em manifesta ação estratégica disfarçada e isso porque se deu mediante a utilização de elementos que exploram o engano inconsciente ou uma comunicação sistematicamente distorcida³⁸⁶ difere ao extremo da percepção de verdadeira política. Aquela descrita em palavras por Aristóteles que, mesmo em um momento conceitual diverso deste agosto de 2023, expressa um ideal de que “As leis são respeitadas nesta democracia porque os cargos só proporcionam honra, e não lucro”³⁸⁷.

2. 3 AS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS

Nossas abordagens envolvendo as dimensões das crises, os exemplos dessas em algumas democracias e os seus efeitos, a análise do conteúdo do discurso populista e a consequente formação de uma opinião construída “sociotropicamente” (veja p. 50 desta dissertação), isso tudo em uma metodologia que considera as variáveis comparativamente, e

³⁸² PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.155.

³⁸³ *Ibid.*, p.155.

³⁸⁴ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 12.

³⁸⁵ As atitudes que se expressaram da decisão de sair da união europeia – BREXIT - estavam presentes na opinião pública ao menos dois anos antes. A campanha não fez senão solidificar opiniões já construídas na mente dos cidadãos. Esse parece ser um dado fundamental na conduta política de nosso tempo. Os cidadãos selecionam as informações que u em função de suas convicções, enraizadas nas emoções que sentem. a deliberação eleitoral é secundária. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 60.

³⁸⁶ ANDREWS, Chistina W., **em Emancipação e legitimidade: uma introdução à obre de Jürgen Habermas**. São Paulo: Unifesp, 2011, p. 49.

³⁸⁷ Aristóteles. **A política. tradução, Roberto Leal Ferreira.** 2ª ed. São Paulo: [Martins Fontes](#), 1998, p. 124.

aproveitam elementos endógenos já que constatamos uma abrangência emocional e cognitiva³⁸⁸ e desaguam as repercussões de toda essa conjuntura nas instituições representativas.

Estamos buscando compreender, neste momento, a relação existente entre a retórica populista e suas influências nas instituições representativas. Acima discorremos sobre pós-verdade e outros elementos colonizadores da esfera pública. JZ Benvindo (2022) traz-nos suas abordagens sobre a mentalidade autoritária e o estado de direito no Brasil ... começa e finda com Eric. J. Hobsbawm Fazendo menção do livro *The Age of Extremes*, e sua problemática quanto a escrever sobre presente e cita uma daquelas dificuldades elencadas: “[...] o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história avança”³⁸⁹. Considerando a “história” como processos de sequenciamento temporal em ação na vida política³⁹⁰, imediatamente aproveitamos análise sobre sociotropia (pg. 50, acima) “na dimensão cultural e o deslocamento da preferência eleitoral de maneira sociotrópica, - é uma personalidade caracterizada pelo excesso de investimento nas relações interpessoais – levando-se em conta, raciocínios que destroem a afirmação inverídica quanto à sustentação do nativismo como forma de exclusão da imigração, produzidos pela extrema direita, percebemos a possível tendência da formação de grupos sociais envoltos nos critérios de pós-verdade” para Incluir as observações sobre “identidades e interesses” (Alexander Went, 1999, p. 331), sobre as quais, Pierson comenta³⁹¹: “As ideias são frequentemente compartilhadas com outros atores sociais de maneiras que criam efeitos de rede e expectativas adaptativas.”,

Os sociólogos enfatizaram que o desenvolvimento de normas ou padrões de adequação é um processo coletivo e autorreforçador”. E essas construções ideacionais múltiplas estendem-se desde paradigmas políticos, alcançando a ideologia de pleno direito ali chegando à codificação destas que inicialmente foram apenas especulações ou formas de discussão, por exemplo, a precariedade das correntes das notícias que se dão em rede comunicativa de “muitos-para-muitos”³⁹² e as formas tendem a se institucionalizar³⁹³³⁹⁴. Essas

³⁸⁸ “[...] a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. [...] Não é uma questão de opções, de direita ou de esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo. Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança: a democracia liberal. CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp. 7-8.

³⁸⁹ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023, p.63.

³⁹⁰ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 130. (Tradução nossa)

³⁹¹ *Ibid.*, p. 39.

³⁹² CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

³⁹³ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.75. (Tradução nossa)

³⁹⁴ [...] os arranjos podem se institucionalizar ao longo do tempo. Seu foco está na mudança de política e não na mudança institucional - na verdade toda busca pela construção de um arranjo institucional reside no interesse dos designers políticos por mudança da política existente (Tradução nossa). PIERSON, Paul, 2011, p. 155.

construções ideacionais coletivas, mesmo que manipuladas, na análise de Robert Wuthnow “como visões de mundo emergentes, uma vez que atinge uma massa crítica, podem gerar um conjunto de instituições produtoras de cultura, organizações e atores especializados que facilitam muito a disseminação e reprodução dessa ideologia. [...] períodos *relativamente breves* de aberturas históricas são frequentemente seguidos por processos que ele seleciona e então institucionaliza uma trilha particular de desenvolvimento ideológico”³⁹⁵³⁹⁶³⁹⁷.

A breve passagem em Paul Pierson foi para mostrar correlação entre aquela afirmação de Eric Hobsbawm – “o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história avança” - e as observações sobre “ identidades e interesses” sobre as quais Pierson comenta³⁹⁸: “As ideias são frequentemente compartilhadas com outros atores sociais de maneiras que criam efeitos de rede e expectativas adaptativas.”. São declarações que nos conduzem a observar um desenvolvimento cognitivo, noção proveitosa nesse momento em que estamos interessados em saber das repercussões decorrentes do discurso populista.

JZ Benvindo diz o que existe colocando a mentalidade autoritária e o Estado de Direito no Brasil sob investigação, observa-se um “choque de narrativas” sobre o grau de influência que o passado autoritário teria no regime democrático emergente.”³⁹⁹. Remeteu à conservação deles, componentes da ordem anterior”⁴⁰⁰ com a reinauguração política das “figuras do passado”⁴⁰¹, numa “reacomodação do âmbito das elites”⁴⁰². Mas nem tudo são trevas. Houve progressos, débeis, como atestamos a cada dia. A retórica utilizada por Jair Bolsonaro nestes últimos anos (antes e após o seu governo) provocou espanto⁴⁰³ e reflexão. Por seu ineditismo e desregramento, os abalos à democracia brasileira dele decorrentes, é que estamos nos encontrado por aqui.

³⁹⁵ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 39. (Tradução nossa)

³⁹⁶ Berman (2003) fez um argumento semelhante sobre a disseminação do islamismo radical, em que os extremistas têm usado seu controle sobre as principais instituições de produção cultural para fomentar uma transformação revolucionária nas visões de mundo dos cidadãos - mesmo na ausência de uma derrubada revolucionária do próprio Estado.” (Tradução nossa). PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 19.

³⁹⁷ “Os sistemas sociais, podem ficar presos a certos padrões pela lógica do conhecimento compartilhado [...] os processos políticos serão muitas vezes marcados por dinâmicas de retornos crescentes. As tendências ao feedback positivo caracterizam quatro processos centrais aos ambientes políticos: ação coletiva, desenvolvimento institucional, exercício da autoridade e interpretação social.”. Alexander Wendt (Tradução nossa). PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 40.

³⁹⁸ *Ibid.*, p.39.

³⁹⁹ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p. 64. (Tradução nossa)

⁴⁰⁰ *Ibid.*, p.66.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p.84.

⁴⁰² *Ibid.*, p.74.

⁴⁰³ Visão da política como guerra - Newt Gingrich - “usava adjetivos como se fossem pedras”, [...] empregando deliberadamente uma retórica de exageros. [...]“ as coisas que saíam da boca de Gingrich ... nós nunca (tínhamos ouvido) aquilo antes de nenhum dos lados. Gingrich ia tão longe em seus exageros que o fator choque paralisou a oposição por alguns anos. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.143.

Conseguimos fazer algum paralelo em comparação com outras democracias ou táticas políticas, observando a realidade política do Brasil nos últimos anos? O que permitiu a utilização da verbalização grotesca e insana de Jair Bolsonaro nos moldes semelhantemente experimentados por George Wallace, Newt Gingrich, Donald Trump?

Benvindo expõe um catálogo contendo os pilares da mentalidade autoritária e dentre esses constam a despolitização da sociedade, implicando inércia social. Sabemos que política como bem jurídico preservado, na realidade latino-americana, restringe-se patologicamente às eleições⁴⁰⁴ Trouxe aquilo que denominou a institucionalização de uma tecnocracia⁴⁰⁵ envolva aos interesses das elites políticas, econômicas e jurídicas sublinhando a preservação do status quo. A junção desses elementos nutriu na mente nacional um forte apoio ao regime ditatorial civil militar como observado no Estado Novo de 1945, observando-se uma percepção limitada do conceito e práxis democrática, “[...] não é de admirar que a ideia de restaurar a Lei e a ordem estivesse incorporada na mentalidade coletiva, especialmente num ambiente onde a polarização social estava a atingir novos patamares. Uma tecnologia associada aos militares seria a melhor opção para lançar as bases para o desenvolvimento que foi severamente dificultado por um contexto tão conflituoso.”⁴⁰⁶.

A democracia é fenômeno estranho aos brasileiros, por isso não se lançam em acolhê-la integralmente, correndo os riscos que defluem dessa decisão; às espreitas, concedem-lhe migalhas experimentais numa relação saturada pela desconfiança. Referindo-se ao período ditatorial brasileiro (1964/1985), “O STF também pareceria funcional apesar de ter aumentado o número de ministros de 11 para 16, determinando a aposentadoria compulsória dos ministros oponentes e restringindo sua capacidade de conceder habeas corpus e rever os Atos Institucionais.”. Ainda, “[...] o regime militar manteve as instituições democráticas, durante grande parte do seu período, sob uma espécie de funcionamento monitorizado.”⁴⁰⁷. Isso nos parece estranho ... estamos cientes que os atributos básicos da democracia estão na realização das eleições competitivas, da liberdade de reunião e expressão e do Estado de Direito⁴⁰⁸. Sabemos que o antagonismo é parte constitutiva político que há em nós⁴⁰⁹ e isso deve transbordar para as instituições, inclusive, as formais. Existe um porém: a fisiologia autocrática difere em natureza da fisiologia democrática e, por

⁴⁰⁴ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.192.

⁴⁰⁵ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p. 67. (Tradução nossa)

⁴⁰⁶ BARBOSA, Leonardo. **História Constitucional Brasileira: Mudança Constitucional, Autoritarismo e Democracia no Brasil Pós-1964**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

⁴⁰⁷ BARBOSA, Leonardo. **História Constitucional Brasileira: Mudança Constitucional, Autoritarismo e Democracia no Brasil Pós-1964**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.

⁴⁰⁸ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp.17-18.

⁴⁰⁹ “O político” refere-se a dimensão do antagonismo como característica das relações humanas. Já ‘a política’ diz respeito ao conjunto de práticas e de instituições criadas e estabelecidas para permitir a coexistência humana a despeito da conflituosidade presente na dimensão do “político. MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005.

consequente, inviabiliza-lhe a consubstanciação. Tudo parece representar um dissimulo. O design democrático está deteriorado, e as pessoas sabem disso⁴¹⁰, a exceção de um povo como no Brasil, ainda impermeável aos efeitos de uma democracia substancial. Assim como as águas do Rio Negro não se misturam as águas do Rio Solimões, não se vislumbra que possa ocorrer qualquer funcionamento de instituições democráticas no período ditatorial. As cores distintas dos rios são preservadas inobstante tudo ser um único Amazonas.

A desfaçatez já era desnecessária e invocava-se o cinismo: “Mais tarde, foi revelado que os subscritores tinham plena consciência de seu inegável caráter ditatorial, mas, como disse Jarbas Passarinho, então Ministro do Trabalho à época: ‘Que se dane, senhor presidente, neste momento, todo e qualquer escrúpulo de consciência’⁴¹¹. - Começaram demagogos e terminaram tiranos⁴¹².”

Um outro pilar, JZ Benvindo viu como o controle do processo de transição para a democracia. Estávamos saindo do discurso monocrático para uma sociedade discursiva, pretendia-se plural e os militares não estavam dispostos a dialogar com a sociedade civil⁴¹³. Entrementes, não era somente uma questão quanto a aceitação da inclusão popular no processo de elaboração das regras codificadas da contestação política⁴¹⁴, mas, também, a fuga da responsabilização dos agentes estatais da apuração de suas práticas no período ditatorial: “É essa a natureza jurídica que permite a reparação e a responsabilização daqueles que impuseram qualquer forma de violação de instrumentos humanos como instrumento de perseguição estatal por motivação política” (Eneá de Stutz e Almeida, *A Transição Brasileira*, p. 6). Este ato preventivo, promovido pelos militares que “deixavam o poder”, se mantém inabalável até este momento e não há previsibilidade de mudança⁴¹⁵. Citam-se Emílio Meyer e Ulisses dos Reis (em 19 de fevereiro de 2021) na sua postagem “Democracia Brasileira sob Tutela Militar” ... [...] “A relação entre os militares e o governo civil é aquela que definiu toda a história constitucional do Brasil e pode abrir caminho para o colapso da democracia.”. Uma profecia por se cumprir, mas já encaminhada?

Apesar de nosso texto carregar um tudo ou nada, dando a conotação de que a democracia só se perfaz em um pacote completo nele contendo a salvaguarda dos direitos fundamentais, do bem-estar social, o respeito às minorias e o prospectivo impulso para o desenvolvimento

⁴¹⁰ [...] “um regime que se tornava cada vez mais violento e perpetuava cada vez mais violações de direitos humanos.” (Tradução nossa). BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p. 70.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 71.

⁴¹² LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.47.

⁴¹³ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil**. The Legal Construction of Inequality, Oxford, UK, 2022, p.72. (Tradução nossa)

⁴¹⁴ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.104. (Tradução nossa)

⁴¹⁵ Um dos legados mais prejudiciais da transição para a democracia é que os militares não foram confrontados com seu passado e quais atrocidades que cometeram durante a ditadura.” (Tradução nossa). BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil**. The Legal Construction of Inequality, Oxford, UK, 2022, p.79.

humano, estamos cientes de que essa construção traz consigo sobressaltos e até mesmo elementos disformes ao sentido democrático. Isso parece bastante desconfortável, penoso mesmo ... transtorna-nos a difícil análise de Levitsky e Ziblatt⁴¹⁶. Sobre os acordos estabelecidos dos Estados Unidos (1885-1908) por ocasião da Reconstruction: uma terrível manipulação de leis que revogaram os direitos políticos dos negros. “Todo o Sul - cada estado do Sul - caiu nas mãos dos mesmos homens que nos mantiveram como escravos.”. Finalizam: “Uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para sua subversão.”. Com essa observação podemos recordar o ocorrido na França de De Gaulle que, para superar grave crise política, tratou de mudar as regras, implicando concessão de amplas prerrogativas, exigindo e obtendo do Parlamento o poder de governar por decreto e mudar a Constituição. Arranjos institucionais que deslocaram o centro do poder do Parlamento para o Presidente – (veja p. 40, 88, acima).

Apontamos para outros caminhos. “Existem causas sociológicas mais profundas por trás da resiliência de tal mentalidade autoritária e do desempenho ainda deficiente do Estado de Direito.”⁴¹⁷. Parece-nos plenamente coerente analisar a influência do discurso populista a luz dos instrumentos utilizados pela neurociência e investigar até que ponto se estende o dirigismo político das massas, entenebrecendo-lhes a capacidade cognitiva até gerar um estado que torne a pessoa “incapaz de avaliar suas consequências”⁴¹⁸.

Resumidamente, nos últimos momentos dessa construção, visto que a pesquisa traz em sua pretensão a abordagem da movimentação partidária da extrema-direita no Governo de Jair Bolsonaro no quadriênio 2019/2022, achamos necessária arrolar outros enfoques quanto as turbulências que vêm ocorrendo nas democracias mundo afora por esses dias.

Em 29 de maio de 2023, Pedro Sanchez, Premiê espanhol, anunciou a dissolução do Parlamento daquele país, e a convocação para novas eleições e isso foi decorrente da derrota de seu partido, o PSOE – Partido Socialista Operário Espanhal nas eleições regionais realizadas no dia anterior. Lá, o Partido Popular, de direita, ganhou as eleições realizadas no dia 23 de julho de 2023. O PP faz acordos com o Vox, partido de extrema-direita⁴¹⁹.

Em Israel, o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, afirmando que se faz necessária a eficiência e responsabilidade do sistema, lançou proposta de reforma do judiciário, encaminhando-a ao Parlamento, indicando restrição aos poderes da Suprema Corte e isso foi

⁴¹⁶ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp.92-94.

⁴¹⁷ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil**. The Legal Construction of Inequality, Oxford, UK, 2022, p. 85 p. (Tradução nossa)

⁴¹⁸ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.20.

⁴¹⁹ CM JORNAL. **Conselho de ministros espanhol aprova dissolução do parlamento e eleições antecipadas**. Disponível em: <https://www.cmjornal.pt/mundo/detalhe/conselho-de-ministros-espanhol-aprova-dissolucao-do-parlamento-e-eleicoes-antecipadas>. Acesso em: 01 out. 2023.

visto como uma ameaça à democracia israelense. A proposição foi aceita em 24 de julho de 2023 e mais poder foi deslocado para o Parlamento⁴²⁰.

Macron entendeu implementar a reforma previdenciária na França e, desde 19 de janeiro de 2023, multidões ocuparam as ruas, contudo, o governo não retrocedeu e em 15 de abril de 2023, o Conselho Constitucional Francês promulgou aqueles interesses⁴²¹.

No Brasil, a firmeza do exercício da competência constitucional dos Tribunais superiores – Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral⁴²² foi um dos mecanismos previstos no sistema que possibilitou uma certa contenção ao agir estratégico do governo bolsonarista. À medida que Bolsonaro inflamava a opinião pública com sua demagogia discursiva, a partir do seu primeiro “Acabou *** (veja Nota 3)”, promovendo, perceptivelmente um imediato congelamento da atuação do Congresso, Bolsonaro transbordou-se em verbalizações grotescas em ataques às decisões judiciais e reforço no aparelhamento das forças que viriam a socorrê-lo ante a possibilidade futura de uma ruptura institucional. Vejamos alguns exemplos:

“Fui do tempo em que decisão do STF não se discutia, se cumpria. Não sou mais” – 07/06/2022⁴²³.

“Não haverá outro dia como ontem. Acabou! (Bolsonaro, sobre o inquérito das fake News).⁴²⁴

“Forças armadas não cumprem “ordens absurdas” – 27/09/2021 – ⁴²⁵

Em 9 de julho de 2023, publicou sua “DECLARAÇÃO À NAÇÃO”⁴²⁶ (Anexo F). Através dela disse o que sempre afirmou: agiu “dentro das quatro linhas da Constituição”.

⁴²⁰ BBC NEWS. **A polêmica reforma judicial proposta por Netanyahu vista como ameaça à democracia em Israel.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6pnd2jz13jo>. Acesso em 01 out. 2023. BBC NEWS. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/02/21/parlamentares-israelenses-aprovam-polemica-reforma-da-justica-em-primeira-votacao.ghtml>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁴²¹ CNN BRASIL. **Entenda a manobra utilizada pelo governo de Macron para aprovação de reforma da previdência.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-manobra-utilizada-pelo-governo-de-macron-para-aprovacao-de-reforma-da-previdencia/>. acesso em: 02 out. 2023. DW. **Corte Constitucional francesa aprova reforma da Previdência.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/conselho-constitucional-da-fran%C3%A7a-aprova-reforma-da-previd%C3%Aancia/a-65330728>. Acesso em: 02 out. 2023.

⁴²² G1 – GLOBO. **Fux reage a ataques de Bolsonaro ao STF e cancela reunião entre chefes dos Poderes.** Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/08/05/fux-reage-a-ataques-de-bolsonaro-ao-stf-e-cancela-reuniao-entre-chefes-dos-poderes.ghtml>. Acesso em: 02 out. 2023.

⁴²³ CNN BRASIL. **“Fui do tempo em que decisão do STF não se discutia, se cumpria. Não sou mais”, diz Bolsonaro.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/fui-do-tempo-em-que-decisao-do-stf-nao-se-discutia-se-cumpria-nao-sou-mais-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁴²⁴ JORNAL DO BRASIL. **“Não haverá outro dia como ontem, acabou!”, diz Bolsonaro sobre inquérito das fake News.** Disponível em: <https://www.jb.com.br/pais/politica/2020/05/1023973--nao-havera-outro-dia-como-ontem--acabou---diz-bolsonaro-sobre-inquerito-das-fake-news.html>. Acesso em: 02 out.2023.

⁴²⁵ EXAME. **Bolsonaro diz que Forças Armadas não cumprem “ordens absurdas”.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-diz-que-forcas-armadas-nao-cumprem-ordem-absurdas/>. acesso em: 03 out. 2023.

⁴²⁶ G1 – GLOBO. **Leia a íntegra da 'Declaração à Nação' de Bolsonaro.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/09/09/leia-a-integra-da-declaracao-a-nacao-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 02 out. 2023.

Nossa pesquisa analisa o discurso populista de Jair (2019/2022) e alcança abordagens da movimentação partidária da extrema-direita. O ano de 2022 foi ontem e hoje, neste 2023, quando ainda estamos concluindo nossas percepções, com todo o cuidado para não adentrarmos em inapropriados excessos ou mesmo nos afastarmos de nosso objetivo, sentimos ser proveitoso comentar ligeiramente algo sobre a Argentina onde encontramos Javier Milei.

Em 14 de agosto de 2023, Javier Milei, candidato de extrema-direita da Argentina, venceu as primárias⁴²⁷. Dentre muitas possibilidades, diz que extinguirá o Banco Central Argentino - órgão de controle contramajoritário⁴²⁸, pretende dolarizar a economia e, por fim, a indenização trabalhista⁴²⁹, declara-se como um candidato libertário, inclusive do sistema de casta política⁴³⁰ e diz-se a favor da venda de órgãos humanos⁴³¹. Após sua vitória, Jair Bolsonaro fez-lhe postagem em rede social e disse: “Temos muita coisa em comum”. São as conjunturas consolidadas, ou seja, institucionalizadas e aquelas que buscam forma⁴³².

A movimentação da extrema-direita brasileira observou com precisão a cartilha funcional naquilo que lhe convinha. Uma vez que os ataques frontais perpetrados pelo governo bolsonarista eram lançados contra o Judiciário, fragilizar-lhe a autoridade era um de seus objetivos. Dentre os apoiadores políticos de Bolsonaro, consideramos, como exemplo, Daniel Lúcio da Silveira, ex-deputado federal- PTB/RJ, detido em 16 de fevereiro de 2021, após publicar vídeo com injúrias e ameaças a ministros do Supremo Tribunal Federal. Com a respectiva Ação Penal 1044⁴³³, o então deputado foi condenado à reclusão e perda do mandato eletivo. Um dia após a publicação da dessa decisão, Jair Bolsonaro concedeu o indulto a Daniel Silveira⁴³⁴, cujo evidente desvio de finalidade foi julgado pelo STF e anulado⁴³⁵.

⁴²⁷ VEJA. **Quem é Javier Milei, radical de direita e líder das primárias na Argentina.**

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/quem-e-javier-milei-radical-de-direita-e-lider-das-primarias-na-argentina/>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁴²⁸ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.30.

⁴²⁹ INTELIGÊNCIA FINANCEIRA. **Argentina: candidato à presidência Javier Milei quer acabar com o banco central, dolarizar a economia e pôr fim à indenização trabalhista.** Disponível em:

<https://inteligenciafinanceira.com.br/saiba/economia/argentina-candidato-a-presidencia-javier-milei-quer-acabar-com-o-banco-central-dolarizar-a-economia-e-por-fim-a-indenizacao-trabalhista/>. Acesso em: 02 out. 2023.

⁴³⁰ EL PAIS. **Extrema direita ameaça bipartidarismo tradicional da Argentina.** Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-23/extrema-direita-ameaca-bipartidarismo-tradicional-da-argentina.html>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁴³¹ UOL. **Venda de órgãos e tarô: quem é Javier Milei, mais votado na Argentina.** Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/08/14/quem-e-javier-milei-candidato-presidencia-argentina.htm>. Acesso em: 01 out. 2023.

⁴³² PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis.** Princeton: Princeton University Press, 2011, p.75. (Tradução nossa)

⁴³³ STF. **Processos.** Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/verImpressao.asp?imprimir=true&incidente=6207102>. Acesso em: 02 out. 2023.

⁴³⁴ IMPRENSA NACIONAL. **DOU.** Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=21/04/2022&totalArquivos=1>. Acesso em: 02 out. 2023.

⁴³⁵ STF. **STF anula indulto de Bolsonaro que extinguiu pena imposta ao ex-deputado Daniel Silveira.** Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=507050&ori=1>. Acesso em: 02 out. 2023.

Percebamos nesse ato de Bolsonaro sua tentativa de proteger sua lista de apoiadores, “um gesto popular para sua base”⁴³⁶, trazendo consigo a desmoralização popular do Judiciário⁴³⁷.

Recentemente, em apuração pela CPMI dos atos antidemocráticos, foi ouvido o hacker Walter Delgatti Neto que disse aos integrantes daquela Comissão em 17/08/2023 que, em encontro com Bolsonaro, no Palácio na Alvorada, Bolsonaro o havia prometido a concessão de indulto em caso de condenação por manipulação das urnas eletrônicas. Mas isso merece a devida cautela, devido à ausência de provas produzidas ou apresentadas até agora. Vê-se em prática a cartilha de uma autocracia que busca abertamente desconsiderar as projeções dos poderes no sistema de separação de poderes. Desconsidera mecanismos de controle e validação, residindo justamente aí a percepção de que a quebra das regras constitucionais que regem as instituições democráticas, oportuniza o agir unilateral, cuja heterodoxia, à vista do sistema institucional outrora vigente, configura-se em uma prática explicitamente antidemocrática. E, talvez, a promoção da desconfiança e descrédito popular no sistema eleitoral seja a mais eficaz estratégia subversiva democrática constitucional.

Repetidamente destacamos que Bolsonaro insurgia-se e procurava expandir sua insurgência detidamente contra o STF. Havíamos passado oito anos com Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 / 2007-2010) que, sob a mesma bandeira partidária (Partido dos Trabalhadores), passou o governo a Dilma Rousseff (2010) e, reeleita (2014), teve seu mandato eletivo restringido por impeachment (2016)⁴³⁸. Michel Temer, vice de Dilma, havia assumido o governo e estabeleciam-se as novas eleições para o governo de 2019/2022. O país sofria uma crise de governabilidade. As questões revisadas pelo STF quanto a procedimentos processuais utilizados por Sérgio Moro e os procuradores federais na esfera da Lava-Jato demonstravam a abrangência da politização da Justiça. Com JZ BENVINDO, em seu *The Rule of Law in Brazil*, temos uma narrativa histórica/desenvolvimentista do STF como uma corte de Justiça que, sob a perspectiva de uma supremacia judicial, apresenta-se como “o ramo do poder que mais visivelmente funde o passado do país com seu futuro no desenvolvimento do Estado de direito”⁴³⁹. Constatando-se que a contida atuação burocrática e formalista experimentada no reinício da retomada democrática brasileira (1988), foi-se alargando e alcançando o status de “um dos tribunais mais intervenientes do mundo em assuntos políticos”⁴⁴⁰.

⁴³⁶ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.172.

⁴³⁷ Martin Redish: “Se um presidente puder imunizar seus agentes desse jeito, os tribunais perderão efetivamente toda a sua autoridade para proteger direitos constitucionais contra a invasão do Poder Executivo.”. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.172.

⁴³⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra**. Disponível em: [Câmara autoriza instauração de processo de impeachment de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](https://www.camara.leg.br/noticias/367-votos-a-favor-e-137-contra-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴³⁹ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p.114. (Tradução nossa)

⁴⁴⁰ *Ibid.*, 2022, p. 115.

Nisso residia a camisa de força que contrariava Jair Bolsonaro ante a indisfarçável pretensão de atingir seus interesses políticos fragilizando institucionalmente o judiciário, constituído como agente fiscalizador de seu governo. Afastada a influência autoritária do STF nos anos malditos da ditadura (1964/1985)⁴⁴¹, seus ministros trataram de adequar-se à nova ordem democrática progressista. Sob reações contrárias quanto à incumbência exclusiva do Legislativo, temas sensíveis, com pontuação em desacordo moral⁴⁴², foram enfrentados pelo STF que atua sem exclusividade de competência concentrada⁴⁴³. Benvindo exemplifica: “Decisões como a que reconheceu as uniões civis entre pessoas do mesmo sexo (abrindo caminho para casamentos entre pessoas do mesmo sexo), criminalizaram a homofobia e a transfobia, declararam inconstitucionais Leis Municipais que proíbem educação sexual e de gênero nas escolas, ou ampliaram o escopo do aborto legal para caso de anencefalia provoca uma forte reação de alguns setores conservadores da sociedade e do Congresso. Petições visando contestar a legislação restritiva ao aborto no Brasil têm sido recebidas e impugnadas por esses setores conforme oposição mesmo quando ainda não há uma decisão do tribunal.”⁴⁴⁴. Acrescentamos a esse rol exemplificativo o julgamento em curso sobre a descriminalização das drogas⁴⁴⁵.

Percebemos também que momentos imediatos ao estabelecimento do governo de Jair Bolsonaro e a novidade da quebra das normas constitucionais e relacionais interinstitucionais por ele praticadas, o Congresso Nacional pouco se envolveu deixando o ônus das decisões e a responsabilização das polêmicas questões entregues ao Judiciário para este assumir isoladamente. Até porque Benvindo afirma que a interferência política do Tribunal nos assuntos políticos “é fomentado pelo próprio sistema político”⁴⁴⁶, utilizando recursos de uma denominada simbiose institucional. Isso nos estimula a imaginar uma subjacente – e potente - realidade de ambiguidades inerentes à política que, em seu conceito parece ser mesmo “instituições separadas compartilhando poder”⁴⁴⁷. Graciosamente, o STF surge como “um ator-chave da democracia brasileira”. “Também tem se comportado como um escudo relevante para a democracia ao bloquear ou coibir alguns atos autoritários que ganharam força, especialmente

⁴⁴¹ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p. 120. (Tradução nossa)

⁴⁴² Ibid., 2022, p. 125. (Tradução nossa)

⁴⁴³ [...] órgãos de diversa natureza: os supremos tribunais, mesmo sem competência concentrada, enquanto se assume principalmente, ao seu serviço - como é o caso do Brasil; os tribunais constitucionais, criados de todas as peças para essa tarefa - como sucede em Portugal; e órgãos homólogos, de iniciar uma atriz política, mas que se tem jurisdicionalizado - como o Conselho Constitucional francês. TAVARES. André Ramos. **Teoria da Justiça Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2005.

⁴⁴⁴ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p.126. (Tradução nossa)

⁴⁴⁵ STF. **RE 635659**. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4034145>. Acesso em: 03 out. 2023.

⁴⁴⁶ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p.115. (Tradução nossa)

⁴⁴⁷ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.163. (Tradução nossa)

durante a presidência de Bolsonaro.”⁴⁴⁸. Essa determinação em observar o ministério do Judiciário constitucionalmente deve estar alerta a toda forma de implante subversivo⁴⁴⁹.

Como afirmamos acima (veja p. 42) o Brasil flerta com autoritarismo e é preciso pensar sobre o que nutre essa mentalidade autoritária em nossa práxis sociopolítica.

2. 4 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS BRASILEIRAS

“Há uma percepção geral de que o ambiente político da América Latina é estruturalmente disfuncional, com muitos incentivos para a corrupção e deferência aos interesses privados em vez do bem comum.”⁴⁵⁰. Com essa declaração JZ Benvindo inicia o Capítulo 4 de seu *The Rule of Law in Brazil* e nela está contida toda a essência das 25 páginas seguintes que restritivamente dedicou a análise do Estado de Direito e as instituições políticas brasileiras⁴⁵¹. Em síntese, aponta para uma observação já conhecida de que neste sul-global prepondera mecanismos políticos que potencializam os poderes do Executivo, enfraquecendo o Judiciário e o Legislativo. Comparativamente, nos Estados Unidos, a ampliação dos poderes do executivo, baseada em clientelismo e corrupção, perderia em valorização porque por lá se sugere que “os imensos poderes do Executivo criam nos presidentes a tentação de um governo unilateral - às margens do Congresso e do Judiciário⁴⁵² e, nesta conjuntura, tal efeito político tipificaria um desenvolvimento institucional. Na América Latina, a partir de 1980, constatou-se um processo de consolidação das instituições democráticas, cuja engenharia constitucional - controle e validação - firmava-se no objetivo de ampliar a visão e efetivação da democracia, mas ocorre justamente na virada do neoliberalismo caracterizado como já vimos no Capítulo I, da perda da densidade sindical, abertura da conta do capital e alteração do trade-offs (compensação) entre redistribuição e crescimento, sem descontar a importância do processo de globalização que, na otimização do fenômeno Estado-rede, enfraqueceu a capacidade de integração nacional, provocando a crise de legitimidade. Não obteremos uma resposta mais coerente observando a partir de um único prisma.

Ainda com JZ Benvindo: “O presidencialismo brasileiro, portanto, só pode ser chamado de forte se somarmos a variável da capacidade de estabelecer uma cooperação bem coordenada com o Congresso.”⁴⁵³. Entretanto, com a chegada de Jair Bolsonaro ao Executivo

⁴⁴⁸ BENVINDO, Juliano Zaiden. *The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality*, Oxford, UK, 2022, p. 128. (Tradução nossa)

⁴⁴⁹ CNN BRASIL. **Cármén Lúcia pede explicações ao governo de SP sobre homenagem a expoente da ditadura**. Disponível em: [Cármén Lúcia pede explicações ao governo de SP sobre homenagem a expoente da ditadura | LIVE CNN - YouTube](#). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁵⁰ BENVINDO, Juliano Zaiden. *The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality*, Oxford, UK, 2022, p. 87. (Tradução nossa)

⁴⁵¹ *Ibid.*, pp.87-112.

⁴⁵² LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.125.

⁴⁵³ BENVINDO, Juliano Zaiden. *The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality*, Oxford, UK, 2022, p. 98. (Tradução nossa)

federal, observou-se que o alvo do inconformismo de Jair Bolsonaro estava diretamente relacionado ao STF que já desenvolvia, como em todo o mundo, “uma tendência global de transferência de competências dos ramos eleitos do poder público - executivo e legislativo - para o judiciário⁴⁵⁴. Nisso, o Congresso acomodou-se, como que um espectador fosse das violentas investidas produzidas pelo Executivo contra o Judiciário e, com suporte no estereótipo de Donald Trump, empenhou-se em quebrar o quanto pudesse as normas constitucionais, inaugurando um padrão de ruptura das normas de civilidade política. Interessante observar que o suporte ideológico de Bolsonaro não se limitou às questões econômicas e políticas, indo mais além, chegando até a dimensão cultural. Firmou-se sobre a uma ética construída, sabe-se lá com quais precursores, sobre a Tríade Deus, Pátria, Família indo buscar apoio - e recebendo - dos grupos neopentecostais em ascensão no país. Questões como aborto, descriminalização das drogas, ideologia de gênero e uma imaginada restrição ou vedação a liberdade de culto foi exposta com toda simplicidade e intensidade às pessoas. A performance da constitucionalidade concentrada foi, como todos testemunhamos, a maior das contestações. Estrategicamente, Jair buscava lesar o judiciário que, sem conferir-lhe validação, prosseguiu no curso de suas funções.

Vieram as eleições de 2022. Lula eleito, afloram-se questões relacionadas aos pretendidos golpes à democracia, ao sistema eleitoral mediante provocação de Fake News⁴⁵⁵, corrupção envolvendo a representação militar⁴⁵⁷ e, no prosseguir das investigações, parece correto dizer que “ estamos” - ontem e agora - no olho do furacão.

Essa estudada fragmentação política vem sendo nutrida por fatores “pré-institucionais”⁴⁵⁸. “As instituições funcionam à sombra do poder não institucional”⁴⁵⁹, revestindo-se de “ múltiplas negociações e troca de favores particularizados⁴⁶⁰, sendo que “as

⁴⁵⁴ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023, p.57.

⁴⁵⁵ JORNAL DA NOITE BAND. **Bolsonaro admite ter enviado mensagem atacando o sistema eleitoral**. disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=d5X9qMU6Ecw_ Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁵⁶ UOL. **Bolsonaro admite mensagem contra o STF para empresário dono da Tecnisa: 'Mandei, qual o problema?'**. Disponível em: [Bolsonaro admite mensagem contra o STF para empresário dono da Tecnisa: 'Mandei, qual o problema?' - YouTube](https://www.youtube.com/watch?v=d5X9qMU6Ecw_). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁵⁷ G1 – GLOBO. **Entenda a “Operação Lucas 12:2” e saiba quem são os envolvidos no suposto esquema de venda de joias**. Disponível em: [.Entenda a “Operação Lucas 12:2” e saiba quem são os envolvidos no suposto esquema de venda de joias | Política | Valor Econômico \(globo.com\)](https://g1.globo.com/politica/valor-economico/noticia/2023/10/02/entenda-a-operacao-lucas-12-2-e-saiba-quem-sao-os-envolvidos-no-suposto-esquema-de-venda-de-joias-politica-valor-economico-globo-com.ghtml). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁵⁸ BENVINDO, Juliano Zaiden & ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das cortes supremas. São Paulo, 2018. 65 p, citando Adam Przeworski em *Capitalism, Development, and Democracy*., 2004, p. 528.

⁴⁵⁹ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.184.

⁴⁶⁰ BENVINDO, Juliano Zaiden; ACUNHA, Fernando José Gonçalves. O papel da política na atuação das Cortes Supremas: uma comparação entre Brasil e México. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 57-79, abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002018000100057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 set.2023, p.69.

formas tendem a se institucionalizar”⁴⁶¹. Isso parece ser mais oportuno no sistema democrático presidencialista, podendo como no efeito bumerangue⁴⁶², fortalecer ou enfraquecer a governança. Ainda assim, “a própria fragmentação do sistema político aumenta significativamente a necessidade de negociar e construir coalizões no Congresso - presidencialismo de coalizão -. Ignorar tal premissa pode custar ao governante, em última instância política, o seu impeachment. Estímulos que no momento político pós Dilma Rousseff (2016), à vista da crise econômica, elevado índice de desemprego provocando a indução do trabalho informal com “salários de pobreza”⁴⁶³, em todo esse contexto surge o discurso bolsonarista de protesto DENTRO DAS QUATRO LINHAS DA CONSTITUIÇÃO, e é acolhido por eleitores em protesto. “Ele trouxe para casa, porém, uma mensagem poderosa: ele era o símbolo da antipolítica e mais especificamente, personificava o chamado ‘antipetismo’, que, em meio ao impeachment de Dilma Rousseff e a ‘Operação Lava-Jato’, foi difundido no país⁴⁶⁴ - Não esqueçamos: esse tipo de notícia influencia sobremaneira a mente do eleitorado⁴⁶⁵⁴⁶⁶. Ele foi estratégico e com sucesso no uso das redes sociais para atacar os apoiadores do PT motivando intensa rejeição pública.

Robert A. Dahl, inaugura importantes considerações sobre instituições políticas e representativas, perguntando se a democracia se condensaria em esperanças utópicas pelo impossível⁴⁶⁷ e, ancorando-se no *desenvolvimento humano*⁴⁶⁸ como uma das consequências desejáveis peculiares da democracia⁴⁶⁹, expõe a importância da engrenagem argumentativa, sem a qual a coesão autoritária imperaria: - vantagem da democracia como sistema de governo - “Em toda a história registrada, incluindo este nosso tempo, líderes movidos por megalomania, paranoia, interesse pessoal, ideologia, nacionalismo, fé religiosa, convicções de superioridade inata, pura emoção ou simples impulso exploraram as excepcionais capacidade de coerção e violência do Estado para atender a seus próprios fins. Os custos humanos do governo despótico rivalizam com os custos da doença, da fome e da Guerra.”⁴⁷⁰. Dessa afirmação, manifesta-se a importância das análises que causam fadiga - mas não se

⁴⁶¹ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 75. (Tradução nossa)

⁴⁶² LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.79.

⁴⁶³ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 7.

⁴⁶⁴ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil**. Oxford, 2023, p. 96 (Tradução nossa).

⁴⁶⁵ CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p. 27.

⁴⁶⁶ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.39. (Tradução nossa)

⁴⁶⁷ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016p,54.

⁴⁶⁸ “Ao nascer, a maioria dos seres humanos possui o potencial para desenvolver essas características. Esse desenvolvimento depende de inúmeras circunstâncias, entre as quais a natureza do sistema político em que vive a pessoa. Apenas sistemas democráticos proporcionam as condições sobre as quais as características mencionadas têm probabilidade de se desenvolver plenamente. Todos os outros regimes REDUZEM, em geral drasticamente, o campo em que os adultos podem agir para proteger seus próprios interesses, levar em conta os interesses dos outros, assumir a responsabilidade por decisões importantes e empenhar-se livremente com outros na busca pela melhor decisão.”. DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.69.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p.58.

⁴⁷⁰ *Ibid.*, p.59.

exaurem - acerca do Estado democrático de direito, logo, investigando a democracia como um sistema de direitos⁴⁷¹. Direitos que precisam ser codificados, adquirindo corporificação. Vistos como regras, maleáveis ao sabor das mudanças. As pessoas mudam, as regras também mudam. Ricker, em afirmação precisa, diz que as instituições não são mais do que regras⁴⁷².

As regras prescritas constitucionalmente são plenamente necessárias para que ocorra a efetivação democrática e exigir o seu cumprimento nada mais é do que o reflexo do sujeito munido de uma cidadania substancial - “ [...] Não mais podemos validamente pretender transferir nossos problemas para os textos” [...]“o direito constitucional é vida - ou é vida ou não é nada!⁴⁷³. A imprescindibilidade do cumprimento destas disposições normativas são as condições que possibilitam a conservação da estabilidade institucional democrática.

Essa estabilidade institucional democrática, para ser alcançada, dentre outros fatores, como desenvolvimento econômico e economia de mercado⁴⁷⁴, deve estar profundamente instalada na convicção e cultura política-cidadã abraçando a democracia como bem relevante e desejável⁴⁷⁵. Porém, devemos com coerência considerar que, isoladamente, a convicção de que a democracia satisfaz os nossos anseios sem a devida prestação do bem-estar social e a satisfação dos critérios como os demais critérios, por exemplo, a favor da autodeterminação, autonomia moral, igualdade política, a busca pela paz, prosperidade material, poderá, indubitavelmente, conhecer sua ruína⁴⁷⁶.

A “plena inclusão” é incremento novo na teoria e prática institucional democrática⁴⁷⁷. As instituições recebem a denominação de representativas porque manifestam - ou deveriam manifestar - os interesses daqueles que lhe conseguem legitimidade representativa, sendo que somente a inclusão dos excluídos permite a real representação. John Stuart Mill, 1861 - em relação aos interesses dos trabalhadores: “Será que o Parlamento ou qualquer um de seus membros por algum momento terá examinado alguma questão *com os olhos de um trabalhador?* Quando surge um assunto em que os trabalhadores tenham interesse, será examinado com os olhos outros que não os dos empregadores do trabalho?”⁴⁷⁸. Como já fizemos referência acima os jovens não acreditam ser essencial viver em uma democracia e já

⁴⁷¹ *Ibid.*, p.61.

⁴⁷² “No fim, portanto, as instituições não são mais do que regras e as próprias regras são produto de decisões sociais. Consequentemente, as regras também não estão em equilíbrio - imutabilidade -. Pode-se esperar que os perdedores de uma série de decisões sobre um determinado conjunto de regras tentarão (muitas vezes com sucesso) mudar as instituições e, portanto, o tipo de decisões produzidas sob elas.” (Tradução nossa). PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p. 135.

⁴⁷³ CARVALHO NETTO, Menelick de; SCOTTI, Guilherme. **Os direitos fundamentais e a (in)certeza do Direito**: a produtividade das tensões principiológicas e a superação do sistema de regras. Belo Horizonte : Fórum, 2020. pp 27-29 p.

⁴⁷⁴ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.175.

⁴⁷⁵ *Ibid.*, pp. 64;163.

⁴⁷⁶ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, pp. 30-69.

⁴⁷⁷ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.103.

⁴⁷⁸ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, pp. 91-92.

preferem governos autoritários (veja p. 52, 69). Simultaneamente provam na sua curta existência os frutos da desordem econômica neoliberal, da crescente cultura racista, xenófoba, antissemita, bem como dos reflexos da hostil política migratória. Observando os impactos resultantes em que as dimensões em que as crises podem estar desenvolvidas, constatamos que são “pessoas nominalmente livres, mas efetivamente privadas dos direitos democráticos”⁴⁷⁹.

Qual a importância da preservação do regime democrático na configuração atual para esses desesperançados e desesperados jovens?

Manuel Castells, um dos nossos escolhidos referenciais teóricos para nos acompanhar na construção analítica das variáveis atinentes à crise de legitimidade, expõe a situação desse grupo tão especial: os jovens e, com um exemplo incisivo, mostra-nos os mecanismos utilizados pelo Estado Islâmico que explora as agruras dos jovens muçulmanos⁴⁸⁰, corrompendo-lhes a representatividade. Percebamos que os atores políticos extremistas autocráticos deste Ocidente igualmente lhes oferecem acolhimento e prometem uma resposta satisfatória e imediata que venham a preencher o vazio proporcional ao tamanho da identidade negada, mas, quando nos dedicamos a analisar suas reais pretensões, começam a serem expostas a crua realidade discriminatória e a hipocrisia política da democracia liberal vigente.

Porventura, não seria mais eficiente operacionalizar a reconstrução democrática e incrementar-lhe os seus atributos essenciais que permitissem sua conservação? Agora nos aproximamos realmente de Levitsky e Ziblatt: “A cura para os males da democracia é mais democracia.”⁴⁸¹

Igualmente estamos convictos que a estabilidade e continuidade da democracia está dependendo das ações políticas práticas hoje verdadeiramente assumidas. Ignorar as consequências dessas crises pode implicar acionamento de mecanismos sociopolíticos que desencadearão uma conjuntura crítica a jusante (downstreams) revelando a ocorrência de mecanismos de reprodução⁴⁸².

Retornando ao iminente processo de escolha política na Argentina em meio a uma prolongada crise econômica, com elevado nível de desemprego, desenfreada inflação e já se multiplicam os saques aos supermercados e outros problemas de cunho social. Em meio a essa turbulência surge Javier Milei, o autoproclamado libertário que, pretende extinguir o banco central argentino, extinguir a casta política ... um outsider de protesto da extrema-direita. Como resposta imediata a crise que se encaminha para o desgoverno total, o atual

⁴⁷⁹ *Ibid.*, p.92.

⁴⁸⁰ CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro, 2018, pp. 33-36.

⁴⁸¹ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.56.

⁴⁸² PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, pp. 53, 55, 65, 67. (Tradução nossa)

presidente argentino anunciou uma série de benefícios à população⁴⁸³, e buscando alternativas na comunidade do Mercosul como o Brasil que celebrou acordo comercial minorando-lhe o sufoco⁴⁸⁴.

Dahl afirma: “Atingir a estabilidade democrática não é simplesmente navegar no mar sem ondas; às vezes, significa enfrentar um clima enlouquecido e perigoso - Brasil (2019/2022) [...]. Durante uma crise severa e prolongada, aumentam as chances de que a democracia seja derrubada por líderes autoritários, que prometem encerrar os problemas com métodos ditatoriais rigorosos.”⁴⁸⁵. Consideremos que, nas eleições, momento em que as emoções fluem, Przeworski⁴⁸⁶ afirma de que existem provas que nos possibilitam acreditar que o medo “[...] mais do que a experiência real, motiva atitudes de direita radical.[...] mencionando Kates e Tucker aproveitam: “[...] “só o pessimismo sobre o futuro financeiro está positivamente relacionado à identificação ideológica com a extrema- direita.” [...] “dificuldades econômicas deixam as pessoas menos propensas a votar, quando o fazem, elas tendem a escolher partidos populistas⁴⁸⁷.

E se os partidos tradicionais não firmarem compromisso compartilhado acima do imediato interesse partidário e favorável exclusivamente à preservação da democracia - como na forma já ocorrida em outros momentos em que se requereu a projeção desse tipo de decisão⁴⁸⁸ - e, considerando, ainda, o estado de estase econômica argentina e, não havendo decisiva e urgente resposta do governo para saná-la ou, fazer com que a população perceba o empreendimento dos esforços reais deste governo para o enfrentamento e resolução dessas crises, as tendências probabilísticas, indicam que no próximo novembro de 2023, o mundo terá que reconhecer Javier Gerardo Milei como presidente da Argentina.

O inconformismo do eleitorado conduzirá um candidato populista de extrema-direita ao poder em mais uma eleição movida por hormônios ou psicoses⁴⁸⁹. Que não seja confirmada nossa previsão.

⁴⁸³ CNN BRASIL. **Em meio à crise, Argentina anuncia série de benefícios à população**. Disponível em:

[Em meio à crise, Argentina anuncia série de benefícios à população | CNN NOVO DIA - YouTube](#). Acesso em: 01 out. 2023.

⁴⁸⁴ CNN BRASIL. **Brasil e Argentina fecham acordo de até US\$ 600 milhões**. Disponível em: [Brasil e Argentina fecham acordo de até US\\$ 600 milhões | CNN PRIME TIME - YouTube](#). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁸⁵ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.173.

⁴⁸⁶ PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p.155.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p.154.

⁴⁸⁸ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.72.

⁴⁸⁹ ⁴⁸⁹ “Na estruturação de arranjos institucionais, os atores podem ser motivados mais por concepções do que acreditam ser apropriado do que por concepções do que seria eficaz. [...] Nota 6. “É importante ter clareza sobre o que se entende por ação não instrumental em seu contexto. Em um comentário sobre uma versão anterior deste capítulo, Miller (2000, p. 557) observou que as observações empíricas mais importantes (sobre instituições políticas) podem ser explicadas sem recorrer a comportamentos psicóticos, neuróticos ou normais dirigidos por hormônios que não é o resultado de cálculos de nosso próprio interesse”. Esta é uma série descaracterização de uma extensa e sofisticada literatura enfatizando como os processos sociais podem dar origem a um entendimento dominante sobre o que “faz sentido” para os atores fazerem em determinados cenários - hormônios ou psicoses.”

Tal evento não será mais do que o reflexo/efeito de tensões criadas pelo desacordo entre o desenvolvimento humano historicamente construído com a velha elite oligárquica, autocrática e sua agora chamada tecnocracia⁴⁹⁰, resistindo em intencionar as revoluções preservacionistas de seu status quo?

Continuemos com Robert Dahl⁴⁹¹, que nos faz perceber que uma das condições essenciais para a democracia está no controle dos militares e da polícia por funcionários eleitos. No fluxo investigativo CPMI - Atos antidemocráticos (08/01/2023), a cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal-DF detida⁴⁹² e integrantes do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) também estão sendo indicados como golpistas⁴⁹³. Pretende-se, via governamental, despolitizar as forças de segurança nacional, propondo-se a proibição da ocupação de cargos políticos por militares que estejam na ativa⁴⁹⁴ - uma forma de coibir o proselitismo antes a formação de grupos *partisans* passíveis de subverter a estabilidade e a ordem pública⁴⁹⁵.

Concorrente a esses fatos, importantíssimos para a configuração analítica democrática, Jair Bolsonaro publica seu voluntário ataque ao sistema eleitoral, quando em mensagem telemática recomenda a um empresário correligionário o “repasso ao máximo” de *fake news* objetivando disseminar a desconfiança pública pelo pleito eleitoral de 2022 – a mais odiosa das estratégias antidemocráticas -. Por si, declarou: “Mandei, qual o problema?”⁴⁹⁶. Afinal, o que significava para Bolsonaro o agir “dentro das quatro linhas da Constituição”? Em 28/08/2023 o Governador do Estado de Minas Gerais conferiu a Bolsonaro o título de cidadão de Minas Gerais sem antes fazer declaração secessionista sobre frente Sul-Sudeste contra Norte-Nordeste⁴⁹⁷. São os registros demonstrativos e exemplificativos – e que aqui não se esgotam - do quanto as instituições foram atingidas pela influência de um governo extremista em um brevíssimo lapso temporal.

– sublinhei. (Tradução nossa). PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.110.

⁴⁹⁰ BENVINDO, Juliano Zaiden. **The Rule of Law in Brazil: The Legal Construction of Inequality**, Oxford, UK, 2022, p. 72. (Tradução nossa)

⁴⁹¹ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.163.

⁴⁹² UOL. **Comandante da PM do DF é preso pela PF sob suspeita de omissão no 8/1; operação mira cúpula**. Disponível em:

[Comandante da PM do DF é preso pela PF sob suspeita de omissão no 8/1; operação mira cúpula - YouTube](#). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁹³ CNN BRASIL. **Gonçalves Dias, ex-ministro do GSI, pode ser preso?** Disponível em:

[Gonçalves Dias, ex-ministro do GSI, pode ser preso? | CNN ARENA - YouTube](#). Acesso em 02 out. 2023.

⁴⁹⁴ UOL. **Governo finaliza proposta para proibir militar em cargo político e diz mirar neutralidade das Forças**. disponível em:

[Governo finaliza proposta para proibir militar em cargo político e diz mirar neutralidade das Forças - YouTube](#). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁹⁵ DAHL, Robert A. **Sobre a democracia** -. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2016, p.101.

⁴⁹⁶ CNN BRASIL. **Bolsonaro sobre mensagem enviada a empresário contra STF: Mandei, qual o problema?** Disponível em:

[Bolsonaro sobre mensagem enviada a empresário contra STF: Mandei, qual o problema? | LIVE CNN - YouTube](#). Acesso em: 02 out. 2023.

⁴⁹⁷UOL. **Em entrevista, Zema defende frente Sul-Sudeste contra o Nordeste**. Disponível em: [Em entrevista, Zema defende frente Sul-Sudeste contra o Nordeste \(uol.com.br\)](#). Acesso em: 02 out. 2023.

Comunicamos acima que os métodos antidemocráticos que buscam primariamente promover a quebra do establishment⁴⁹⁸ podem ser evitados através da efetivação de filtros e ações conjuntas que possuam a capacidade de embarçar e afastar o empreendimento dos outsiders.

Levitsky e Ziblatt aconselham os atores políticos ao perceberem as ingerências dos autocratas, devem, como guardiões da democracia, resisti-los categoricamente, mesmo que para alcançar solidamente tal desiderato seja necessário fazer alianças inimagináveis outrora, pois “perder a democracia é pior do que perder uma eleição”⁴⁹⁹. Citam-se dois exemplos: 1 - “Em 2016, os conservadores austríacos apoiaram o candidato do Partido Verde, Alexander Van der Bellen, para impedir a eleição do radical de extrema direita Norbert Hofer. 2 - E, em 2017, o candidato conservador derrotado François Fillon convocou seus partidários a votar no candidato de centro-esquerda Emmanuel Macron, visando manter a candidata de extrema direita, Marine Le Pen, fora do poder. Em ambos os casos, políticos de direita endossaram rivais ideológicos - irritando grande parte da base do seu partido, mas redirecionando o número substanciais da sua votação para manter extremistas longe do poder.”. Foi o compartilhamento de uma ação institucional que, dentro de uma perturbadora conjuntura, revelou-se totalmente necessária e coerente. Colocaram os interesses do país à frente do imediato interesse partidário, pois foram além da configuração presentânea do jogo político, deixaram-se ir além, numa temporalidade conjuntural que se almeja perpétua por ser benigna ao interesse geral e agindo assim, fizeram-se estadistas. Bismarck disse: “um estadista é um político que pensa em seus netos”⁵⁰⁰. Por ocasião das eleições norte-americanas (2016), vários republicanos preferiram Hillary Clinton⁵⁰¹.

Nancy Bermeo elenca cinco formas com “capacidade de se distanciar “os portadores de comportamentos extremistas: (2003) “capacidade de se distanciar” - estratégias de distanciamento: 1 - manter autoritários em potencial fora das chapas eleitorais em época de eleição; 2 - Os partidos podem erradicar extremistas nas bases de suas fileiras - e cita-se como exemplo: O Partido Moderado sueco (na época, chamado Liga Eleitoral Geral) durante o perigoso período entreguerras. O grupo da Juventude da Liga (uma organização de ativistas em idade de votar), chamado Organização da Juventude Nacionalista Sueca, radicalizou-se

⁴⁹⁸ “Para ter liberdade total de implementar suas políticas, o Executivo precisará dismantlar as restrições institucionais advindas do sistema de separação de poderes, o Legislativo e os Tribunais.”. PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro, 2020, p. 17.

⁴⁹⁹ LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.72.

⁵⁰⁰ PIERSON, Paul. **Politics in Time: History, Institutions, and Social Analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2011, p.42. (Tradução nossa)

⁵⁰¹ 1 – “Está na hora ... de pôr o país à frente do partido e votar na secretária Clinton. Trump é perigoso demais e desqualificado demais para ocupar o cargo mais lato da nação.” LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.72.

2 – “Isso é coisa séria e eu não vou desperdiçar meu voto em um candidato de protesto. Como o futuro do país pode depender de impedir Donald Trump de se tornar presidente, eu estou com ela (Clinton) neste novembro e insto os republicanos a se juntarem a mim.”. LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.72.

cada vez mais a partir dos anos 1930, criticando a democracia parlamentar apoiando Hitler abertamente e até mesmo criando grupos de assalto. A Liga respondeu em 1933, expulsando a organização. A perda de 25 mil membros pode ter custado votos ao partido nas eleições municipais de 1934, mas a estratégia de distanciamento reduziu a influência das forças antidemocráticas no maior partido de centro-direita da Suécia.”. 3 - Partidos pró-democráticos podem evitar toda e qualquer aliança com partidos e candidatos antidemocráticos. [...] Essas alianças, porém, podem ter consequências devastadoras no longo prazo – elimina-se a afinidade com os extremistas; 4 - partidos pró-democráticos podem atuar para isolar sistematicamente extremistas, em vez de legitimá-los. Isso exige que os políticos evitem atos - como os comícios conjuntos dos conservadores alemães com Hitler no começo dos anos 1930 ou o discurso de Caldera simpatizando com Cháves - que ajudem a “normalizar” ou propiciar respeitabilidade pública a figuras autoritárias; e, 5 – Sempre que extremistas emergem como sérios competidores eleitorais, os partidos predominantes devem forjar uma única frente para derrotá-los - [...] devem estar dispostos a “juntar-se com oponentes ideologicamente distantes, mas comprometidos com a ordem política democráticas. [...] e “explicar claramente aos eleitores o que está em jogo.”⁵⁰² .

Preferimos trazer essas recomendações para o corpo desta dissertação devido ao grau de importância que elas carregam e devem ser criteriosamente veneradas para os momentos em que escrever o futuro depende dos atos de agora.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 34.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciarmos a pesquisa estávamos ainda envoltos no desfazimento das sentenças proferidas pela Lava-Jato, no que parecia ser uma versão latino-americana da operação Mãos Limpas ocorrida na Itália (1992). Por aqui, dizia-se que os procedimentos não foram observados, mantendo-se as iniciais denúncias e requerimentos dos procuradores da república. Os que estavam presos conquistavam sua liberdade por ordens proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Anterior a isso, a apuração da Ação Penal 470 (mensalão) não minimizava o seu impacto na mente das pessoas. Reconheçamos que havia muita matéria desfavorável à esquerda partidária e que poderia ser utilizada sobremaneira por seus oponentes como mecanismo da política de escândalo (70, 117). Na continuidade da governança exercida pelo Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff sofre o impeachment e Michel Temer, seu vice, assume a presidência do Brasil (2016/2018). Em meio a isso, Jair Bolsonaro, o representante da configurada extrema-direita, surge como o candidato de protesto (177, 112, 139), absoluto na interpretação da tríade DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA. Tornou-se presidente e considerando sua parcimoniosa atuação como deputado federal durante quase três décadas, bem ainda assomado a utilização de uma oratória nutrida pela beligerância acerca de qualquer assunto, fez-nos indagar qual seria o motivo (ou motivos) do eleitorado ter optado por Jair Bolsonaro.

Em cena contínua, durante o seu governo (2019/2022), Jair Bolsonaro nos fazia silenciar e observar o seu comportamento que se ampliou na utilização do discurso populista, resolutamente projetado à quebra das normas constitucionais, ataques incessantes às instituições e em especial ao STF e, bem ainda, à proposta explícita em promover a quebra do status quo. Ao final de suas curtas e sempre unilaterais análises, dizia que agiria “dentro das quatro linhas da constituição”.

Era tão presente e explícita a oratória agressiva de Bolsonaro que colocava a população em um ambiente de sobressaltos com a indagativa de qual seria a perturbação do dia – ou do turno do dia -. Mas esses fatos foram exaustivamente investigados no curso dessa pesquisa.

Utilizando o critério comparativo-descritivo sobre crises e suas consequências em algumas democracias (Alemanha, Chile, França, Estados Unidos), conseguimos insculpir a imagem que representa a vida sócio-política brasileira naquele momento. Com as abordagens sobre as crises nas dimensões econômica, política e cultural, o uso da pós-verdade, e a conduta correlacionada de atores políticos como Donald Trump e Jair Bolsonaro nos foi possível identificarmos algum padrão comportamental que se assemelha, reiteradamente, às trajetórias percorridas pela extrema-direita na busca da satisfação de seus interesses políticos.

Nossas investigações retroagiram a alguns expoentes políticos, também referências dos mesmos recursos discursivos adotados por Bolsonaro, por exemplo Newt Gingrich que “usava adjetivos como se fossem pedras”, [...] empregando deliberadamente uma retórica de exageros. [...]“ as coisas que saíam da boca de Gingrich ... nós nunca (tínhamos ouvido) aquilo antes de

nenhum dos lados. Gingrich ia tão longe em seus exageros que o fator choque paralisou a oposição por alguns anos (122), George Wallace (78, 99) e Donald Trump.

Acima definimos a atuação de Jair Bolsonaro como um acinte à civilidade, e o lançamento da normalização do comportamento sectário, momento em que as instituições, nomeadamente, o STF e qualquer outro adversário político, convertidos em inimigos, foram tidos como ameaça existencial. *Foi a estrada para o inferno político* (84).

Mesmo com a clarividente constatação de que Bolsonaro pretendia trazer à realidade seu projeto autocrático – e até já vivia parte disso -, as instituições democráticas brasileiras sobreviveram. Exemplificamos a firmeza manifesta do STF, hoje reconhecido como “ator-chave da democracia brasileira” (119, 123, 124) -, “Também tem se comportado como um escudo relevante para a democracia ao bloquear ou coibir alguns atos autoritários que ganharam força, especialmente durante a presidência de Bolsonaro.” (141). Dá-se honra a quem honra. Instituições acadêmicas, agremiações empresariais, manifestações de outros países em favor da nossa democracia foram também avisos aos atores da subversão em curso de qual a escolha (trajetória) a ser adotada. Acreditamos que o ímpeto de protesto, hormonal e psicótico (2018) foi vencido pela racionalidade (eleições de 2022). E mesmo amplamente contestadas, as Cortes Brasileiras (STF, TSE) resistiram, *extraindo forças da fraqueza*, superando a grave crise de forma institucional.

Após as análises comparativas dos processos históricos institucionais em curso, hoje estamos conhecendo um pouco mais do poder da retórica populista em suas subjacências propostas em sequenciamentos de autorreforço. Exaustivamente, comunicamos que a base da argumentação populista é antissistêmica, antiinstitucional e fundada na pós-verdade: “Enfrentamos agora uma situação em que uma grande parcela da população vive num espaço epistêmico que abandonou critérios convencionais de demonstração, consistência interna e busca de fatos [...]. Uma marca registrada clara do mundo pós-moderno é que ele autoriza as pessoas a escolherem sua própria realidade, onde fatos e provas objetivas são superados por crenças e preconceitos.” (118).

Por *essas crenças e preconceitos*, algumas decisões coletivas são tomadas de forma totalmente fraudadas em sua constituição. Alimentadas por afirmações discursivas corrompidas e inverídicas como aquelas que sustentam que a imigração (em si) constitui-se um problema para a ordem econômica de um país (63). Existem outras razões que respaldam os verdadeiros impulsos desses argumentos. A intencional exploração do medo, insegurança e pessimismo, reúnem sociotropicamente um grupo e sua expansão podem decidir uma eleição cujo resultado foi consequente a uma escolha despolitizada dirigida por hormônios ou psicoses (117). O uso distorcido da linguagem (com fulcro em mentiras, inexatidões), corrompendo a comunicação de fala completa, qual seja, um momento de racionalidade e liberdade compartilhada.

Essa fraude na formação da opinião pública é sub-reptícia, pois vão acumulando elementos formativos gradualmente. É o mesmo processo observado na desconsolidação das regras constitucionais democráticas, por exemplo, aquela regressão sofrida pela justiça de transição brasileira. Não acontece a jusante, chega em doses medidas, parceladamente.

A verdade negada, em crescimento farto da *fake news*, possibilita, por escolha, inclusive, decidir qual será a sua verdade. Esse acolhido autoengano, apresenta posteriormente sua fatura, sempre indigesta – “Muitas vezes, a perturbação resulta das más informações e da falta de verdades confiáveis e essenciais. Além disso, na ausência de informações adequadas, preenchemos as lacunas com aquilo que mais tememos. O resultado é uma concepção distorcida do problema ... uma perspectiva pessimista, repleta de nossos piores temores” (118, 119). Esses nefastos mecanismos de convencimento corrompidos trazem consigo perigosas mensagens. Mas, quanto a considerar a verdade, internamente relacionada com a realidade, perguntamos: por que evitá-la? por que a fuga? Por que deixar-se (con) vencer pelo engano? O mundo dos protestos das minorias e a conquista das ações contramajoritárias, as ações afirmativas, agora, previsivelmente, desistem da representação da singularidade das pessoas em uma coesão sociotrópica?

Nossas abordagens trouxeram também perspectivas com amparo na neurociência, mostrando que sentimentos como o medo e pessimismo transmutam-se em uma avalanche de descontentamento, à vista das crises experimentadas pelas pessoas, podendo ser interpretadas como reflexos de sua complexa endogenia. [...] “só o pessimismo sobre o futuro financeiro está positivamente relacionado à identificação ideológica com a extrema direita.” (119, 136). Assim, concluímos que a mesma ferramenta usada no discurso populista, imersos em ação estratégica disfarçada, e isso porque se formou mediante a utilização de elementos que exploram o engano inconsciente ou uma comunicação sistematicamente distorcida, emergem como elementos que caracterizam a coletividade colonizada pela extrema-direita.

Como a política populista da direita radical não vislumbra a política na sua função social compartilhada, antes, reconhece-se em estado apocalíptico ou de guerra, sedimenta-se na profunda polarização (44, 52, 85, 94,) alcançando os ambientes mais sensíveis da sociedade (113), podendo aniquilar com qualquer sistema (77). Isso tem o pérfido poder de dividir uma nação.

Por ora, repousamos mais conscientizados da importância da preservação das instituições representativas como um dos componentes da estabilidade democrática constitucional. Diga-se, em repetição incansada, da importância das Cortes Brasileiras – STF, TSE - durante a dura prova que a democracia brasileira experimentou. Sem desconsiderar outras variáveis, como a própria incapacidade de Jair Bolsonaro em gerir o país. Sua desumanidade para com os desafios consequentes à pandemia (covid 19), inexistentes respostas estruturais para conter o desemprego e o abandono das minorias (por exemplo, os povos indígenas), em

detrimento do favorecimento de outros interesses, deteriorado por sua demagogia em declarar, por ato preventivo, o seu agir “*dentro das quatro linhas da Constituição*”.

Saber quais as metodologias a serem usadas numa pesquisa altamente evolutiva com traços centrais globais (a tensão entre capitalismo e democracia) e as peculiaridades locais também se apresentaram já como um problema corporificado. Mas, como diz Paul Pierson, a importância de uma análise social não está restritivamente em diagnosticar o problema, mas saber observar o tempo sincronizado e daí detectar *como* e *quando* se deram as conjunturas críticas que assim são definidas porque desencadeiam um processo de autorreforço, comumente gerador de irreversibilidades. Cremos que acertamos em comparar as democracias em suas lutas pela preservação de seus regimes. E, concomitantemente, levamos em conta os conceitos de crises e suas dimensões – econômica, política, cultural - sua previsibilidade, suas consequências.

O processo de construção desta pesquisa nos permitiu perceber que o rio é muito mais profundo que supunha esse pescador ... há muito a ser conhecido. Essa proposta de Paul Pierson de analisarmos os processos de ciência social com base na Teoria da Escolha Racional e do Institucionalismo Histórico pode alavancar em sensibilidades outras aquilo que só tínhamos conhecido em decorrência da análise conjugada dos fatos passados como meras ilustrações estanques. Perceber o implemento do agir político hoje, com o empenho dos custos iniciais e recursos disponibilizados, pode, seguramente, permitir-nos conhecer sua intenção posterior. Logo, também, é um trato científico preventivo.

Precisamos melhor sedimentar as instituições representativas e, para tanto, nunca desconsiderar – à luz do Movimento 15-M (15 de maio de 2011, Espanha) – que só vale a pena se tiver validação, concordância e vinculação plúrima definida como legitimidade. Impõe-se, por natureza, a legitimidade plena, plena de inclusão a fim de que a sociedade não esteja mais submissa às reverberações de propostas políticas ocas. Urgencia-se no Brasil a ressignificação da política de normas não escritas em que haja prestígio e discipulado aos procedimentos comprometidos com *o fino tecido da convenção* (81). Acreditamos mesmo que são exemplos de mecanismos que permitem a conservação da estabilidade democrática, afinal, a democracia é fenômeno estranho aos brasileiros, por isso não se lançam em acolhê-la integralmente, correndo os riscos que defluem dessa decisão; às espreitas, concedem-lhe migalhas experimentais numa relação saturada pela desconfiança.

Agora, lemos A. W. Tozer (This World: playground or battleground?): “É estranho como um fato pode permanecer inalterado, ao passo que a nossa interpretação do mesmo se altera com o passar das gerações e dos anos [...] O mundo é para todos nós não apenas o que ele é - *ele é o que cremos ele ser*.”. Isso fica bem próximo de um dos problemas expostos por Eric. J. Hobsbawn: “[...] o problema de como a perspectiva de alguém sobre o passado pode mudar à medida que a história avança” (113). Sem perder essa questão analítica da

ressignificação que ocorre acerca de um mesmo fato na sequência de uma temporalidade, duas citações de Paul Pierson traz construção a essa propositura: (Alexander Went, 1999, p. 331) quando discorre sobre identidade e interesses: “As ideias são frequentemente compartilhadas com outros atores sociais de maneiras que criam efeitos de rede e expectativas adaptativas.” E, com Karl Mannheim – um estudo sobre gerações -: “É de considerável importância para a formação da consciência que experiências fazem essas ‘primeiras impressões’ importantíssimas ... Às primeiras impressões tendem a se aglutinar em uma visão natural. Todas as experiências posteriores tendem, então, a receber seu significado desse estado original, quer apareçam como verificação e realização desse conjunto ou como sua negação e antítese”.

O que construímos agora é resultado do conhecimento já catalogado que um dia se manifestou em uma brecha instantânea exposta quando se dava uma atividade cognitiva e chamamos aquela novidade como *insight*. Como Przeworski comentou, a democracia é uma minúscula partícula da história humana, recente e ainda rara. Talvez o que mais nos tocou em todo esse projeto dissertativo tenha sido a declaração de Robert A. Dahal de que a *plena inclusão* é coisa mais rara ainda, no aperfeiçoamento do conceito atual de democracia. Os pais do constitucionalismo democrático não admitiam essa possibilidade, relativizando-a como uma igualdade intrínseca que já escandaliza qualquer aluno no primeiro semestre do Curso de Direito. E nessa construção contínua daquilo que é melhor para nós e para a (o) leitora (or), em termos de boa convivência e realizações, seguimos juntos, almejando responder o problema exposto no parágrafo anterior cômicos de que a simples disposição em trilhar essa busca conscientiza e propaga os fundamentos de uma sociedade estável.

ANEXO A – PARECER TÉCNICO Nº 128/2023-COEXP/CGMAC/DILIC. NÚMERO DO PROCESSO: 02001.013852/2023-87
 ([parecer-coexp-fza-59.pdf \(www.gov.br\)](#))

**INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
 RENOVÁVEIS COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE EXPLORAÇÃO DE
 PETRÓLEO E GÁS OFFSHORE**

Praça XV Novembro, 42, 11º andar - Rio de Janeiro - CEP 20.010-010

Parecer Técnico nº 128/2023-Coexp/CGMac/Dilic

Número do Processo: 02001.013852/2023-87

Empreendimento: Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59, Bacia do Foz do Amazonas.

Interessado: PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A

Assunto/Resumo: Análise dos documentos "Atendimento complementar ao Parecer Técnico nº31/2023 - Modelagem de óleo", "Resposta às considerações apresentadas no Parecer Técnico nº 31/2023 referente à AAAS" e "Atendimento ao Parecer Técnico nº 73/2023".

Ementa: Este Parecer Técnico analisa os documentos "Atendimento complementar ao Parecer Técnico nº31/2023 - Modelagem de óleo", "Resposta às considerações apresentadas no Parecer Técnico nº 31/2023 referente à AAAS" e "Atendimento ao Parecer Técnico nº 73/2023", e conclui que permanecem inconsistências no estudo ambiental e sugere o indeferimento da licença ambiental e o arquivamento deste processo de licenciamento ambiental.

I – INTRODUÇÃO

Este Parecer Técnico tem como objetivo analisar os documentos "Atendimento complementar ao Parecer Técnico nº31/2023 - Modelagem de óleo", encaminhado pela carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0047/2023 (14968037), "Resposta às considerações apresentadas no Parecer Técnico nº 31/2023 referente à AAAS", encaminhado pela carta SMS/LCA 0002/2023 (SEI 15244177) e "Atendimento ao Parecer Técnico nº 73/2023-COEXP/CGMAC/DILIC", encaminhado pela carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0079/2023 (SEI 15238691).

II - HISTÓRICO RESUMIDO DO PROCESSO ATÉ A MUDANÇA DE TITULARIDADE

O processo de licenciamento ambiental do Bloco FZA-M-59 foi iniciado em 04/04/2014, com o protocolo da Ficha de Caracterização da Atividade (FCA) pela BP Energy do Brasil Ltda., empresa originalmente operadora do Bloco.

O Termo de Referência para elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) foi emitido em agosto de 2014, com o protocolo do estudo em março de 2015, acompanhado do requerimento de emissão de Licença de Operação (LO).

O diagnóstico ambiental do referido EIA fora realizado no âmbito dos processos referentes ao Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas (02022.000967/2014-72) e Projeto de Caracterização Ambiental (Baseline) da Margem Equatorial Brasileira, considerando a Bacia da Foz do Amazonas (02022.0011025/2014-10). Os Pareceres Técnicos nº 687/2015 (SEI 3690967), 60/2017 (SEI 0655748), 72/2018 (SEI 2354801) e 231/2018 (3940560) consideraram satisfatórias as informações apresentadas para fins de avaliação dos impactos ambientais previstos para o referido empreendimento.

4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico

https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 2/22

O RIMA da atividade foi analisado e considerado apto para distribuição às partes interessadas por meio dos Pareceres Técnicos nº 12/2017 (SEI 0056275) e 27/2017 (SEI 0252735).

As Audiências Públicas para discussão do presente processo de licenciamento ambiental foram realizadas em Belém (PA), Oiapoque (AP) e Macapá (AP) nos dias 9, 11 e 13 de novembro de 2017, respectivamente. Os registros e documentação referente às audiências e outras formas de oitiva estão documentadas no processo, das quais destacamos a Ata da Audiência Pública de Belém (SEI 1196915), a Ata da Audiência

Pública de Oiapoque (SEI 1197077) e a Ata da Audiência Pública de Macapá (SEI 1197195). O EIA da atividade foi analisado por meio dos Pareceres Técnicos nº 106/2017 (SEI 1128781), 176/2018 e (SEI 3282273), 11/2019 (SEI 4149195) e 267/2019 (SEI 6568619). Este último parecer registrou que a falta de definição da estrutura de atendimento à fauna, da unidade de perfuração e das embarcações de apoio que seriam utilizadas para realização da Avaliação Pré-Operacional (APO) e aprovação do Plano de Emergência Individual (PEI) inviabilizavam a emissão de uma Licença de Operação.

O Ofício n.º 76/2020 (SEI 7403917) estabeleceu, em 14/04/2020, o prazo de 60 dias para que a empresa responsável pelo processo de licenciamento, a BP Energy do Brasil, apresentasse os esclarecimentos e informações necessários ao prosseguimento da análise técnica que subsidiaria a decisão do IBAMA quanto à emissão da licença ambiental para a Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59. Em 09/06/2020, em reunião realizada com o IBAMA, a BP sinalizou que realizaria a transferência da titularidade do contrato de concessão relativo ao Bloco FZA-M-59 junto à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme Memória de Reunião nº 23/2020 (SEI 7748719). Neste sentido, o IBAMA foi informado que os direitos de exploração da atividade objeto do presente processo seriam transferidos a outro empreendedor.

Em 30/07/2020, foi realizada reunião entre a BP, IBAMA e Petrobras, esta última apresentada ao IBAMA como adquirente dos direitos exploratórios do bloco FZA-M-59 junto à ANP. Nesta ocasião, foi delineado o processo de transferência de titularidade do processo de licenciamento ambiental, nos termos da Memória de Reunião nº 31/2020-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 8135062).

Em paralelo ao processo de transferência de direitos exploratórios, a empresa BP deu andamento à implementação das obras de construção do Centro de Tratamento e Reabilitação de Animais Silvestres (CETRAS), tendo a Carta bp-BRA-HSE-005-2021, de 17/02/2021 (SEI 9325794), informado a sua conclusão.

III - HISTÓRICO DO PROCESSO APÓS A MUDANÇA DE TITULARIDADE

Em 21/12/2020, a Petrobras informou, através da Carta EXP/AEXP 0026/2020 (SEI 9009873), que foram concluídos os trâmites de transferência de direitos exploratórios em seu favor.

Em 11/02/2021, a Petrobras apresentou, através da Carta EXP/AEXP 0003/2021 (SEI 9316962), o documento “Atualização do processo de licenciamento após transferência da operação no Bloco FZA-M59”. Em 29/03/2021, a Petrobras, através da Carta EXP/AEXP 0014/2021 (SEI 9622512), solicitou que o processo de licenciamento ambiental do Bloco FZA-59 fosse segmentado em duas etapas, sendo a primeira concluída a partir da emissão de uma Licença Prévia (LP), com base nas informações disponíveis e aprovadas no processo até o momento. O escopo dessa LP, por sua vez, estabeleceria condições para emissão da Licença de Operação (LO), que autorizaria a realização da atividade de perfuração. A proposta da Petrobras foi apresentada ao IBAMA em reunião realizada em 02/04/2021, registrada na Memória de Reunião 5 (SEI 9593672).

Em 14/06/2021, o Parecer Técnico nº 159/2021-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 10089607), encaminhado à DILIC/IBAMA pelos despachos nº 10104566/2021-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 10104566) e nº 10167523/2021-CGMAC/DILIC (SEI 10167523), concluiu que as particularidades do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas, são aptas a justificar, em tese, a proposta de segregação do processo em duas etapas e emissão de uma Licença Prévia.

Em 15/06/2021, a DILIC através do Ofício nº 66/2021/CGMAC/DILIC (SEI 10167587), realizou uma consulta à PFE/IBAMA para avaliação de eventual impedimento legal para emissão da Licença Prévia em momento anterior à Licença de Operação para Atividade de Perfuração Marítima no Bloco FZA-M-59.

4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico
https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 3/22

Em 17/08/2021, A PFE respondeu à consulta, através do Despacho de Aprov. n. 00711/2021 (SEI 10638417), indicando que há óbice jurídico no reconhecimento de viabilidade ambiental de empreendimento de perfuração marítima se há manifestação técnica em sentido contrário, com a informação de que não houve prévio cumprimento dos requisitos exigidos pela Resolução CONAMA 398/03. Neste sentido, a CGMAC compreende que há necessidade de observação do rito estabelecido pela Portaria MMA nº 422/2011.

Em 16/09/2021, a Petrobras protocolou, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0162/2021 (SEI nº 10867165), cronograma atualizado para a implementação das ações necessárias para atendimento aos requisitos do processo, prevendo realizar a Avaliação Pré-Operacional (APO) em agosto de 2022.

Em 15/12/2021, a Petrobras, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0228/2021 (SEI 11551060),

atualizou o andamento dos processos de contratação necessários à preparação para a Avaliação Pré-operacional (APO), apresentando estimativas quanto às contratações previstas com a indicação da respectiva situação, incluindo aquelas relativas aos projetos ambientais, necessários ao atendimento dos requisitos e dos compromissos estabelecidos no licenciamento ambiental.

Em 22/12/2021, a Memória de Reunião nº 46/2021-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 11596568) registrou reunião entre representantes do IBAMA e Petrobras para tratar do presente processo de licenciamento ambiental, tratando especialmente de tratativas para realização da Avaliação Pré-Operacional (APO), do processo de contratação junto à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) da base de reabilitação de fauna construída pela BP, dos possíveis impactos transfronteiriços do empreendimento e das diretrizes relativas à gestão de fluidos e cascalhos.

Em 24 e 28/01/2022, a Petrobras apresentou, através das Cartas SMS/LCA/LIE&P-FC 0020 e 0022/2022 (SEI 11790891 e 11826950), o cronograma de reuniões para validação das áreas previamente identificadas no âmbito do Projeto de Monitoramento de Desova de Tartarugas Marinhas - PMDTM, por meio de mapeamento participativo com representantes das comunidades locais.

Em 27/01/2022, o Ministério Público Federal no Estado do Pará solicitou, através do Ofício PR/PA GAB10 N. 429/2022 (SEI 11876091), informações sobre o atual estágio do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima nos Blocos FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas.

Em 15/02/2022, a Petrobras apresentou, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0033/2022 (SEI 11950982), atualização das diretrizes relativas ao gerenciamento de fluidos e cascalhos conforme as tratativas estabelecidas na reunião registrada na Memória de Reunião nº 46/2021-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 11596568), apresentando revisão dos capítulos II.2 - Caracterização da Atividade, II.3 - Descrição da Atividade, II.10.13 - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração (PGRAP) e II.10.14 - Projeto de Monitoramento de Fluidos de Perfuração e Cascalhos.

Em 18/02/2022, o IBAMA respondeu, por meio do Ofício nº 71/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 11945181), o Ofício PR/PA GAB10 N. 429/2022 do Ministério Público Federal no Estado do Pará, com informações sobre o atual estágio do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima nos Blocos FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas.

Em 18/02/2022, a Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA (DILIC/IBAMA), por meio do Ofício nº 75/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 11964959), informou à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO/ICMBio) acerca de ações relativas ao Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias, partes integrantes do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas.

Em 10/03/2022, a Memória de Reunião nº 7/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12108622) registrou a reunião realizada entre representantes do IBAMA, Petrobras, ICMBio e Mineral Engenharia para tratar do Projeto de Monitoramento de Desova de Tartarugas Marinhas, parte integrante do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas.

Em 16/03/2022, a Petrobras atualizou, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0051/2022 (SEI 12159998), o andamento dos processos de contratação necessários à realização da Avaliação PréOperacional (APO).

Em 29/03/2022, a Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO/ICMBio) respondeu, por meio do Ofício nº 116/2022-DIBIO/ICMBio (SEI 12269897), o Ofício nº 4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 4/22 75/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 11964959), apresentando recomendações relativas ao Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 28/03/2022, o IBAMA emitiu a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 150/2022 para execução do Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 31/03/2022, o IBAMA encaminhou à Petrobras, através do Ofício nº

147/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (12274505), o Ofício nº 116/2022-DIBIO/ICMBio (SEI 12269897), com recomendações relativas ao Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 11/04/2022, o IBAMA encaminhou, através do Ofício nº 164/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12355624), o Parecer Técnico nº 84/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12353497), referente a análise da proposta de gerenciamento dos fluidos e cascalhos da atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M59, Bacia da Foz do Amazonas encaminhada pela Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0033/2022 (SEI 11950982).

Em 19/04/2022, o IBAMA encaminhou, através do Ofício nº 181/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12414722), o Parecer Técnico nº 93/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12414656), referente ao cálculo do grau de impacto do empreendimento para fins de Compensação Ambiental.

Em 22/04/2022, a Petrobras respondeu, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0088/2022 (SEI 12434273), o Ofício nº 181/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12414722) referente ao cálculo do grau de impacto do empreendimento para fins de Compensação Ambiental.

Em 27/04/2022, o IBAMA encaminhou, através do Ofício nº 192/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12436404), o Parecer Técnico nº 100/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12436139), referente ao cálculo do grau de impacto do empreendimento para fins de Compensação Ambiental.

Em 29/04/2022, a Petrobras encaminhou, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0108/2022 (SEI 12658904), resposta ao Ofício nº 147/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (12274505), com esclarecimentos referentes às recomendações relativas ao Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias expostas no Ofício nº 116/2022-DIBIO/ICMBio (SEI 12269897).

Em 13/05/2022, o Ministério Público Federal no Estado do Pará solicitou, através do Ofício PR/PA GAB10 N. 2183/2022 (SEI 12684066), informações sobre o atual estágio do presente processo de licenciamento ambiental e trouxe questionamentos específicos a respeito do processo.

Em 20/05/2022, a Petrobras informou, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0108/2022 (SEI 12658904), que a previsão de início da primeira campanha do Projeto Censo Espaço-Temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias fora adiado de 24/05 para 30/05/2022.

Em 02/06/2022, o Ministério Público Federal no Estado do Pará solicitou, através do Ofício PR/PA GAB10 N. 2621/2022 (SEI 126852319), informações sobre o atual estágio do presente processo de licenciamento ambiental, reiterando os questionamentos expostos no Ofício PR/PA GAB10 N. 2183/2022 (SEI 12684066).

Em 07/06/2022, o IBAMA respondeu por meio do Ofício nº 262/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12776324), o Ofício PR/PA GAB10 N. 2183/2022 do Ministério Público Federal no Estado do Pará com informações sobre o atual estágio do presente processo de licenciamento ambiental.

Em 09/06/2022, o IBAMA emitiu a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 1371/2022 para execução do Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas, parte integrante do processo de licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M59, na Bacia da Foz do Amazonas.

Em 15/06/2022, a Petrobras atualizou, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0134/2022 (SEI 12858005), o andamento dos processos de contratação necessários à realização da Avaliação PréOperacional (APO).

Em 30/06/2022, o IBAMA respondeu, por meio do Ofício nº 283/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12965931), o Ofício PR/PA GAB10 N. 2621/2022 do Ministério Público Federal no Estado do Pará, com informações sobre o atual estágio do presente processo de licenciamento ambiental.

4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico

https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 5/22

Em 14/07/2022, a Petrobras protocolou os pedidos de retificação das Autorizações de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIOs) nº 150/2022 e nº 1371/2022, conforme extratos SEI 13098149 e 13188765.

Em 21/07/2022, a Petrobras respondeu, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0163/2022 (SEI

13193428), o Parecer Técnico nº 84/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 12353497), apresentando revisão dos Capítulos II.3 - Descrição da Atividade, II.10.13 - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração (PGRAP) e II.10.14 - Projeto de Monitoramento de Fluidos de Perfuração e Cascalhos. Em 01/08/2022, o Despacho nº 13240820/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13240820) registrou a abertura do processo específico nº 02001.020376/2022-70 para emissão de parecer técnico sobre as informações encaminhadas por meio do Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal (SisgLAF), solicitando a retificação da Abio nº 150/2022 referente à execução do Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 02/08/2022, a COEXP, através do Despacho nº 13250589/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13250589), consultou a CGMAC a respeito da necessidade de nova consulta ao ICMBio referente à necessidade de retificação das ABIOs nº 150/2022 e nº 1371/2022.

Em 03/08/2022, o IBAMA encaminhou, através do Ofício nº 354/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13260110), o Parecer Técnico nº 195/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13252812), com análise da resposta ao Ofício nº 147/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (12274505), solicitando o protocolo das versões atualizadas do Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 05/08/2022, a Petrobras apresentou, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0173/2022 (SEI 13307072), esclarecimentos e as versões atualizadas do Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 08/08/2022, a CGMAC, através do Despacho nº 13292747/2022-CGMAC/DILIC (SEI 13292747), respondeu o Despacho nº 13250589/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13250589), informando que pedido de retificação das ABIOs nº 150/2022 e nº 1371/2022 não implica na necessidade de nova consulta ao ICMBio.

Em 11/08/2022, o Despacho nº 13329201/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13329201) registrou a abertura do processo específico nº 02001.020376/2022-70 para emissão de parecer técnico sobre as informações encaminhadas por meio do Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal (SisgLAF), solicitando a retificação da Abio nº 1371/2022, referente à execução do Projeto de Monitoramento de Desovas de Tartarugas Marinhas.

Em 11/08/2022, o IBAMA enviou o Ofício nº 361/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13318589), convidando a Petrobras para a realização de uma reunião a fim de instruir o processo de avaliação técnica por parte desta Coordenação em relação ao processo de licenciamento em questão.

Em 11/08/2022, a DILIC/IBAMA, por meio do Ofício nº 359/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13311949), encaminhou, à DIBIO/ICMBio, documentação atualizada a respeito do Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas e do Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 16/08/2022, o IBAMA emitiu a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 150/2022 - 3º Retificação para execução do Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias.

Em 16/08/2022, o IBAMA emitiu a Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 1371/2022 - 1º Retificação para execução do Projeto de Monitoramento de Desova e Tartarugas Marinhas.

Em 16/08/2022, a Memória de Reunião nº 24/2022-COEXP/CGMAC/DILIC registrou a realização de reunião com participação de representantes do IBAMA, Petrobras e Mineral energia para tratar do presente processo de licenciamento ambiental.

Em 19/08/2022, a Petrobras informou, por meio da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0187/2022 (SEI 13406251), que o início da segunda campanha trimestral do Censo Espaço-temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias está previsto para o dia 24/08/2022 e que está prevista, para o dia 21/08/2022, a primeira campanha relativa ao Projeto de Monitoramento Integrado Dedicado (PMID). 4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 6/22

Em 12/09/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 421/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (13589293), encaminhou o Parecer Técnico nº 222/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13506755), referente a análise do documento “Atualização do processo de licenciamento após transferência da operação no Bloco FZA-M-59” e “Atendimento ao Parecer Técnico nº 84/2022” e traz considerações acerca das informações registradas na Memória de Reunião nº 24/2022.

Em 12/09/2022, a DILIC, através do Despacho nº 13595013/2022-DILIC, encaminhou a CGMAC a Recomendação Conjunta Nº 17/2022 (SEI 13589155) dos Ministérios Público Federal no Estados do Amapá e do Pará.

Em 16/09/2022, a Memória de Reunião nº 2/2022-CGMAC/DILIC (SEI 13642921) registrou reunião entre representantes da CGMAC e Petrobras para tratar de questões relacionadas ao Parecer Técnico nº 222/2022-COEXP/CGMAC/DILIC.

Em 16/09/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0213/2022 (SEI 13653557),

encaminhou o documento "Plano de Trabalho Mobilização e execução de reuniões informativas iniciais nos estados do Amapá e Pará" conforme solicitações do Parecer Técnico nº 222/2022-COEXP/CGMAC/DILIC.

Em 16/09/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0214/2022 (SEI 13658133), apresentou informações atualizadas sobre o andamento dos processos de contratação necessários à preparação para a Avaliação Pré-Operacional (APO).

Em 20/09/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 130/2022/CGMAC/DILIC (SEI 13666207), encaminhou a Informação Técnica 4/2022/CGMAC/DILIC (13639658) como resposta a Recomendação Conjunta Nº 17/2022 (SEI 13589155) dos Ministérios Público Federal no Estados do Amapá e do Pará.

Em 22/09/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 433/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13694981), encaminhou o Parecer Técnico nº 234/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13694215), referente a análise do documento "Plano de Trabalho Mobilização e execução de reuniões informativas iniciais nos estados do Amapá e Pará".

Em 23/09/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0219/2022 (SEI 13713107), encaminhou a revisão do documento "Plano de Trabalho Mobilização e execução de reuniões informativas iniciais nos estados do Amapá e Pará" conforme solicitações do Parecer Técnico nº 234/2022-COEXP/CGMAC/DILIC.

Em 29/09/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 441/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13759369), encaminhou o Parecer Técnico nº 242/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13753863), referente a análise do da revisão do documento "Plano de Trabalho Mobilização e execução de reuniões informativas iniciais nos estados do Amapá e Pará".

Em 29/09/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0225/2022 (SEI 13766100), prestou esclarecimentos e procedeu adequações em função das informações constantes no Parecer Técnico nº 242/2022-COEXP/CGMAC/DILIC referente às reuniões informativas.

Em 07/10/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0231/2022 (SEI 13838049), apresentou a lista das espécies identificadas no Estudo Ambiental de Caráter Regional da Bacia da Foz do Amazonas (EACR) que tiveram seu status de conservação alterado por meio da Portaria nº 148 do Ministério do Meio Ambiente.

Em 07/10/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0236/2022 (SEI 13843326), encaminhou o documento "Atendimento ao Parecer Técnico nº 222/2022".

Em 13/10/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 476/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13855492), solicitou que a empresa indicasse a previsão de disponibilidade da sonda de perfuração e embarcações de emergência a serem empregadas na atividade para vistoria presencial e exercício de resposta a emergência.

Em 14/10/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0245/2022 (SEI 13898137), apresentou a previsão de disponibilidade da sonda de perfuração e embarcações de emergência a serem empregadas na atividade para vistoria presencial e exercício de resposta a emergência.

Em 19/10/2022, a COEXP, através do Depacho nº 13938445/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 13938445), solicitou apoio ao Núcleo de Licenciamento do Amapá (NLA-AP) e à Unidade Técnica em Oiapoque (UT-AP) para a realização de reuniões informativas no município de Oiapoque (AP).

4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico

https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 7/22

Em 20/10/2022, a CGMAC, através do Depacho nº 13944887/2022/CGMAC/DILIC (SEI 13944887), solicitou apoio ao Núcleo de Licenciamento do Amapá (NLA-AP) e à Unidade Técnica em Oiapoque (UTAP) para a realização de reuniões informativas no município de Oiapoque (AP).

Em 21/10/2022, a DITEC-AP, através do Depacho nº 13953835/2022/Ditec-AP/Supes-AP (SEI 13953835), encaminhou o Depacho nº 13944887/2022/CGMAC/DILIC à Unidade Técnica em Oiapoque (UT-AP) para conhecimento e manifestação quanto a participação em reunião a ser realizada no município de Oiapoque (AP).

Em 21/10/2022, a UT-OIAPOQUE-AP, através do Depacho nº 13955737/2022/UT-OIAPOQUEAP/Supes-AP (SEI 13955737), respondeu aos Depachos nº 13953835/2022/Ditec-AP/Supes-AP e nº 13944887/2022/CGMAC/DILIC confirmando a participação em reunião a ser realizada no município de Oiapoque (AP).

Em 26/10/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0258/2022 (SEI 14007988), apresentou ajustes de data das reuniões informativas que se fizeram necessários em função da disponibilidade das partes interessadas.

Em 03/11/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0265/2022 (SEI 14063949), informou o andamento das atividades de campo de projetos ambientais relativos à atividade.

Em 03/11/2022, o Ministério Público Federal - Procuradoria da República - Pará/Castanhal, através do Ofício PR/PA GAB10 N. 4945/2022 (SEI 14129531), solicitou informações sobre a situação atual do presente processo de licenciamento.

Em 04/11/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0266/2022 (SEI 14073078), atualizou a previsão de disponibilidade da sonda de perfuração, do Centro de Reabilitação e

Despetrolização da Fauna (CRD) e de embarcações de emergência a serem empregadas na atividade para vistoria presencial e exercício de resposta a emergência.

Em 07/11/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC/LI-DESC 0061/2022 (SEI 14132876), encaminhou o documento "Atendimento ao Parecer Técnico nº 222/2022 - Complementação: Modelagem de Derrame de Óleo no Mar".

Em 08/11/2022, a Ata de Reunião COEXP nº 14130270 (SEI 14130270) registrou a realização da Reunião Informativa Ampliada no município de Oiapoque (AP).

Em 09/11/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC/LI-DESC 0065/2022 (SEI 14118809), solicitou a inclusão da embarcação de contingência Mr. Sidney na estrutura de resposta do Plano de Emergência Individual (PEI) da atividade.

Em 10/11/2022, a Ata de Reunião COEXP nº 14130500 (SEI 14130500) registrou a realização da Reunião Informativa Ampliada no município de Belém (PA).

Em 11/11/2022, o professor Gustavo Moura, através de e-mail não numerado (SEI 14186636), encaminhou a denúncia assinada por 14 instituições apresentada ao 10º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Pará (SEI 14185449) e informou que diferentemente do por ele proferido na reunião informativa de Belém (PA), a referida denúncia data de 2021 em vez de 2022, e a atualização do dimensionamento dos corais data de 2018 em vez de 2021.

Em 17/11/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 539/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14184124), solicitou que a empresa apresente informações atualizadas sobre as obras do Centro de Reabilitação e Despetrolização da Fauna (CRD) de Belém/PA e a Licença de Operação da referida instalação.

Em 17/11/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 538/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14183846), encaminhou as Atas de Reunião COEXP nº 14130270 e nº 14130500 referentes a realização das Reuniões Informativas Ampliadas nos municípios de Oiapoque (AP) e Belém (PA), respectivamente.

Em 18/11/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 541/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14185942), respondeu ao Ofício PR/PA GAB10 N. 4945/2022 do Ministério Público Federal - Procuradoria da República - Pará/Castanhal, informando a situação atual do presente processo de licenciamento.

Em 25/11/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 552/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14252883), encaminhou o Parecer Técnico nº 293/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14250233) e anexos, que trata da vistoria técnica e exercícios de resposta a emergências realizados na embarcação Mister Sidney, prevista pela Petrobras para integrar o Plano de Emergência Individual da atividade.

4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico

https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 8/22

Em 06/12/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 566/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14311433), encaminhou o Relatório de Vistoria nº 17/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14310384) e anexos, que registrou a realização de vistoria e exercício de emergência na embarcação Mister Sidney, prevista pela Petrobras para integrar o Plano de Emergência Individual do atividade.

Em 08/12/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC/LI-DESC 0303/2022 (SEI 14367942), solicitou a inclusão das embarcações de contingência C-Warrior, C-Viking, MS Virgie e Corcovado na estrutura de resposta do Plano de Emergência Individual (PEI) da atividade.

Em 15/12/2022, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0312/2022 (SEI 14428719), informou que é prevista a finalização do Centro de Reabilitação e Despetrolização da Fauna (CRD) até a 1ª quinzena de janeiro de 2023.

Em 20/12/2022, o IBAMA, através do Ofício nº 579/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 1446886), encaminhou a Memória de Reunião nº 39/2022-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14444977) que registrou a reunião realizada em 19/12/2022 entre representantes da COEXP e Petrobras para avaliar as vistorias e exercícios de emergência realizados nas embarcações e Centro de Defesa Ambiental previstos no Plano de Emergência Individual (PEI) da atividade.

Em 19/01/2023, o IBAMA, através do Ofício nº 32/2023/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14694094), encaminhou os Relatórios de Vistoria COEXP/CGMAC/DILIC nº 20/2022 (SEI 14476319), nº 21/2022 (SEI 14476474), nº 22/2022 (SEI 14534123) e nº 1/2023 (SEI 14612805) e anexos, que registraram a realização de vistoria e exercício de emergência nas embarcações MS Virgie, C-Warrior, C-Viking e Corcovado, bem como o Relatório nº 14476575/2022/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14476575) que registrou a vistoria ao Centro de Defesa Ambiental/Base Avançada de Belém/PA, previstos pela Petrobras para integrar o Plano de Emergência Individual da atividade.

Em 24/01/2023, o IBAMA, através do Ofício nº 48/2023/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14740344), encaminhou o Parecer Técnico nº 25/2023-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14725742), que avalia as vistorias técnicas às embarcações, bem como ao Centro de Defesa Ambiental, integrantes do Plano de Emergência Individual do atividade.

Em 24/01/2023, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0012/2023 (SEI 14740922), informou o andamento das atividades de campo do Projeto de Monitoramento de Desova de Tartarugas Marinhas (PMDTM) relativo à atividade.

Em 27/01/2023, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0018/2023 (SEI 147469339),

informou a lista de indivíduos capturados e anilhados, até o momento, no projeto Censo Espaço-Temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias, conforme solicitado na condicionante 2.6 da ABIO nº 150/2022 3ª Retificação.

Em 30/01/2023, a Petrobras, através da Carta SMS/LCA/LIE&P-FC 0021/2023 (SEI 14797181), informou que o início da quarta campanha trimestral do projeto Censo Espaço-Temporal de Aves de Ecossistemas Costeiros e Migratórias relativo à atividade está previsto para o dia 22/02/2023.

Em 31/01/2023, o IBAMA, através do Ofício nº 65/2023/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14802614), encaminhou o Parecer Técnico nº 31/2023-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14749626), que analisou os documentos "Atendimento ao Parecer Técnico nº 222/2022" e "Atendimento ao Parecer Técnico nº 222/2022 - Complementação: Modelagem de Derrame de Óleo no Mar".

Em 31/01/2023, a COEXP, através do Despacho COEXP 14802843, encaminhou à CGMAC o Parecer Técnico nº 31/2023-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14749626), a fim de destacar aspectos do seu item IV - "Considerações sobre o processo de licenciamento ambiental, consulta pública e ausência de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar".

Em 31/01/2023, o IBAMA, através do Ofício nº 66/2023/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14803085) enviou complementação ao Ofício nº 65/2023/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14802614), dispensando a empresa de responder o item IV - "Considerações sobre o processo de licenciamento ambiental, consulta pública e ausência de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar" do Parecer Técnico nº 31/2023-COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14749626).

Em 01/02/2023 o IBAMA, através do Ofício nº 68/2023/COEXP/CGMAC/DILIC (SEI 14808862), enviou a Memória de Reunião 1 (SEI 14796262) que registrou a reunião realizada entre representantes do IBAMA 4/28/23, 4:07 PM SEI/IBAMA - 15533466 - Parecer Técnico

https://sei.ibama.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=17163107&infra_sistema=100... 9/22

e da Petrobras para apresentação da "Proposta de Melhoria na Confiabilidade dos Sistemas de Contenção e Recolhimento" do Plano de Emergência Individual da atividade. (CONTINUA)

ANEXO B - PORTARIA 177/2023 ([Biblioteca Digital: Portaria nº 177, de 22 de março de 2023 \(mdh.gov.br\)](#))

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 23/03/2023 | Edição: 57 | Seção: 1 | Página: 117

Órgão: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 177, DE 22 DE MARÇO DE 2023

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Anistia.

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, SUBSTITUTA, no uso das

atribuições que lhe confere o art. 87, caput, inciso II, da Constituição, e, tendo em vista o disposto no art. 12

da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, resolve:

(...)

Art. 30. O voto do Relator será composto de relatório, fundamentação e conclusão.

§ 1º O relatório será sucinto, indicando as folhas em que estão as provas examinadas, sem necessidade de transcrição de texto que já integre o processo.

§ 2º Da fundamentação constará a apreciação de todos os fatos e argumentos descritos pelo requerente, e das provas produzidas.

§ 3º O voto indicará objetivamente quais os incisos dos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.559, de 2002, cujos direitos poderão ser reconhecidos e em cuja situação se encontra a pessoa anistianda.

§ 4º Arbitrada a indenização em prestação única, será fixado seu valor exato.

§ 5º Arbitrada a indenização em prestação mensal, permanente e continuada, será fixado o seu valor considerando-se para início da retroatividade e da prescrição quinquenal a data do protocolo da

petição ou requerimento inicial de anistia.

§ 6º Em caso de deferimento da declaração de anistia política individual ou coletiva, a conclusão do voto deverá registrar o pedido de desculpas em nome do Estado brasileiro. (...)"

**ANEXO C – EXCLUSIVO: ARQUIVOS DO CELULAR DE MAURO CID DETALHAM
PLANO DO GOLPE | VEJA(abril.com.br)**

4.3 – Deferimento do pedido e início das operações.

Havendo deferimento, que constará em documento escrito que analisará os fatos descritos pelo Presidente da República e reconhecerá as inconstitucionalidades praticadas pelo Judiciário, serão determinadas as seguintes medidas:

- a) nomeação de interventor que coordenará as medidas de reestabelecimento da ordem constitucional;
- b) fixação de prazo para reestabelecimento da ordem Constitucional;
- c) designação expressa de que além das Forças Armadas as instituições de segurança pública de nível federal (PF e PRF) também estarão subordinadas ao interventor;
- d) determinação de quais atos praticados pelo Poder Judiciário devem ser suspensos imediatamente, inclusive com o afastamento preventivo daqueles que praticaram atos em violação direta da Constituição Federal;
- e) abertura de inquérito para investigação das condutas das autoridades afastadas preventivamente e, ao final, encaminhamento desse inquérito ao órgão com competência para processar as respectivas autoridades. Havendo crime de responsabilidade imputado a Ministro do Supremo, deverá ser encaminhado o inquérito ao Senado Federal para fins de julgamento do transgressor:
encaminhado o inquérito ao Senado Federal para fins de julgamento do transgressor;
- f) autorização para que o interventor suspenda outros atos inconstitucionais praticados pelo Poder Judiciário que forem descobertos durante a intervenção, com a finalidade de concretamente reestabelecer as prerrogativas constitucionais violadas. No caso de atos de cunho normativo eleitoral, devem ser citadas as respectivas Resoluções do TSE;
- g) tendo sido afastados Ministros do TSE, devido ao fato de serem responsáveis pela prática de atos com violação da prerrogativa de outros poderes, devem ser chamados a integrar a corte os respectivos substitutos. Os atuais Ministros substitutos do TSE, relativamente às vagas do STF, são: Cassio Nunes Marques, André Mendonça e Dias Toffoli;
- h) sendo reconhecida a atuação em desacordo com a Constituição da Corte Eleitoral, deverá o interventor fixar prazo para a realização das novas eleições, que serão coordenadas pelo TSE em sua nova composição, haja vista o afastamento preventivo dos Ministros a quem foi imputada conduta violadora da Constituição.

**ANEXO D – LEIA A ÍNTEGRA DO DECRETO SOBRE 'ESTADO DE DEFESA'
ENCONTRADO NA CASA DE ANDERSON TORRES | POLÍTICA | G1 (GLOBO.COM)**

Decreto nº ____ de _____ de 2022

Decreta Estado de Defesa, previsto nos arts. 136, 140 e 141 da Constituição Federal, com vistas a restabelecer a ordem e a paz institucional, a ser aplicado no âmbito no Tribunal Superior Eleitoral, para apuração de suspeição, abuso de poder e medidas inconstitucionais e ilegais levadas a efeito pela Presidência e membros do Tribunal, verificados através de fatos ocorridos antes, durante e após o processo eleitoral presidencial de 2022.

O Presidente da República, no uso das suas atribuições que lhe conferem os artigos 84, inciso IX, 136, 140 e 141 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado, com fundamento nos arts. 136, 140, 141 e 84, inciso IX, na Constituição Federal, o Estado de Defesa na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, Distrito Federal, com o objetivo de garantir a preservação ou o pronto restabelecimento da lisura e correção do processo eleitoral presidencial do ano de 2022, no que pertine à sua conformidade e legalidade, as quais, uma vez descumpridas ou não observadas, representam grave ameaça à ordem pública e a paz social.

§1º. Fica estipulado o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da ordem estabelecida no caput, a partir da data de publicação desse Decreto, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§2º. Entende-se como sede do Tribunal Superior Eleitoral todas as dependências onde houve tramitação de documentos, petições e decisões acerca do processo eleitoral presidencial de 2022, bem como o tratamento de dados telemáticos específicos de registro, contabilização e apuração dos votos coletados por urnas eletrônicas em todas as zonas e seções disponibilizadas em território nacional e no exterior.

§3º Verificada a existência de indícios materiais que interfiram no objetivo previsto no caput do art. 1º a medida poderá ser estendida às sedes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 2º Na vigência do Estado de Defesa ficam suspensos os seguintes direitos:

I - sigilo de correspondência e de comunicação telemática e telefônica dos membros do Tribunal do Superior Eleitoral, durante o período que compreende o processo eleitoral até a diplomação do presidente e vice-presidente eleitos, ocorrida no dia 12.12.2022.

II - de acesso às dependências do Tribunal Superior Eleitoral e demais unidades, em caso de necessidade, conforme previsão contida no §3º do art. 1º,

§1º. Durante o Estado de Defesa, o acesso às dependências do Tribunal Superior Eleitoral será regulamentado por ato do Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral, assim como a convocação de servidores públicos e colaboradores que possam contribuir com conhecimento técnico.

Art. 3º Na vigência do Estado de Defesa:

I - Qualquer decisão judicial direcionada a impedir ou retardar os trabalhos da Comissão de Regularidade Eleitoral terá seus efeitos suspensos até a finalização do prazo estipulado no §1º, art. 1º,

II - a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que poderá promover o relaxamento, em caso de comprovada ilegalidade, facultado ao preso o requerimento de exame de corpo de delito à autoridade policial competente;

III - a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação;

IV - a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário;

V - é vedada a incomunicabilidade do preso.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral constituir-se-á como executor da medida prevista no inciso I, do §3º do art. 136, da Constituição Federal.

Art. 4º A apuração da conformidade e legalidade do processo eleitoral será conduzida pela Comissão de Regularidade Eleitoral a ser constituída após a publicação deste Decreto, que apresentará relatório final consolidado conclusivo acerca do objetivo previsto no caput do art. 1º.

Art. 5º A Comissão de Regularidade Eleitoral será composta por:

I - 08 (oito) membros do Ministério da Defesa, incluindo a Presidência;

II - 02 (dois) membros do Ministério Público Federal;

III - 02 (dois) membros da Polícia Federal, ocupantes do cargo de Perito Criminal Federal;

IV - 01 (um) membro do Senado Federal;

V - 01 (um) membro da Câmara dos Deputados;

VI - 01 (um) membro do Tribunal de Contas da União;

VII - 01 (um) membro da Advocacia Geral da União; e,

VIII - 01 (um) membro da Controladoria Geral da União.

Parágrafo único. À exceção das autoridades constantes do inciso I, cuja indicação caberá ao Ministro da Defesa, as indicações dos membros dos órgãos e instituições que integrarão a Comissão de Regularidade Eleitoral deverão ser feitas em até 24 (vinte e quatro) horas após a publicação deste Decreto no Diário Oficial da União, devendo as designações serem formalizadas em ato do Presidente da Comissão de Regularidade Eleitoral.

Art. 6º. Serão convidados a participar do processo de análise do objeto deste Decreto, quando da apresentação do relatório final consolidado, as seguintes entidades:

I - 01 (um) integrante da Ordem dos Advogados do Brasil

II - 01 (um) representante da Organização das Nações Unidas no Brasil

III - 01 (um) representante da Organização dos Estados Americanos no Brasil

(Avaliar a pertinência da manutenção deste dispositivo na proposta)

Art. 7º. O relatório consolidado final será apresentado ao Presidente da República e aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e deverá conter, obrigatoriamente:

I - apresentação do objeto em apuração

II - a metodologia utilizada nos trabalhos

III - as contribuições técnicas recebidas

IV - as eventuais manifestações dos membros componentes

V - as medidas aplicadas durante o Estado de Defesa, com as devidas justificativas

VI - o material probatório analisado

VII - a relação nominal de eventuais envolvidos e os desvios de conduta ou atos criminosos verificados, de forma individualizada.

Parágrafo único. A íntegra do relatório final consolidado será publicada no Diário Oficial da União.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2022

201º ano da Independência

134º ano da República

Jair Messias Bolsonaro

ANEXO E – AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL Nº 0600814-85.2022.6.00.0000 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL - [PROCESSO: 0600814-85.2022.6.00.0000 - AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL \(conjur.com.br\)](#)

“(…) Eis o teor da fala, acompanhada da análise do discurso:

Transcrição: discurso de Jair Messias Bolsonaro em 18/07/2022	Análise contextualizada do discurso (pragmática)
<p>Bolsonaro: – O Brasil é um país fantástico. 8 milhões e meio de km², riquíssimo em biodiversidade, minerais, terras agricultáveis, áreas para turismo, água potável, uma coisa enorme chamada Amazônia. Ou seja, o Brasil, pela sua extensão territorial, pelas suas riquezas, está integrado no mundo todo. O Brasil faz negócios com praticamente o mundo todo, tem adotado uma posição de equilíbrio em conflitos, buscamos a paz, trabalhamos por isso, preservamos a</p>	<p>A fala se inicia com uma exaltação às riquezas naturais e às relações internacionais do país. Jair Messias Bolsonaro se utiliza do plural para indicar, em nome da nação, o objetivo de buscar a paz e preservar a democracia.</p> <p>Segue-se um alerta: o mandatário diz que, “até o momento”, tem se manifestado dentro das “quatro linhas da nossa Constituição”.</p>
<p>nossa democracia. Até o momento, uma só palavra minha houve fora do que eu</p>	<p>O uso da expressão “quatro linhas da Constituição” pelo ex-Presidente durante o seu mandato foi notório. As “quatro linhas” não eram explicitadas. Mas eram associadas às suas próprias ações. Também era sugerido que quem estivesse “fora” dessas quatro linhas seria por ele trazido “para dentro”.</p>
<p>chamo de Quatro linhas da nossa</p>	<p>A menção não é casual, pois toda a fala, como se verá, é guiada para apontar desvios na atuação da Justiça Eleitoral.</p>
<p>Constituição. Nós respeitamos as leis.</p>	<p>Além disso, a condicionante temporal, “até o momento”, insinua que esse comportamento poderia ser alterado e em quais condições.</p>
<p>Me elegi Presidente da República gastando menos de US\$ 1 milhão. Repito, gastando menos que US\$ 1 milhão e dentro de um leito de hospital, após sofrer um atentado de uma facada de um elemento de esquerda</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro traz à lembrança das embaixadoras e dos embaixadores que foi vitimado por uma facada durante a campanha nas Eleições 2018.</p>
<p>e cujo inquérito não foi concluído, apesar</p>	<p>O mandatário identifica o agressor como “um elemento de esquerda”. Diz que o inquérito relativo ao crime não foi concluído e assegura que há “indícios de interesses outros”.</p>
<p>dos enormes indícios de interesses</p>	<p>Com isso, adentra a polarização política Direita vs. Esquerda, fazendo sugestão conspiracionista de que o ataque envolveria “interesses outros”, de uma “esquerda” genérica (da qual o agressor é um “elemento”).</p>
<p>outros se fazerem presentes. Mas essa é uma questão interna nossa, gostaria de ver esse inquérito concluído para chegar nos mandantes da tentativa de homicídio.</p>	<p>O trecho cumpre importante função pragmática ao disparar um estado de alerta sobre uma ameaça que ronda não apenas a democracia, mas a</p>
	<p>própria vida do então Presidente, envolvendo interesses ainda não revelados, mas, conforme</p>

	dito, “presentes”.
Sou capitão do exército brasileiro, fiquei 15 anos no exército, fui vereador no Rio de Janeiro por dois anos e 28 anos dentro da Câmara dos Deputados. Conheço muito bem o nosso sistema. Conheço muito bem a política brasileira. Fiz uma campanha sem recurso, mas que começou quatro anos antes do pleito, depois da reeleição da senhora Dilma Rousseff. E, andando pelo Brasil sozinho, três anos sozinho andando pelo Brasil,	Nessa passagem, o primeiro investigado expõe as credenciais pessoais que o legitimam a tratar do tema objeto do discurso. Apresenta-se como conhecedor do “sistema” e da “política brasileira”. Faz menção ao pleito de 2018, admitindo que, logo após a reeleição de Dilma Rousseff (em 2014), iniciou sua campanha para as Eleições 2018 (“quatro anos antes do pleito”). Afirmo que por três anos percorreu o país em campanha, “juntando multidões”.
juntando multidões, fiz a minha campanha.	O relato cumpre a função pragmática de respaldar a autoridade do emissor do discurso , tanto como líder do povo brasileiro quanto como alguém que “conhece” o sistema e a política. Em outras palavras, o ex-Presidente explora a normatividade de coordenação (indica em quem confiar a respeito do tema que será tratado). Além disso, o trecho tem inequívoco teor autopromocional, que se destina a incutir na plateia (presencial e remota) que se trata de pessoa bem preparada para o cargo que, em breve, voltaria a disputar.
Tudo que vou falar aqui está documentado, nada da minha cabeça. O que eu mais quero para o meu Brasil é que a sua liberdade continue a valer também, obviamente, depois das eleições. O que eu mais quero, por ocasião das eleições, é a transparência. Porque nós queremos que o ganhador seja aquele que realmente seja votado.	Neste ponto, é introduzida a referência aos “documentos” que supostamente embasariam alegações sobre fraudes. É explorada, portanto, a normatividade epistêmica (indica em que confiar: nos documentos citados). Ou seja, o então Presidente assegura que há base factual para suas afirmações. Essa referência a documentos é imediatamente conectada a desejos pessoais de que valores democráticos se concretizem: “o que eu mais quero” é que o Brasil siga livre após as eleições; “o que eu mais quero, por ocasião das eleições, é a transparência”; “nós queremos” que seja proclamado eleito quem efetivamente foi o mais votado. A ênfase traz um sentido implícito, pois naturalmente provoca indagações: se esses valores são tão óbvios e inerentes para uma
	democracia, por que o Presidente tanto se preocupa com sua concretização? Quem se oporia a isso? Quem estaria atuando para cercear a liberdade, prejudicar a transparência e proclamar como eleito alguém que não foi o mais votado?



	<p>O arco de sentido será preenchido ao longo do discurso: o teor dos documentos, segundo o ex-Presidente, indica que os resultados das Eleições 2018 foram manipulados e que não é possível assegurar que em 2022 a Justiça Eleitoral proclamará eleito o verdadeiro vencedor.</p> <p>Ao transformar a liberdade, a transparência e a autenticidade da eleição em “desejos” expressados pelo Chefe de Estado perante a comunidade internacional, Jair Messias Bolsonaro comunica a ideia de que algo ou alguém atua em sentido contrário. A técnica introjeta na audiência um pensamento intrusivo: <u>está em curso uma ameaça à legitimidade das Eleições 2022 e o</u></p> <p><u>Presidente luta para combater essa ameaça.</u></p>
<p>Nós temos um sistema eleitoral que apenas 2 países no mundo usam. No passado, alguns países tentaram usar, começaram até a usar esse sistema e rapidamente foi abandonado. <u>Repito, o que nós queremos são eleições limpas,</u></p> <p><u>transparentes, onde o eleito realmente reflita a vontade da sua população.</u></p>	<p>Um <u>primeiro fator de descredibilidade do sistema eletrônico de votação é apontado:</u></p> <p>somente dois países no mundo o usariam. Isso explora a sensação de que o Brasil estaria atrasado ou desalinhado do resto do mundo no que diz respeito à tecnologia usada nas eleições.</p> <p>Logo após, o então Presidente reitera o “desejo” por eleições legítimas, <u>reforcando o pensamento intrusivo de que as eleições, como são feitas</u></p> <p><u>no Brasil, não são limpas e transparentes e podem ser manipuladas para alterar o resultado.</u> Isso será feito diversas vezes ao longo do discurso.</p>
<p><u>Teria muita coisa a falar aqui, mas eu quero me basear exclusivamente em um inquérito da Polícia Federal que foi aberto após o 2º turno das eleições de 2018, onde um hacker falou que houve que tinha havido fraude por ocasião das eleições.</u> Falou que ele tinha invadido, o grupo dele, o TSE, o Tribunal Superior Eleitoral. E, obviamente, <u>quando se fala em manipulação de números após eleições, quem manipula é quem ganhou.</u> Então seria eu o manipulador. <u>E a Polícia Federal começou, então, a apurar.</u> Se houve ou não manipulação e de quem seria a responsabilidade.</p>	<p>O então Presidente identifica o “documento” que embasará sua fala como sendo “um inquérito da Polícia Federal que foi aberto após o 2º turno das eleições de 2018, onde um hacker falou que houve que tinha havido fraude por ocasião das eleições”.</p> <p><u>O primeiro investigado, portanto, afirma de forma explícita que estaria em posse de documento no qual um hacker afirma que houve fraude nas Eleições 2018. Usa a expressão “manipulação de números”, associada ao que teria sido admitido pelo hacker.</u> Nenhum esclarecimento já feito pela Justiça Eleitoral a respeito é contraposto a essa suposta declaração do hacker.</p> <p>O então Presidente enuncia, portanto, que em 2018 houve uma fraude eleitoral, tentada ou consumada, associada à manipulação de resultados. Afirma, também, que a Polícia Federal teria iniciado investigação para saber se a</p>



	<p>manipulação (supostamente declarada pelo hacker) ocorreu ou não e quem seria responsável por ela.</p> <p>A audiência recebe, assim, informação do</p> <p>Chefe de Estado de que a Polícia Federal estaria investigando uma denúncia de fraude relativa à adulteração de votos no pleito de 2018. Essa informação é falsa.</p>
<p>Então, tudo começa nesse nessa denúncia que foi de conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, onde o hacker diz claramente que ele teve acesso a tudo dentro do TSE. Disse mais: obteve acesso aos milhares de códigos-fonte, que teve acesso à senha de um ministro do TSE, bem como de outras autoridades, várias senhas ele conseguiu. E obviamente a senhora Ministra do TSE na época, que também é do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, fez com que o inquérito fosse instalado.</p>	<p>O primeiro investigado menciona que a origem do inquérito é a investigação solicitada pela Ministra Rosa Weber, Presidente do TSE à época das Eleições 2018, após um hacker revelar que teve acesso à rede do Tribunal. Fica nítido assim que se trata do IPL nº 1361/2018 (atualmente Inquérito nº 5007377-27, em trâmite perante a 10ª Vara Criminal Federal de São Paulo – SP).</p> <p>Conforme já esclarecido, esse inquérito não versa sobre apuração de denúncia de fraude voltada para a adulteração de votos no pleito de 2018.</p> <p>Assim, a informação passada pelo então Presidente da República em seu discurso segundos antes é duplamente falsa: não houve denúncia de fraude nos moldes afirmados e o documento de que ele dispõe não comprova investigação nesse sentido.</p>
<p>Segunda página. Então, temos aqui a instauração do inquérito. Segundo o TSE, os hackers ficaram por 8 meses dentro dos computadores do TSE. Com códigos-fontes, com senhas e muito à vontade dentro do Tribunal Superior Eleitoral. Ediz, ao longo do inquérito, que eles poderiam alterar nomes de candidatos, tirar voto de um, transferir para outro. Ou seja, um sistema, segundo documentos do próprio Tribunal Superior Eleitoral e conclusão da Polícia Federal, um processo aberto a muitas maneiras de se alterar o processo de votação.</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro afirma explicitamente que consta do inquérito que o grupo de hackers poderia manipular votos nas eleições (“tirar voto de um, transferir para outro”) e que haveria reconhecimento oficial, tanto do TSE quanto da Polícia Federal, de que o sistema eletrônico de votação é “um processo aberto a muitas maneiras de se alterar o processo de votação”.</p> <p>As afirmações são inteiramente falsas, pois o inquérito nada diz sobre manipulação de votos. Tampouco o TSE e a Polícia Federal teriam afirmado que resultados podem ser adulterados.</p> <p>O então Presidente afirma que tinha o inquérito em seu poder. E o documento não conferia qualquer respaldo para as afirmações feitas. A Portaria de instauração indica que o ilícito a ser apurado é a “suposta invasão a sistemas e bancos de dados do TSE, com acesso e divulgação de dados sigilosos daquele Tribunal”. A Informação STI/TSE nº 32 não</p>



	<p>menciona em momento algum a possibilidade de transferir votos de um candidato a outro.</p> <p>O trecho do discurso, portanto, demonstra como o primeiro investigado explora a normatividade de coordenação para degradar a normatividade epistêmica: o emissor se vale de suas credenciais (experiência relatada e cargo ocupado) para tentar convencer o público a acreditar em um teor inventado, que atribui a documentos reais em</p> <p>seu poder.</p>
<p>Então, de imediato, a Polícia Federal pediu o tal de logs, né, que é a impressão digital do que aconteceu dentro do sistema informatizado. O que é natural também é o órgão invadido fornecer os logs independente de pedidos. A Polícia Federal pediu os logs, que podiam ser entregues no mesmo dia ou no dia seguinte, mas, setemeses depois, segundo documentos comigo, o TSE informou que os logs haviam sido apagados.</p>	<p>Nessa passagem, a imprecisão e a descontextualização são utilizadas com um objetivo bastante evidente: sugerir que o TSE, diante do ataque cibernético, assumiu postura desidiosa e negligente. Os pontos enfatizados desconsideram que, em abril de 2021, o TSE conduziu apuração interna que foi utilizada como subsídio essencial para a investigação da Polícia Federal.</p> <p>Porém, independente de um esclarecimento de detalhes da interlocução entre o TSE e a PF, o que chama atenção é a obstinação do Chefe de Estado em estimular uma percepção negativa do corpotécnico do TSE, inclusive deixando de expor, propositalmente, explicações prestadas pelo órgão.</p>
<p>E, uma coisa muito importante, esse inquérito aberto no mês seguinte do segundo turno (sic) eleições de 2018, até hoje não foi concluído ainda. Diz aqui o próprio TSE e conclusões da própria Polícia Federal: ‘O atacante invasor conseguiu copiar toda a base de dados’. Repito, conseguiu a senha de um ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Também a senha do coordenador de Infraestrutura, Cristiano Andrade, que é a pessoa de confiança do chefe de TI chamado Giuseppe.</p>	<p>O trecho trata de forma distorcida o relatório produzido pela própria STI/TSE ao descrever que havia atuado para conter o ataque hacker em abril de 2018. A STI cotejou seus achados com as declarações do hacker que estamparam matéria do site TecMundo em 07/11/2018 (ID 158852105, pp. 37-47).</p> <p>O relatório não diz que “o atacante invasor conseguiu copiar toda a base de dados”. O relato é minucioso e sua compreensão evidentemente exige conhecimento técnico especializado, o que é compatível com a natureza do documento e sua finalidade de subsidiar investigação por especialistas.</p> <p>Quando de posse desse relatório, o então Presidente afirma que “toda a base de dados foi copiada” (e, pior, que isso permitiria “manipular números”), aciona a autoridade da qual artificialmente se investiu (uma vez que não possui conhecimentos especializados para interpretar as informações e, ainda, não se socorre dos esclarecimentos do TSE). A pretexto de tornar a</p>



	<p><u>informação técnica acessível, a distorce, produzindo informação falsa.</u></p> <p>Além disso, o relatório, inicial, não mais refletia o estágio da investigação à época da reunião no Palácio da Alvorada. Conforme visto, em março de 2022, a Polícia Federal já havia apresentado o relatório parcial. Bem antes disso, já havia identificado o autor do ataque e sua motivação financeira, a de comercialização de dados.</p> <p>Não obstante, o então Presidente, de forma leviana, deixou de apresentar fatos e persistiu em divulgar factoides.</p>
<p>Então, prosseguindo, o invasor teve acesso toda a... no TSE toda a base de dados por 8 meses. <u>É uma coisa que, com todo o respeito, eu sou o presidente da República do Brasil, eu fico envergonhado de falar isso aí. O que é comum, né, acontecer em alguns países do mundo, é o chefe do Executivo conspirar para conseguir uma reeleição. Estamos fazendo exatamente o contrário, porque temos pela frente três meses até as eleições.</u></p>	<p>O então Presidente qualifica a atuação dos técnicos do TSE como vergonhosa. Trata-se demais um reforço da pretensão de se colocar como autoridade no tema, em detrimento do órgão especializado em organizar eleições, cujos esclarecimentos não são mencionados em nenhum momento.</p> <p>Na sequência ao apontamento de falhas vergonhosas, o mandatário declara, perante os embaixadores, que “é comum [...] em alguns países do mundo [...] o chefe do Executivo <u>conspirar</u> para conseguir uma reeleição”. A <u>ideia da manutenção de poder por meio de golpe é, portanto, verbalizada, e até tratada como “comum”.</u></p> <p>Segue-se a <u>tentativa de cancelar o sentido implicado por aquela frase</u>, quando ele diz que “estamos fazendo exatamente o contrário”, ou seja, que ele não estaria planejando uma ação nos moldes citados. Isso, porém, é próprio à construção do <u>pensamento intrusivo</u>, uma vez que o enunciado “não pensem que eu conspiraria para me manter no poder” (aos moldes do viés “não pense em um elefante cor-de-rosa”) presta-se a plantar a ideia supostamente recusada.</p> <p>Na verdade, a frase em si seria indizível por um Presidente eleito democraticamente e que de fato tivesse como premissa irrecusável a transmissão de poder por meio da eleição iminente.</p> <p>Por fim, Jair Messias Bolsonaro, no contexto em que afirma que há evidências de uma fraude nas Eleições 2018, ressalta que ainda faltavam “três meses” até o pleito. Não verbaliza, diretamente, o que haveria de ser feito nesses três meses.</p>



	<p>Adiante, no discurso, ele tratará das sugestões das Forças Armadas, dizendo que há tempo hábil para implementá-las e que elas resolveriam quase todos os problemas.</p> <p>Desse modo, ficará implícito que a</p>
<p>Mais na frente, <u>tudo que eu falo aqui ou é conclusão da PF ou é diretamente informações prestadas pelo TSE.</u> Prossegue: O senhor secretário atesta, categoricamente, que o invasor obteve domínio sobre usuários e senhas, que permite a alteração de dados de partidos e candidatos. Até mesmo a sua exclusão, no contexto do processo eleitoral'. Ou seja, esse grupo de invasores puderam até mesmo excluir nomes e, mais, trocar</p>	<p>O primeiro investigado volta a acionar a normatividade de coordenação, ao assegurar que tudo o que ele diz está documentado no inquérito e corresponde a conclusões da Polícia Federal ou mesmo do TSE.</p> <p>Em seguida, cita parcialmente um trecho da Informação STI/TSE nº 32, que se refere ao e-mail remetido ao juízo eleitoral responsável por uma eleição municipal suplementar, no qual constavam senhas de oficialização dos sistemas de Candidaturas e do Horário Eleitoral daquele pleito (ID 158852105, p. 122). As senhas, em tese, permitiriam que, nesses dois sistemas, se alterassem ou excluíssem partidos ou candidatos, desde que, claro, houvesse também acesso ao sistema em si. Evidente também que, se isso ocorresse, a consequência seria percebida de imediato, pois, por exemplo, um candidato registrado não apareceria no CAND ou no HE, o que não ocorreu.</p>
<p>votos entre candidatos. E o que aconteceu depois de tudo isso?</p>	<p>Porém, mais uma vez retirando de contexto um documento técnico, destinado a leitura por especialistas, o então Presidente fabrica uma complementação inexistente e inteiramente</p> <p>diversa do que diz o relatório e afirma, como fato consumado, que “esse grupo de invasores puderam (sic) até mesmo [...] trocar votos entre candidatos”. Tem-se, portanto, pela segunda vez no discurso, a expressa declaração de que houve “troca de votos entre candidatos” nas Eleições 2018, o que é falso. O conteúdo fabricado foi obsessivamente explorado como uma espécie</p> <p>de “confissão” do TSE a respeito da manipulação de votos dados nas urnas em 2018.</p>
<p>Eu tive acesso a esse inquérito no ano passado, divulguei, é um inquérito que não tem qualquer classificação sigilosa e, ao</p>	<p>O orador evoca a divulgação do inquérito em 2021, o que ocorreu na live de 4 de agosto daquele ano, que foi transmitida ao vivo pelo programa da</p>



<p>divulgar, o Ministro Alexandre de Moraes abre o inquérito para me investigar sobre vazamento. Em depoimento, o delegado encarregado do inquérito foi bem claro, o inquérito não tinha qualquer classificação sigilosa. Foi instada a Corregedoria da Polícia Federal, que disse a mesma coisa. E como envolvia um outro deputado, que teve acesso a esse documento, também, a Procuradoria da Câmara dos Deputados, que o inquérito não tinha qualquer classificação sigilosa.</p>	<p>Jovem Pan Pingos nos Is. Filipe Barros, deputado federal que relatava a PEC nº 135/2019 e solicitou à Polícia Federal que fornecesse cópia do inquérito, participou ativamente da live, que foi anunciada com a promessa de revelação das “provas” de fraude nas Eleições 2018. Há, depois, inequívoca evocação do evento pretérito, quando teria se iniciado o esforço de tornar pública a “verdade”, perfazendo seu elo com o momento presente, em que o primeiro investigado seguiria em sua cruzada, agora perante a comunidade internacional, para comunicar o suposto achado do IPL nº 1361/2018/DF.</p> <p>No trecho, o ex-Presidente também deixa clara sua ciência de que a divulgação ensejou uma apuração criminal por suposto vazamento de sigilo. Apresenta as manifestações que pesariam a seu favor, ocultando as demais informações que indicam que haveria reserva na divulgação do conteúdo, inclusive em razão da finalidade do compartilhamento. Também oculta que o relatório da Polícia Federal concluiu pelo indiciamento de Mauro Cid e que o próprio Jair Bolsonaro não foi indiciado porque se entendeu necessária autorização do STF, em razão do foro por prerrogativa de função.</p> <p>No ponto, portanto, comunica-se a ideia de que o então Presidente estaria sendo injustamente perseguido por ter exposto a “verdade” e que não haveria nenhuma dúvida sobre seu direito de divulgar amplamente o inquérito a quem teve acesso, mesmo sem ser parlamentar que compunha a Comissão Especial que o solicitara. A fala cumpre também a função pragmática de um “ato de defesa” contra as imputações que considera injustas.</p>
<p>O que nós entendemos aqui no Brasil é que, quando se fala em eleições, elas têm que ser totalmente transparentes, coisa que não aconteceu em 2018. Também, a Polícia Federal, depois que demorou 7 meses para o TSE informar que os logs já haviam sido apagados, repito, eles poderiam ser fornecidos de forma espontânea ou através do requerimento, no mesmo dia, ou no dia seguinte.</p>	<p>A primeira frase desse trecho deixa explícito que a razão para tanto se falar no “desejo” de transparência das Eleições 2022 é o fato de que as Eleições 2018 não teriam sido transparentes. Pela terceira vez, <u>há imputação direta inequívoca de que houve mácula ao pleito anterior.</u></p> <p>A frase seguinte indica que a Polícia Federal compartilharia o ponto de vista do então Presidente, insinuando-se que o comportamento dos técnicos do TSE teria levantado algum tipo de suspeita.</p>



<p>Então, 7 meses depois, o TSE informou que os logs tinham sido apagados. E a Polícia Federal concluiu pela total falta de colaboração do TSE para com a apuração, do que os hackers tinham feito ou não por ocasião das eleições de 2018. E repito, até hoje esse inquérito não foi concluído. Entendo que não poderíamos ter tido eleições em 2020 sem apuração total do</p>	<p>Seguindo no esforço de colocar o TSE e a Polícia Federal em polos antagônicos, o então Presidente faz uma declaração falsa no sentido de que “a Polícia Federal concluiu pela total falta de colaboração do TSE para com a apuração, do que os hackers tinham feito ou não por ocasião das eleições de 2018”. Não há nenhuma afirmação nesse sentido no material acessado pelo primeiro investigado.</p>
<p>que aconteceu lá dentro. Porque o sistema é completamente vulnerável, segundo o próprio TSE e obviamente a conclusão da Polícia Federal.</p>	<p>O ex-Presidente menciona o fato de que o inquérito não foi concluído, o que é verdade, mas usa o dado para finalidade totalmente distorcida: afirmar que a realização das Eleições 2020 dependia da “apuração total do que aconteceu lá dentro”. Essa correlação fabricada tem por premissa, falsa, que o inquérito apuraria fraude por manipulação de votos.</p> <p>A afirmação também desconsidera que, a essa altura, já havia sido produzido relatório parcial identificando o autor do hackeamento, sua atuação em ataques a outros órgãos e sua motivação financeira de venda de dados sigilosos. O então Presidente seguia se apoiando nos documentos iniciais da apuração e nas informações que fabricou com base neles, para reforçar a mensagem de que o TSE assumiu comportamento suspeito, de conivência com o ataque.</p> <p>A partir daí, são apresentadas mais duas informações falsas: a de que “o sistema é completamente vulnerável” (no contexto da fala: sistemas das urnas, ou de totalização, a permitir manipulação de votos) e a de que a Polícia Federal e o TSE teriam firmado conclusão nesse sentido (afirmação inteiramente incompatível com todas as informações publicadas pelo TSE e com a linha de investigação e achados do inquérito).</p>
<p>Só 2 países do mundo usam esse sistema eleitoral nosso. Vários outros países ou não usam ou começaram a usá-lo ou chegaram à conclusão de que não era um sistema confiável porque ele é inaudível. É impossível fazer uma auditoria em</p>	<p>O então Presidente apresenta mais uma informação falsa: a de que o sistema eletrônico de votação brasileiro é “inaudível”. E reafirma que é “impossível fazer uma auditoria em eleições aqui no Brasil”. Segundos depois, volta a afirmar, falsamente, que “o sistema é falho e, segundo o próprio TSE, é inaudível também”.</p>
<p>eleições aqui no Brasil.</p> <p>E agora a fotografia de alguns países, com toda certeza tem gente aqui da Inglaterra, França, Irlanda, Austrália, Alemanha, Hong Kong, Coreia do Sul, Japão. Olha que o</p>	<p>Essas declarações colidem frontalmente com todas as campanhas de informação, notas públicas e demais comunicações do TSE voltadas para esclarecer a sociedade a respeito</p>

<p>peçoal está acompanhando uma apuração. No Brasil, não tem como acompanhar a apuração. Eu não sei o que vêm fazer observadores de fora aqui. Vão fazer o quê? Vão observar o que? Se o sistema é falho, segundo o próprio TSE, é</p>	<p>da auditoria dos sistemas eleitorais. A fala do Presidente não se trata de uma opinião, mas de uma tentativa de indicar que o TSE não é uma fonte confiável de informações a respeito da segurança do sistema.</p>
<p>inauditável também, segundo uma auditoria externa pedido (sic) por um partido político, no caso, o PSDB, em 2014. E, com todo respeito, 8 meses passeando dentro dos computadores do TSE esse grupo de hackers, será que o TSE não sabia?</p> <p>Mas vamos continuar, mais outros países: Taiwan, Rússia, Suíça, Noruega, Itália, Israel. O pessoal tem o que observar. Aqui no Brasil, os observadores que porventura vierem para cá, eu queria saber o que eles vão observar aqui.</p> <p>Pode passar.</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro questiona a finalidade das Missões de Observação Eleitoral, ao argumento de que, se não é possível auditar as urnas, nada há para observar. Relembre-se que a reunião do dia 18/07/2022 foi pensada como uma espécie de resposta à iniciativa do Min. Edson Fachin, então Presidente do TSE, que, no final de maio de 2022, havia se reunido com os observadores internacionais e que, em sua gestão, priorizou o diálogo internacional. O Chefe de Estado brasileiro, portanto, comunicava a sua plateia, em sentido contrário, que a observação internacional seria inócua, servindo apenas como uma espécie de teatro diante de um sistema inauditável.</p> <p>Ainda é mencionada, fora de qualquer contexto, a auditoria solicitada pelo PSDB em 2014.</p> <p>O ex-Presidente conclui “com todo o respeito”, insinuando conivência do TSE com o ataque hacker, indagando, à forma de mais um pensamento intrusivo a serviço de teoria conspiratória, se seria possível o TSE “não saber” que o grupo de hackers estava “passeando” pela rede do tribunal.</p> <p>Relembre-se que Jair Bolsonaro disse isso embora estivesse de posse do relatório inicial da STI (cujo conteúdo foi parcialmente abordado minutos antes) que detalhava as medidas tomadas em abril de 2022 para rastrear a invasão, conter danos e identificar os equipamentos acessados, o que serviu de substancial suporte para a investigação da Polícia Federal.</p> <p>Todo o trecho se insere na disputa travada no âmbito da normatividade de coordenação, cumprindo a função pragmática de comunicar a mensagem “não confie no que diz o TSE, confiem em mim”.</p>
<p>Aqui que eu falei, então. Em 2014, a conclusão foi de que... e houve... houve uma dúvida naquela época: quem ganhou as eleições? Daria um capítulo, mas eu não vou entrar nesse capítulo aqui. Já está bem bastante curioso o que aconteceu em 2014.</p>	<p>O então Presidente volta a se referir às Eleições 2014, na qual Dilma Rousseff foi reeleita Presidenta, afirmando expressamente que “houve uma dúvida [...] a respeito de quem ganhou as eleições”. Embora situe a dúvida “naquela época”, fica evidente que a insinuação de</p>



<p>A Polícia Federal nesses momentos recomendou o voto impresso. Manteria o sistema eleitoral nosso, mas teria uma impressora do lado da urna. Onde não haveria contato manual por parte do eleitor e, após a confirmação do voto, esse papel cairia dentro de uma urna e essa urna seria então utilizada mais na frente para uma contagem física, caso houvesse dúvidas sobre quem ganhou as eleições.</p> <p>Então, documentação do próprio TSE também conclui aqui que não há como fazer uma correspondência entre um eleitor específico e seu voto. Ninguém quer descobrir o voto daquela pessoa para quem ela escreveu ali ou para quem ela queria votar, não é isso. Esse sistema aqui é impossível fazer qualquer relação ou correlação entre o eleitor e o seu voto.</p> <p>Aqui, mais uma vez, o outro parecer da Polícia Federal, em 2018, recomendando que fossem enviados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria, também ignorados. Por 4 vezes, o parlamento brasileiro, com a</p>	<p>adulteração dos resultados se conecta, no discurso, a todas as afirmações sobre a manipulação de votos em 2018.</p> <p>Não são apresentados detalhes sobre as conclusões da auditoria realizada em 2014 e Jair Bolsonaro, mencionando que haveria uma recomendação do “voto impresso” pela Polícia Federal, passa a detalhar a forma como se daria a implantação da proposta.</p> <p>Jair Messias Bolsonaro insinua que recomendações reiteradas da Polícia Federal pela adoção do voto impresso foram “ignoradas”. Enfatiza que o Congresso chegou a aprovar a adoção do voto impresso, momento em que destaca sua atuação como parlamentar para esse resultado, e critica a decisão do STF que declarou inconstitucional a adoção do modelo aprovado por lei ordinária.</p> <p>À época, a PEC nº 135/2019 havia sido rejeitada pela Câmara dos Deputados em 10/08/2021 e</p>
<p>minha participação em todas elas, nós (sic) aprovamos o voto impresso ao lado da urna eletrônica, sem o contato manual do eleitor com o voto, e o Supremo Tribunal Federal disse que era inconstitucional. Inconstitucional no quê?</p>	<p>não poderia voltar a ser debatida na legislatura.</p> <p>Cabe lembrar também que o discurso foi proferido dois meses e meio antes da eleição, momento no qual seria impossível, jurídica ou tecnicamente, implementar a alteração.</p> <p>Desse modo, o Chefe de Estado sustentava, diante da comunidade internacional, que a única forma de trazer a almejada transparência para as Eleições 2022, eliminando a manipulação de votos supostamente ocorrida em pleitos anteriores, era uma proposta já recusada pelo Poder Legislativo. Insinua, com isso, um cenário desolador para a eleição vindoura, que desenha a manipulação de votos como uma hipótese altamente plausível.</p>
<p>E daí entra na frente aqui isso, mais uma personalidade. Deixo claro, quando se fala em Ministro Fachin, ele foi o responsável por tornar Lula elegível.</p> <p>Numa interpretação de um dispositivo constitucional, o Lula estava preso, e o Supremo entendeu que a prisão só poderia acontecer em última instância, na 4ª instância. Então, ele foi condenado em 1ª instância, 2ª instância, 3ª instância, todos os placares por unanimidade e estava cumprindo pena de prisão. Com a reinterpretção do Supremo Tribunal</p>	<p>Adentra-se a fase do discurso em que, na disputa travada no âmbito da normatividade de coordenação, o então Presidente da República passa a tentar convencer a audiência de que Ministros do TSE não podem ser considerados fontes confiáveis a respeito do tema da segurança das urnas, uma vez que, segundo alega, teriam interesse em assegurar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e meios para praticar fraudes necessárias para tanto.</p> <p>O primeiro mencionado é o Min. Edson Fachin, então Presidente do TSE. Ele é descrito simplesmente como “responsável por tornar Lula</p>



<p>Federal, ele foi para rua. Mas como ele, Lula, estava em liberdade, <u>mas as condenações estavam valendo, o próprio</u></p>	<p>elegível”.</p>
<p>Ministro Fachin, relator de um processo, resolveu tornar o Lula elegível. Então, por 3 a 2, o Supremo Tribunal Federal não inocentou. Simplesmente, anulou os julgamentos, voltando para a 1ª instância o senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Ao voltar para a 1ª instância, ele conseguiu, ele reconquistou a possibilidade de ser elegível.</p>	<p>O então candidato à reeleição, na condição de Chefe de Estado, profere uma crítica direta à atuação do STF nos processos que levaram seu principal adversário a poder disputar as Eleições 2022. Há ênfase em dizer que Lula não foi “inocentado”, mas, sim, que houve anulação de julgamentos que o condenaram. O jogo de palavras não é neutro, pois há um evidente desvalor moral na condição de “não inocente” (ou, como dito em outras declarações públicas, de “descondenado”), que, no contexto, suprimiria de seu oponente a idoneidade para o cargo em disputa.</p> <p>Embora não tenha havido pedido de votos ou comparação direta entre atributos morais de candidatos (por exemplo: “Lula não é inocente, mas eu sou”), é evidente que as declarações remetem ao contexto das Eleições 2022 (em</p> <p>que Lula estava “elegível”) e cumprem a função pragmática de deslegitimar a candidatura do principal adversário, por meio de fala dirigida à comunidade internacional e apta a alcançar o eleitorado pela TV Brasil e pelas redes sociais do investigado.</p>
<p>Daí, em setembro de 2021, o Ministro Barroso, por portaria, resolve convidar algumas instituições, entre elas as Forças Armadas, a participarem de uma comissão de transparência eleitoral. As Forças Armadas não se meteram nesse processo. Foram convidados. Ao serem convidadas, <u>nós temos um comando de defesa cibernética, como acredito que todos os chefes, todos os países, o têm também, e, como foram convidados, começaram a trabalhar para</u></p>	<p>Retrocedendo no tempo, Jair Messias Bolsonaro menciona o convite feito pelo então Presidente do TSE em 2021, para que as Forças Armadas participassem da Comissão de Transparência Eleitoral. Esse convite é visto como apto a legitimar a postura de tensionamento e antagonização assumida nos trabalhos da comissão e em outras ocasiões públicas: os militares “não se meteram nesse processo”, “foram convidados” – diz o orador.</p> <p>O Chefe de Estado, desconsiderando o objeto próprio da Comissão de Transparência, suas regras de funcionamento, a evidente liderança do TSE e o espírito colaborativo dos trabalhos, declara que a atuação das Forças Armadas seria direcionada “para que o</p>
<p><u>soluções, sugestões, para que o ocorrido nas eleições de 2018 não viesse a ocorrer</u></p>	<p>ocorrido nas eleições</p>
<p><u>novamente.</u></p>	<p>de 2018 não viesse a ocorrer novamente”. O Presidente usa pela primeira vez a primeira pessoa plural, “nós temos um comando de defesa cibernética”, indicando sua unidade de desígnios com a “missão” inventada para as Forças Armadas.</p> <p>No contexto já repisado, o trecho cumpre a função</p>



	<p>pragmática de comunicar que <u>as Forças Armadas estavam prontas a atuar como órgão de inteligência para impedir que a manipulação de votos ocorrida em 2018 voltasse a se repetir em 2022, a despeito de suposta conivência, imperícia e comportamento suspeito do TSE.</u></p>
<p>Continua, continua então, <u>o senhor Barroso me atacando. Deixo bem claro, por que o senhor Barroso foi escolhido pelo governo do PT para ser ministro do Supremo Tribunal Federal? Porque ele trabalhou para que o terrorista Cesare Battisti ficasse no Brasil. E, no último dia do presidente Lula em 2010, Battisti ganhou a condição de refugiado no Brasil, graças ao trabalho dele, o Barroso, que era advogado naquela época, e o terrorista Cesare Battisti permaneceu no Brasil. Graças a isso, certamente, ele ganhou confiança do Partido dos Trabalhadores e foi indicado para o Supremo Tribunal Federal.</u></p>	<p>A exemplo do que fez em relação ao Min. Edson Fachin, o primeiro investigado passa a elaborar uma teoria conspiracionista a respeito do Min. Luís Roberto Barroso, anterior Presidente do TSE.</p> <p>Partindo de um fato verídico, que é a atuação do então advogado na defesa de Cesare Battisti em processo de extradição, o primeiro investigado extrapola para uma narrativa inteiramente fabricada e grave.</p> <p>Sem rodeios, o então Chefe de Estado afirma para representantes da comunidade internacional que interessava ao PT manter um “terrorista” no Brasil que a nomeação para o STF foi o prêmio dado ao advogado que teria viabilizado isso.</p> <p>O objetivo de comprometer a idoneidade do magistrado e, com isso, sua atuação no TSE, é evidente.</p> <p>Também é comunicada, na fala, a associação entre o PT, partido de seu principal adversário nas Eleições 2022, e terrorismo.</p>
<p>Então, essa, volta, essa acusação que eu vou dar, dados, o inquérito, que é ostensivo, não tem qualquer classificação sigilosa. É uma acusação simplesmente infundada. Carece de base, de amparo legal. É uma acusação mentirosa, nada existe no inquérito. O inquérito, como diz, como o próprio depoimento do delegado encarregado do mesmo, da corregedoria da PF e da Procuradoria da Câmara dizendo que o inquérito não tinha qualquer classificação sigilosa. E se tivesse, estava errado. <u>Porque, quando se fala em eleições, se vem à nossa cabeça</u></p>	<p>Jair Messias Bolsonaro volta a mencionar o IPL nº 1361/2018/DF e a se defender da imputação de vazamento de dados sigilosos.</p> <p>Diz, então, que, mesmo se houvesse o sigilo declarado pelos órgãos competentes, isso estaria “errado”. O adjetivo, seguido da explicação “porque quando se fala em eleições, se vem à nossa cabeça transparência”, transmite a mensagem de que <u>não divulgar o inquérito contribuiria para a falta de transparência do pleito.</u> Essa é mais uma <u>afirmação falsa</u> que objetiva tanto acionar o sentimento de que há uma ameaça rondando as Eleições 2022 quanto descrever o primeiro investigado como alguém que age para impedir-lhe se concretizar.</p>
<p><u>transparência.</u></p> <p>E o senhor Barroso, também com o seu Fachin, começaram a andar pelo mundo me criticando, <u>como se eu estivesse preparando um golpe por ocasião das eleições. É exatamente o contrário o que</u></p>	<p>O orador afirma que sua atuação é “o contrário” de preparar “um golpe por ocasião das eleições”. E afirma que os dois Ministros do TSE já por ele referidos como inidôneos, “começaram a andar</p>



<p><u>está acontecendo.</u> O Barroso, nos Estados Unidos, faz uma palestra ‘Como se livrar de um presidente’. Ele é, era, do Tribunal Superior Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal. A gente não tem notícias de pessoas que ocupam essa Corte, nos países que tenham, que fiquem falando, dando entrevista, dando palestras e colocando a sua opinião pessoal sobre este ou aquele governo.</p> <p><u>Lamentável a ação do Ministro Barroso pelo mundo, porque isso</u></p>	<p>pele mundo” para difundir a ideia de que o golpe estaria sendo tramado.</p> <p>É ainda feita uma menção descontextualizada a uma palestra do Min. Barroso, atribuindo-lhe título falso. O Presidente da República diz que a atuação do Ministro “atrapalha o Brasil”.</p> <p>No mesmo dia da reunião, o gabinete do magistrado divulgou nota esclarecendo que o título da palestra era “Populismo Autoritário, Resistência Democrática e Papel das Supremas Cortes” (https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=490664&ori=1).</p>
<p><u>atrapalha o Brasil.</u></p>	
<p>Repeto: vocês nunca ouviram uma só palavra minha de censurar a mídia. De derrubar página de alguém que me critique, de prender deputado, nunca mandei prender nenhum deputado. <u>Quem prendeu foi o outro colega deles, Alexandre de Moraes.</u></p>	<p>O Min. Alexandre de Moraes, que estava em vias de assumir a Presidência do TSE, é referido, pela primeira vez no discurso. Exaltando a si próprio como um democrata, em contraponto ao magistrado, Jair Messias Bolsonaro se apresenta como defensor da liberdade de expressão, enquanto o Min. Alexandre de Moraes, “outro colega deles” (ou seja, colega dos Min. Edson Fachin e Luís Roberto Barroso) “prende” deputado.</p> <p>A fala cumpre a função pragmática de tentar apontar o futuro Presidente do TSE como alguém contrário à liberdade de imprensa e de manifestação.</p>
<p>E depois também:</p> <p>[Exibição de vídeo com pergunta de jornalista ao Ministro Luís Roberto Barroso]</p> <p>“Jornalista: – Boa noite, Ministro. Com as informações que a gente tem até agora, dá para saber se a gente vai ter resultado hoje ainda ou só amanhã? E a outra coisa é: <u>quem é que faz a manutenção do</u></p>	<p>A exibição do vídeo contendo trecho da entrevista coletiva concedida pelo Min. Luís Roberto Barroso durante as Eleições 2020 demonstra, de forma nítida, a estratégia discursiva de Jair Messias Bolsonaro: <u>fabricar conteúdos e difundir informações falsas, a partir preferencialmente</u></p>
<p><u>supercomputador que O senhor mencionou é a própria equipe do TSE ou uma empresa terceirizada?</u> Obrigado.</p>	<p><u>de uma informação verdadeira, de teor técnico (que, a pretexto de ser “explicada” pelo primeiro investigado, é, na verdade, distorcida por ele).</u></p>
<p>Ministro Luís Roberto Barroso: – Eu vou pedir ao nosso secretário de Tecnologia da Informação, Giuseppe, se você puder comparecer ali ao microfone e explicar. Quer dizer, houve um problema de infraestrutura que a Oracle estava atendendo, mas eu não gostaria de dar uma explicação equivocada.</p>	<p>No vídeo, a imprensa indaga ao então Presidente do TSE se a manutenção do supercomputador que viabiliza a divulgação de resultados é feita pelo próprio tribunal ou por uma “empresa terceirizada”. O Min. Luís Roberto Barroso solicita uma explanação <u>técnica</u> ao então Secretário de Tecnologia da Informação, que explica, em linhas gerais, que o TSE contratou a empresa Oracle para prestar um serviço de “nuvem computacional” e diz que <u>“a manutenção, a conservação, o</u></p>



<p>Portanto, Giuseppe, por favor.</p> <p>Secretário de Tecnologia da Informação – Boa noite. Esse computador ele é instalado por meio de um serviço, ele faz justamente esse papel da nuvem computacional. Ou seja, é um supercomputador, que ele é contratado por uma empresa, no caso a empresa é a Oracle, ela instala esse computador e mantém ele em funcionamento. É um serviço, justamente, e não é uma aquisição. Portanto, a manutenção, a conservação, o suporte, o bom funcionamento do equipamento é de responsabilidade da empresa sim.</p>	<p>suporte, o bom funcionamento do equipamento, é de responsabilidade da empresa, sim”.</p> <p>Com seu didatismo, o Min. Luís Roberto Barroso, entendendo a dúvida da repórter, complementa que o modelo não é de terceirização, em que o maquinário seria do TSE, mas de contratação de serviço (nuvem computacional).</p> <p>Vê-se que <u>não há nenhuma referência a uma empresa encarregada de “contar votos”.</u></p>
<p>Ministro Luís Roberto Barroso: – Não é propriamente uma terceirização, é uma contratação de um serviço, como explicou o nosso secretário, ok?”</p>	<p>A despeito disso, o então Presidente da República não hesita em concluir que o vídeo prova que “uma empresa terceirizada” é “quem conta os votos”. O fato fabricado chega a ser apresentado como uma derradeira informação sobre a falta de confiabilidade do sistema eletrônico de votação brasileiro (“nem precisava continuar essa explanação aqui”, diz o orador).</p> <p>A manipulação do episódio ocorrido no contexto da entrevista coletiva – que, na realidade, apenas postergou a divulgação de resultados das Eleições 2020 por algumas horas – escala. O então Chefe de Estado o utiliza para reafirmar para a plateia que está <u>lutando para apresentar uma saída para isso tudo”.</u></p>
<p>Bolsonaro: – Bem, <u>não é o Tribunal Superior Eleitoral quem conta os votos, é uma empresa terceirizada. Eu acho que nem precisava continuar essa explanação aqui. Nós queremos obviamente, estamos lutando para apresentar uma saída para isso tudo. Nós queremos confiança e transparência no sistema eleitoral brasileiro.</u></p>	<p>No contexto do discurso, não há dúvidas que a mensagem comunicada é que teria havido fraude por manipulação de votos também nas Eleições 2020 (relembre-se: o orador já havia dito que esse pleito nem poderia ter ocorrido antes que fosse concluído o IPL nº 1361/2018). Tudo se soma para reforçar a ideia de que o então Presidente da República estaria empenhado em evitar que isso se repetisse nas Eleições 2022.</p>
<p>Aqui <u>uma reunião do Ministro Fachin com alguns dos senhores ou representantes, alertando-os contra acusações levianas. O que eu estou falando aqui não tem nada de leviano. Esse inquérito tenho cópia comigo e quem porventura quiser ter acesso dele eu forneço a cópia.</u> E repito: não tem qualquer classificação sigilosa o que está dentro dele.</p> <p>E aqui eu já falei: ‘Fachin assina acordo do TSE com entidade estrangeira para observação das eleições’. Eu peço aos senhores: o que essas pessoas vêm fazer</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro se refere, nesse trecho, à reunião de 31/05/2022, em que o então Presidente do TSE, Min. Edson Fachin, alertou embaixadores contra “acusações levianas” relativas às urnas eletrônicas e sugeriu que buscassem “informações sérias e verdadeiras”.</p> <p>Conforme já explicado, foi esse encontro que motivou o primeiro investigado a convocar a reunião com embaixadores no dia 18/07/2022, como uma espécie de resposta.</p> <p>Nesse contexto, Jair Bolsonaro, assumindo que o alerta feito pelo então Presidente do TSE se voltava também contra declarações que vinham</p>



<p>no Brasil? Vêm observar o quê? Que o voto é totalmente informatizado. <u>Vêm dar ares de legalidade. Vêm dizer que tudo ocorreu numa normalidade.</u></p>	<p>sendo feitas pelo mandatário, retruca: “o que eu estou falando não tem nada de leviano”. Porém, o respaldo invocado, mais uma vez, é o IPL nº 13621/2018, que, conforme visto, não embasa as afirmações sobre manipulação de votos ou sobre qualquer outra fraude em eleições pretéritas.</p> <p>Ou seja, o primeiro investigado estava ciente de que o órgão de governança eleitoral do país não respaldava as imputações de fraude ao sistema eletrônico que ele vinha propalando. Ainda assim, sustentou falsamente perante representantes da comunidade internacional que tinha em sua posse um documento da Polícia Federal que corroborava suas declarações, de modo que não deveria ser levado em conta o que disse o Min. Edson Fachin.</p> <p>O então Presidente da República dispara diante dos diplomatas um outro alerta: as missões de observação somente serviriam para “dar ares de legalidade” e “dizer que tudo ocorreu numa normalidade”, ou seja, para maquiar a fraude.</p> <p>Essa prática discursiva de esgarçamento institucional, assentada na degradação da normatividade epistêmica pela normatividade de coordenação, veio a ser referida pela defesa dos investigados, nesta ação, como “diálogo fértil e desinibido”, no esforço de normalizar as declarações feitas pelo primeiro investigado.</p>
<p>Eu teria dezenas e dezenas de vídeos para passar para os senhores por ocasião das eleições de 2018 onde o eleitor ia votar e simplesmente não conseguia votar. Ou quando ele apertava o número 1 e depois ia apertar o número 7, aparecia o 3 e o voto ia para outro candidato. O contrário ninguém reclamou. Temos quase 100 vídeos de pessoas reclamando que foram votar em mim e, na verdade, o voto foi para outra pessoa, nenhum vídeo de alguém que foi votar no outro candidato e porventura apareceu meu nome.</p>	<p>Nesse trecho, o primeiro investigado, sem rodeios, afirma que tem em seu poder provas (“dezenas e dezenas de vídeos”) de fraude nas Eleições 2018. Ele declara perante embaixadoras e embaixadores, na condição de Chefe de Estado, que houve situações em que a pessoa “apertava o número 1 e depois ia apertar o número 7, aparecia o 3 e o voto ia para outro candidato”. Ele afirma logo depois que tem quase 100 vídeos de pessoas reclamando e alegou: “foram votar em mim e, na verdade, o voto foi pra outra pessoa”.</p> <p>Há, portanto, uma imputação explícita de que o sistema eletrônico de votação foi manipulado para adulterar votos. Mais que isso, a manipulação somente ocorreria em uma direção: votos para o “17” seriam transformados em votos para o “13”.</p> <p>Conforme se sabe, em 2018 Jair Bolsonaro concorreu pelo PSL com o número 17, enquanto</p>



	<p>Fernando Haddad, seu principal adversário, concorreu pela coligação encabeçada pelo PT, com o número 13. <u>A mensagem comunicada aos embaixadores é a de que as urnas eletrônicas</u></p> <p><u>estariam programadas pelo TSE para “autocompletar” a votação com o número 3 assim que fosse digitado o algarismo 1, computando um voto em favor de Fernando Haddad e impedindo eleitoras e eleitores de registrar sua escolha por votar em Jair Bolsonaro.</u></p> <p><u>Não apenas se trata de uma informação inteiramente falsa</u>, fabricada no contexto de estímulo a um estado de paranoia coletiva resultante do contínuo esforço de descredibilização das urnas eletrônicas, <u>como também se trata da mesma informação falsa divulgada por</u></p> <p><u>Fernando Francischini em live realizada em 2018 e que levou à cassação de seu diploma de deputado federal.</u> O parlamentar condenado disse na ocasião, para seu público, que urnas foram apreendidas ao se constatar que nelas a pessoa “vota um e aparece o nome do Haddad” (ou seja, ao digitar o algarismo 1, a urna autocompletaria o voto com o algarismo 3, perfazendo o “13”).</p> <p><u>A função pragmática desse trecho não é outra senão estatuir que as Eleições 2018 teriam sido fraudadas para direcionar votos de Jair Bolsonaro para Fernando Haddad e que haveria farta prova dessa ocorrência.</u></p>
<p><u>Nós queremos é corrigir falhas. Nós queremos transparência. Nós queremos a democracia de verdade.</u></p>	<p>Após a deliberada e falsa afirmação de que houve fraude nas Eleições 2018, Jair Messias Bolsonaro afirma mais uma vez que seu desejo é atuar para que o mesmo não se repita nas Eleições 2022. O desejo por “democracia de verdade” é comunicado como uma meta que será conquistada quando não mais for possível manipular votos.</p>
<p>Agora, eu estou sendo acusado o tempo todo, Barroso, Fachin, Alexandre de Moraes, como a pessoa que quer dar o golpe. Eu estou questionando antes, porquetemos tempo ainda de resolver esse</p> <p>problema. Com a própria participação das Forças Armadas, que foram convidadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.</p>	<p>Descrito o catastrófico cenário da hipotética fraude nas Eleições 2018, o discursante volta a se apresentar como a autoridade disposta a resolver o problema e que, injustamente, é tratada pelos três Ministros do TSE como “a pessoa que quer dar um golpe”.</p> <p>Para sustentar que não pretende “dar o golpe”, ele diz que está “questionando antes” e que “temos tempo ainda de resolver esse problema”.</p> <p>Considerando-se que faltavam apenas dois meses</p>



	<p>e meio para o pleito de 2022 e que a PEC nº135/2019 já havia sido rejeitada em agosto de 2021, <u>o então Presidente passa a abordar uma espécie de estratégia alternativa para o</u></p> <p><u>imaginário problema da fraude eleitoral: a atuação salvadora das Forças Armadas.</u></p>
<p>Os senhores devem estranhar: <u>o que as Forças Armadas estão fazendo no processo eleitoral? Nós fomos convidados. E eu sou o chefe supremo</u></p> <p><u>das Forças Armadas. Nós jamais, com esse convite, iríamos participar apenas para dar ares de legalidade.</u> O comando de defesa cibernética, os senhores têm o equivalente nos países de vocês, é algo extremamente sério. Pessoas extremamente, mais que habilitadas, confiáveis.</p>	<p>A partir desse ponto, o então Presidente da República passa a se referir às Forças Armadas na primeira pessoa do plural.</p> <p>O conceito de “comandante supremo” é manuseado não para afirmar a submissão do poder militar ao governo civil, mas, sim, para inserir o primeiro investigado na estrutura militar. <u>A construção gramatical promove a simbiose entre a Presidência da República, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.</u></p> <p>O convite dirigido às Forças Armadas para integrar a Comissão de Transparência Eleitoral se transforma, no discurso, em convite dirigido ao próprio candidato à reeleição: “<u>nós fomos convidados</u>”, diz o orador. E, uma vez aceito o convite, a simbiose imaginada por ele assume um papel salvador: “jamais [...] iríamos participar apenas para dar ares de legalidade”.</p> <p><u>O sentido implícito, facilmente extraído do contexto do discurso, é o de que as Forças Armadas, lideradas por seu comandante supremo (o Presidente da República), não endossariam a estratégia de mascarar fraudes eleitorais por meio da Comissão de Transparência, intento atribuído a Ministros que presidiram o TSE.</u></p>
<p>Passa esse aí. Aqui.</p> <p>Depois de convidar as Forças Armadas, o trabalho das Forças Armadas junto com o comando de defesa cibernética, que é algo <u>louvável, confiável e verdadeiro, o Ministro Fachin disse que as sugestões</u></p> <p><u>apresentadas pelas Forças Armadas serão avaliadas depois de 2022. Todas as sugestões apresentadas pelas Forças Armadas podem ser cumpridas até 2 de outubro e, se tiver qualquer despesa extra, o Poder Executivo arranja recurso para tal.</u> Que sempre ouvimos, em especial da esquerda, que democracia não tem preço.</p>	<p>O discurso prossegue comparando as Forças Armadas e seu comando de defesa cibernética, que Jair Messias Bolsonaro valida como “louvável, confiável e verdadeiro”, com os técnicos do TSE, que, segundo diz, não teriam sido capazes, até aqui, de impedir a manipulação de votos e podem até mesmo ter contribuído para que a fraude ocorresse e não fosse debelada.</p> <p>Arvorando-se em autoridade sobre o desenvolvimento de urnas, o então Presidente assegura à plateia que as sugestões feitas pelas Forças Armadas podem ser incorporadas em dois meses. Ainda empenha, de forma personalista, o compromisso do Poder Executivo de custear “qualquer despesa extra” decorrente das</p>



	<p>sugestões.</p> <p>Por fim, sugere que “a esquerda” não poderia se opor a isso, já que sempre propala que “democracia não tem preço”.</p> <p>Jair Bolsonaro passa a antagonizar, diretamente, com o então Presidente do TSE, que já havia se manifestado a respeito das sugestões das Forças Armadas. Essa antagonização é comunicada ao público sem que tenha sido abordado qualquer argumento técnico em favor da proposta dos militares. O orador apenas diz que as sugestões das Forças Armadas poderiam ser acolhidas na</p> <p>totalidade.</p> <p>Além disso, oculta da plateia a informação de que boa parte das sugestões foi aceita. Também distorce ofício enviado em 17/06/2022 pelo TSE ao então Ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, pois o que se diz no documento é que “embora algumas sugestões não tenham sido acolhidas para esse ciclo eleitoral, serão consideradas para uma nova análise objetivando os próximos pleitos” (Ofício GAB-SPR/GAB-PRES nº 2847/2022), o que nitidamente assinala que a rejeição não é definitiva e que o diálogo poderia seguir aberto.</p>
<p>Aqui. Por que uma declaração como essa? Será que ele [Ministro Edson Fachin] já está antevendo que o candidato dele, que ele tornou elegível, vai ganhar as eleições? E do lado de cá teria uma reação? Resultado de eleições se cumpre. Agora, estamos tentando antecipar um</p>	<p>Ao exibir alguma declaração do Min. Edson Fachin na tela, cujo teor não é informado, Jair Messias Bolsonaro insinua que ela teria sido prestada antevendo uma reação do candidato à reeleição, em caso de derrota. O então Presidente da República reafirma que o Min. Fachin “tornou [Lula] elegível” e se refere ao adversário como “candidato dele” (ou seja: Lula seria “o candidato” do Presidente do TSE).</p>
<p>problema que interessa para todo mundo.</p>	
<p>O mundo todo quer estabilidade</p>	
<p>democrática no Brasil.</p>	
	<p>A afirmação de que “resultado de eleições se cumpre” é implicitamente associada à condicionante das eleições híbridas (diversamente do que aconteceu, segundo a narrativa apresentada, nas Eleições 2018). Isso é percebido pelo uso do “agora” como conjunção adversativa: “agora, estamos tentando antecipar um problema”, ou seja, para “cumprir” (respeitar) o resultado das eleições, é imperioso que “o problema” (fraude) seja corrigido.</p>
<p>Os senhores todos querem continuar representando os seus países. Porque o Brasil é um país que interessa para todo mundo. Nós alimentamos mais de 1 bilhão</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro busca convencer que tudo que diz no discurso converge com interesses das nações estrangeiras, pois envolve a continuidade de negócios com os demais países.</p>



<p>de pessoas pelo mundo com o nosso o agronegócio. É construído um contraste entre o governo do candidato à reeleição, apresentado como próspero, e “o que era antes”, ou seja, governos anteriores. É perceptível que eventual eleição de Lula em 2022 é comunicada como um retrocesso: “se o povo resolver voltar ao que era antes, paciência”.</p> <p>Repito: Temos negócio com o mundo todo, é um país fantástico. Teria muito a falar sobre Brasil, como os senhores bem acompanham o que vem acontecendo aqui em nossa pátria. E nós, se o povo resolver voltar ao que era antes, paciência.</p> <p>Agora, num sistema eleitoral como esse,</p>	<p>O “agora” volta a ser usado como conjunção adversativa: “agora, num sistema eleitoral como esse [...]” a insinuar que uma eleição de Lula, com o atual sistema, não refletiria uma escolha livre para “voltar ao que era antes”, mas, sim, conforme já explicado no discurso, evidenciaria a manipulação de votos.</p>
<p>que apenas 2 países o adotam, outros estudaram e abandonaram, outros fizeram uma ou outra eleição e desistiram. Nós não queremos isso para o Brasil. Nós não queremos que, após as eleições, um lado ou outro questione os resultados das eleições.</p>	<p>O trecho é arrematado com o reforço ao pensamento intrusivo de que pode ocorrer uma fraude nas Eleições 2022, se nada for feito: “nós não queremos que, após as eleições, um lado ou outro questione os resultados das eleições”.</p> <p>Fica sugerida a indagação: e se, então, Lula for eleito e o candidato à reeleição derrotado conclua que isso não reflete o que o “povo” quis, estaria justificada a não aceitação dos resultados?</p>
<p>Como os senhores viram no começo aqui, em vídeos passando meus, eu ando o Brasil todo. Sou muito bem recebido em qualquer lugar. Ando no meio do povo. O outro lado não. Sequer toma café ou almoça no restaurante do hotel. Come no seu quarto. Porque não tem aceitação.</p> <p>Agora, peças que devem favores a ele não querem um sistema eleitoral</p>	<p>O trecho estabelece um nítido comparativo entre o candidato à reeleição e “o outro lado”. É patente a conotação eleitoral deste trecho, pois o “outro lado”, que não poderia andar pelo Brasil, que não seria bem recebido e que não anda no meio do povo, tudo isso por não ter “aceitação”, inequivocamente se refere a um ou mais adversários no pleito iminente.</p> <p>Fica evidente que esse adversário é Lula, pois é usada a expressão “peças que devem favores a ele não querem um sistema eleitoral”</p>
<p>transparente. Pregam o tempo todo que imediatamente após anunciar o resultado das eleições, os respectivos chefes de estado dos senhores devem reconhecer imediatamente o resultado das eleições.</p>	<p>transparente”. A expressão é facilmente decodificável no contexto do discurso: seriam os Ministros que presidiram o TSE, que deveriam “favores” a Lula pura e simplesmente por conta de haverem sido nomeados para o STF. É atribuída aos Ministros uma estratégia de pedir aos países estrangeiros que aceitem o resultado tão logo proclamado, para, conforme já dito, “dar ares de legalidade” ao processo eleitoral.</p> <p>A mensagem que o primeiro investigado comunica é que os Ministros Edson Fachin e Luís Roberto Barroso são contra a “transparência” do sistema, porque a opacidade beneficiaria Lula ao permitir a</p>



	<p>prática de fraude consubstanciada em “transferência de votos” para um candidato sem “aceitação”, o que seria escamoteado pelos cumprimentos de outros Chefes de Estado ao falso vencedor. Verdadeira <u>teoria conspiratória destinada a incitar a desconfiança em qualquer</u></p> <p>resultado diverso da reeleição de Jair Messias Bolsonaro em 2022.</p>
<p>Depois das Forças Armadas serem convidadas para participar da Comissão da Transparência Eleitoral, o Fachin, quem tornou o Lula elegível, disse quem quem trata das eleições do Brasil são ‘forças desarmadas’. Então, por que nos convidaram? Achavam que iam dominar as Forças Armadas? Será que se esqueceram que eu sou o chefe supremo das Forças Armadas? Será que se esqueceram da responsabilidade das nossas Forças Armadas, que goza de um conceito excepcional perante a opinião pública. Jamais as Forças Armadas participariam</p>	<p>Em momento de tensão crescente, Jair Messias Bolsonaro dirige indiretamente questões ao Min. Edson Fachin, mais uma vez referido como aquele que “tornou Lula elegível”. O então Presidente da República contesta o uso da expressão “forças desarmadas” pelo Presidente do TSE à época.</p> <p>A declaração feita pelo Ministro em 12/05/2022, conforme é público e notório, foi: “quem trata de eleições são as forças desarmadas. Portanto, as eleições dizem respeito à população que, de maneira livre e consciente, escolhe seus representantes [...]. Diálogo, sim. Colaboração, sim. Mas, na Justiça Eleitoral, quem dá a palavra final é a Justiça Eleitoral”.</p>
<p>de uma farsa. Jamais seriam moldura de uma fotografia.</p>	<p>Ao redarguir essa manifestação, o então Presidente da República, mais uma vez usando a primeira pessoa do plural para se referir às Forças Armadas, diz: “então, por que nos convidaram?”</p> <p>Sem aceitar a premissa de que o convite se deu para colaborar em uma Comissão, e não para assumir o controle e a palavra final sobre o sistema de votação, o primeiro investigado eleva o tom, sugerindo que o TSE estaria agindo para sobrepujar as Forças Armadas, obrigando-as a participar “de uma farsa”, intento que não teria êxito porque o “chefe supremo” daquelas Forças – o Presidente da República – não permitiria.</p> <p>O trecho exemplifica o uso da denominada “falácia do espantalho”, na qual um interlocutor distorce inteiramente as premissas postas pelo outro e passa a esgrimir intensamente contra essas premissas distorcidas (o espantalho). Assim, enquanto o Min. Edson Fachin ressalta</p> <p>que a Justiça Eleitoral é o órgão constitucionalmente imbuído de realizar eleições e seguirá exercendo essa competência sem ceder a pressões indevidas, Jair Bolsonaro retruca que as Forças Armadas não aceitarão participar de uma farsa, como se, acaso, esse fosse o sentido do que disse o Presidente do</p>



	<u>TSE.</u>
E olha uma coisa inacreditável. O que que o Fachin diz, o homem que tornou Lula elegível, sempre foi advogado do MST, um grupo terrorista que até pouco tempo	Seguindo em seu empenho para “derrubar” a autoridade do então Presidente do TSE, o primeiro investigado diz que o Min. Fachin foi “advogado do MST”, o que, conforme é público e notório, se trata de uma informação falsa.
era bastante ativo no Brasil: ‘A auditoria não é instrumento para rejeitar resultado das eleições’. Para que serve a auditoria? Eu tenho vergonha de estar falando isso	Para intensificar o impacto do que disse, Jair Bolsonaro descreve o MST como “grupo terrorista”, querendo dizer, portanto, que o Presidente do TSE advogava para um grupo terrorista.
para vocês. Eu tenho vergonha. Agora, eu sou obrigado a conversar com os senhores. Agradeço a presença aqui penhoradamente. Porque sei que os senhores todos querem a estabilidade democrática em nosso país. E ela só será conseguida com eleições transparentes,	Na sequência, o ex-Presidente da República menciona, de forma distorcida e descontextualizada, manifestação do Min. Edson Fachin, datada de 01/07/2022, na sessão de encerramento do semestre no TSE.
confiáveis. Continue.	A fala, pública e notória, é a seguinte: “A Justiça eleitoral franqueia todos os meios legítimos de auditoria. Auditar traduz a ideia de conferir procedimentos e instrumentos usados na
	produção do resultado eleitoral. Auditar, portanto, não se trata de veicular uma proposição aberta direcionada aprioristicamente a rejeitar o resultado das urnas que, porventura, retrate que a vontade do povo é oposta aos interesses pessoais de um ou outro candidato”.
	Evidentemente, não era exigível que Jair Messias Bolsonaro guardasse de memória as palavras exatas com as quais o Min. Edson Fachin repeliu que a discussão sobre auditoria nas urnas fosse usada como pretexto para manobras político-eleitorais de recusa a resultados legítimos. Mas era, sim, imperativo que não usasse de trecho solto para deturpar inteiramente o sentido da mensagem. Porém, Jair Messias Bolsonaro violou essa expectativa e buscou convencer a plateia que o então Presidente do TSE teria declarado que não anularia um resultado mesmo se uma auditoria revelasse fraude nas urnas. Algo completamente diverso do que foi dito de fato.
	Por mais uma vez, o orador difundiu o pensamento intrusivo de que é preciso reagir contra o TSE para se ter eleições transparentes e confiáveis e, com isso, estabilidade democrática.
O Ministro Alexandre de Moraes: ‘Mandaprender quem disseminar fake news nas	Jair Messias Bolsonaro volta a se referir ao Min. Alexandre de Moraes e estatuir que o conceito de



<p>eleições de 2022’. Que que é fake news? É o que eles acham que é fake news. Como já aconteceu comigo: botaram numa página minha no Facebook uma a matéria de uma revista falando sobre Aids e vírus, Covid, e ele achou que aquilo é fake news e está aí processando. Eu não sei onde ele acha que ele pode parar.</p>	<p>fake news seria subjetivamente determinado pelos Ministros do TSE (“o que eles acham que é fake news”). O então mandatário cita como exemplo de casuísmo o fato de estar sendo investigado no STF por haver associado “AIDS e [...] Covid”.</p>
<p>Nós temos a paz, tranquilidade, o respeito que não tem da outra parte para conosco.</p>	<p>Conforme é público e notório, em 21/10/2021, em sua live, o então Presidente da República expressamente declarou que os “totalmente vacinados contra a Covid-19” estariam “desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida [Aids] muito mais rápido que o previsto”, o que constaria de “relatórios do governo do Reino Unido”. Além de a live ter sido voluntariamente retirada do ar pelas plataformas em que foi transmitida, em razão de seu conteúdo falso, a Polícia Federal concluiu que a conduta caracterizou delito de “atentado contra a paz pública”. No discurso para os embaixadores, o ex-Presidente tentou se desimplicar de suas próprias declarações, dizendo que terceiros “botaram numa página minha no Facebook uma matéria de uma revista”.</p>
<p>Eu não sei o que faz uma pessoa agir dessa maneira.</p>	
<p>Quem escolhe as pessoas para dizer o que esse ou aquele candidato bota em sua página, se é fake news ou não, é o próprio TSE. Que desmonetiza a página, que derruba outras, que sugere prisões, que cassa parlamentar por coisas que não têm tipificação na lei. Como cassaram um deputado por fake news. Que cria a jurisprudência de interesse deles mesmos</p>	<p>O caso é referido para ilustrar que a “outra parte” não o respeita. Essa “outra parte”, no contexto, é o próprio TSE, e o então Presidente da República passa a descrever medidas que teriam sido tomadas “para prejudicar o nosso lado”. Dentre elas, está a desmonetização de canais (determinada no Inquérito nº 0600371-71, para estancar o financiamento de páginas que replicaram, entre outros conteúdos falsos, as lives de Jair Bolsonaro de julho e agosto de 2021, em que foi divulgada desinformação sobre as urnas eletrônicas) e a condenação de Fernando Francischini (evocada como cassação de “parlamentar por coisas que não têm tipificação na lei”).</p>
<p>para prejudicar o nosso lado, como no próximo aqui, vamos ver aqui.</p>	<p>Observa-se que o então Presidente da República dirige-se a Chefes de Missão Diplomática para sustentar que o STF e o TSE atuam parcialmente quando proferem decisões contrárias a interessado “seu lado” – que, ao menos nos exemplos citados, seria o de usar as redes sociais, sem quaisquer barreiras, para divulgar conteúdos falsos a respeito de grave crise sanitária mundial e da governança eleitoral.</p>
<p>[Exibição de vídeo.]</p> <p>‘Atentar contra as eleições e a</p>	<p>Na sessão do TSE de 02/06/2022, o Min. Edson Fachin declarou que “atentar contra a Justiça Eleitoral é, a rigor, atentar contra a própria</p>



<p>democracia’: quem faz isso é o próprio TSE ao esconder, ao tentar esconder, o inquérito de 2018.</p> <p>Não pode um magistrado ameaçar quem quer que seja. Quando ele diz que existegabinete do ódio, que seria algo do meu governo, diz que tem um ministro que falou, mas não diz o nome do ministro, não apresenta uma só matéria que poderia ter sido produzido no tal do gabinete do ódio.</p> <p>O que que ele quer com isso? Para que</p>	<p>democracia”. Perante embaixadoras e embaixadores, Jair Messias Bolsonaro redarguiu a assertiva e afirmou que o TSE atenta contra as eleições e a democracia “ao tentar esconder o inquérito de 2018”.</p> <p>Nota-se mais uma vez a falsa associação entre o IPL nº 1361/2018 e uma inexistente fraude eleitoral, que o TSE tentaria ocultar ao “esconder” o próprio inquérito.</p> <p>Na sequência, a narrativa se envereda por descrever o então Presidente da República como alvo de “ameaça”. Comunica o declarante à plateia que o “gabinete do ódio” seria uma invenção destinada a “acirrar os ânimos entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo”.</p>
<p>acirrar os ânimos entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo? E não é o comportamento de um magistrado a ameaça. Se diz que houve, existe, gabinete do ódio, eu repito, apresenta uma só matéria que poderia ser produzida por um gabinete vinculado a mim na presidência da República.</p>	
<p>É lamentável esse comportamento ameaçando, quer amedrontar quem? Quer fazer valer esse processo eleitoral onde</p> <p>próprio TSE diz que ele é vulnerável. Onde a própria Polícia Federal disse, com documentação do próprio TSE, que aquilo é mais que um queijo suíço, é uma peneira. Por que eles convidam as Forças Armadas e depois não querem mais as nossas sugestões?</p>	<p>Retomando a afirmação de que as eleições brasileiras não são confiáveis, Jair Messias Bolsonaro questiona o TSE por querer “fazer valer esse processo eleitoral”. O orador explora metáforas para dizer que há uma gigantesca quantidade de “furos” na segurança das urnas (“mais que um queijo suíço, é uma peneira”) reconhecida pela Polícia Federal (em virtude do IPL nº 1361/2018).</p> <p>Arremata sugerindo que é contraditório o TSE ter feito o convite às Forças Armadas e, depois, não acolher sugestões (às quais se refere com o pronome possessivo “nossas”, remetendo à simbiose entre a Presidência da República e as Forças Armadas).</p>
<p>O último slide, né. No O Estado de S.Paulo: ‘Ministros do Supremo Tribunal Federal formam célula política para combater o governo Bolsonaro’. Quem diz não sou eu. É a própria imprensa, que sempre esteve ao</p> <p>lado deles, acaba deixando transparecer uma verdade cristalina. As ações contra o nosso governo são inúmeras. Eu recebo uma interferência por semana no meu governo. Você dá prazo para explicar por 48 horas porque que eu não fiz isso, por que não fiz aquilo. E é ajuizada por parlamentares de esquerda, da extrema-esquerda brasileira,</p>	<p>Explorando uma nova faceta da normatividade de coordenação, Jair Messias Bolsonaro “valida” uma publicação da grande imprensa, constante de uma coluna de opinião, apenas porque o conteúdo lhe seria favorável (a mídia, em si, continuaria estando “ao lado deles”, ou seja, de seus adversários políticos).</p> <p>O Chefe de Estado se queixa aos embaixadores pelo que considera “interferências” em seu governo. Evocando a polarização política, diz que há uma estratégia de “parlamentares de esquerda, da extrema-esquerda brasileira” para desestabilizar seu governo.</p>



<p>tentando o tempo todo desestabilizar o governo.</p>	<p>Embora esse trecho possa ser entendido como uma opinião sobre fatos, é certo que os comentários não podem ser dissociados do contexto eleitoral em que formulados. Cumpriram função pragmática de angariar empatia, ao comunicar aos diplomatas que seus adversários – a “esquerda” e a “extrema-esquerda” – vêm tentando minar seu governo.</p>
<p>Então, a presença dos senhores aqui, que eu agradeço mais uma vez, com qual intenção nossa? <u>Nosso objetivo é transparência e confiança nas eleições.</u></p>	<p>O desejo por transparência e confiança nas eleições é repetido de forma quase monótona. Há uma função pragmática nisso: tornar a mensagem muito familiar, ao ponto de</p>
<p>Quem ganhar, o outro lado tem que se conformar, estamos a 3 meses das eleições.</p>	<p>naturalizá-la, reduzindo a resistência à implantação do pensamento intrusivo subjacente às palavras ditas, ou seja, a ideia de que algo precisa ser feito para que as eleições venham a ser confiáveis, pois no passado não foram.</p>
<p>As propostas sugeridas pelas Forças Armadas praticamente estancam a possibilidade de manipulação de</p>	<p>Volta a ser afirmado, de forma direta, que o TSE</p>
<p>números, como sugere o próprio TSE, por</p>	<p>teria reconhecido a possibilidade de os</p>
<p>ocasião das eleições de 2018. Eu não quero falar do que eu acho que aconteceu. Eu estou simplesmente em cima dos fatos. Estou me comportando aqui como o outro magistrado deveria se comportar.</p>	<p>resultados das Eleições 2018 terem sido manipulados. A informação é falsa, mas Jair Messias Bolsonaro insiste em lhe emprestar credibilidade, assegurando que ela corresponde aos fatos (no contexto, aqueles que constariam do IPL nº 1361/2018).</p>
<p>Com esse inquérito, como eu convidei o presidente do TSE a comparecer a esse evento, não veio. Convidei o presidente de todos os poderes, né? Presente aqui o presidente do STM, Superior Tribunal Militar. Não compareceram, tudo bem. Agora, isso que está acontecendo é de interesse de todo o povo brasileiro. A desconfiança do sistema eleitoral tem se avolumado. Nós não podemos enfrentar umas eleições</p>	<p>O então Presidente da República insinua que o então Presidente do TSE teria deixado de comparecer à reunião com os embaixadores, para a qual fora convidado, por se intimidar diante da existência do inquérito. O momento equivale, de certa forma, à celebração de uma “vitória” pelo candidato à reeleição, como a dizer que, chamado ao confronto, o TSE teve que recuar, pois não teria como contrapor-se ao teor do inquérito.</p>
<p>sob o manto da desconfiança. Nós queremos ter a certeza de quem, eleitor, para quem o eleitor votou, o voto vai exatamente para aquela pessoa.</p>	<p>Na sequência, há uma mensagem especialmente relevante para o público brasileiro que acompanhava a transmissão. Primeiro, uma mensagem de que estava crescendo, na sociedade, a desconfiança no sistema eleitoral. Esse suposto sentimento popular captado pelo líder da nação o leva a proferir palavras de ordem, dirigida ao povo: “nós não podemos enfrentar umas eleições sob o manto da desconfiança;</p>
	<p>nós queremos ter a certeza de [...] para quem o eleitor votou, o voto vai exatamente para aquela pessoa”, ou seja, “nós” precisamos agir de alguma forma para garantir que a manipulação de votos</p>



	<p>não ocorra.</p> <p>O conteúdo concreto da ação a ser tomada não é esclarecido, o que convém à função pragmática de manter apoiadoras e apoiadores mobilizados de forma permanente, em torno do sentimento de que a democracia corre risco.</p>
<p>O próprio TSE diz que em 2018 números podem ter sido alterados. Os hackers tiveram acesso a uma dezena de senhas por oito meses. Eles não perceberam? Não perceberam? Oito meses. Sete meses depois que a Polícia Federal pede os logs, que são as impressões digitais da cena, né, do fato. Sete meses depois os logs foram apagados. Poderiam ser entregues os logs no mesmo dia por iniciativa do próprio TSE, nem precisava ser provocado pela Polícia Federal. E sete meses depois, foram apagados. O próprio Ministro Barroso chama o chefe da tecnologia da informação e ele responde: os votos são contados por uma empresa terceirizada.</p>	<p>Novamente, o então Presidente da República profere afirmação falsa no sentido de que o TSE admitiu a possibilidade de os resultados das Eleições 2018 terem sido “alterados”, ou seja, a possibilidade de uma fraude exitosa.</p> <p>Repisa as afirmações distorcidas sobre a ação dos técnicos do TSE ao constatarem o ataque hacker, insinuando conivência com o ocorrido e conduta destinada a impedir a apuração.</p> <p>Repete também outra afirmação falsa, de que o Secretário de Informática do TSE teria dito que “os votos são contados por uma empresa terceirizada”.</p>
<p>Que empresa é essa? Temos um nome? Sim, temos um nome. Mas cadê a confiança? Eleições são questões de</p>	<p>Um novo elemento inserido na fala pode ser conectado à justificativa da forma como as Forças Armadas estariam atuando na Comissão de Transparência: “eleições são questões de segurança nacional”, diz o orador. O “nós” reaparece, podendo se referir à simbiose Presidência/Forças Armadas, à identificação Presidente/povo ou a ambas: “nós não queremos instabilidade no Brasil”.</p>
<p>segurança nacional. Nós não queremos instabilidade no Brasil.</p>	<p>O trecho comunica que o Presidente da República avalia que há um risco de manipulação de resultados das Eleições 2022, ensejando as ações que se façam necessárias para preservar a segurança nacional e impedir a dita instabilidade política.</p>
<p>O Brasil está voando. Nos comportamos muito bem durante a pandemia. Nos comunicamos e fazemos negócio com o mundo todo. Nos mantivemos em posição de equilíbrio em situações complexas pelo mundo. Nós garantimos a segurança alimentar para mais de 20% da população mundial. Também a segurança energética. O Brasil desponta como um exemplo para o mundo.</p>	<p>Segue-se um trecho autoelogioso do primeiro investigado ao próprio governo. Faltando pouco menos de um mês para o início da propaganda eleitoral, o candidato à reeleição exaltava seus feitos, em uma transmissão ao vivo para sua base de apoio cativa.</p>



<p>O que que nós queremos? Paz, tranquilidade. Agora, por que um grupo de três pessoas, apenas três pessoas, querem trazer instabilidade para o nosso</p>	<p>Após reafirmar seu desejo por “paz” e “tranquilidade”, Jair Messias Bolsonaro recorre ao “agora”, como conjunção adversativa, para indicar que esse desejo está sendo frustrado ou ameaçado por “um grupo de três pessoas, apenas três pessoas”, que “querem trazer instabilidade para o nosso país”.</p>
<p>país? Não aceitam nada, as sugestões das Forças Armadas, que foram</p>	
<p>convidadas, são perfeitas. Chega à perfeição absoluta? Talvez não. Que nenhum sistema informatizado pode dar garantia de 100% de segurança. As Forças Armadas, a qual (sic) sou comandante, ninguém mais do que nós, como sempre,</p>	<p>O contexto do discurso não deixa dúvidas que as “três pessoas, apenas três pessoas” são os três Ministros do TSE referidos ao longo da fala. A “instabilidade” seria por eles provocada porque “não aceitam [...] as sugestões das Forças Armadas”. Em contraponto, a simbiose Presidência/República/Forças Armadas se apresenta como defensora da estabilidade: “ninguém mais do que nós, como sempre, queremos</p>
<p>estabilidade em nosso país.</p>	<p>estabilidade em</p>
	<p>nosso país.”</p>
<p>E por que agem de maneira diferente? E nós vemos claramente, o Ministro Fachin foi quem tornou o Lula elegível e agora é presidente do TSE. O Ministro Barroso foi advogado do terrorista Battisti, que recebeu aqui o acolhimento do presidente Lula em dezembro de 2010. O Ministro Alexandre de Moraes advogou no passado a grupos que, se eu fosse advogado, não advogaria.</p>	<p>Ao avançar para o final, o discurso desenha nitidamente os polos antagônicos na disputa pela normatividade de coordenação: de um lado, o então Presidente da República coloca si próprio e as Forças Armadas como defensores das eleições transparentes; do outro lado (dos que “agem de maneira diferente”) estão os Ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.</p>
<p>É um direito dele advogar para quem quer que seja, mas eu não faria esse trabalho. Tem posição que de um comportamento que não se adequa ao sistema democrático, uma ameaça. ‘Vou cassar o registro, vou prender. Quem duvidar eu prendo’.</p>	<p>Jair Messias Bolsonaro desafia o Min. Alexandre de Moraes, que viria a presidir o TSE nas Eleições 2022, a mostrar “no dia dois de outubro do corrente ano, os números reais da eleições pelo Brasil”. O desafio traz implícito, no contexto do discurso em que feitas reiteradas imputações de fraude em eleições anteriores, a afirmação de que, até o momento, esses “números reais” não foram mostrados.</p>
<p>Olha, quem está duvidando do que está acontecendo não sou eu, é o próprio Tribunal Superior Eleitoral, que ele agora não quer deixar que se aperfeiçoe, que ele realmente mostre, no dia dois de outubro do corrente ano, os números reais das eleições pelo Brasil.</p>	
<p>Então, o que eu tinha a falar aos senhores era isso. Eu vou pedir ao Ministro Carlos França que o extrato disso chegue na embaixada dos senhores aqui. Quem quiser o processo na íntegra, eu entrego</p>	<p>Em um esboço de encerramento, o Chefe de Estado anuncia que o Ministro das Relações Exteriores, Carlos França, seria acionado para remeter às embaixadas “um extrato” da apresentação. E estimula os presentes a lhe solicitarem o envio do IPL nº 1361/2018, como se,</p>
<p>também. Porque ele não tem qualquer grau</p>	



<p>de sigilo.</p> <p>Repito: <u>me sinto até envergonhado desse momento, dado o que está acontecendo em nosso país.</u></p> <p>Bota para rodar sem som aí. Bota só sem som, só as imagem (sic) aí.</p>	<p>por não ser sigiloso, seu compartilhamento com representações de outros países fosse algo trivial.</p> <p>O ex-Presidente insinua que está “envergonhado” diante do que “está acontecendo em nosso país”. Essa seria, em sua fala, a preocupação genuína para convocar a reunião.</p>
<p>Isso que vocês ouviram aqui acontece no Brasil todo, como eu disse, o povo gosta da gente. Não pago um centavo para ninguém participar de absolutamente nada. É um povo que, cristão no Brasil, é um povo ordeiro, trabalhador, tem seus problemas, mas acima de tudo quer paz. Quer a segurança. E tem encontrado em</p>	<p>A fala não se encerra. Jair Messias Bolsonaro volta a tecer considerações elogiosas sobre seu governo, defendendo sua aceitação popular, justificada porque o então Presidente corresponderia aos anseios de um “povo ordeiro, trabalhador” e que “acima de tudo quer paz” e “segurança”.</p> <p>O orador comunica ao público que, apesar de parteda imprensa não endossar essa visão, ela é verdadeira.</p>
<p><u>mim isso daí.</u> Diferentemente, do que algumas notícias de jornais transmitem, o que é natural, infelizmente, no mundo todo. Temos boa imprensa no Brasil também, mas o que mais ressalta aos olhos são as acusações.</p>	<p>A menção à ampla aceitação do eleitorado cumpre a função pragmática de indicar que sua derrota nas urnas é um resultado improvável, caso as eleições sejam hígdas.</p>
<p>Então, a gente lamenta o que vem acontecendo, vou convidar integrantes da Câmara, do Senado, do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas da União, do Tribunal Superior do Trabalho, a participar de conversas comigo sobre</p>	<p>O discurso é encerrado com a promessa de que deputados federais, senadores, Ministros do STJ, do TCU e do TST seriam convidados para “participar de conversas sobre o inquérito”, demonstrando que ainda pretendia explorar o documento em outras ocasiões.</p>
<p>esse inquérito que, curiosamente, não foi fechado até o presente momento, para que nós possamos ter paz e tranquilidade e confiança por ocasião das eleições no corrente ano.</p>	<p>Pela derradeira vez nessa fala, Jair Messias Bolsonaro aponta que a conclusão do IPL nº 1361/2018 é necessária para que as Eleições 2022 sejam confiáveis e para que possa haver “paz e tranquilidade” ao longo do processo eleitoral. Ou seja, comunica que os problemas não estão resolvidos, deixando sugerido que a manipulação de votos poderá ocorrer.</p>
<p>Muito obrigado a todos os senhores.”</p>	<p>A comunicação foi encerrada sem espaço para perguntas da imprensa ou comentários dos convidados.</p>

ANEXO F – “DECLARAÇÃO À NAÇÃO” - 09/07/2023

Declaração à Nação

No instante em que o país se encontra dividido entre instituições é meu dever, como Presidente da República, vir a público para dizer:

1. Nunca tive nenhuma intenção de agredir quaisquer dos Poderes. A harmonia entre eles não é vontade minha, mas determinação constitucional que todos, sem exceção, devem respeitar.
2. Sei que boa parte dessas divergências decorrem de conflitos de entendimento acerca das decisões adotadas pelo Ministro Alexandre de Moraes no âmbito do inquérito das fake news.
3. Mas na vida pública as pessoas que exercem o poder, não têm o direito de “esticar a corda”, a ponto de prejudicar a vida dos brasileiros e sua economia.
4. Por isso quero declarar que minhas palavras, por vezes contundentes, decorreram do calor do momento e dos embates que sempre visaram o bem comum.
5. Em que pesem suas qualidades como jurista e professor, existem naturais divergências em algumas decisões do Ministro Alexandre de Moraes.
6. Sendo assim, essas questões devem ser resolvidas por medidas judiciais que serão tomadas de forma a assegurar a observância dos direitos e garantias fundamentais previsto no Art 5º da Constituição Federal.
7. Reitero meu respeito pelas instituições da República, forças motoras que ajudam a governar o país.
8. Democracia é isso: Executivo, Legislativo e Judiciário trabalhando juntos em favor do povo e todos respeitando a Constituição.
9. Sempre estive disposto a manter diálogo permanente com os demais Poderes pela manutenção da harmonia e independência entre eles.
10. Finalmente, quero registrar e agradecer o extraordinário apoio do povo brasileiro, com quem alinho meus princípios e valores, e conduzo os destinos do nosso Brasil.

DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA

Jair Bolsonaro

Presidente da República Federativa do Brasil